



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Denise Carla de Melo Vieira**

**A METAMORFOSE METROPOLITANA: desigualdade socioespacial e  
violência urbana em assentamentos precários ao longo de um dos eixos de  
expansão metropolitana,  
Belém- PA**

BELÉM/PA  
2020

**Denise Carla de Melo Vieira**

**A METAMORFOSE METROPOLITANA: desigualdade socioespacial e  
violência urbana em assentamentos precários ao longo de um dos eixos de  
expansão metropolitana,  
Belém- PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestra. Orientador: Prof Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.  
Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

BELÉM/PA  
2020

**Denise Carla de Melo Vieira**

**A METAMORFOSE METROPOLITANA: desigualdade socioespacial e  
violência urbana em assentamentos precários ao longo de um dos eixos de  
expansão metropolitana,  
Belém- PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestra. Orientador: Prof Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

RESULTADO: \_\_\_\_\_

DATA: 30/03/2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas (Orientador – PPGeo/UFPA)

---

Prof. Dra. Jovenildo Cardoso Rodrigues – (PPGeo/UFPA)

---

Prof. Dr. João Marcio Palheta – (PPGeo/UFPA)

---

Prof. Dra. Silva dos Santos de Almeida – (PPGSP/UFPA)

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata”. Galeano, Eduardo (o Livro dos braços)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 2 - DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, VIOLÊNCIA URBANA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: digressões, sinalizações e apontamentos</b> .....	42
2.1. DIFERENCIAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL .....	43
2.2. VIOLÊNCIA URBANA E TERRITÓRIO.....	50
2.3. METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: FORMAS E CONTEÚDO.....	60
<b>CAPÍTULO 3 - O TEMPO E OS EVENTOS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO CONTEXTO METROPOLITANO</b> .....	67
3.1. METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM: APROXIMAÇÕES - PRODUÇÃO DOS NOVOS ASSENTAMENTOS URBANOS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO.....	71
3.1. FORMAÇÃO DOS BAIROS DA CABANAGEM, BENGUI E PARQUE VERDE: UM BREVE INTINERÁRIO. ....	87
3.2. REESTRUTURAÇÃO URBANA E DA CIDADE E SUA ARTICULAÇÃO COM A PRODUÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS.....	100
<b>CAPÍTULO 4 - DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA URBANA EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS AO LONGO DO EIXO DE EXPANSÃO METROPOLITANA.</b> .....	112
4.1. REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DOS ASSENTAMANETOS PRECÁRIOS LOCALIZADOS NOS BAIROS DA CABANAGEM, BENGUÍ E PARQUE VERDE.....	114
4.2. TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA URBANA NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS LOCALIZADOS NOS BAIROS DA CABANAGEM, BENGUÍ E PARQUE VERDE.	141
4.3. VIOLÊNCIA URBANA, DESIGUALDADE E CRIMINALIDADE: ANÁLISE A PARTIR DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NOS BAIROS DA CABANAGEM, BENGUÍ E PARQUE VERDE. ....	161
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	172
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	177
<b>ANEXOS</b> .....	189

## AGRADECIMENTOS

Acredito que em um trabalho acadêmico, esse seja o momento, no qual se torna evidente um conjunto de pessoas que nos ajudaram a amadurecer para a vida nos diversos aspectos, seja na vida pessoa, profissional, acadêmica... Nesse momento, podemos expor ainda que de forma simbólica, por meio da escrita, nosso profundo agradecimento pelo amor, amizade, incentivo, orientação, dedicação, carinho e admiração áqueles que de alguma maneira foram fundamentais no caminhar e na caminhada. Faço aqui alguns agradecimentos, ainda que corra o risco de não citar, pessoas igualmente importantes e queridas.

À Deus, meu maior mestre que me ama incondicionalmente, e todos os dias me guia, se cheguei até aqui, foi por que me guiaste e clareou meus passos, nos momentos mais duros da vida, mostrou-me seu amor, à você santo Deus, minha gratidão.

Ao meu pai, embora quase sempre muito distante, possibilitou-me concretizar esse sonho, mesmo com sua maneira de ser, fechado quase nunca presente, meu amor por você e minha gratidão por tudo que fez e fazes por mim, não tem tamanho tampouco caberia em poucas linhas, a você meu pai muito obrigada. Eu te amo!!!.

Às minhas queridas irmãs, Daniella Vieira e Dayane Vieira, obrigada pelo amor que me concedem, e obrigada também pelas quatro crianças adoráveis que vocês geraram me dando a grande alegria de ser tia do Lucas, Henrique, da Laíse e do Levi, o mais novo amor da tia. Meus quatro pequenos grandes amores, a titia se apaixona cada dia mais por vocês, obrigada por alegrarem minha vida.

Ao Thiago Nobre, por toda ajuda e apoio nos dias difíceis ao longo de alguns anos, certamente, não tenho como retribuir todas as coisas que fizeste, mas posso e devo agradecer-te, aqui deixo meu muitíssimo obrigada repleto de carinho e reconhecimento ao grande homem e servo de Deus que és. A você, todo meu carinho e gratidão.

Ao meu orientador, Clay Anderson Nunes Chagas, obrigada pela oportunidade e pela confiança de trabalhar com o senhor e poder fazer parte do grupo de pesquisa durante maior parte da minha graduação, me permitindo ainda bolsa de iniciação científica, PIBIC-CNPQ, onde pude amadurecer na pesquisa até chegar esse momento tão sonhado que é o da dissertação.

Ao professor, Jovenildo Rodrigues agradeço pelas contribuições, pelas críticas, pela amizade, pela boa relação construída desde as disciplinas que ministrou em minha turma em 2014; e, agora em outro momento também se fez um grande orientador, além e parceria em um artigo que pulicamos, à você muito obrigada.

Ao Jondison, deixo um agradecimento especial, por toda contribuição no âmbito dessa dissertação, pela revisão minuciosa, pelas críticas levantadas e por apontar o que eu já não conseguia perceber. À você minha gratidão por tudo.

Aproveito também a oportunidade para agradecer ao grupo LAHAM-UFGA, pela oportunidade de compor esse grupo, com professores tão cheios de paixão e dedicação pela geografia, obrigada pelas discussões críticas e profundas sobre produção do espaço, desigualdade socioespacial e dinâmicas territoriais, à todo o grupo meu muito, obrigada.

Um agradecimento especial, à Juliana Maciel, pela amizade e por todas as ajudas com a cartografia dessa dissertação.

À Camila Miranda, uma amizade construída bem ao fim da dissertação que me ajudou com algumas coisas técnicas de formatação.

Ao delegado Pery, pela boa vontade em ajudar na construção dessa pesquisa concedendo entrevista e dados de suma importância para a mesma, muito obrigada.

Um obrigado especial a minha grande amiga, Ederlane Vale, também um dos maiores presentes que a geografia me proporcionou, aqui deixo um agradecimento sem me prolongar muito, mas fico tranquila, pois sempre deixei muito claro meu carinho e valor por sua amizade, nas nossas convivências cotidianas, à você minha querida amiga, obrigada pela amizade.

Um agradecimento, cheio de saudades as amigas construídas durante as disciplinas Simão, Veridiana, Nilson e Aline. Agradeço também minhas amigas do coração, Jakeline Almeida e Leide Laura, vocês são incríveis tenho grande admiração e carinho por vocês, saibam que vocês contribuíram para que os dias cansativos de disciplinas fossem mais leves e alegres.

Enfim, agradeço a todos e todas que contribuíram direta e indiretamente para que eu chegasse a etapa final dessa longa batalha, que é a finalização da minha dissertação de mestrado, que por vezes foi prazerosa, e outras desafiadoras. À todos, meus sinceros votos de Gratidão!

# **A METAMORFOSE METROPOLITANA: DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E A VIOLÊNCIA URBANA EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS AO LONGO DE UM DOS EIXOS DE EXPANSÃO METROPOLITANA, BELÉM- PA**

## **RESUMO**

As grandes metrópoles e cidades mundiais vêm passando por um acelerado processo de complexificação urbana, “fruto” de processos de urbanização capitalista, de reestruturação urbana, reestruturação de cidades, mundialização do capital, da “urbanização planetária” e da lógica global neoliberal e financeirizada. Tal cenário-processo entrelaça-se com “padrões e processos gerais que engendram as desigualdades geográficas do desenvolvimento capitalista”, cuja “essência”/natureza de tais dinâmicas e processos reverbera-se em desigualdade socioespacial e violência urbana, que aliás, encontra-se no próprio processo de urbanização capitalista. Pensando na escala da cidade de Belém, esse cenário apresenta-se como repetição em que os espaços, com urbanização do território, com a crescente expansão de “assentamentos precários”, como “expressão” da produção (desigual) do espaço urbano o qual vem apresentando uma metamorfose socioespacial na última década do processo de metropolização marcado pela consolidação e refuncionalização do espaço metropolitano. Face a tal configuração, buscamos analisar como vem se produzindo (e/ou se expandindo) processos de desigualdades socioespaciais e sua correlação com a violência urbana, em assentamentos precários em um dos eixos de expansão metropolitana de Belém, Pará, a partir de 2000. A pesquisa pauta-se no Materialismo Histórico (Geográfico) Dialético, que se baseia ou considera o tempo, espaço e ser social, a realidade objetiva em sua totalidade, como também considerando (nexos entre) conflitos e contradições; por fim, desvela a natureza e seus contornos históricos, suas conexões e relações, em uma espécie de movimento que nasce e corporifica-se em um espaço-tempo presente e de ações em espaço-tempo recente (integridade da relação entre o todo e a parte). Este estudo foi desenvolvido por meio de revisão teórica, pesquisa de campo, entrevistas e análise de dados secundários disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), Secretaria Adjunta de Informação e Análise Criminal (SIAC), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB). Assim, constatamos que o crime de homicídio apresenta maior ocorrência nas áreas onde predomina os piores indicadores de infraestrutura, renda e saneamento os quais denominamos de indicadores de qualidade urbana (Ruim e Péssimo) essas áreas as definimos como saneamentos precários. Nesses assentamentos observa-se a materialização da violência urbana (a violência enquanto produto desigual da produção do espaço e a violência que se manifesta em sua forma mais perversa na qual resulta em homicídios) enquanto expressões da diferenciação e desigualdade socioespacial. Isso porque os assentamentos apresentar-se-iam como espaço que são produzidos de forma desigual, em que tais desigualdades podem ser verificadas em suas formas-conteúdos e usos/apropriações da cidade e do Bairro.

**PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade socioespacial, Metropolização do espaço, Violência urbana, Território, Assentamentos precários.**

## ABSTRACT

The great metropolises and cities of the world have been going through an accelerated process of urban complexification, "the result" of processes of capitalist urbanization, urban restructuring, restructuring of cities, globalization of capital, "planetary urbanization" and the neoliberal and financialized global logic. This process-scenario is intertwined with "general patterns and processes that engender the geographical inequalities of capitalist development", whose "essence" / nature of such dynamics and processes reverberate in socio-spatial inequality and urban violence, which, incidentally, is found in the capitalist urbanization process itself. Thinking about the scale of the city of Belém, this scenario presents itself as a repetition in which spaces, with urbanization of the territory, with the growing expansion of "precarious settlements", as "expression" of the (uneven) production of the urban space that comes presenting a socio-spatial metamorphosis in the last decade of the metropolization process marked by the consolidation and refunctionalization of the metropolitan space. In view of this configuration, we seek to analyze how processes of socio-spatial inequalities and their correlation with urban violence have been occurring (and / or expanding), in precarious settlements in one of the axes of metropolitan expansion in Belém, Pará, since 2000. The research is guided by Dialectical Historical (Geographic) Materialism, which is based on or considers time, space and social being, the objective reality in its entirety, as well as considering (links between) conflicts and contradictions; finally, it unveils nature and its historical contours, its connections and relations, in a kind of movement that is born and is embodied in a present space-time and actions in recent space-time (integrity of the relationship between the whole and the part). This study was developed through theoretical review, field research, interviews and analysis of secondary data provided by the Municipality of Belém (PMB), Pará State Public Security Secretariat (SEGUP), Deputy Secretariat for Information and Criminal Analysis (SIAC), Federal University of Pará (UFPA) and Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Development and Administration Company of the Metropolitan Area of Belém (CODEM), Housing Company of the State of Pará (COHAB). Thus, we found that the crime of homicide is more prevalent in areas where the worst indicators of infrastructure, income and sanitation predominate, which we call indicators of urban quality (Bad and Very Bad). These areas are defined as poor sanitation. In these settlements, the materialization of urban violence is observed (violence as an unequal product of the production of space and violence that manifests itself in its most perverse form in which it results in homicides) as expressions of socio-spatial differentiation and inequality. This is because the settlements would present themselves as spaces that are produced in an unequal way, in which such inequalities can be verified in their forms-contents and uses / appropriations of the city and the Neighborhood.

**KEY-WORDS: Socio-spatial inequality, Metropolization of space, Urban violence, Precarious settlements.**

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Mapa de localização da área de estudo.....	22
<b>Mapa 2:</b> Mapa da configuração espacial de Santa Izabel do Pinheiro.....	72
<b>Mapa 3:</b> Mapa da Divisão político-administrativo do município de Belém em Distritos. ....	93
<b>Mapa 4:</b> Evolução temporal de ocupação dos Bairros do Bengui, Cabanagem e Parque, Verde, Belém. ....	98
<b>Mapa 5:</b> Mapa dos vetores da expansão do espaço urbano de Belém. ....	106
<b>Mapa 6:</b> Ilustração da divisão entre áreas mais valorizadas e áreas menos valorizadas na área de expansão de Belém. ....	108
<b>Mapa 7:</b> Mapa do “responsável por domicílio sem rendimento nominal mensal” .....	118
<b>Mapa 8:</b> Mapa do “Responsável por domicílio com rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos” .....	121
<b>Mapa 9:</b> Mapa do “responsável por domicílio com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos”. ....	123
<b>Mapa 10:</b> Mapa do “responsável por domicílio com rendimento nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos” .....	125
<b>Mapa 11:</b> Mapa do “responsável por domicílio com rendimento nominal mensal acima de 10 salários mínimos”. ....	128
<b>Mapa 12:</b> Mapa dos homicídios em 2015 nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde .....	156
<b>Mapa 13:</b> Mapa dos homicídios em 2016 nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde. ....	157
<b>Mapa 14:</b> Mapa dos homicídios em 2017 nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde .....	158
<b>Mapa 15:</b> Mapa da localização dos indicadores de qualidade urbana e dos homicídios (2015) .....	165
<b>Mapa 16:</b> Mapa da localização dos indicadores de qualidade urbana e dos homicídios (2016) .....	166
<b>Mapa 17:</b> Mapa da localização dos indicadores de qualidade urbana e dos homicídios (2017) .....	166
<b>Mapa 18:</b> Homicídios em 2015 a partir dos indicadores de qualidade urbana de Belém-PA. ....	189
<b>Mapa 19:</b> Mapa da área continental de Belém com os indicadores de qualidade urbana. ....	191

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Gráfico de Scree. ....	35
<b>Figura 2:</b> Gráfico de Scree. ....	37
<b>Figura 3:</b> Foto das moradias no bairro Velha Marambaia, em 1974. ....	73
<b>Figura 4:</b> A imagem mostra um trecho da Rodovia 316, que compreende o município de Marituba. ....	73

<b>Figura 5:</b> Ramal do Pinheiro, imagem do início do século XX.....	76
<b>Figura 6:</b> Visão panorâmica da Avenida Augusto Montenegro em 1978.....	81
<b>Figura 7:</b> Manifestação no Benguí contra a criação do Parque Verde.....	96
<b>Figura 8:</b> Planta conceitual do Alphaville Belém. ....	104
<b>Figura 9:</b> Foto do bairro da Cabanagem, Rua do Fio.....	131
<b>Figura 10:</b> Foto do bairro da Cabanagem, Rua Maracatiara. ....	131
<b>Figura 11:</b> Foto do bairro da Cabanagem, Rua Açailândia. ....	132
<b>Figura 12:</b> Foto do bairro da Cabanagem, Alameda Santa Brígida. ....	132
<b>Figura 13:</b> Foto do Benguí, Passagem São Benedito.....	135
<b>Figura 14:</b> Foto do Benguí, Rua São Bento.....	135
<b>Figura 15:</b> Foto do bairro Parque Verde, Rua Viela esquina com a Estrada Yamada. ....	135
<b>Figura 16:</b> Foto do Parque Verde, Alameda Mariana.....	136
<b>Figura 17:</b> Foto do Parque Verde, Alameda Mariana. ....	136
<b>Figura 18:</b> Foto do Parque Verde, Alameda Mariana.....	136
<b>Figura 19:</b> Foto do Parque Verde, Alameda Mariana. ....	136
<b>Figura 20:</b> Foto do bairro Parque Verde, Rua Estrada Yamada. ....	138
<b>Figura 21:</b> Condomínios horizontais fechados, Av. Augusto Montenegro.....	138
<b>Figura 22:</b> Passagem Santa Brígida, Bairro da Cabanagem. ....	144
<b>Figura 23:</b> Passagem Rua Amazônia, Bairro da Cabanagem. ....	144
<b>Figura 24:</b> Manchete acerca dos problemas de infraestrutura e violência na Cabanagem. ..	150
<b>Figura 25:</b> Manchete sobre execuções na Cabanagem. ....	151
<b>Figura 26:</b> Violência no Parque Verde.....	153
<b>Figura 27:</b> Violência no Parque Verde.....	153
<b>Figura 28:</b> Violência no Benguí. ....	154

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Número de homicídios por bairros: Cabanagem, Benguí e Parque Verde – 2015 a 2017.....	147
---	-----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Composição da tabela <i>Domicilio01_PA.xls</i> . ....	31
<b>Tabela 2:</b> Arquivo Domicílio, características gerais (planilha <i>Domicilio01_PA.xls</i> ). ....	31
<b>Tabela 3:</b> Classificação da Aplicação da Análise Fatorial pela estatística KMO. ....	33
<b>Tabela 4:</b> Correlação entre as variáveis.....	36

<b>Tabela 5:</b> Estatísticas resultantes da técnica de Análise Fatorial.....	37
<b>Tabela 6:</b> Evolução da expansão populacional em Belém comparado com o Brasil e o estado do Pará (de 1940 a 2000).....	69
<b>Tabela 7:</b> Número de homicídios e os meios utilizados nos Cabanagem, Benguí e Parque Verde – somatório de 2015 a 2017. ....	147

### **LISTA DE SIGLAS**

- CODEM** – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
- COHAB** – Companhia de Habitação do Pará
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PMB** – Prefeitura Municipal de Belém
- RMB** – Região Metropolitana de Belém
- SEGUP** – Secretaria de Estado de Segurança Pública
- SIAC** – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
- UFPA** – Universidade Federal do Pará

## INTRODUÇÃO

As grandes metrópoles e cidades mundiais vêm passando por um acelerado processo de complexificação urbana, “fruto” de processos de urbanização capitalista, de reestruturação urbana (SOJA, 1993), reestruturação de cidades (SPOSITO, 2004), mundialização do capital e da “urbanização planetária” (MERRIFIELD, 2013; BRENNER; SCHMID, 2012) e do “*neoliberalized urban order*” (BRENNER; THEODORE, 2005, p. 10) e de financeirização da economia.

É quadro mundial de excesso de créditos<sup>1</sup>, expelidos (por empréstimos de bancos ou apoio de fundos de investimentos), principalmente de praças econômicas e financeiras chinesas, pois o ativo produtivo entre outras partes do globo seria uma forma de inserir outras regiões e países no mercado global e no processo de mundialização de trocas globais e ao mesmo tempo construir uma ordem e uma dependência econômica e geopolítica (HARVEY, 2019a; 2019b).

Há com isso um movimento mais fluido (com expansão de hegemonia chinesa e práticas imperialistas) no sistema financeiro e de produção de mercadorias. Mas para isso ocorrer é imprescindível forjar a construção e reconfiguração de (“novas”) cidades, a integração da economia espacial de países e regiões, por meio de unidades técnicas e produtivas: rodovias, ferroviárias, portos, aeroportos, hidrovias e infovias.

Nesse cenário-processo de exportar seu capital excedente (e às vezes excedente trabalho) e acelerado processo de complexificação urbana há um entrelaçamento com que aduz Smith (1988) de que os “padrões e processos gerais que engendram as desigualdades geográficas do desenvolvimento capitalista”.

Dentro desse emaranhado de dinâmicas e padrões emerge a questão da desigualdade socioespacial, e tem como perspectiva crescente a produção da violência urbana, predominantemente, em áreas com os piores indicadores de qualidade urbana<sup>2</sup> enquanto parte

---

<sup>1</sup> Harvey (2019a) realiza uma reflexão, que permiti ser um exemplo, para entender esse excesso de créditos e o que ele é capaz de promover. “No caso britânico, por exemplo, em meados do século XIX, por volta de 1870, havia claramente muito excedente de capital, e ninguém sabia o que fazer com isso, porque a Grã-Bretanha sempre estava meio que já altamente desenvolvida, e havia Não foram essas oportunidades lucrativas na Grã-Bretanha. Então, a Grã-Bretanha começou a exportar capital. O jogo típico seria o seguinte: emprestaria dinheiro à Argentina e diria à Argentina que você pode construir as ferrovias e emprestará dinheiro para construir as ferrovias. Você constrói as ferrovias e depois nos paga, porque todo o equipamento ferroviário será fabricado na Grã-Bretanha e o aço virá da Grã-Bretanha. Isso apoiará nossa capacidade produtiva excedente ao mesmo tempo que permitirá o desenvolvimento, porque você precisa desenvolver os Pampas” (HARVEY, 2019a, s.p.).

<sup>2</sup> Os indicadores de qualidade urbana foram gerados a partir das variáveis de infraestrutura do IBGE (2010), ao todo foram (8) indicadores, tais como: 1- domicílios com abastecimento geral de água, 2- domicílios banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, 3- domicílios com lixo coletado, 4- domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora, 5-

do processo (contraditório) de produção do espaço urbano e reprodução das relações sociais (CARLOS, 2018). Processo contraditório que possuiria ou articularia dimensões socioespacial, entre elas, desigualdade socioespacial e violência urbana; padrões e lógicas essas que se encontram no próprio processo de urbanização, que se realiza de forma violenta e desigual (SAMPAIO, 2011; CARLOS, 2015), e, engendram e homogenizam-se/hibridizam-se com processos de diferenciação e desigualdade socioespacial.

Nessa perspectiva, a articulação entre o aumento das relações econômicas no plano nacional e internacional e a dispersão de padrões capitalista de produção, isto é, há *“dominios en los que operan ciertos tipos de procesos capitalistas y con cuáles efectos, y considerar las oportunidades transformativas que surgen en ello para cambiar la trayectoria de la vida social”* (HARVEY, 2018, p. 269).

A reflexão destacada por Harvey (2018) perpassa pelo contexto de maior interação entre as escalas (hierárquicas, sobreposições de jogos e hegemônias), do quais as dinâmicas do processo de produção do espaço urbano passam a redefinir e revelar as diferenciações socioespaciais que se transmutam em desigualdades socioespaciais (SPOSITO, 2016).

Portanto, a compressão acerca da desigualdade social é atravessada pela análise da sua dimensão espacial como forma de se pensar geograficamente: a espacialização da riqueza produzida, os processos produtivos desiguais e sistemas espaciais complexos (HARVEY, 1992, 1993). Sendo assim capaz de sinalizar processos, tendências e repetições (LEFEBVRE, 1999, 2006).

Sinalizações que dariam com a criação de dispositivos e exercícios argumentativos, isto é,

Como un dispositivo explicativo, la teoría no funciona como un simple factor de predicción de eventos (estados de cosas). Tiene que ser más bien vista como un conjunto de principios generadores y transformadores, integrados en un proceso continuo que, en virtud de la heterogeneidad y la contradicción internalizadas, revele la posibilidad de crear todo tipo de estados de cosas nuevos que no puede dejar de ser transitorios (HARVEY, 2018, p. 269).

Nesse mesmo movimento do pensamento, dispositivo explicativo, pode-se refletir acerca do espaço urbano e sua geografia, tomando como elemento central o debate do

---

domicílios com 1- banheiro de uso exclusivo dos moradores, 6- entorno com pavimentação, 7- entorno com iluminação pública, 8- domicílios quitados ou em aquisição. Assim, conforme a presença ou ausência das variáveis de infraestrutura, chegamos a classificação de indicadores de qualidade urbana (ótimo, bom, regular, péssimo e ruim). A combinação dessas variáveis se deu por meio da estatística e da cartografia. Nessa pesquisa, consideramos como assentamentos precários as áreas que apresentam os indicadores de qualidade urbana péssimo e ruim. Os quais integram uma unidade representativa de uma combinação de variáveis, definidas pelo Censo Demográfico de 2010, quais sejam:

desenvolvimento geográfico desigual, de forma a assinalar as diferenciações socioespaciais e “*las relaciones entre los procesos sociales y las formas espaciales*” (HARVEY, 2014, p. 9), assim como a homologia espaço-classe (SOJA, 1980; 1993).

No plano da cidade, segundo Harvey (2016), tais desigualdades seriam formadas por mosaicos interligados de desenvolvimento geográfico desigual, do qual contribuiria para que algumas áreas canalizem recursos para investir em infraestrutura física e social, enquanto outras áreas carecessem de investimentos. Dessa maneira, induz-se a um desenvolvimento desigual, onde as áreas ricas tendem a ficar cada vez mais ricas e as áreas pobres mais pobres.

Nessa perspectiva, o espaço urbano torna-se produto, condição e meio para a reprodução do capital (CARLOS, 2015). Reprodução que pressupõe a realização de determinadas condições objetivas a partir das quais este capital pode se reproduzir (RODRIGUES, 2015), que segundo Harvey seria a representação da “*urbanisation du capital*” (HARVEY; 2003, 2004b).

Nos espaços metropolizados o *urbanisation du capital* traduz-se segundo Carlos (2015): “No quadro do processo de mundialização, que delinea a relação global/local, redefine o papel da metrópole como mediação necessária desse processo, o que vai determinar um novo papel do espaço na acumulação do capital” (CARLOS, 2015, p. 25).

Esse novo papel do espaço Lencione (2017) compreende que têm provocado um processo de metamorfose social e espacial, além de vim se tornar um produto contemporâneo da metropolização. Nesse processo de metamorfose os espaços públicos se colocam mais como problema do que solução. Para mesma autora os grupos sociais seguem uma lógica de separação e desagregação da cidade e da sociedade que se fundamenta na compreensão ambivalente (para não dizer binária): da dinâmica do capital globalizado expressas na forma-conteúdo da cidade e da população pobre marginalizada e relegada à viver em áreas marcadas por déficits de serviços urbanos.

Ainda para a referida autora a metamorfose da cidade se constitui num processo socioespacial que transforma profundamente o território, e se espraia na cidade por rupturas profundas na forma, no conteúdo e na natureza. Seria nesse sentido também dialogando com Lencione (2017), uma espécie de metropolização do espaço como um processo que metamorfoseia o território, como também uma urbanização do território.

Inserida nesse processo de metamorfose social e espacial, a cidade de Belém, *locus* da pesquisa, ou, mais precisamente, como recorte espacial, os bairros da Cabanagem, Benguí e Parque Verde (por meio dos assentamentos precários). Recortes empíricos que estão situados em um dos eixos de expansão da cidade, que compreende a Rodovia Augusto Montenegro.

Cabe destacar que os eixos não figuram (na nossa reflexão) tão somente como grande eixo topográfico, de comunicação, de infovias e mobilidade individual e coletiva, mas também da concentração de dinâmicas e densidades técnicas, produtivas/econômicas, demográficas e de ações políticas. Sendo, portanto, a composição e produção (pelo menos uma fração representativa da sociedade) de um “mundo constituído de fixos e de fluxos, por uma paisagem e relações sociais; como um conjunto de lugares onde o acontecer simultâneo dos diversos agentes supõe o uso diferenciado do tempo” (SANTOS, 1996, p.83).

Essa configuração de organização e produção do espaço apresentariam “padrões e processos gerais que engendram as desigualdades geográficas”. Padrões e processos que são expressos nos estudos de Cardoso (2009), a partir da abordagem do Serviço Social e aporte estatístico, ao analisar a Região Metropolitana de Belém (RMB), aponta a RMB como o maior aglomerado urbano da Amazônia; com a explosão demográfica no período entre 1950 a 2007 (recorte temporal de pesquisa do autor), com crescimento de aproximadamente de 663%. Além disso, ainda segundo Cardoso (2009) tal crescimento contribui para o crescimento desordenado do número de ocupações irregulares e ampliação do adensamento nos assentamentos precários em Belém.

Nessa tradução da metrópole belenense, Cardoso (2009) acaba por caracterizar assentamentos precários nas suas considerações finais como áreas infraestruturadas que contrastam com áreas de ocupação precária, em geral, alagadas ou alagáveis, sem serviços básicos e equipamentos coletivos.

O autor continua a pontuar que a assentamentos precários seriam em síntese uma concentração de segmentos de trabalhadores de baixíssima renda nas áreas não infraestruturadas, em um contexto de crescente favelização e periferação da cidade, do qual seria contribuidor para o acirramento de conflitos socioespaciais, que recrudescem na luta pelo acesso a terra e à moradia digna na cidade, assim como na luta por terra e trabalho digno no campo (CARDOSO, 2009).

Sem caracterizar ou definir Assentamentos precários o trabalho de Fernandes (2012), veio localizar, quantificar e analisar o crescimento populacional ocorrido em assentamentos precários situados na área de expansão da RMB no período 2000 e 2010, e correlacionando o crescimento populacional e o processo de dispersão urbana de Belém. Para Fernandes os assentamentos precários contribuíram decisivamente para a dispersão urbana, no período 2000-2010; porém, essas ainda segundo o autor se caracterizariam mais pelo crescimento da densidade do que pelo surgimento de novos assentamentos.

Diferente dos trabalhos de Cardoso (2009) e Fernandes (2012) o trabalho de Ximenes et al (2014) analisa os assentamentos precários na RMB com visão urbanística no que tange o aspecto das intervenções urbanísticas e de infraestrutura (sociais, institucionais, jurídicos e financeiros dos projetos), concentra-se na provisão de saneamento e na urbanização de assentamentos precários concernente, sobretudo, do Programa de Aceleração do Crescimento na RMB.

Ximenes et al (2014) aduz que há a emergência de e difíceis de compreender face a processos mais densos como produção do espaço, dispersão urbana e metropolização e reestruturação urbana e da cidade. Traduz ou defini assentamentos precários no contexto dessas emergências, a partir do “Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários”, do Ministério das Cidades:

A expressão “assentamentos precários” foi adotada pela nova Política Nacional de Habitação (PNH) de forma a englobar, numa categoria de abrangência nacional, o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados. Os assentamentos precários são, portanto, porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas, que têm em comum:

- o fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda;
- a precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional;
- a origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo, solução para suas necessidades habitacionais, diante da insuficiência e inadequação das iniciativas estatais dirigidas à questão, bem como da incompatibilidade entre o nível de renda da maioria dos trabalhadores e o preço das unidades residenciais produzidas pelo mercado imobiliário formal (BRASIL, 2010, p. 9).

Essa compreensão de assentamentos precários de Brasil (2010) é pinçado (com fragmentos) em outro trabalho de Ximenes et al 2014, no caso em Pinheiro et al (2016), para explicar os assentamentos precários na RMB, como áreas urbanas de ocupação juridicamente irregular, com deficiências de infraestrutura e serviços urbanos e população pobre-, com à necessidade de planejamento urbano e quantificação do problema da moradia na realidade local.

O trabalho pauta-se na qualificação (adjetivação) do processo, como espaços de segregação, pobreza, isolamento e forte desigualdade socioespacial, ou, caracterizadas como: baixadas, ocupações e comunidade ribeirinha. Embora estas caracterizações não constituam

exemplo cabal dos grandes aglomerados urbanos de porte metropolitano, como também não representam a integridade de produção do espaço e desigualdade socioespacial na escala intraurbana da cidade; mesmo possuindo ou estando imerso no contexto espaço-temporal específico, do qual os “Modos de produção e espaço geográfico evoluem juntos, movidos por uma lógica unitária.” (SANTOS, 1999, p.6).

Além disso, é importante destacar que os assentamentos precários estão coesos a processos de produção de áreas, eixos, redes e fluxos como parte da totalidade, Porém, compondo e decompondo a cidade em fragmentos; portando, vindo ser um motor de transformações, enquanto desigualdade, que quando acentuada, reverbera-se em conflito, a indiferença, a segregação e a fragmentação (SPÓSITO, 2011) e na “produção de espaços vernaculares”<sup>3</sup> (CORREA, 2011).

Espaços vernaculares concebidos e efetivados por aqueles que “invadem” e/ou ocupam terras públicas e/ou privadas, produzindo favelas, por aqueles agentes sociais excluídos, do qual dão conteúdo simbólico e social aos loteamentos e moradias. Porém, esses espaços vernaculares segundo Correa (2011) são capazes também de promoverem a entrada em cena de novos agentes, ligados à criminalidade e aos setores informais e formais da produção de moradias, portanto, geradores de tensão no consumo e na produção do espaço.

A produção desses espaços por agentes hegemônicos da vida econômica, social e política ligada à criminalidade e aos setores informais e formais da produção de moradias escolhem essa localização não mais como espaço residual, mas lugares de atuação práticas espaciais e territorialidades de poder.

Essa multiplicidade, complexidade e mosaicos de espaços e agentes compõe a cidade de Belém (recorte macroespacial da pesquisa e fonte de rápida descrição aqui). Sua localização geográfica é formada paisagisticamente, também por rios, furos, ilhas<sup>4</sup>. Esses elementos resguardam muito da história da cidade, pois os rios constituíram o “berço e as ruas” de Belém. Ela nasceu das águas, não num instante, como Afrodite<sup>5</sup> mas pouco a pouco

---

<sup>3</sup> São terras públicas que foram ocupados de forma espontânea, as quais são conhecidas como favelas ou loteamento populares das periferias. “no processo de produção do espaço vernaculares, entram em cena novos agentes sociais, como aqueles ligados à criminalidade e ao setor informal de produção de imóveis” (CORREA, 2011, p. 4).

<sup>4</sup> Segundo Barbosa et al (2012, p. 26): “O município de Belém (PA) possui uma área insular que corresponde a cerca de 65% do seu território. Assim, a distribuição peculiar de terras e águas, com diversas ilhas e canais, e a importância da capital paraense como centro regional e entreposto de rotas que se dirigem para diversos locais da Amazônia e também de fora dela, são fatores que influenciaram a configuração dos espaços e das paisagens locais”.

<sup>5</sup> Lefebvre (2006) usa essa metáfora para explicar que Veneza ao nascer das águas, foi um processo longo, e não como Afrodite, que segundo a mitologia nasce num instante das águas.

na confluência do rio Guamá com o rio Guajará. A cidade sempre apresentou forte ligação com os rios, daí a nomenclatura de ribeira para a fase de crescimento que compreende da sua fundação em 1616 até meados do século XVIII (MOREIRA, 1989).

Segundo Trindade Jr. (1998a), essa estreita ligação com os rios foi se enfraquecendo, mais precisamente por volta de 1960, com a abertura das rodovias na Amazônia, (principalmente, Br-230, Br-316 e Br-163) que modificou substancialmente o padrão de organização do espaço e do tempo, para além de uma modificação na forma de circulação. As rodovias constituíram uma “norteadora (sua lógica materializada)” do espaço regional como um todo e, principalmente, os espaços urbanos na Amazônia, que “no caso de Belém, essa dinâmica marca também seu processo de metropolização” (TRINDEDE Jr, 1998b, p. 2-3).

É desse “momento” que se pretende falar, a fase da metropolização, sem perder de vista, a memória de sua primeira fase e sua conexão e reverberação no espaço-tempo presente. Presentes também no espaço como herança e no processo de metropolização, a partir 2000 (que compreende o recorte temporal dessa pesquisa), por ser a fase marcada pelo processo de metamorfose metropolitana (LENCIONE, 2017) em que as contradições passam a ser as expressões cada vez mais presente no espaço da cidade, sob qual: “De um lado, temos, mais do que nunca, a consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado. De outro, temos o crescimento do déficit habitacional, a insuficiência dos serviços e equipamentos urbanos” (TRINDADE Jr, 1998b, p. 3).

Segundo Brito e Costa (2014) a partir da segunda metade do século XX a principal organização socioespacial de Belém foi (re)estruturando-se, com elevado crescimento populacional, incremento dos setores produtivos e aumento dos problemas socioeconômicos e espaciais na cidade.

Porém, é a partir do início da década de 2000, que Belém se metamorfoseia, “Resultado” ou “expressão urbana da desigual acumulação de tempos, de concepções e de técnicas de intervenções urbanas, bem como das práticas do planejamento e da gestão do espaço urbano” (SANTOS, 2018, p. 982).

A capital paraense passou a manter forte influência sobre as cidades vizinhas (primeiramente Ananindeua e posteriormente Marituba, Benevides, dentre outras), crescendo e expandindo-se horizontalmente, o que resultou na criação da Região Metropolitana de Belém (RMB). Deste modo engendra-se em seus bairros pobres e em sua área de expansão urbana um palco de exclusão social. A pobreza, a falta de saneamento básico e principalmente a falta de estruturas públicas de qualidade, em

---

<sup>3</sup> No dizer de Lefebvre (1958, p.348), o momento é a tentativa visando à realização total de uma possibilidade. Essa possibilidade "se dá", ela "se descobre", e pode ser vivida como uma totalidade, o que significa realizá-la e esgotá-la.

áreas essenciais como educação, saúde, transporte, mobilidade urbana e segurança, dão margem para o incremento de práticas ou processos sociais de segregação e exclusão socioespacial (BRITO; COSTA, 2014, p. 331).

Ainda com relação ao processo de acumulação desigual do tempo, Santos (2013) (e alinhando com contexto da cidade Belém), pontua que a naturalidade do objeto técnico regido por uma mecânica repetitiva, uma historização da metafísica, crava no organismo urbano áreas luminosas e áreas opacas. “Áreas ‘luminosas’, constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem superpõem e contrapõem ao resto da cidade, onde vive os pobres, nas zonas urbanas ‘opacas’” (SANTOS, 2013, p. 79).

É um tempo hegemônico (contraditório, de exclusão e precariedade) como protagonista da dinâmica e da reestruturação urbana de Belém, como também da produção das zonas luminosas e opacas e na produção da qualidade urbana, que reflete na qualidade de vida dos habitantes da cidade. Como também para a convergência de espécie de “Unicidade técnica, convergência dos momentos, unicidade do motor, são realidades cuja interdependência assegura a produção dessa *inteligência planetária*, que é o suporte do processo atual de globalização” (SANTOS, 1999. p. 9),

Nesse sentido, nossa área de estudo, foi delimitada a partir do critério de manifestações e expressões (mais significativas), contraditórias e desiguais na forma-conteúdo na década de 2000, na fase de metropolização da cidade de Belém, e aos traços materiais de atividades e práticas espaciais e territorialidades de poder de novos agentes econômicos e políticos que avançam no eixo de expansão da Avenida Augusto Montenegro.

Desse modo, a área de estudo tem com como dimensão temporal e analítica a metropolização de Belém a partir de 2000, essa fase da metropolização segundo Trindade Jr (1998a) compreende a fase da dispersão da forma urbana e está relacionada aos processos de desconcentração e reconcentração demográfica, econômica e espacial; bem como, a relativa expansão de vetores da urbanização do território que passaram a promover espacializações em direção aos eixos da BR-316 e Avenida Augusto Montenegro (TRINDADE JR, 1998b).

Para a referida pesquisa, elencamos o eixo de expansão no sentido da Avenida Augusto Montenegro, pois a proposta é pensar como vem se produzindo o processo de desigualdades socioespaciais e sua correlação com a violência urbana, em alguns assentamentos precários face ao processo de metropolização da cidade de Belém.

Segundo Trindade jr (1998a), no primeiro momento do processo de metropolização, os assentamentos precários/baixadas, apresentavam-se enquanto espaços de assentamentos da população de baixo poder aquisitivo em Belém.

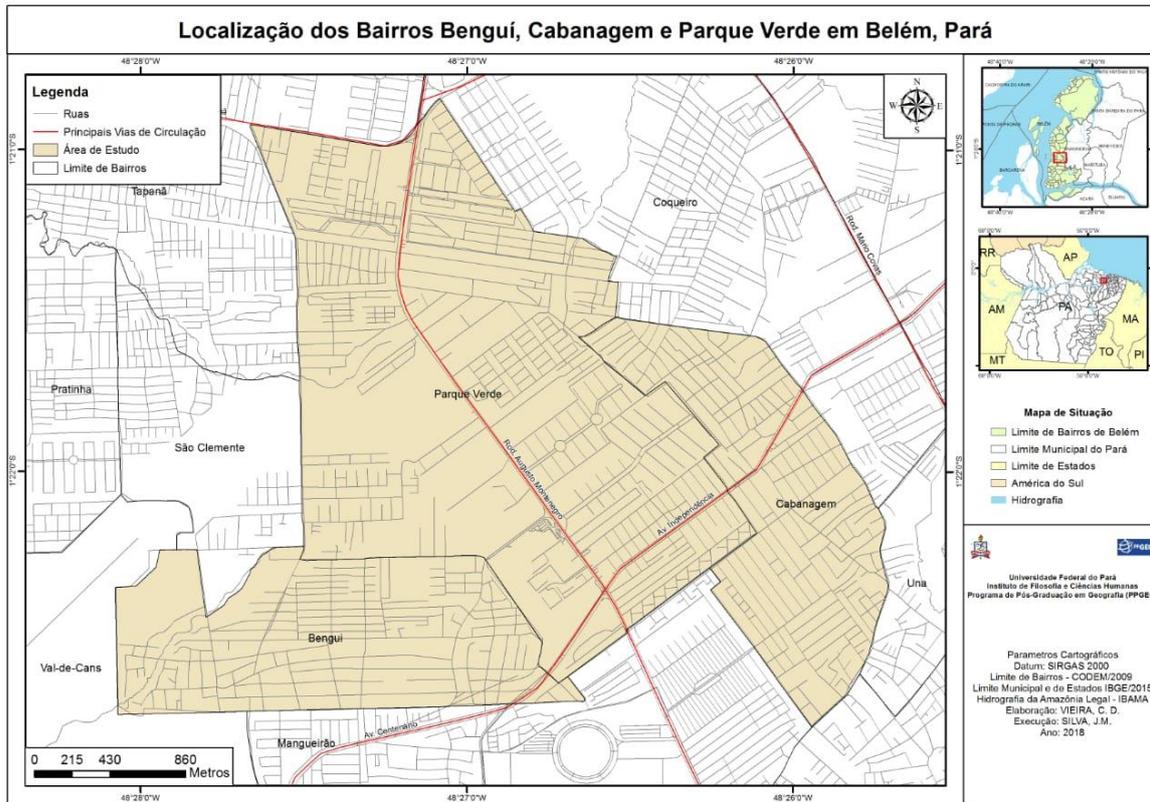
Contudo, no segundo momento desse processo, as baixadas perdem gradativamente essa condição e passam a vivenciar um intenso processo de valorização e de verticalização: “Os espaços de assentamentos são direcionados, então, para dois vetores de expansão, caracterizando um segundo momento do processo de metropolização e a redefinição da forma metropolitana” (TRINDADE JR, 1998b, p, 39) caracterizada pelo processo de dispersão ou desconcentração do espaço metropolitano belenense.

Seria uma configuração rentista espacial, de “rentabilizar uma produção”:

Os novos subespaços são mais ou menos capazes de rentabilizar uma produção. Cada combinação tem sua própria lógica e autoriza formas de ação específicas aos agentes econômicos e sociais. As ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos. Então, como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar. Podemos, então, falar de *produtividade espacial* ou produtividade geográfica, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo, isto é, ao "trabalho" do espaço (SANTOS, 1999, p. 12).

Nesse sentido, seria interessante destacar e discorrer sobre a configuração rentista espacial e “os sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações” e emergência de agentes sociais, territorialidades e correlações de desigualdades socioespaciais e violência urbana, em especial os assentamentos precários que surgiram junto ao processo de metropolização de Belém (ao longo da Avenida Augusto Motenegro, entre os bairros: Cabanagem, Bengui e Parque Verde, vide mapa 1).

**Mapa 1:** Mapa de localização da área de estudo



**Fonte:** IBGE 2010. Elaboração: Vieira; execução, Juliana Maciel.

Desta maneira, nossa leitura busca debruçar-se sobre o recorte temporal que compreende o momento da intensificação das contradições socioespaciais da/na cidade, que abrange a fase de metropolização e a forma metropolitana. Assim sendo capaz de identificar lógicas que são formais, lógicas dialéticas, concretas e de conteúdos<sup>6</sup> e entendimentos sobre os respectivos bairros e sua coesão ou expressões de padrões da RMB e sua conectividade global.

Entendendo que a forma metropolitana traduz, em determinados sentidos, a dinâmica de reprodução, e principalmente, a concentração do capital e do trabalho em seu aspecto material (LENCIONI, 2008). Para Carlos (2014; 2015) a metrópole é o lugar de expressão dos conflitos, afrontamentos, confrontações, produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a sociabilidade na cidade, na dimensão do cotidiano a vida encontra-se subsumida à lógica da acumulação e da normatização, e ainda sinaliza processos de apropriação desigual do espaço urbano, que são expressões dos paradoxos da modernidade.

<sup>6</sup> Nosso interesse não está fadado sob uma leitura da forma em si, mais a forma-conteúdo, pois elas são inseparáveis. “A forma é sempre forma de um conteúdo, mas o conteúdo determina a forma” (LEFEBVRE, 1995, p. 83).

Deste paradoxo anunciado pela modernidade encontra-se a materialização da violência urbana, que se expressa em conformação com a lógica de acumulação desigual do espaço urbano, anunciando com isso o processo de produção de desigualdade socioespacial (CARLOS, 2015).

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se no plano teórico pelo aprofundamento reflexivo acerca do processo de violência urbana e desigualdade socioespacial (e suas articulações e processos de produções) que possa assinalar para uma compreensão crítica e recente que Belém se insere, como produto, processo e condição da própria produção do espaço.

No plano teórico-prático, constitui ou incentiva a construção de uma agenda de pesquisa (e que se pretende continuar e desdobrar), no âmbito do Observatório da Violência o qual vem estudando a criminalidade, violência urbana e vulnerabilidade na metropole de Belém sob a coordenação do Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

Já no plano teórico-analítico-metodológico a pesquisa justifica-se, no crescimento dos estudos sobre violência urbana e desigualdades socioespaciais sob a perspectiva da produção do espaço, pois se nota uma escassez de trabalhos, no âmbito da Geografia.

Por fim, a pesquisa visa contribuir ainda que de maneira embrionária, para a análise geográfica das expressões de desigualdade socioespacial e algumas faces da violência urbana na escala do espaço urbano de Belém. Além de buscar destravar o nó acerca das fortes limitações, quando se busca decifrar ou interpretar, por exemplo, a forma-expressão como “o” definidor do espaço socialmente produzido, muito bem destacado em Trindade Jr (2004).

Um dos desafios na pesquisa geográfica é o alinhamento/costura com que Trindade Jr (2014) pontua como relações todo-parte, micro-macro (interescalarmente); sob o qual é reservada a tarefa de definir o conjunto ou a dinâmica macro e relações e implicações no espaço tempo específico.

Assim, refletir e debater a dinâmica de violência e sua conformação com o processo de desigualdade socioespacial, tendo como horizonte de pesquisa algumas áreas que apresentam os piores indicadores de qualidade urbana, as quais denominamos enquanto assentamentos precários (espaços vernaculares<sup>7</sup>) e a construção de indicadores socioespaciais para

---

<sup>7</sup> São terras públicas que foram ocupados de forma espontânea, as quais são conhecidas como favelas ou loteamento populares das periferias. “no processo de produção do espaço vernaculares, entram em cena novos agentes sociais, como aqueles ligados à criminalidade e ao setor informal de produção de imóveis” (CORREA, 2011, p. 4).

determinar assentamentos precários e evidenciar contradições sociais (ampliações ou não de assentamentos e sua distribuição espacial) no espaço urbano Belenense<sup>8</sup>.

Diante da discussão levantada à problemática dessa pesquisa, orienta-se no sentido de estudar e compreender de que maneira a produção/reprodução do espaço em Belém (tomando fragmentos da cidade para pensar a totalidade, uma relação interescalar) projeta-se e produz a dinâmica da violência urbana, em conformação com o processo de desigualdade socioespacial expressando-se de forma mais acentuada em assentamentos precários (espaços vernaculares).

Compreendendo o espaço em sua tríade condição, meio e produto das relações sociais (CARLOS, 2011, 2015) busca-se entender a partir da (re) produção do espaço “onde” estão as maiores expressões de desigualdade socioespacial e qual sua relação com a dinâmica da violência urbana nesses assentamentos.

Desse modo, com base no exposto o presente trabalho busca responder a seguinte questão:

- Como vem se produzindo (e/ou se expandindo) processos de desigualdades socioespaciais e/ou correlacionando-se com a violência urbana, em assentamentos precários em um dos eixos de expansão metropolitana de Belém, Pará, a partir de 2000?

Vale ressaltar que a resposta de tal questão não se dá de forma imediata sendo necessário um esforço teórico, conceitual e prático (a partir de pesquisas e levantamento de campo), que venham a propor o entendimento da questão acima, por conseguinte, torna-se necessário a realização de outras indagações específicas para a compreensão da questão central da presente pesquisa, a saber:

- Quais os elementos de desigualdades e diferenciação socioespaciais que vem ou não verberando em violência urbana em assentamentos precários?
- Porque e como “surgem”, isto é, são/foram produzidos “espaços vernaculares” em Belém, principalmente, “assentamentos precários” em Belém, a partir de 2000?
- Quais os agentes insurgentes da produção de “espaços vernaculares” em assentamentos precários em Belém?

Como objetivo geral buscamos analisar como vem se produzindo (e/ou se expandindo) processos de desigualdades socioespaciais e sua correlação com a violência urbana, em

---

<sup>8</sup> O recorte espacial dessa pesquisa compreende os assentamentos precários na área de expansão da cidade de Belém, no eixo da Avenida Augusto Montenegro, mais precisamente situado nos bairros da Cabanagem, Benguí e Parque Verde.

assentamentos precários em um dos eixos de expansão metropolitana de Belém, Pará, a partir de 2000. Tomamos como objetivos específicos:

- Verificar os elementos de desigualdades e diferenciação socioespaciais que vem ou não verberando em violência urbana em assentamentos precários;
- Identificar os agentes insurgentes da produção de “espaços vernaculares” em assentamentos precários em Belém;
- Analisar de que forma “surgem”, isto é, são/foram produzidos “espaços vernaculares” em Belém, principalmente, “assentamentos precários” em Belém, a partir de 2000;
- Analisar o processo de reestruturação urbana e o sentido da redefinição dos espaços dos assentamentos precários em Belém e as atuais tendências de expansão urbana no contexto metropolitano.

Como hipótese verifica-se que processos e lógicas espaciais no plano do urbano perpassa em entender e articular o —fragmento/parte (Bairros)— pensado como mediação para compreensão da totalidade (a cidade de Belém) e sua conexão dialética, histórica e geográfica – no caso para compreender o processo de desigualdades socioespaciais e o recrudescimento sobre algumas faces da violência urbana, a medida em que está no movimento geral de reprodução da cidade.

Assim a dinâmica da violência urbana está diretamente associada ao processo de desigualdade socioespacial e com produção de assentamentos precários; já que o próprio espaço passa a ser condição, produto e meio da (re) produção das relações sociais, que passa a diferenciar seus membros, principalmente, por meio do consumo do espaço, e conseqüentemente espraia-se de maneira diferente nos espaços da cidade, estando relacionado com a própria natureza da produção do espaço.

A violência urbana (a violência enquanto produto desigual da produção do espaço e a violência que se manifesta em sua forma mais perversa na qual resulta em homicídios) é identificada nos assentamentos precários situados nos bairros da Cabanagem, Parque Verde e Benguí como expressões da diferenciação e desigualdade socioespacial. Isso porque os assentamentos apresentar-se-iam como espaço que são produzidos de forma desigual, em que tais desigualdades podem ser verificadas em suas formas-conteúdos e usos/apropriações da cidade e do Bairro; mas que se materializam de forma diferenciada tanto na atuação de agentes econômicos (capital imobiliário e Estado) quanto na violência urbana.

Assim, a dissertação encontra-se estruturada em quatro momentos: Capítulo 1, apresenta a metodologia utilizada para chegar aos resultados da pesquisa. O Capítulo 2, uma

revisitação conceitual acerca da metropolização do espaço, desigualdades e diferenciações socioespaciais, território e violência urbana usando de um aporte teórico para subsidiar o entendimento desses processos influenciando na área pesquisada. O capítulo 3 apresenta a formação socioespacial, reestruturação da cidade de Belém e produção de assentamentos precários no contexto metropolitano, além de tratar da formação socioespacial dos bairros da Cabanagem, Parque Verde e Benguí buscando compreender como se forma os assentamentos precários nos bairros supracitados. O capítulo 4 busca analisar os processos vinculados ao território, violência e desigualdade socioespacial em assentamentos precários situados nos bairros da Cabanagem, Parque Verde e Benguí tendo como ferramenta dados referentes aos crimes de homicídios e relacionados com outras variáveis sociais como: renda e serviços infraestruturais (saneamento, energia, abastecimento de água, e coleta de lixo), juntamente com os conceitos e processos abordados nos capítulos anteriores.

## CAPÍTULO 1 - ABORDAGEM METODOLÓGICA

El pensamiento dialéctico da énfasis a la comprensión de los procesos, los flujos, las fusiones y las relaciones por medio del análisis de los elementos, las cosas, las estructuras y los sistemas organizados. Las citas presentadas más arriba son bastante explícitas en este respecto. Hay un principio ontológico muy profundo implicado acá puesto que, en efecto, los dialécticos sostienen que los elementos, las cosas, las estructuras y los sistemas nunca existen por fuera o antes de los procesos, los flujos o las relaciones que los crean, sustentan o socavan. Por ejemplo, en nuestro mundo contemporáneo, los flujos de capital (bienes y dinero) y de personas generan, sostienen o socavan lugares como fábricas, barrios y ciudades, entendidos como cosas. Epistemológicamente, en el proceso de investigación se invierte normalmente este énfasis porque buscamos entender los procesos, ya sea mirando cualquiera de los atributos que en primera instancia nos parecen cosas autoevidentes o mirando las relaciones entre ellos. Normalmente investigamos flujos de bienes, dinero y personas examinando las relaciones entre las entidades existentes como fábricas, barrios y ciudades

Marx (2013, p.301): *“O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual”*

As metrópoles vêm passando por uma série de processos vinculados à produção do espaço urbano, divisão do trabalho, processos de financierização, de reestruturação urbana, tais processos tem se reverberado na própria forma e conteúdo dessas metrópoles, as quais passam a produzir espacialidades urbanas desiguais (RODRIGUES, 2015) tais processos constituem parte do movimento múltiplo e disjunto de produção do espaço (LEFEBVRE, 1999) ainda como parte desse movimento, emerge a questão da violência urbana enquanto uma síntese do processo (contraditório) de produção do espaço urbano e reprodução das relações sociais (CARLOS, 2018), já que a “essência”/natureza da violência urbana também se expressa de forma desigual nos espaços da cidade.

Nesse sentido, a abordagem da pesquisa calca-se pauta-se no Materialismo Histórico (Geográfico) Dialéctico ou Materialismo Histórico Geográfico e assim podemos entender *“los atributos cualitativos y cuantitativos de las 'cosas' es entendiendo los procesos y las relaciones que ellos internalizan”* (HARVEY, 2018, p. 252). Ou mais precisamente, seria método de pesquisa, que se baseia ou considera o tempo, espaço e ser social, a realidade objetiva em sua totalidade; como também considerando (nexos entre) conflitos e contradições.

Por fim, um método capaz de desvelar a natureza e seus contornos históricos, suas conexões e relações, em uma espécie de movimento que nasce e corporifica-se em um espaço-tempo presente e de ações em espaço-tempo recente (integridade da relação entre o todo e a parte).

Sob a luz desse método a metrópole belenense pode ser lida sob determinações supracitadas tendo em vista que o urbano se projeta enquanto uma tendência que se generaliza

no tempo e no espaço, no movimento geral de produção do espaço urbano e reprodução das relações sociais, guardadas e guardando particularidade de cada região, tal projeto anunciado, nos permite ler a realidade por meio de suas repetições e sinalizações recentes, históricas e dialéticas e apontamentos de cenários futuros.

Diante desta perspectiva, consideramos necessária a construção de um pensamento crítico que nos permita refletir acerca do movimento de determinações e contradições imanentes ao modo capitalista e como vem se reproduzindo no contexto de Belém. Desse modo, propomos analisar o objeto como um produto, condição e meio da reprodução do espaço urbano.

Considerando a necessidade de definir um caminho teórico-analítico, optamos aqui por uma abordagem, que permeia a produção/reprodução do espaço urbano (LEFEBVRE, 1972; 1999; 2006). Esse caminho teórico-metodológico alinha-se no plano do método ao materialismo histórico dialético já percorrido anteriormente, o que possibilita analisar e refletir as contradições socioespaciais e correlacionar com a questão da violência urbana como uma expressão do processo de produção das desigualdades socioespaciais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa elencamos alguns elementos que se articulam no plano teórico-metodológico, os quais compõem categorias e conceitos essenciais, a saber: produção do espaço urbano, metropolização do espaço, desigualdades e diferenciação socioespaciais, reestruturação urbana, reestruturação da cidade, violência urbana, território, crime, criminalidade e homicídios. Articulado a essas categorias e os assentamentos precários na área de expansão da cidade de Belém, no eixo da Rodovia Augusto Montenegro, mais precisamente situado nos bairros da Cabanagem, Benguí e Parque Verde.

Assim, conforme a presença ou ausência das variáveis de infraestrutura, chegamos a classificação de indicadores de qualidade urbana (ótimo, bom, regular, péssimo e ruim). A combinação dessas variáveis se deu por meio da estatística e da cartografia. Nessa pesquisa, consideramos como assentamentos precários as áreas que apresentam os indicadores de qualidade urbana péssimo e ruim.

Os quais integram uma unidade representativa de uma combinação de variáveis, definidas pelo Censo Demográfico de 2010, quais sejam: 1- domicílios com abastecimento geral de água, 2- domicílios banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, 3- domicílios com lixo coletado, 4- domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora, 5- domicílios com 1- banheiro de uso exclusivo dos moradores, 6- entorno com pavimentação, 7- entorno com iluminação pública, 8- domicílios quitados ou em aquisição.

Assim, a área de estudo, compreende os assentamentos precários situados nos bairros do Benguí, Parque Verde e Cabanagem, os bairros foram elencados a partir de um conjunto de critérios, tais como, maior presença dos indicadores qualidade urbana péssimo e ruim; grande concentração de homicídios e por estarem localizados no eixo que compreende a área de expansão de Belém no sentido Augusto Montenegro, formando uma espécie de cinturão nessa área, já que são bairros contíguos.

A construção do processo de pesquisa pressupõe, ainda, a escolha de algumas variáveis (indicadores) que nos permitiram analisar o objeto de estudo com maior profundidade (RODRIGUES, 2015). Nesse sentido, decidimos pelo uso das seguintes variáveis operacionais: 1- domicílios com abastecimento geral de água, 2- domicílios banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial, 3- domicílios com lixo coletado, 4- domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora, 5- domicílios com 1- banheiro de uso exclusivo dos moradores, 6- entorno com pavimentação, 7- entorno com iluminação pública, 8- domicílios quitados ou em aquisição.

Essas informações serão “manuseadas” em conjunto com os *softwares* livre (*OpenGis*) de geoprocessamento denominados: Quantum Gis (*Open Geospatial Consortium*) e o ArcGis para o *layout* final dos mapas. Segundo Melazzo (2006), os mapas produzidos por meio de indicadores sociais se constituem como um importante instrumento de leitura da realidade. “O mapa como instrumento de leitura da realidade, indicando o “o que” e o “onde”, cria uma visão da cidade que é espacial e relacional” (MELAZZO, 2006, p. 23).

Segundo Rodrigues (2015) os indicadores sociais e urbanos constituem o elo entre o conceito analisado e a realidade empírica, social e espacial. Dessa maneira, os indicadores urbanos permitem interpretar as desigualdades socioespaciais, podendo ainda auxiliar possíveis reflexões para pensar a violência urbana,

Nesse sentido, a pesquisa vem sendo desenvolvida em etapas, algumas dessas etapas estão em fase de amadurecimento, outras, ainda serão realizadas. Das etapas desenvolvidas até o momento, destaca-se: os trabalhos de campo com objetivo de se aproximar do objeto de estudo, visando entrevistar representantes de associações de bairros e habitantes a fim de entender como se dá a reprodução das relações sociais sob a dimensão do espaço vivido além de buscar visualizar em *locus* se havia contraponto entre os resultados gerados e representados nos mapas e a realidade.

Objetiva-se com este, saltar de uma “observação de sobrevoo” e estabelecer relação mais próxima ao objeto empírico da pesquisa, de maneira a identificar processos, lógicas

locais e distantes (LEFEBVRE, 1999; 2006). Os materiais utilizados nos trabalhos de campo serão: a) Câmera fotográfica; b) Caderno de anotações para registro das informações empíricas coletadas; c) GPS (sistema de posicionamento global).

Dos procedimentos realizados para a delimitação do nosso objeto de pesquisa, destaca-se três momentos, fundamentais: i) no primeiro momento elencamos as variáveis com potencial de expressar áreas com maior precariedades de serviços públicos; ii) o segundo momento foi realizado um procedimento estatístico com a finalidade de expressar todos os indicadores juntos; iii) no terceiro momento buscamos a melhor maneira de representar cartograficamente esses elementos que passaram pela análise da estatística, mais precisamente a análise fatorial.

Esses procedimentos serão detalhados a seguir:

- **Técnica Estatística Aplicada**

A aplicação da técnica de Análise Fatorial (AF) tem o propósito de construir um Índice de Qualidade Urbana (IQU) da área continental de Belém em 2010, com destaque aos bairros do Bengui, Cabanagem e Parque Verde. O IQU integra uma unidade representativa de uma combinação de variáveis a partir dos setores censitários. Para isso, foram selecionadas variáveis de natureza socioeconômica, de infraestrutura e serviços urbanos com base na pesquisa do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

São utilizadas informações da base de dados “Resultados do Universo” em formato de planilha acompanhada de um documento denominado de “Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por Setor Censitário”, em formato .pdf (*Portable Document Format*) publicado em novembro de 2011, que detalha o nome e descrição das variáveis de acordo com o setor censitário bem como a malha nos setores censitários em formato .shp (*Esri shapefile*<sup>9</sup>).

O arquivo da Base de Informações por Setores Censitários se subdivide em 18 planilhas, cada uma é responsável por fornecer informações específicas sobre um aspecto dos domicílios e da população, como por exemplo, *Domicilio01\_UF*<sup>10</sup>.xls e *Domicilio02\_UF*.xls que fornecem informações sobre características de abastecimento de água, condição de ocupação, esgotamento sanitário, coleta de lixo, quantidade de moradores, entre outros.

---

<sup>9</sup> Formato de armazenamento de dados geoespaciais em estruturas vetoriais (representações de vértices por um par de coordenadas, expressos através de pontos, linhas e polígonos) usados por Sistemas de Informações Geográficas.

<sup>10</sup> UF é sigla para Unidade da Federação

A estrutura da planilha é composta por linhas e colunas, na qual cada linha fornece os dados de um setor censitário e cada coluna corresponde a uma variável, como exemplificado na tabela 1 abaixo, extraída da planilha *Domicilio01\_PA.xls*.

**Tabela 1:** Composição da tabela *Domicilio01\_PA.xls*.

Cod_setor	Situação_setor	V001	V002	V003	V004	V005	V006
150010705000001	1	352	352	268	48	36	283
150010705000002	1	246	244	241	0	3	199
150010705000003	1	395	395	356	37	1	306
150010705000004	1	338	338	309	14	6	233
150010705000005	1	255	255	250	4	1	215

**Fonte:** Censo Demográfico de 2010 – IBGE. Adaptação do autor.

Todas as planilhas têm em comum a identificação do setor censitário (Cod\_setor) e a situação do setor censitário<sup>11</sup>. Já os códigos V00(...) representam as variáveis pesquisadas, e a descrição dessas variáveis estão no arquivo da base de informações do censo demográfico, portanto, de acordo com o exemplo anterior as variáveis estão organizadas (Tabela 2).

**Tabela 2:** Arquivo Domicílio, características gerais (planilha *Domicilio01\_PA.xls*).

Nome da variável	Descrição da variável
Cod_setor	Código do setor censitário
Situação	Código de situação do setor censitário (ver planilha <i>Basico_UF.xls</i> )
V001	Domicílios particulares e domicílios coletivos
V002	Domicílios particulares permanentes
V003	Domicílios particulares permanentes do tipo casa
V004	Domicílios particulares permanentes do tipo casa de vila ou em condomínio
V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento
V006	Domicílios particulares permanentes próprios e quitados

**Fonte:** Censo Demográfico de 2010 – IBGE. Adaptação do autor.

Com base nessas informações foram selecionadas as seguintes variáveis para análise fatorial:

- ✓ Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral (Água);
- ✓ Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial (Esgoto);
- ✓ Domicílios particulares permanentes com 1 banheiro de uso exclusivo dos moradores (1 Banheiro);
- ✓ Domicílios particulares permanentes com lixo coletado (Lixo);

<sup>11</sup> Situação urbana do setor varia de 1 a 3, onde 1 - Área urbanizada de cidade ou vila; 2 - Área não-urbanizada de cidade ou vila; 3 - Área urbana isolada.

- ✓ Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora (Energia);
- ✓ Domicílios particulares permanentes – Existe iluminação pública (Ilum. Pública);
- ✓ Domicílios particulares permanentes – Existe pavimentação (Pavimentação);
- ✓ Domicílios quitados ou em aquisição (Próprio/Aquisição);

- **Análise Fatorial**

Análise fatorial (AF) é um conjunto de métodos estatísticos multivariados cujo objetivo é definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados. Ou seja, AF aborda o problema de analisar a estrutura das correlações entre um grande número de variáveis em busca de fatores comuns (FÁVERO et al., 2009). Para isso é necessário que as variáveis em estudo obedecem alguns pressupostos.

Primeiramente é realizado o teste de normalidade de uma variável, cujo objetivo é verificar se a mesma segue uma distribuição normal. Existem vários testes que podem verificar essa condição, os mais utilizados em análise multivariada são o Kolmogorov-Smirnov e o de Shapiro-Wilk (KMO) em que ambos testam as seguintes hipóteses:

$H_0$ : Os dados seguem uma distribuição normal;

$H_1$ : Os dados não seguem uma distribuição normal;

Geralmente essa análise é feita através da comparação do nível de significância aplicado, que neste caso será de 5% (0,05) com o resultado do nível descritível do teste que em muitos casos é chamado de *P-value* ( $\rho$ ) e deve seguir a seguinte regra:

- I.  $\rho > 0,05 \Rightarrow$  Aceita-se  $H_0$ ;
- II.  $\rho < 0,05 \Rightarrow$  Rejeita-se  $H_0$ ;

Para a análise esse pressupostos necessitam da aceitação de hipótese nula ( $H_0$ ), para que a variável possa ser incluída no modelo, mas segundo Fávero et al (2001), esse pressuposto verifica se as variáveis terão uma correlação significativa ou não, caso a variável não possua uma distribuição normal e não apresenta *Outliers*, mas mesmo assim apresente uma boa correlação, isso significa que a mesma não prejudicará o modelo final. Os *Outliers* são valores discrepantes no conjunto de dados, ou seja, valores muito acima da média. Caso as variáveis apresentem boa correlação pode-se iniciar o processo da AF.

A partir desses requisitos iniciais, pode-se realizar a correlação entre as variáveis, para isso existem regras de valores específicos para o grau dessas correlações. Segundo Hair Jr. et

al. (2005), o valor ideal entre as variáveis  $x$  e  $y$  por exemplo, devem ser maior do que 0,30, de acordo com a seguinte fórmula:

$$r_{xy} = \frac{\sqrt{\sum xy - \frac{\sum x \sum y}{n}}}{\sqrt{\left[ \sum x^2 - \frac{(\sum x)^2}{n} \right] \left[ \sum y^2 - \frac{(\sum y)^2}{n} \right]}}$$

onde,  $x$  e  $y$  são variáveis independentes e  $n$  é o número de elementos da amostra.

Posteriormente é realizado o teste de KMO para verifica o grau de adequação dos dados para a aplicação da técnica. Esse grau segue-se em uma escala de 0 a 1, portanto, quanto mais próximo de 1 mais adequado será os dados para a aplicação da técnica da AF. A tabela 3 a seguir mostra a seguinte escala de acordo com SHARMA, 1996:

**Tabela 3:** Classificação da Aplicação da Análise Fatorial pela estatística KMO.

Valor de KMO	Aceitação para a Análise Fatorial
0,00 F 0,50	Inaceitável
0,50 F 0,60	Mau, mas ainda aceitável
0,60 F 0,70	Razoável
0,70 F 0,80	Média
0,80 F 0,90	Boa
0,90 F 1,00	Excelente

Nota: KMO - Estatística de Kaiser-Meyer-Olkin

A partir da adequação dos dados é realizado o teste de esfericidade de Bartlett cujo objetivo é avalia se a matriz de correlação é igual a matriz identidade e a análise da matriz anti-imagem. Essa avaliação é realizada através da Medida de Adequação da Amostra (MAA), se encontra também em uma escala de 0 a 1, portanto, quanto mais próximo de 1 for o MAA, mais adequada será a amostra. Em muitos casos o teste de Bartlett é analisado através do nível descritivo do teste, comumente chamado em alguns *softwares* de *P-value*. Nessa análise são testadas duas hipóteses, que são:

$H_0$ : A matriz de correlação é igual a matriz identidade;

$H_1$ : A matriz de correlação difere da matriz identidade;

Sendo assim, quando o *P-value* ( $\rho$ ) for menor que o nível de significância aplicado no teste, rejeita-se a hipótese nula, caso contrário aceita-se a mesma. Os níveis de significância mais usuais em testes estatísticos são os de 5% (0,05) e 1% (0,01), mas neste trabalho será

utilizado apenas o nível de 5% de confiança (significância). Em análise fatorial o correto é sempre rejeitar a hipótese nula para provar que a matriz de correlação difere da matriz identidade.

Em seguida para determinar a quantidade de equações necessárias para a construção dos índices foi utilizado o critério de Kaiser, que determina a quantidade de fatores que apresentam autovalores maior que 1, caso algum fator apresente autovalores menores que 1, os mesmos devem ser descartados da análise.

Após a extração dos fatores pelo critério de Kaiser os valores são rotacionados através método Varimax. Este método maximiza cada informação de cada variável de cada um dos fatores utilizados na construção dos índices (escores fatoriais).

Segundo Almeida (2017), para calcular os índices de cada área são multiplicados os valores individuais atribuídos a cada variável por área pelos pesos fatoriais. Para facilitar a interpretação dos índices geralmente é realizada uma padronização dos valores obtidos, dessa forma os mesmo passam a ser apresentados em uma escala de 0 a 1 ou 0 a 100%. Neste caso, o *i-ésimo* valor padronizado de um índice, é obtido de acordo com a fórmula a seguir:

$$FP_i = \left( \frac{F_i - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right)$$

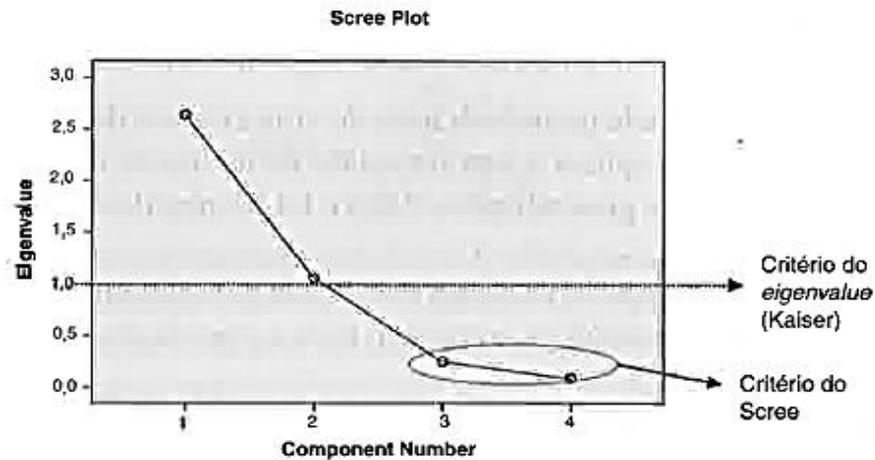
ou

$$FP_i = \left( \frac{F_i - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right) \times 100$$

onde,  $F_{min}$  e  $F_{max}$  são respectivamente os valores máximo e mínimo observados dos escores fatoriais da área de estudo.

Na AF o gráfico de Scree indica o número ótimo de fatores que pode ser extraído antes que a quantia da variância única comece a dominar a estrutura da variância comum (FAVERO, L.P et al., 2001). O gráfico é gerado por meio dos valores da raiz latente (Eigenvalues) no eixo Y e o número de fatores no eixo X, de acordo com a ordem da extração. Desta forma, o ponto do gráfico em que a linha passa a se tornar um pouco mais “constante”, reflete um indicativo do número de fatores a serem extraídos. A figura 1 abaixo ilustra um gráfico Scree realizado no *software* SPSS.

**Figura 1:** Gráfico de Scree.



- **Aplicação da Análise Fatorial**

A aplicação da técnica da AF foi utilizada com propósito de construir um Índice de Qualidade Urbana (IQU) em 2010, a partir dos dados agregados dos setores censitários da área continental de Belém. A técnica busca uma unidade representativa com base em combinações de variáveis de natureza socioeconômica, infraestrutura e serviços urbanos extraídos do banco de dados dos Resultados do Universo – Censo Demográfico de 2010.

Havia outras variáveis sobre a Média do número de moradores em domicílios particulares permanentes, Domicílios que possuem renda igual ou inferior a 2 salários mínimos, Domicílios particulares permanentes – Existe lixo acumulado nos logradouros, Domicílios particulares permanentes – Existe esgoto a céu aberto. No entanto, as variáveis apresentavam *Outliers* e estavam causando problemas na construção do modelo final da AF, pois reduziam o percentual de explicação dos fatores através da variância total e suas comunalidades eram muito baixas, assim, estas variáveis foram retiradas. O tratamento dos dados foi realizado através do *software* SPSS versão 20.

Com base nos pressupostos verificou-se primeiramente a normalidade de cada variável, através do teste de normalidade de Shapiro-Wilk, uma vez que a amostra contém mais de 1.000 dados, e todas as variáveis não apresentaram uma distribuição normal. Entretanto de acordo com Fávero et al (2001), a normalidade das variáveis é importante para que a falta de correlação não venha a prejudicar o modelo final, se caso as mesmas não sejam normais, mas as correlações não sejam afetadas, o processo de AF pode ser realizado normalmente.

Desta forma considerando o valor absoluto superior a 0,30 para a correlação foi realizado a correlação entre os oitos variáveis submetidas ao modelo de análise fatorial e afirma-se que as variáveis apresentam boa correlação, conforme ilustra a tabela 4 abaixo:

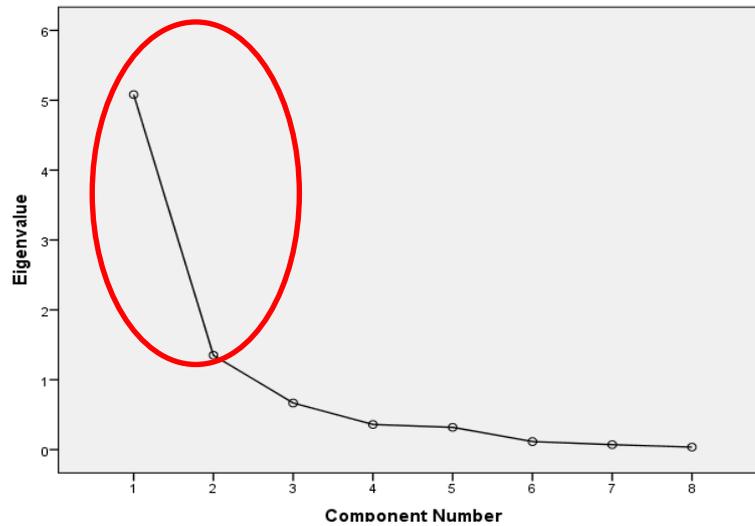
**Tabela 4:** Correlação entre as variáveis.

	Água	Esgoto	1 Banheiro	Lixo	Energia	Ilum. Pública	Pavimentação	Próprio/Aquisição
Água	<b>1,000</b>							
Esgoto	0,464	<b>1,000</b>						
1 Banheiro	0,301	0,473	<b>1,000</b>					
Lixo	0,562	0,327	0,457	<b>1,000</b>				
Energia	0,642	0,315	0,448	0,957	<b>1,000</b>			
Ilum. Pública	0,611	0,355	0,495	0,908	0,925	<b>1,000</b>		
Pavimentação	0,555	0,615	0,578	0,550	0,526	0,582	<b>1,000</b>	
Próprio/Aquisição	0,538	0,173	0,312	0,897	0,921	0,844	0,359	<b>1,000</b>

**Fonte:** Censo Demográfico de 2010 – IBGE.

A estatística de KMO indica que o método é considerado excelente para a adequação da AF neste conjunto de dados, pois apresentou índice de 0,88. Além disso, o nível descritivo do teste de esfericidade de Bartlett foi de 0,00 ( $\rho = 0,00$ ); isso indica a rejeição da hipótese nula, no qual diz que a matriz de correlações difere da matriz identidade, permitindo a possibilidade do método de análise fatorial para o tratamento dos dados. Com base nesses resultados, pode-se afirmar que as variáveis são aceitas dentro de um modelo de análise fatorial, para posteriormente serem calculados os escores fatoriais e a construção do Índice de Qualidade Urbana.

Seguindo o critério de Kaiser com a regra de retenção dos fatores com valores superior a 1, foram retirados dois fatores no qual conseguiram explicar 80,4% da variância total dos dados originais. A figura 2 que ilustra o gráfico de *Scree* a seguir ilustra o número ótimo de três fatores que podem ser extraídos antes que a quantia de variância única pudesse dominar a estrutura de variância comum, ou seja, o gráfico apresenta a variância total acumulada nos dois fatores principais.

**Figura 2:** Gráfico de Scree.

Tratando-se das comunalidades, sabe-se que elas devem ser acima de 0,500, pois este é o percentual de explicação que cada variável tem no modelo. Neste conjunto de dados todas as variáveis apresentaram um poder de explicação significativo acima de 0,5, o poder de explicação mais baixo foi o da variável “**Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral**” que foi de 0,572, os demais apresentaram valores acima de 0,700. Isto é, cada variável tem um poder de explicação satisfatório para o seu determinado fator.

Os fatores mostram também os escores fatoriais que cada variável contribuiu para a análise. A tabela 5 a seguir mostra todos os valores da análise fatorial realizada, conforme comentado acima.

**Tabela 5:** Estatísticas resultantes da técnica de Análise Fatorial.

Variável	KMO	Esfericidade Bartlett	% Var	Comunalidades	Escores Fatoriais	
					1	2
Água		X <sup>2</sup> = 10868,50		0,572	0,092	0,131
Esgoto				0,766	-0,192	0,490
1 Banheiro				0,580	-0,085	0,352
Lixo	0,88		80,4	0,950	0,258	-0,058
Energia				0,966	0,270	-0,077
Ilum. Pública				0,903	0,230	-0,018
Pavimentação		$\rho = 0,00$		0,773	-0,081	0,389
Próprio/Aquisição				0,923	0,324	-0,197

Nota: KMO - Estatística de Kaiser-Meyer-Olkin;  $\chi^2$  - Valor do Qui-quadrado; p - Nível Descritivo; % Var. - % Variância Explicada pelo Fator.

Quando a análise dos fatores apresenta mais de um fator, o escore fatorial utilizado no IQU sempre prevalece o maior escore entre os dois fatores, porque um escore fatorial nada mais é que a carga fatorial que a variável possui dentro do fator. Neste caso a o Índice de Qualidade de Urbanização em 2010 é dado por,

$$IQU = 0,131xÁgua + 0,49xEsgoto + 0,352x1Banheiro + 0,258xLixo + 0,27xEnergia + 0,23xIllum. Pública + 0,389xPavimento + 0,324xPróprio/Aquisição$$

Após a obtenção do IQU foi possível calcular os escores fatoriais para cada setor censitário, por exemplo, no setor censitário código: 150140275000142, pertencente ao bairro do Barreiro, os seguintes escores obtidos,

$$IQU = 0,131x151 + 0,49x141 + 0,352x33 + 0,258x159 + 0,27x157 + 0,23x160 + 0,389x160 + 0,324x124 = 323,115$$

A partir do calculo dos escores fatoriais de cada setor censitário foi realizada uma padronização dos valores obtidos em uma escala de 0 a 1. Assim para o setor censitário 150140275000142 o seguinte escore padronizado foi obtido,

$$FP_i = \left( \frac{F_i - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right) \rightarrow FP_{150140275000142} = \left( \frac{323,115 - 8,487}{1365,641 - 8,487} \right) = 0,23$$

A partir da padronização do IQU foi possível caracterizar os setores censitários de modo que quanto maior o valor, ou seja, mais próximo de 1 melhor é a urbanização. Os setores censitários foram classificados com base nos valores padronizados em percentil, os valores padronizados com escores abaixo do  $P_{15}$  classificados como péssimo, os de  $P_{16}$  até  $P_{60}$  como ruim, e os valores de  $P_{61}$  a  $P_{85}$  como são classificados como regular, os de  $P_{86}$  a  $P_{97}$  são classificados como bom e os valores iguais ou acima de  $P_{98}$  são considerados ótimo.

- **Composição dos Dados Espaciais**

Estudar os arranjos espaciais que envolvem o crime mediante a representação cartográfica é entender que o mesmo não se resume a gráfico ou tabelas, visto que a linguagem gráfica dos mapas é um recurso de fácil compreensão. Além disso, oferece uma visão geral do espaço representado de modo a facilitar o entendimento e memorização da

informação a partir da comunicação visual. É possível identificar a existência de padrões, regularidades de distribuição, além de permitir visualizar o crime a partir dos aspectos gerais do espaço geográfico.

Neste sentido, a composição dos dados espaciais tomou por base as informações demográficas, a partir do Censo Demográfico de 2010, e espacialização dos homicídios, através da Tabela de Homicídios de 2015 a 2017, disponibilizada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP-PA). A fim de construir uma representação cartográfica para averiguar se existe a correlação entre a distribuição espacial dos homicídios e a qualidade de urbanização.

A composição do banco de dados abrange a base de informações do Censo Demográfico de 2010 e a base territorial dos setores censitários (2010), cujo objetivo consiste em integrar as informação do perfil da população e as características do domicílio aos setores censitários. O vínculo entre a informação e a área espacializada ocorre por meio do Código do Setor, denominado de CD\_GEOCODI. Abaixo seguem os procedimentos para construção do banco de dados:

- ✓ **Composição do banco de dados do IQU:** Após realizar o calculo para padronização dos valores do IQU, em ambiente do *software* QGIS 2.14.11, os valores foram atrelados a base territorial dos setores censitários correspondente através da ferramenta “uniões” em que a coluna Cod\_setor do arquivo em excel (.xlsx) e da a coluna CD\_GEOCODI da tabela de atributos (.dbf) do arquivo *shapefile* da base territorial de setores censitários para então serem aplicadas as classificações de péssimo, ruim, regular, bom e ótimo.
- ✓ **Elaboração dos mapas:** Para elaboração do *layout* final são utilizados os limites de bairros da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) em conjunto com a classificação do Índice de Qualidade Urbana resultou na a apresentação do mapa de Qualidade Urbana de Belém e da Qualidade Urbana dos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde.

É importante salientar que de acordo com o IBGE, por definição o setor censitário é uma unidade territorial formada por uma área contínua que respeita a legislação vigente dos limites municipais definidos pelo legislativo estadual, e os limites intramunicipais (bairros, distritos) definidos pelo município.

No caso do presente estudo as áreas do Parque Estadual do Utinga e o Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren estão nos limites de bairros do município,

portanto, esses parques estão inseridos na delimitação dos setores censitários, e não há distinção para essas áreas, especialmente porque existem ocupações no entorno e dentro dos limites legais de delimitação dos parques.

Outro destaque sobre a delimitação do setor censitário é a indistinção entre diferentes áreas de ocupações no mesmo setor censitário. A área de estudo apresenta condomínios fechados com padrões estruturais elevados inseridos no mesmo recorte territorial de áreas planejadas ou não, ou seja, as informações que compõe o setor censitário são generalizadas, portanto quando inseridos no contexto do IQU foi criado uma camada delimitando esses condomínios de alto padrão.

Já a base de dados de ocorrência de homicídios no período de 2015 a 2017 está organizada em planilha e origina-se do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP-WEB), disponibilizado pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP-PA).

- ✓ **Organização da base de dados de homicídios:** A base de dados original dispõe de informações da rua da ocorrência do crime, o meio empregado (arma utilizada), faixa de horário, dentre outros, são informações que vão compor o banco de dados de homicídios. A planilha é organizada da seguinte forma: as colunas contêm esses atributos fixos que visam extrair informações de cada homicídio, e as linhas são preenchidas de acordo com as características do crime.
- ✓ **Composição do banco de dados de homicídios:** A partir do atributo “rua do fato” da base de dados em tabelas, e a partir da ferramenta “marcador” do *Google Earth* foi possível espacialização dos homicídios de acordo como endereços. Os dados espacializados são transportados para o QGIS e convertidos para o formato *Esri shapefile*, uma vez que a ferramenta “marcador” permite apenas um elemento <Point> (ponto) em formato .kml (*Keyhole Markup Language*). As demais informações sobre os homicídios foram embutidas a partir da ferramenta de união no ambiente QGIS, gerando novas formas de representação cartográfica. Esse processo foi repetido separadamente em todos os anos, de 2015 a 2017, resultando no banco de dados geográficos
- ✓ **Elaboração dos mapas:** Os pontos de homicídios foram sobrepostos a classificação péssima e ruim do IQU de Belém e da área de estudo para demonstrar espacialmente se os espaços com maior ocorrência de vitimização letal são os mesmo com precariedade estrutural. Importante ressaltar que o objetivo do mapeamento não é estigmatizar ou

reforçar a associação entre pobreza e homicídios ou a criminalização da pobreza, e sim demonstrar que as pessoas vítimas da violência são também as mais expostas à vulnerabilidade social.

Faz-se necessário destacar a impossibilidade de fixar a exata localização das ocorrências de homicídios, uma vez as informações complementares que poderia ajudar a estabelecer maior precisão na localização da ocorrência, não consta na planilha fornecida pela SEGUP-PA. Assim, na ausência de detalhamento da rua do fato, os pontos de homicídios foram plotados no centro da via, para que não haja falsa tendência em direcionar os homicídios para as áreas mais carentes.

A partir dos resultados obtidos da classificação do Índice de Qualidade Urbana e a espacialização dos homicídios se elaborou os mapas da Qualidade Urbana de Belém (Área Continental de Belém), Qualidade Urbana de Belém – Péssima e Ruim (Área Continental de Belém), Qualidade Urbana dos Bairros Bengui, Cabanagem e Parque Verde, Qualidade Urbana dos Bairros Bengui, Cabanagem e Parque Verde – Péssima e Ruim, Homicídios em 2015 a partir da Qualidade Urbana dos Bairros Benguí, Cabanagem e Parque Verde, Homicídios em 2016 a partir da Qualidade Urbana dos Bairros Benguí, Cabanagem e Parque Verde, e Homicídios em 2017 a partir da Qualidade Urbana dos Bairros Benguí, Cabanagem e Parque Verde.

## **CAPÍTULO 2 - DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, VIOLÊNCIA URBANA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: digressões, sinalizações e apontamentos**

Nesta seção buscamos apresentar elementos pertinentes ao processo de produção de desigualdades socioespaciais no plano teórico. Além disso, buscamos discorrer a relação/digressão desse processo<sup>12</sup> com a violência urbana face ao processo de metropolização do espaço. Ainda que de maneira embrionária e sintética ao realizar essa reflexão também perseguiremos pontuar, ou mais precisamente, sinalizar, as singularidades concernentes ao espaço urbano de Belém.

Esse contexto específico, qual seja, a da metropolização do espaço, do qual é compreendido pela complexidade das formas e conteúdos, sob a luz de mecanismos materializados nas relações produção/reprodução de desigualdades e as relações de interação e sociabilidade entre os grupos e classes sociais (RIBEIRO; RIBEIRO, 2018).

Tal reflexão constituiria ou permitiria discutir a acerca das contradições socioespaciais, interações e exclusões socioespaciais, já que a forma metropolitana traduz, em determinados sentidos, a dinâmica de reprodução, e principalmente, a concentração do capital e do trabalho e seu aspecto material na sociedade (LENCIONI, 2008).

Cabe enfatizar, do ponto de vista da “lógica” dialética, os conceitos devem impreterivelmente ter uma dimensão concreta, social e histórica, isto é, devem possuir minimamente uma forma e um conteúdo, onde essa forma é determinada pelo conteúdo (LEFEBVRE, 1995) e em processos inseparáveis de forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1997).

Como desataca Harvey (2018):

El pensamiento dialéctico da énfasis a la comprensión de los procesos, los flujos, las fusiones y las relaciones por medio del análisis de los elementos, las cosas, las estructuras y los sistemas organizados. Las citas presentadas más arriba son bastante explícitas en este respecto. Hay un principio ontológico muy profundo implicado acá puesto que, en efecto, los dialécticos sostienen que los elementos, las cosas, las estructuras y los sistemas nunca existen por fuera o antes de los procesos, los flujos o las relaciones que los crean, sustentan o socavan. Por ejemplo, en nuestro mundo contemporáneo, los flujos de capital (bienes y dinero) y de personas generan, sostienen o socavan lugares como fábricas, barrios y ciudades, entendidos como cosas. Epistemológicamente, en el proceso de investigación se invierte normalmente este énfasis porque buscamos entender los procesos, ya sea mirando cualquiera de los atributos que en primera instancia nos parecen cosas autoevidentes o mirando las relaciones entre ellos (HARVEY, 2018, p. 248).

<sup>12</sup> O processo “nada mais é que um vetor evanescente cuja vida é efêmera; é um breve momento, a fração do tempo necessária a realização da estrutura, que deve ser geografizada, ou melhor, espacializada, através de uma função, isto é, através de uma atividade mais ou menos duradora e pela sua indispensável união a forma” (SANTOS, 1997, p. 40).

Nesse sentido, os conceitos acionados nesse capítulo trazem elementos para pensar a forma e o conteúdo (não separáveis, é lógico, da função e estrutura), guardadas a universalidade, e as particulares as quais corresponde tais conceitos, busca-se a particularidade/singularidade que conforma a realidade de Belém. Porém, tal compreensão fundada por breve incursão sobre as categorias: desigualdade socioespacial e diferenciação socioespacial.

## 2.1. DIFERENCIAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

Eis porque foi preciso denunciar o urbanismo ao mesmo tempo como uma máscara e como um instrumento: máscara e como do Estado e da ação política, instrumento dos interesses dissimulados numa estratégia e numa sócio-lógica. O urbanismo não procura modelar o espaço como uma obra de arte. Nem segundo razões técnicas, como pretende. O que o urbanismo elabora é um espaço político (LEFEBVRE, 1999, p. 164).

Observatório das Metrôpoles<sup>13</sup>, no trabalho Metrôpoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010, destaca a busca sistemática descrições empíricas sobre diversos âmbitos da realidade urbana das nossas metrôpoles e a comparativa em termos de padrões, tendências e singularidades.

Tal trabalho tinha o objetivo geral evidenciar que:

[...] os processos socioespaciais que organizam internamente as metrôpoles brasileiras (...) têm enorme importância na compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, através de seus efeitos sobre a estruturação social, sobre os mecanismos de produção/reprodução de desigualdades e as relações de interação e sociabilidade entre os grupos e classes sociais. Para fins da pesquisa, trabalhamos com a distinção e conceituação de três processos de organização social do território metropolitano: diferenciação, segmentação e segregação (Projeto INCT, 2008) (RIBEIRO; RIBEIRO, 2018, p. 9).

O olhar preponderante analítico (e teórico) de pensar as metrôpoles<sup>14</sup> ancora-se nas ciências sociais e na perspectiva urbanista. A dimensão espacial e sua articulação com o

---

<sup>13</sup> O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, reunindo instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental. A equipe constituída no Observatório vem trabalhando há 20 anos, envolvendo atualmente cerca de 100 pesquisadores e 60 instituições de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional, tendo como referência a compreensão das mudanças das relações entre sociedade, economia, Estado e os territórios conformados pelas grandes aglomerações urbanas brasileiras. O Observatório das Metrôpoles tem como uma das suas principais características reunir Programas de Pós-graduação em estágios distintos de consolidação, o que tem permitido virtuosa prática de cooperação e intercâmbio científico através da ampla circulação de práticas e experiências acadêmicas. Por outro lado, o Observatório das Metrôpoles procura aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que contribuam para a atuação dos atores governamentais e da sociedade civil no campo das políticas públicas voltadas para esta área. Para saber mais vide: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/apresentacao/>

<sup>14</sup> No capítulo 3 iremos recuperar o debate sobre metrópole e metropolização com maior destaque.

aspecto econômico, social e política fica reduzido a dimensão de palavra<sup>15</sup>, do qual podemos destacar: desigualdades e diferenciações socioespaciais. Com isso sendo incapaz minimamente de pensar o espaço como um espaço seletivo, desigual e contraditório.

Assim, aqui tentaremos discorrer um pouco sobre o debate das desigualdades e diferenciações socioespaciais em cidades. Debate que irá emaranhado fundamentalmente com a teoria do desenvolvimento geográfico desigual, como centro explicativo para compreender o processo de diferenciação socioespacial. Destaca-se para esse momento, a contribuição de Harvey (1992, 1993, 2004b, 2004c, 2005, 2016) e Soja (1993; 1980; 2009), em razão de suas consideráveis contribuições ao referido debate.

Para Harvey (2004b), a teoria do desenvolvimento geográfico desigual inclui a análise de dois elementos fundamentais, a saber, as escalas espaciais e as diferenças, sem as quais, haveria no mínimo um obscurecimento da sua abrangência, bem como a complexidade inerente a natureza do debate.

Harvey (2004b) aduz que

A concepção geral de desenvolvimento desigual que tenho em mente envolve uma fusão desses elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos, por conseguinte de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescales como intraescalares. Um erro comum tanto de compreensão analítica como de ação política decorre do fato de, com demasiada frequência, nos aprisionarmos numa dada escala de pensamento, tratando então as diferenças nessa escala como a linha fundamental de clivagem política. Julgo ser esse um dos mais disseminados erros a advir de toda plethora de discussão sobre globalização a que nos vemos expostos atualmente. Ele sustenta erroneamente que tudo é determinado fundamentalmente em escala global (HARVEY, 2004b, p.112).

Para Soja (1993), a diferenciação social e espacial refletem as relações de produção, isto é, as estruturas espaciais não estão separadas de seus conteúdos sociais, tampouco os conteúdos sociais estão dissociados das estruturas espaciais. Dessa maneira, tais relações, social e espacial, encontram-se dialeticamente relacionadas, isto é, a estrutura do espaço organizado. Assim, não sendo autônomas tampouco estariam dispostas “aleatoriamente”; pois o que diferencia (e que integra a o espaço ao social) o espaço *per se*, do espaço socialmente organizado (SOJA, 1980; SOJA; HADJIMICHALIS, 1979).

Para estabelecer essa simultaneidade, deve-se demonstrar com clareza que existe uma homologia espacial correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte, com as contingências do conflito de classe e da transformação estrutural. Como tentarei demonstrar, essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção

---

<sup>15</sup> Ao “espaço especial, particular, adjetivado, do economista, ou do antropólogo, ou do psicólogo, ou, ainda, do arquiteto ou do filósofo” (SANTOS, 1999, p. 17).

socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão no conceito de desenvolvimento geograficamente desigual. Essa conceituação dos vínculos entre diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas independentes das relações sociais, das relações e classe. Ao contrário, os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis (SOJA, 1993, p. 99).

Ainda sobre a relação centro-periferia Soja destaca que a hierarquia de centros e periferias - internacional, intranacional, regional e metropolitana caracteriza estrutura espacial do mundo capitalista contemporâneo uma vez que tal hierarquia desempenha um papel fundamental na produção, acumulação e reprodução capitalista.

*A hierarchy of centers and peripheries-international. intranational, regional-metropolitan-characterizes the spatial structure of the contemporary capitalist world system and has come to play an increasing role in shaping capitalist production, accumulation, and reproduction processes. The center-periphery structure is itself based upon a fundamental spatial contradiction between the advantages of concentration vs. territorial expansion, worked out historically in the development of capitalism. Geographical centralization of capitalist production is essential to the urbanization process under capitalism (SOJA, 1979, p. 8).*

A discussão de Soja (1979) é componente fundamental para articular ou refletir as desigualdades e as diferenciações socioespaciais, por meio de processos de produção de hierarquia<sup>16</sup> no contexto dos padrões e dinâmicas do modo de produção<sup>17</sup>, acumulação e reprodução capitalista. Todavia, destacamos outros autores que vêm debatendo intensamente as desigualdades e as diferenciações socioespaciais refletindo a partir das realidades das cidades, a saber, Carlos (2007), Corrêa (2007), Rodrigues (2007) e Sposito (2012) e.

Para Carlos (2007), as desigualdades produzem as diferenciações socioespaciais, isto é, a prática socioespacial fundada nas desigualdades, propõe à produção das diferenças, reduzindo a vida humana na cidade à lógica de acumulação de capital, nesta lógica a cidade torna-se uma mercadoria para a acumulação capitalista. Portanto, diferenciações ou desigualdade aqui não converge com algumas perspectivas generalizantes, por exemplo, de Pablo Paolasso (2020), do qual destaca sobre a agudização das desigualdades na América Latina e entendo como:

[...] la expresión de las diferencias y contrastes en cuanto al acceso a recursos de todo tipo, tanto simbólicos como materiales y existenciales; de carácter estructural, que presenta una sociedad y que tienen que ver con su protección, su conservación,

<sup>16</sup> Para mais detalhes dessa perspectiva sugerimos o trabalho de Sposito e Catelan (2014).

<sup>17</sup> “Por modo de produção, não estamos denominando apenas as formas *stricto sensu* de produzir mercadorias, mas um sistema de significações econômico-políticas e socioculturais assentado na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza coletivamente produzida, na alienação como meio de contenção social e no desenvolvimento geográfico desigual expresso em diferentes escalas: da escala da vida cotidiana à das relações econômicas mundializadas” (CATALÃO; MAGRINI; LINDO, 2019, p.200).

reproducción y desarrollo. Se distingue asimismo este concepto de los de desequilibrio y diferencia, ya que la desigualdad expresa una situación de carácter estructural. La consolidación y persistencia de la desigualdad genera un problema de orden mayor al que denominamos fragmentación territorial (PABLO PAOLASSO, 2020, p. 153).

A crítica e exercício não é pensar necessariamente em perspectiva genérica como destacado por Pablo Paolasso, mas, sobretudo, “verificar ou fotografar”, no caso, compreender, como se ocorre à materialização, a espacialização, e como se estampa na paisagem e se inscreve nos conteúdos e produz a cidade, de maneira desigual, combinada e contraditória. Deste modo, configurando uma cidade como mercadoria, que passa a diferenciar seus membros, pelo consumo no/do espaço, isto é, acaba por promover restrições de acesso e uso aos espaços da cidade em virtude dos altos valores e poder simbólico e político-econômico, que as mercadorias e esses novos espaços passam a conter (HARVEY, 2005).

Assim o ponto de partida necessário a reflexão referir-se-ia aos “novos conteúdos da prática socioespacial”, impondo a necessidade de uma teoria da diferença e da desigualdade imanentes à nossa sociedade produzida, hoje, pela “autonomização” dos elementos constitutivos da vida no espaço (a vida realizada como prática socioespacial esfacelada, na medida em que separa radicalmente os lugares constitutivos da vida cotidiana), confrontando a realidade vivida e o possível. Significa considerar: a) a reprodução da sociedade e do espaço em seu movimento contraditório como produto da história; b) no plano espacial, a localização e realização do confronto entre necessidades e objetivos diferenciados, segundo os níveis da realidade social (segundo a classe), política ou econômica gerando, nos dias atuais, uma prática socioespacial caracterizada pela normatização e pelo controle (uma prática que caracterizaria a cidade como segregada, por exemplo); c) as novas estratégias que associam os planos econômicos e políticos no sentido de atuação conjunta no espaço e nos “negócios urbanos” com o desenvolvimento, por exemplo, das parcerias público-privadas; d) as novas formas de contestação (CARLOS, 2007, p. 50).

A perspectiva apresentada acima por Carlos compreende a produção de desigualdades inerente à reprodução do espaço urbano. Essa (re)produção seria condição, meio e produto da reprodução social, isto é, como forma de acumulação de capital realizando-se através da reprodução do espaço urbano (CARLOS, 2014; 2015).

Outra perspectiva é apresentada por Sposito (2012), para quem, a análise das diferenciações e as desigualdades socioespaciais prescindem de estudos dos processos de urbanização, da divisão do trabalho, da rede urbana e da reestruturação das relações no âmbito das cidades. Para a autora, as diferenciações socioespaciais sempre estiveram presentes nas cidades, para ela, tais diferenciações são legados históricos dos primórdios da urbanização e sinalizam uma divisão social e territorial do trabalho.

Ainda segundo Sposito (2012), as desigualdades e as diferenças se transmutam e interpenetram em relações dialéticas, as quais possibilitam compreender o processo de produção do espaço bem como as contradições presentes enquanto forma-conteúdo. Por outro lado, no plano ideológico, as desigualdades aparecem como diferença, que pretende explicar o moderno e o arcaico.

A esse respeito, Sposito (2012) compreende que:

Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque, uma parte da sociedade, de fato, no plano político, no econômico e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não quantitativamente desigual (SPOSITO, 2012, p. 129).

A perspectiva da referida autora permite pensar a desigualdade socioespacial a partir de interações escalares, a qual irá refletir a articulação entre as escalas internacionais e nacionais. Para a autora essas articulações vêm intensificando cada vez mais as dinâmicas de produção do espaço, que por sua vez tem redefinido as diferenciações socioespaciais.

Partido dessa compreensão Sposito entende que as cidades, enquanto formas-conteúdo constituem produto de uma divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho historicamente, constituídas ao longo do processo de urbanização.

No início do processo de urbanização, a divisão social do trabalho era relativamente simples e se estabelecia, no plano territorial, sobretudo entre a cidade e o campo. Ainda que houvesse também diferenciação socioespacial própria e atinente aos espaços urbanos e aos espaços rurais, o que se quer destacar é que, no plano político, as interações espaciais estabeleciam-se a partir de cidades-Estado, ou seja, cada cidade comandava seu espaço rural, de onde provinha o excedente que a sustentava. A escala geográfica da vida política, econômica e social era coincidente e, sobretudo, restrita a pequenas extensões territoriais (SPOSITO, 2011, p.124).

Nesse sentido a autora ressalta a tendência ao estabelecimento do primado da desigualdade sobre a diferença, como recorte a partir do qual muitos compreendem o mundo, a saber, Estados, grupos econômicos, grupos políticos, grupos sociais, associações, instituições, intelectuais. Quando não tais agentes pautam suas narrativas calcadas na separabilidade desigualdade sobre a diferença quando não tratando-os como sinônimos, o problema é quando a diferença se torna desigualdade acaba por negar a si mesma (CATALÃO, 2013).

Esta perspectiva de compreensão pode se traduzir em confusão, ou mesmo em incapacidade de distinguirmos as relações entre desigualdades e diferenças, que apresentam muitos níveis de determinação, que estão associadas.

A ampliação dos espaços sob domínio do modo capitalista de produção, articulados em escala internacional, que nunca chega a ser completamente mundial, no sentido de incluir todos os espaços e todas as pessoas, enseja e exige a comparação entre realidades socioespaciais que, historicamente, distinguem-se e são, em suas essências, diferentes entre si, uma vez que resultam de processos diversos. O movimento que se desenvolve, desde o início da modernização é o da constituição de uma sociedade, a ocidental, e não o de valorização de diferentes sociedades, historicamente construídas, com valores, suas práticas, suas formas de viver e de produzir espaço (SPOSITO, 2011, p.128).

No plano ideológico, as desigualdades tendem a serem lidas como diferenças que se relacionam com a ideia de progresso ou de atraso, de capital cultural e de capital social, a ser mensurado pela participação de todos na sociedade do consumo (SPOSITO, 2011).

Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto as desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo; ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual (SPOSITO, 2011).

Todavia, dentro desse processo de compressivo de desigualdade socioespacial e diferenciação socioespacial, Sposito (2011) pontua sobre como a redefinição da centralidade urbana no período contemporâneo, em que, a fragmentação e a segregação são elementos que redefinem a centralidade urbana, e tais processos transformam a centralidade, segmentando o tecido social, e fragmentando o território e as práticas espaciais, com a “produção desproporcional de benefícios para um pequeno grupo e a diminuição de oportunidades e direitos para uma maioria” (CATALÃO, MAGRINI; LINDO, 2019, p. 203) .

Uma terceira perspectiva, a cerca das diferenciações socioespaciais é apresentada por, Corrêa (2007) para quem as diferenças são inevitáveis e inerentes ao capitalismo; tais diferenças passaram ser possíveis, por meio de análises em diversas escalas a partir do avanço do capital com a complexificação das práticas espaciais. Nesse sentido, o autor compreende as diferenças socioespaciais como reflexo, meio e condição da reprodução do sistema capitalista.

Ainda para o autor a análise da diferenciação socioespacial perpassa pela relação com as escalas e as práticas espaciais. Considerando a relação com as escalas, o autor compreende que as ações e objetos que ocorrem em uma escala, também irão ocorrer na outra. Para exemplificar, tal implicação entre as escalas, Corrêa (2007) expõe que em caso de uma crise afetar o mundo agrário, implicaria na organização do espaço urbano, podendo ocorrer à expansão de favelas, em que habitantes são provenientes da área afetada.

Ainda segundo Correa (2007), não há uma teoria clara que explique a relação entre as práticas espaciais e as diferenciações socioespaciais, contudo, o autor as identifica parcialmente, como sendo mutualmente excludentes, pois induzem: I) a seletividades espacial; II) fragmentação-remembramento espacial; III) antecipação espacial.

Uma quarta perspectiva analítica é proposta por Rodrigues (2007). A autora concebe as desigualdades como resultado de uma sociedade dividida em classes sociais, as quais se apropriam de forma desigual do espaço. Isto é, o espaço se apresenta como condição de permanência das desigualdades, em que estas se expressam nas relações de propriedade e apropriação da riqueza produzida, da cidade enquanto mercadoria, na ideia de Estado ausente.

A desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência nas mesmas condições precárias. O processo de expansão capitalista produzindo “cidade”, incorporando o espaço produzido pelos trabalhadores faz prevalecer o valor de troca sobre o valor de uso. É contra esse processo que trabalhadores consideram fundamental se organizar na luta pelo Direito à Cidade. As mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade espacial, tornando-as possibilidade de mudança com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade, da riqueza produzida (RODRIGUES, 2007, p. 78).

Tal perspectiva apresenta elementos a uma reflexão a partir da luta pelo direito a cidade, partindo do pressuposto de que as desigualdades exprimem formas e conteúdos, as quais revelam diferentes classes sociais e diferentes formas de consumo da cidade. Rodrigues (2007)erce críticas ao planejamento territorial urbano, em razão das aliterações presente no discurso propalado pelo Estado, a qual o apresenta como solução de problemas presentes nas cidades, reproduzindo a ideia de que as auto-construções e toda a produção realizada pelos agentes não tipicamente capitalista (RODRIGUES, 2007), são os verdadeiros causadores dos problemas típicos dos espaços urbanos.

A esse respeito, Rodrigues (2007) faz a seguinte afirmação:

No discurso dominante, o Estado parece estar acima das contradições e conflitos que produzem e reproduzem a desigualdade socioespacial, considerada um problema que será solucionado com o desenvolvimento econômico e planejamento territorial urbano. Na matriz discursiva dominante, o desenvolvimento é promovido pelos agentes tipicamente capitalistas de produção do espaço urbano e pelo Estado. Os agentes não tipicamente capitalistas, como os que produzem a cidade com autoconstrução, mutirão, favelas, ocupações coletivas, parecem ser apenas os causadores dos problemas. A produção do espaço pelos diferentes grupos societários é abstraída, pois não faz parte do mundo idealizado. Os problemas advindos da urbanização, como a segregação espacial, são tidos como causas e como desvios de um modelo de urbanização cujo pressuposto é uma cidade ideal (RODRIGUES, 2007, p. 75).

Rodrigues (2007) apresenta alguns elementos importantes ao debate das desigualdades socioespaciais. Para a referida autora, as desigualdades são posta como condição de

permanência de uma classe em situações precárias, nesse sentido, “a luta pelo direito à cidade mostra as agruras e dificuldades da maioria. É contraponto a essa condição de permanência da desigualdade e do ideário dominante” (RODRIGUES, 2007, p. 2).

[...] são entendidas por meio da coexistência da pobreza e da riqueza no âmbito das contradições inerentes ao processo de produção do espaço, que “expressam formas e conteúdos da apropriação e propriedade da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista urbano” (RODRIGUES, 2007, p. 74). A análise das disparidades na distribuição da renda, do acesso à moradia e aos serviços públicos de saúde, transportes, educação etc. é fundamental para a compreensão dessas desigualdades.

[...] diferenciação socioespacial resultante de processos de distribuição desigual de riquezas, recursos e serviços nas cidades – processos que são complementados pela distribuição desigual de capitais simbólicos entre os diferentes segmentos sociais e seus respectivos espaços. Esta distribuição desigual, no âmbito da produção do espaço urbano, é alimentada em grande parte das vezes pelos diversos tipos de “parcerias” estabelecidas entre o Estado e a iniciativa privada, como bem demonstram Fix (2001) e Botelho (2007) ao destacarem que as ações dos agentes imobiliários e do poder público, expressão dos interesses capitalistas, produzem espaços desiguais e de segregação, sob a justificativa da modernização e do progresso (CATALÃO, MAGRINI; LINDO, 2019, p. 203).

Observa-se que há diversas perspectivas interpretativas acerca do debate da desigualdade socioespacial, contudo, para efeito teórico-analítico deste artigo, adota-se as abordagens de Harvey (2004b), Soja (1993; 1980; 2009), Sposito (2012) e Carlos (2007), enquanto reflexões que permitem pensar as desigualdades socioespaciais como produto, condição e meio da reprodução capitalista no/do espaço; também como produto de temporalidades e espacialidades urbanas desiguais, meio para a reprodução de fluxos de capital no território e condição para a realização da reprodução do capital no espaço (RODRIGUES, 2015).

## 2.2. VIOLÊNCIA URBANA E TERRITÓRIO

[...] Mas a miséria, meu senhor, a miséria...essa sim, essa é um pecado. Na pobreza ainda se conserva a nobreza dos bons sentimentos inatos; na miséria não há nem nunca houve ninguém que os conserve (DOSTOIÉVSKI, 2016, p. 23).

O conceito de violência, apresenta uma panaceia de acepções “podendo referir-se tanto a algo estrutural, opressor e constante, como também a um instante revolucionário de transformação ou justiça” (MELGAÇO, 2010, p. 50).

Para o autor a violência envolve diversas práticas. As quais tem um caráter complexo, “pois ela pode se referir tanto à localização da violência, ou seja, à violência típica da cidade e do modo de vida urbano, enquanto à violência provocada pela cidade quando a própria urbanidade se torna geradora de injustiças” (MELGAÇO, 2010, p. 58).

A violência está para além da simples associação entre a ideia de violência e a de agressão, ou da associação entre violência e crimes como homicídios, roubos, estupro. “considerar apenas essas situações e não outras manifestações mais sutis pode caracterizar uma perspectiva reducionista, visto que há inúmeras formas menos explícita e, até por isso, mais perversa de violência” (MELGAÇO, 2010, p. 50).

Nessa dissertação, propomos trabalhar com duas perspectivas de violência, a primeira, seria a violência de cunho sutil, que na nossa leitura, está vinculada ao processo de produção do espaço e reprodução das relações sociais, e que se materializa pelo consumo desigual do espaço urbano, seja por meio do processo de segregação socioespacial, seja pelo acesso a infraestrutura e saneamento que se distribuem desigualmente no espaço urbano.

A segunda perspectiva de violência que apresentamos em nossa discussão é mais explícita, não tem sutileza alguma, e constitui a forma mais brutal de violência a qual resulta em um tipo específico de crime, qual seja, o homicídio (CHAGAS, 2018; VIEIRA; SANTOS; CHAGAS, 2018; VIEIRA; BARROS; CHAGAS, 2019).

Ambas as perspectivas apresentadas as vemos enquanto produto, condição e meio do processo de desigualdade socioespacial. Desse modo, quando pensamos nosso objeto empírico, verificamos que os homicídios ao mesmo tempo em que expressam a forma mais bruta de violência também demonstra o processo de desigualdades socioespacial; pois, sua espacialização se concentra em áreas com os piores indicadores de qualidade urbana, sinalizando a tendência de produção desigual do espaço por meio da concentração desse crime em espaços de maior expressão de desigualdades.

Nesse sentido, Arendt (1994), ao analisar as causas e a natureza da violência, explica que à violência em alguns casos advém do ódio, e esse sentimento pode ser irracional ou patológico, o que nos permite entender a relação entre a violência enquanto privação e a violência que emana como resposta a privação, ou em detrimento das condições sociais que poderiam e podem ser mudadas, mas não são.

Não há dúvidas que é possível criar condições as quais os homens são desumanizados tais como os campos de concentração; a tortura; a fome, o mais claro indício da desumanização não são o ódio e a violência, mas a sua ausência conpíscua. O ódio não é, de modo algum, uma reação automática à miséria e ao sofrimento; ninguém reage ao ódio a uma doença incurável ou a um terremoto, ou, no que concerne ao assunto, a condições sociais que parecem ser imutável. O ódio aparece apenas onde há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são. Reagimos ao ódio apenas quando nosso senso de justiça é ofendido (ARENDR, 1994, p. 47).

Ainda nessa perspectiva de pensar a violência como emanção da privação<sup>18</sup>, Odália (2012, p. 83), afirma que:

Privar significa tirar, destituir, despojar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso. Ela (a violência) sempre nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos. A violência nos impede, fundamentalmente, de nos realizarmos como homens. A ideia de privação permite descobrir a violência, onde ela estiver, por mais camuflada que esteja de preconceitos ou de tradições.

“Toda vez que o sentimento que experimento é o de privação, o de que determinadas coisas me estão sendo negadas, sem razões sólidas e fundamentadas, posso estar seguro de que uma violência está sendo cometida” (ODÁLIA, 1983, p. 86).

A concepção de Odália (1983) nos permite refletir acerca da “condição humana” na qual vivem diversos atores sociais, condicionados a viverem desprovidos dos seus direitos, e marginalizados pelo sistema, condicionado a sobreviver nas periferias distantes e precárias, sob a condição do *homo sacer* de Giorgio Agamben<sup>19</sup>.

Para Magrini (2014), de um modo geral, os atos violentos apresentam singularidades definidas a partir do espaço em que ocorrem, bem como das lógicas que os comandam. A violência urbana está ligada, dessa maneira, aos atos associados ao modo de vida urbano contemporâneo, que, em traços gerais, pode ser identificado com espaços urbanos organizados para o consumo e para a livre acumulação capitalista, influenciados pelos processos de globalização, marcados por profundas desigualdades sociais, caracterizados pela proliferação de enclaves e pela erosão dos espaços públicos, ainda com relação a isso, a autora acrescenta.

O fato é que o processo de urbanização foi acrescentando qualidades diferenciadas a esses atos, fazendo com que suas naturezas, conteúdos e significações fossem se alterando, conforme a urbanização ia sendo consolidada e as cidades transformadas. Assim, o caráter de concentração de heterogeneidades que as cidades possuem, associado aos hábitos e valores urbanos ligados ao consumo mediatizado e ao individualismo crescente, por exemplo, fazem com que sejam criados contextos específicos para que a violência se realize (MAGRINI, 2014, p. 59).

---

<sup>18</sup> Para Faria, Savian e Vargas (2019, p. 235): “A privação social (em inglês social deprivation), que é um conceito muito utilizado nas geografias britânica e portuguesa, por exemplo, é ainda pouco explorado, sobretudo nos estudos das desigualdades sociais urbanas no Brasil”.

<sup>19</sup> *Homo sacer* é uma expressão em língua latina que, literalmente significa 'homem sagrado', isto é, 'homem a ser julgado pelos deuses. O filósofo Giorgio Agamben, na obra *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. O “protagonista deste livro é a vida nua, isto é, a vida matável e insacrável do *homo sacer*, cuja função essencial na política moderna pretendemos reivindicar” (AGAMBEN, 2010, p.16). “A busca pela “função política” do *homo sacer*, portanto, é uma das linhas invisíveis que guiam a investigação de Agamben em *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*” (MARTINS, 2016, p. 24). “Apenas entendendo que a vida nua do *homo sacer* não é um dado natural, mas um produto de um ato jurídico-político, pode-se fortalecer a nossa luta contra os espaços de exceção” (MARTINS, 2016, p. 23).

Ainda segundo a referida autora, os fenômenos espaciais são essencialmente sociais e que essas dimensões se influenciam simultaneamente. As transformações sociais têm rebatimentos diretos na produção do espaço, assim como o contrário também é verdadeiro.

Segundo Faria, Savian e Vargas (2019):

Os estudos de privação social ganham ainda maior importância quando aplicadas no espaço intraurbano. As pessoas se localizam no espaço conforme suas capacidades de consumo (SANTOS, 1988; CARLOS, 2014), e o acesso aos bens e serviços depende dessa localização e da capacidade de deslocamentos e de uso efetivo. Mas esse fenômeno não é um contínuo, não há uma linha que se possa dividir. Não existe espaço totalmente privado, nem totalmente abundante de recursos. Razão que torna o estudo da privação particularmente importante no entendimento das profundas desigualdades sociais nas cidades brasileiras (FARIA; SAVIAN; VARGAS, 2019, p. 236).

Portanto, a violência urbana, nos termos que delineamos, apresenta tanto uma dimensão social quanto uma dimensão espacial – “relacionada tanto à espacialização dos atos violentos nas cidades quanto à influência que os espaços e o modo de vida urbano têm na configuração de certos tipos deles. Sendo assim, podemos afirmar que a violência urbana é um *fenômeno socioespacial*” (MAGRINI, 2014, p. 96).

Essa codeterminação entre violência e a dimensão socioespacial deve ser entendida, portanto, a partir de um enfoque “de mão dupla”, ao passo que tanto a violência – real e representada – altera a produção/apropriação dos espaços urbanos, gerando novas percepções a respeito deles, como as configurações espaciais e suas representações agem na composição da violência e na percepção de insegurança, contribuindo para a criação dos imaginários relativos a elas (MAGRINI, 2014, p. 96).

Para Sampaio (2011) grande parte das pesquisas vêm analisando a violência urbana como sinônimo de criminalidade; em que o homicídio passa a ser o elemento protagonista de investigação. O que levou “muitos autores desenvolverem seus trabalhos circunscrito ao estudo dos atos violento inscritos no código penal, mais destacadamente os homicídios, latrocínios, roubos, furtos, estupros, além do tráfico de drogas” (SAMPAIO, 2011, p. 23).

É preciso algum tipo de sensibilidade para perceber o real nas suas diferentes texturas e nas suas diferentes formas de manifestação, caso contrário, corre-se o risco de falar de uma só violência, abstrata, não contextualizada (histórica e espacialmente), universal, inerente ao ser humano e, portanto, natural (SAMPAIO, 2011, p. 24).

Deste modo, Sampaio (2011) compreende que a violência urbana está necessariamente fundamentada e articulada com os processos de produção do espaço urbano e reprodução das relações sociais. Para a autora, a essência da violência urbana encontra-se no próprio processo de urbanização, que se realiza de forma violenta e desigual.

Nesse movimento do pensamento Carlos (2015) argumenta:

O choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações da metrópole, onde os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições. Esse processo realiza-se com extrema violência. É assim que a violência urbana deve ser repensado e deslocado de sua relação com a criminalidade, situando-o no próprio processo de urbanização (CARLOS, 2015, p. 33).

Ainda segundo Sampaio (2011) e Carlos (2015), a identidade “violência-criminalidade” coloca problemas à análise crítica e obscurece os caminhos para o desvendamento da essência dos conteúdos da prática social que pretendem ser expressos por meio deste termo. A partir da perspectiva apresentada pelas referidas autoras, compreende-se que a violência urbana é analisada como produto, condição e meio do processo da produção/reprodução do espaço urbano.

Nesse sentido, destacamos que abrangência e a complexidade próprias ao tema da violência urbana, e as dificuldades e limitações que temos vivenciado desde as pesquisas realizadas durante os anos em que fui bolsista Pibic. (2015-2017). Limitações que a meu ver, estão relacionadas em grande medida a definição conceitual acerca da violência urbana, a qual tem se apresentado de maneira inconsistente do ponto de vista do conceito.

Nesse sentido, tal inconsistência vem contribuindo na compressão que a sociedade, seja ela acadêmica, ou não, passou a apresentar como violência urbana: carregada por preconceitos, com explicações mal esclarecidas e opiniões pouco fundamentadas.

Essa temática muito presente no imaginário, sobretudo, dos cidadãos, em grande medida se atribuiu aos limites das grandes cidades e que se veicula seja nos meios de comunicação em massa, seja no âmbito das universidades reproduzindo uma perspectiva acerca da violência urbana a qual apresenta conformação entre a violência e o urbano.

No entanto, nossa leitura sobre o referido tema, nos exige estabelecer primeiramente, algumas noções sobre o urbano, de forma que possamos superar as limitações imposta ao tema. Desse modo, uma primeira noção que gostaríamos de esclarecer consiste em discernir a criminalidade da noção de violência urbana, tendo em vista que tal conceito vem sendo tratado abstratamente, enquanto sinônimo de <sup>20</sup>criminalidade.

Para isso dialogaremos com Lefebvre (2001), de modo a apresentar em que consiste a noção de urbano, para o referido autor, seria o conteúdo que conforma<sup>21</sup> o tecido das cidades,

---

<sup>20</sup> Segundo Alvarenga (2004), podemos diferenciar crime e criminalidade da seguinte forma: o primeiro é um fenômeno individual e singular, enquanto a segunda é um fenômeno social que compromete os processos comuns da vida em sociedade, podendo variar de acordo com o contexto em que está inserida. Logo, a criminalidade pode ser entendida como um conjunto de crimes característicos de um determinado tempo e lugar, e, de acordo com as peculiaridades existentes.

<sup>21</sup> Para Lefebvre o termo designa mais que propriamente um tecido jogado sobre o território, designa uma espécie de proliferação biológica bem como revela redes e malhas desiguais.

em que esse conteúdo se reproduz mundialmente, o que nos permite falar de uma sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001). Essa noção apresentada pelo autor permite pensar o urbano enquanto um projeto de mundo, que ultrapassa a forma das cidades, a sociedade urbana, que “designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade” (LEFEBVRE, 1999, p. 16).

A virtualidade é um conceito bastante complexo lançado por Lefebvre (1999), o qual possui potencialidade de expressar o urbano como possível-impossível, pois é a via de superação, do ser humano condicionado às imposições do capital, das diferenças enquanto negatividade, da segregação social e da fragmentação do tecido da cidade.

Nessa perspectiva a cidade se constituiria como o lugar da realização do homem em todos os níveis. Sendo assim, a virtualidade é parte do real, um real que se modifica, que não é um dado acabado, mas que está em processo de realização, ainda que o real esteja posto, ele pode se realizar em outros sentidos, colocando sempre novas possibilidades.

Contudo, esse real que anuncia a possibilidade é também o da impossibilidade, onde os sonhos, a liberdade, as diferenças, os desejos, e a vida se esbarram, à medida que esse real posto sinaliza um projeto de mundo que não é o do diferente. A vida seria sempre programada, cheia de repetição da repetição; onde a vida se mostra mais dura para alguns e mais leve para outros. Assim, o urbano se constitui no conflito que revelam relações de classe, onde o valor de troca se sobrepõe ao de uso: “O urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso” (LEFEBVRE, 1999, p. 160.).

O entendimento do urbano, sob a leitura de Lefebvre abre outras possibilidades de olhar a cidade já que é onde se estende o tecido urbano, o que implica pensar seus conteúdos e formas. Nesse sentido, compreendemos ser insuficiente a noção de violência urbana, associada ou como sinônimo de criminalidade, visto que, a “violência urbana esta necessariamente fundamenta e articulada com o processo de produção do espaço urbano e da reprodução das relações sociais” (SAMPAIO; CARLOS, 2015 p. 33).

Assim, buscamos analisar a violência urbana, no primeiro momento como um produto, condição e meio da produção do espaço em que tende a revelar-se nos conteúdos que compreendem o urbano. Aqui podemos mencionar inúmeros exemplos de como a violência está imbricada nos conteúdo do urbano, seja na própria produção do espaço que se realiza de forma desigual, na imposição de um modo de ser e viver, na imposição do consumo de marcas, estilos de cabelo, roupas, um comportamento que vai sendo condicionado.

Ainda que de maneira “sutil”, são ritmos, ligados ao processo de globalização<sup>22</sup>, que impõe um modelo de corpo, de esportes, academias, como o mais recente os *crossfit*, que se colocam como ideais para manutenção de corpos “perfeitos”, são padrões que se generalizam como tendências.

Nas palavras de Lefebvre (1991) o urbano se configura para além de um fato consumado, ele se generaliza como tendência e orientação. Essa tendência generalizante, ao mesmo tempo em que inibi as múltiplas as singularidades individuais coloca problemas de outra ordem, como a segregação de classes, entre os que possuem e os que não possuem condições materiais de se inserir na lógica do consumo, das marcas, das academias, dos pubs, dos *shoppings*.

A segunda maneira de pensar a violência urbana pode ser verificada no plano dos conteúdos mais vinculados a forma urbana, já que, “a forma é sempre forma de um conteúdo, mas o conteúdo determina a forma” (LEFEBVRE, 1995, p. 83). Essa compreensão traduz grosso, modo às contradições socioespaciais que se expressam por meio do processo de desigualdade socioespacial e nas diferenciações socioespacial, tais desigualdades podem ser lidas nas formas por meio da segregação socioespacial (SPOSITO, 2012).

Esse processo de segregação socioespacial se impõe a uma parcela da sociedade que não tem o poder de decidir onde morar na cidade, uma vez que o processo de valorização do solo impulsiona o deslocamento de famílias de suas residências, em direção a áreas menos valorizadas do ponto de vista do capital imobiliário.

Essas formas de segregação podem ser traduzidas na produção de assentamentos precários ou espaços vernaculares, que seriam espaços dominados por agentes territoriais ligados a criminalidade geradores de tensão no consumo e na produção do espaço ou por agentes sociais considerados excluídos que “invadem” e/ou ocupam terras públicas e/ou privadas, produzindo favelas, do qual dão conteúdo simbólico e social aos loteamentos e moradias (CORREA, 2011).

Além da expressão desigual de usos de equipamentos urbanos e da cidade e os assentamentos precários vem sendo dominados por agentes territoriais que tencionam a

---

<sup>22</sup> O termo globalização evoca aliterações que demonstram o poder e a extensão, a qual estão inerentemente atrelados a tal palavra, a extensão também pode ser entendida pela antecipação imaginativa das praticas, ou seja, uma globalização a-espacial. A globalização por sua vez, conforme destacada por Massey (2017) encontra-se atrelada a dinâmica política dos países destacando as suas diferentes posições no âmbito desta, a globalização neste contexto se faz inevitável, visto que o espaço foi disposto sob o signo do tempo, embora esta se estenda a todos os pontos do globo a mesma não se encontra em tais pontos de forma homogênea, pois há a necessidade de uma globalização diferenciadora, onde a inserção destes pontos na era globalizada foram planejadas por grupos dominantes, ou seja, a inclusão destes é intencional e muito bem arquitetada dentro de relações desiguais a medida que há uma hierarquia de poderes que se estende pelo o globo.

dinâmica local, os quais passam condicionar conteúdos ligados a criminalidade. Nesse jogo de tensão o território constitui ao mesmo tempo abrigo e recurso, ora como abrigo, ora como recurso (GOTMAN, 1873; SANTOS, 2005; SANTOS E SILVEIRA, 2001).

Outra perspectiva, de território é apresentada por Souza (2009), para quem na sua abordagem territorial a dimensão cultural e simbólica, como alguns tem apontado. Ele reforça que as razões que levam os sujeitos a conquistarem um determinado território pode ser primeiramente de cunho cultural ou econômico. Aliás, a própria separação entre o “político”, o “cultural” e o “econômico”, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível mas não é propriamente separável (SOUZA, 2009).

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (Souza, 1995, p. 78-9)

Outro elemento importante presente no conceito de território do referido autor, consiste na ideia de autonomia como alternativa de desenvolvimento em que a base desse seria a auto instituição da sociedade, menor desigualdade e liberdade. Para o autor:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância d e poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

É também pelo sentido da apropriação e dominação nos dizeres de Haesbaert (2014), que o território ganha existência, seja ela material ou simbólica, em que ambas tem a ver com poder.

O território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no mais implícito ou simbólico, de apropriação. O primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado de marcas do vivido, o segundo mais objetivo, funcional e vinculado ao valor de troca. Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território unifuncional proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2014, p. 57).

O autor pontua ainda, que os conceitos, são moldados através de problemáticas sociais geo-historicamente contextualizadas. Com território, obviamente, não é diferente. “Como já afirmamos em trabalho anterior, o território “define-se antes de tudo com referência às relações sociais e ao contexto histórico em que está inserido” (Haesbaert, 2004, p. 78). Nesse sentido o autor pontua.

Defendendo a ideia de que o nosso tempo, dentro do binômio abertura- fechamento, ou mobilidade-imobilidade – que, em diferentes níveis, sempre marcou a configuração do espaço social, não é mais um tempo de confinamento, de estrita “reclusão” territorial (como na típica sociedade disciplinar foucaultiana), mas de “contenção”, devemos partir de uma caracterização social minimamente consistente do período em que vivemos. E aí, bem sabemos, a polêmica é enorme, indo desde aqueles que propõem a entrada definitiva num “novo” tempo, “pós-moderno”, por exemplo, até aqueles que simplesmente ignoram as rupturas e pregam a continuidade, numa modernidade que sequer teria alcançado, ainda, o seu ápice. (HAESBAERT, 2009, p. 108).

Num mundo global da instantaneidade e da mobilidade pretensamente irrestrita, o tema da fixação e da fluidez, ou melhor, da i-mobilidade, acaba tomando uma dimensão de extrema importância na história. Segundo Haesbaert (2009), objetiva-se agora controlar a circulação, a “fluidez” dessas massas, dessa “população” que se desloca de forma mais aleatória e difusa, recorrendo-se então a um aparato técnico informacional muito mais sofisticado, pretensamente onipresente, como o das câmeras – cada vez mais disseminadas, principalmente nos ambientes urbanos, sem falar no “big brother” via satélite tentando monitorar a todo instante a superfície do planeta como um todo (HAESBAERT, 2009).

Haesbaert (2009), apresenta a perspectiva de pensar o território sob o paradigma da contenção territorial, como forma de controlar as massas, onde o meio técnico científico ganha cada vez mais espaço, é o momento da securização urbana, “como resposta a sensação de insegurança e imprevisibilidade, busca-se a uma racionalização do território a partir da informatização do cotidiano e da criação de espaços exclusivos” (MELGAÇO, 2010, p. 12).

Assim, as novas tecnologias vêm intensificando a racionalização do território buscando imprimir sob os espaços o controle e poder. Daí a importância do território uma vez que o poder inseparável da dimensão territorial, como mostra (RAFFESTIN, 1993, p. 52- 54).

É preciso compreender o poder pela multiplicidade das relações de forças que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à uma unidimensionalidade e à transcendência, ou seja, o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares. Então, seria inútil procurar o poder, na sua existência original, em um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiaria formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de forças que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre gerando instabilidade.

O território no contexto descrito representa duas dimensões do poder, um que está ligado ao poder institucionalizado pelos aparatos do Estado como o da segurança privada, outro que busca também controlar o território pela via da ilegalidade/criminalidade, o poder é uma relação de forças

Assim, nas áreas em que se encontram sob atuação precária do Estado onde a desigualdade é latente, tornam-se facilmente controlada para ação de agentes ligados à criminalidade. Já que o território seria luta social enquanto conquista pelo espaço, e essa luta envolve sempre interesses mais concretos, materiais e funcionais e interesses mais simbólicos de poder, dado que, território e poder estão relacionados (HAESBAERT, 2014).

Nesse sentido, o território constitui categoria fundamental para compreender as dinâmicas insurgentes nesses assentamentos/espços vernaculares, tendo em vista que sociedade e espaço se relacionam de forma contraditória, sendo esse último uma síntese provisória, entre conteúdo social e prática espacial (SANTOS, 1996).

Assim, compreendemos a violência urbana como parte de um processo mais complexo de produção do espaço e reprodução das relações sociais que só pode ser analisado por meio da tríade concebida por Lefebvre (2006) qual seja, a prática espacial que compreende o espaço percebido e envolve a materialização das formas, a representação do espaço enquanto espaço concebido, representações mentais ligadas ao poder e a política, e o espaço das representações como sendo o espaço vivido, que se traduz na prática cotidiana os sujeitos, emoção, símbolos, códigos e linguagem.

Essa leitura nos permite ainda dialogar com Lefebvre (1974) e Santos (1996); (2008) trazendo a discussão sobre dinâmica, a forma e o conteúdo como unidade dialética. Para Lefebvre, o espaço deve ser analisado em sua tríade, a prática espacial, a representação do espaço e o espaço de representação: i) a prática espacial seria para Lefebvre de espaço percebido, a materialização das formas construídas; ii) a representação do espaço é o espaço concebido, em que as representações do espaço correspondem ao saber e o poder; e, iii) o espaço da representação, é o espaço vivido.

Na mesma linha de pensamento, Santos (1996), compreende sociedade e espaço como unidade dialética, onde o espaço é sempre uma síntese provisória entre conteúdo social e as formas espaciais. Nesse sentido, a perspectiva de violência urbana que apresentamos, encontra-se fundamentada nessa leitura a qual entende a forma e o conteúdo, como unidade da lógica dialética “mais, ao contrário dos conteúdos, que se dão na dimensão do tempo, do movimento, a forma é da lógica do espaço, podendo dissimular conteúdos, agir

seletivamente” (TRINDADE Jr. 1998, p. 20). Porém estando imersos ou soldados objetos e ações mais complexos, por exemplo, de Metropolização.

### 2.3. METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: FORMAS E CONTEÚDO

Pode-se atribuir ao geógrafo francês Bernard Kayser como o pioneiro no debate a cerca da metropolização do espaço. Bernard Kayser, em 1969, publica um trabalho no qual discute as modificações na relação cidade e campo, nesse mesmo trabalho ele lança o conceito que irá distinguir os espaços metropolizados e espaços não metropolizados.

Para o referido autor, o espaço metropolitano seria aquele vinculado aos grandes eixos da urbanização em que o fluxo de pessoas, mercadorias, capitais e serviços gerais são intensos. Já os não metropolizados seriam espaços essencialmente heterogêneo, apresentado ainda uma densidade demográfica fraca e rural (KAYSER, 1969).

*L'espace non-métropolisé est fondamentalement hétérogène et cette hétérogénéité se révèle à plusieurs niveaux. En particulier, elle est caractéristique du niveau micro-géographique où les conditions topographiques, les structures d'exploitation, l'héritage du semis urbain, déterminent un tissu spatial généralement incohérent. Elle est non moins caractéristique du niveau macro-géographique où les cultures régionales, au sens le plus large du terme, ont créé, dans les conditions matérielles données, des combinaisons, des formés complexes d'organisation de l'espace, nettement identifiables (KAYSER, 1969, p.4)*

No entanto, tal distinção tem a pretensão de mostrar como o processo de metropolização vai se reverberando em outros, para o autor essa distinção é fundamental para entender como o objeto de estudo sofre influência do processo de metropolização e se torna espaço metropolizados (KAYSER, 1969).

Outro teórico francês a cunhar o conceito de metropolização foi Michel Bassan (2001), para quem, atribui seis parâmetros ao conceito, o primeiro parâmetro o autor chama de construção, fazendo referência à evolução em números das metrópoles, afirma ainda que o processo de globalização/mundialização vem produzindo a metropolização do espaço. O segundo parâmetro o autor, denomina “expansão metropolitana”, e compreende o processo de expansão das metrópoles para além das áreas que apresentam maior assistência por parte do Estado.

O terceiro parâmetro apresentado pelo referido autor diz respeito a fragmentação social e espacial. Segundo Bassan (2001), a fragmentação do espaço urbano tornou-se mais expressiva com a metropolização. Afirma ainda que a segregação social expressa o processo de desigualdade social, e pode ser verificado na distribuição desigual dos serviços públicos.

O quarto parâmetro desse processo o autor denomina de “redes metropolitanas e mobilidade”, esse parâmetro envolve políticas voltadas para Comunicação, transporte e mobilidade. Esses aspectos elencados são fundamentais para estabelecer a rede metropolitana

O quinto parâmetro, disserta sobre o comportamento dos indivíduos, para o autor há um aumento do individualismo no contexto da metropolização. Por fim, o sexto parâmetro, denomina-se governança metropolitana, e envolve agentes econômicos políticos e a governança desses sobre o território. Percebe-se que o autor estabelece vários parâmetros para pensar a metropolização do espaço que vão desde a questão mais ampla ligada ao processo de globalização até questões mais específicas vinculadas as estratégias territoriais.

Outro olhar sob o processo de metropolização é apresentando por Catalão (2013), para quem ao pensar a urbanização é pensar como um processo que conforma tanto a metropolização do espaço quanto a dispersão urbana:

A metropolização não é um processo que supera a urbanização, porque é parte desta. Entretanto, não se trata de admitir a inexistência de especificidades nas metrópoles, que são espaços marcados por intensa diferenciação socioespacial e complexidade funcional. Essas características possibilitam a existência de processos e dinâmicas ausentes ou menos expressivos em espaços urbanos não metropolitanas que, eventualmente, podem condicionar o desenvolvimento da rede urbana ao promover mudanças e/ou transformações noutros espaços, inclusive no espaço rural circundante. Dito de outro modo, ainda que parte inseparável do processo de urbanização, a metropolização pode ser o motor de novas dinâmicas urbanas (CATALÃO, 2013, p. 147).

O referido autor ressalta que as transformações tecnológicas que se iniciaram nos anos 1960 e 1970, estiveram focadas no desenvolvimento dos meios de informação, comunicação e transporte as quais serviram de mediação para o advento de uma mundialização das relações socioespaciais, que ocorreu sob feições urbanas.

Isso potencializou os processos de urbanização e, por conseguinte, de metropolização e transformou as características tradicionais das cidades e metrópoles. Entre essas características: i) fraturou a compacidade e/ou a continuidade do ambiente construído; ii) dispersou o tecido urbano em territórios descontínuos; iii) ampliou a escala de realização da vida urbana para a região; e, iv) redefiniu a hierarquia entre as cidades e destas com o campo no âmbito da rede urbana (CATALÃO, 2013).

À escala metropolitana, várias são as formas pelas quais a fragmentação se manifesta. A dispersão descontínua do tecido é, entre elas, uma das mais evidentes, não apenas porque isso torna a fragmentação espacialmente mais visível, mas também porque o espaço é, ao mesmo tempo, condicionante de processos sociais. A dispersão coloca, portanto, limites à realização do direito à cidade e de uma justiça espacial [...] A urbanização brasileira é historicamente marcada pelo peso das desigualdades socioespaciais e as metrópoles, em virtude de seu tamanho e complexidade, são os espaços que mais claramente expressam os processos

desigualitários, especialmente no tocante à polarização centro-periferia (CATALÃO, 2013, p. 192).

Ainda segundo Catalão (2013) a urbanização brasileira é historicamente marcada pelo peso das desigualdades socioespaciais, cujas metrópoles são vitrines; em virtude de seu tamanho e complexidade, isto é, são espaços que mais claramente expressam os processos de desigualdades.

Nesse sentido, a perspectiva de catalão constitui ponto fundamental para essa pesquisa, pois ela mostra a complexidade concernente ao processo de metropolização, e pontua que tal complexidade têm contribuído para o processo de diferenciação, fragmentação e desigualdades socioespacial, cuja “diferença e desigualdade são, então, apresentadas num jogo conflituoso do qual emergem a discriminação, a marginalização, a segregação e a fragmentação socioespacial, sendo esta última, entre todas, a mais complexa” (CATALÃO, 2013, p. 198).

Outra perspectiva para pensar o processo de metropolização é apresentado por Lencione (2017). Para quem o processo de metropolização do espaço tem engendrado uma metamorfose social e espacial, esse processo apresenta oito características, quais sejam:

- Seu fundamento não se limita a transição rural urbano, embora seu núcleo seja a urbanização;
- A metropolização conforma uma região de grande escala territorial, com limites dinâmicos e difusos;

A intensa fragmentação territorial, segregação social, que expressão profundas contradições em espaços com fortes aspetos homogêneos;

- A redefinição entre as cidades da região e da rede de relações entre elas;
- O número de cidades conurbadas, polinucleadas e múltiplas redes de fluxos;

A diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central acompanhada crescimento demográfico das demais cidades da região;

- A metropolização versa a cerca da redefinição das cidades pequenas dessa região, além da mudança quanto ao tipo de integração dessas cidades;
- A expressiva estrutura regional em rede, que pode ser verificada nos movimentos pendulares. “Essa metamorfose produz assim um novo tipo de metrópole, anunciando novos tempos, uma transição para um futuro incerto” (LENCIONE, 2017, p. 31).

A autora enfatiza a necessidade de compreender em que consiste a transição metropolitana, a qual implica mudanças em sua estrutura. Quanto a isso Lencione (2017), faz

duas considerações. A primeira corresponde à noção da reestruturação como uma sobreposição, em que uma estrutura nova substitui à anterior.

Essa mesma noção considera a estrutura fixa e estável, porém, as estruturas não são fixas nem estáveis, ela está em constante movimento de estruturação-desestruturação-reestruturação (LENCIONE, 2017). A segunda observação é a de que a análise da estrutura deve vir acompanhada da forma e da função, para a autora, esses três termos constituem um todo, sendo fundamental apreender a relação entre eles.

Essa relação é essencial para compreender a transição metropolitana, essa transição sinaliza uma metamorfose que se dá pela mudança completa na estrutura, forma e função, “nesse período de transição, que destacamos como de transição metropolitana, convém, de início, enfatizar que a apropriação do espaço e a produção do espaço se colocam como possibilidade de contra reagir às crises do capital” (LENCIONE, 2017, p. 36).

Nesse sentido, a autora ressalta a importância do capital imobiliário:

Daí a exacerbada importância do imobiliário, pois a produção do espaço dizendo respeito ao seu âmago mais profundo, a valorização imobiliária se coloca como possibilidade de dar sobrevida à reprodução do capital, de superar o estrangulamento que pode comprometer o fôlego necessário para a continuidade ao processo capitalista de desenvolvimento. Por essa sobrevida é que a transição metropolitana joga os dados na valorização imobiliária. Todavia, é fundamental chamar atenção para o fato de que a transição metropolitana não tem na produção imobiliária, na construção de edifícios, o seu único vetor, uma vez que essa produção não é o único elemento em de valorização e nem de metropolização do espaço. Há que se lembrar da produção de infraestruturas indispensáveis para que se efetive a metropolização e a valorização do espaço tais como as vias, os arruamentos, as redes de circulação, a provisão de serviços públicos (LENCIONE, 2017, p. 36).

Essa perspectiva apresentada pela autora sinaliza o debate pinçado por Lefebvre (1980), no qual o autor apresenta elementos para a compreensão o espaço enquanto homogêneo, fragmentado e hierarquizado. A partir dessa leitura, Lencione aponta que possível verificar na metamorfose socioespacial a tríade concebida por Lefebvre: a) em que a homogeneização pode ser verificada na semelhança entre as metrópoles; b) a fragmentação do espaço esta expressa na segregação do espaço de moradia, de lazer as favelas, os condomínios; c) já a hierarquização, ocorre quando fragmento da metrópole se hierarquiza cada um em relação aos outros, “os espaços hierarquizados são a própria expressão da espacialização do poder, da economia e da política” (LENCIONE, 2017, p. 39).

Ao que concerne à metamorfose social, Carlos (2003) trouxe algumas considerações tendo o cotidiano como dimensão analítica, para a autora o processo de metropolização se revela na indissociabilidade da articulação entre os vários planos do real; o econômico, o

político e o social revelando o espaço enquanto condição, produto e meio do processo de reprodução da sociedade como um todo (CARLOS, 2003).

Nesse sentido, o processo de metropolização impõe a normatização dos espaços e da modelização da vida – impõe uma “nova ordem” sob a metrópole e define o modo dos usos dos espaços / novo modo de vida; revelando-se enquanto formas de segregação.

Sob essa nova ordem, nota-se a predominância da troca sobre os modos de uso, sinalizando o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço - este processo desponta o esvaziamento da rua como lugar do encontro e do lazer, e a supervalorização dos *shopping centers* como os lugares das compras e do lazer (CARLOS, 2003).

Nesse sentido, as transformações no plano da vida cotidiana apresentam vários aspectos, como a imposição de lógicas distantes sobre o lugar, consumo desigual dos espaços da metrópole, segregação e fragmentação socioespacial. Além de perdas de referenciais espaciais, o “descompasso entre os tempos da vida e das formas urbanas, onde o cidadão se encontra diante da metrópole de formas fluidas e fugidias, vivendo o estreitamento das possibilidades de apropriação do espaço, com a deterioração” (CARLOS, 2003, p. 11).

Essa conformação quanto forma metropolitana revela ainda expressivas desigualdades socioespaciais que podem ser lidas por meio do consumo desigual dos espaços da cidade, que na perspectiva de Carlos (2007) esse consumo desigual produz as diferenciações socioespaciais que se expressão nas paisagens urbanas.

Outros autores como Davanzo et al (2011) compreendem que a experiência do processo de metropolização está historicamente associada aos processos de industrialização e urbanização, pois dialogando com Villaça (1998) nos países periféricos, as metrópoles formadas, na etapa da industrialização fordista, apresentam como características de organização espacial, o modelo fordista centro/periferia.

Contudo, Soja (2008), nos mostra que esse modelo de organização espacial construído sob o modelo fordista está desaparecendo. “A era da metrópole moderna terminou, mas não no sentido de seu desaparecimento e sim no de sua reestruturação, ou seja, de uma significativa ruptura e mudança da ordem e das tendências” (SOJA, 1993, p. 57).

Para o referido autor a passagem do desenvolvimento metropolitano fordista ao pós-fordista, assinala o advento da pós-metrópole, em um contexto de reestruturação econômica mundial em que a problemática metropolitana se torna mais complexa. Isso se reverbera no cotidiano, na vida, que logicamente se encontra subsumida ou contaminada pela lógica da acumulação e da normatização; e, ainda sinaliza processos de apropriação desigual do espaço

urbano, que são expressões dos paradoxos da modernidade do urbano, anunciando com isso o processo de produção de desigualdade socioespacial (CARLOS, 2015).

Nesse movimento do pensamento, refletindo a forma metropolitana de Belém, as desigualdades estão expressas, sobretudo nas condições de habitação. Segundo Marques et al (2007, p. 61) “em comparação com as estimativas para o conjunto de regiões do Brasil, os resultados para a Região Metropolitana de Belém mostram que esta é a região com a maior presença de assentamentos precários de todo o Brasil urbano”.

Portanto, uma distribuição desigual dos equipamentos urbanos, e produção significativa de assentamentos urbanos; que nas grandes cidades são áreas marcadas, em grande medida por precariedades estruturais, físicas, ambientais, apresentando irregularidades quanto ao título de propriedade da terra.

Ao que concerne o processo de metropolização em Belém Trindade Jr (1998) compreende que esse processo pode ser entendido em dois momentos ambos relacionados à forma, o primeiro momento está relacionado a forma urbana compacta ou confinada, o segundo momento que compreende da década de 1970 aos anos de 1990, caracterizada pelo processo de dispersão ou desconcentração do espaço metropolitano belenense.

Tal dispersão da forma urbana está relacionada aos processos de desconcentração e reconcentração demográfica, econômica e espacial, bem como, a relativa expansão de vetores da urbanização que passaram a promover espacializações em direção aos Eixos da BR-316 e Rodovia Augusto Montenegro (TRINDADE JR, 1998a).

A ocupação sistemática da Segunda Léguas Patrimonial se iniciou com a doação de glebas pelo Governo Federal à COHAB-PA para a implantação de grandes conjuntos habitacionais, ao longo da Rodovia Augusto Montenegro (em direção ao Distrito de Icoaraci) e da BR-316 (em direção à Belém-Brasília), ultrapassando as áreas institucionais, que bloqueavam a expansão contínua da malha urbana. Essa foi uma estratégia de realocação das classes de baixo poder aquisitivo que possibilitou uma mudança na estrutura da malha metropolitana. Dessa maneira, sua forma compacta vai originar uma forma dispersa dos novos assentamentos residenciais populares (TRINDADE JR., 1998b, p. 134).

A passagem, no contexto da metrópole, da forma confinada à forma dispersa, dá-se a partir de sua expansão e reestruturação. Essas formas metropolitanas são indissociáveis das ações dos agentes que produzem o espaço metropolitano e de como reproduzem as suas estratégias espaciais e territorialidades, configurando o espaço metropolitano institucionalmente reconhecido (TRINDADE JR; SANTOS, 2010).

Ainda segundo Trindade Jr e Santos, o processo de metropolização em Belém revela no plano de sua estruturação interna a primazia das áreas centrais na dinâmica de apropriação do espaço urbano: “Para a concentração do capital, e nesse caso estamos falando

principalmente do capital imobiliário, a existência da forma dispersa é condição e meio necessário à sua reprodução” (TRINDADE JR; SANTOS, 2010, p. 17).

Essas espacializações emergem principalmente no início da década de 2000, do qual constitui um marcador espaço-temporal de um (novo) momento de formação do espaço metropolitano belenense, marcado por uma sucessão de rupturas e metamorfoses socioespaciais relacionadas ao processo de “*Spreading the Metropolitan Form*”, como condição e resultado de novas dinâmicas urbanas associadas aos processos de reestruturação urbana e reestruturação metropolitana (VIEIRA, RODRIGUES, RODRIGUES, 2018).

“*The Spawr Urban*” constitui produto do processo de mundialização do capital e de metropolização do espaço, fortemente associada ao avanço de novos agentes econômicos que passaram a se territorializar em áreas próximas dos eixos da Br-316 e Augusto Montenegro.

Tal fato que repercutiu em processos de desterritorializações e reterritorialização de populações que viviam as margens das referidas Rodovias e que passaram a ser desterritorializadas em face dos processos de valorização do espaço, territorializando-se em outras áreas de municípios mais afastados, que compõem o aglomerado metropolitano belenense (VIEIRA, RODRIGUES, RODRIGUES, 2018).

Tais desterritorializações e reterritorializações estão vinculadas ao processo de produção e consumo desigual na/da cidade. Neste sentido, torna-se evidente nas paisagens urbanas de Belém, as contradições socioespaciais resultantes da divisão social desigual do espaço, expressas nas diferenciações socioespaciais, quando identificamos paisagens urbanas marcadas por dinâmicas capitalistas associadas à produção imobiliária, comércio e serviços (*Shopping Centers*, Condomínios Fechados localizados em áreas com melhor infraestrutura urbana).

Todas essas estruturas voltadas para o atendimento de segmentos sociais que possuem demanda solvável, e coexistindo com paisagens que expressam a precariedade das condições de habitação e qualidade de vida, evidenciadas em áreas e Bairros periféricos da cidade de Belém, permitindo-nos identificar práticas de gestão urbana diferenciadas, bem como, formas de uso e apropriação desigual do espaço urbano belenense, enquanto expressões dos paradoxos da modernidade na Metrópole Oriental amazônica (VIEIRA, RODRIGUES, RODRIGUES, 2018).

### CAPÍTULO 3 - O TEMPO E OS EVENTOS: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO CONTEXTO METROPOLITANO

Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo (SANTOS 2008, p. 93).

Para Santos (2008), devemos estabelecer a distinção entre os eventos naturais e os sociais, os eventos naturais são do tipo (a queda de um raio, o começo de uma chuva, um terremoto) dos eventos sociais ou históricos podem ser diversos que vão desde um *show* até um acidente de automóvel.

O evento possui uma extensão e/ou espacialidade, uma “área de ocorrência”, o que é facilmente perceptível para eventos naturais, como por exemplo, a área atingida por uma inundação ou uma furação (SILVA, 2012). Segundo Silva (2012) já para eventos sociais essa delimitação é mais difícil, mas pode ser, por exemplo, a área de presença de determinado produto agrícola (SANTOS, 2004).

Assim os eventos naturais resultam do próprio movimento da natureza, isto é, da manifestação diversificada da energia natural. É assim que a natureza muda pela sua própria dinâmica. Já os eventos sociais resultam da ação humana. Na verdade, os eventos sociais mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características (SANTOS, 2008, p. 95).

Portanto, sendo um resultado de processos de produção ou construção social, de materialização no espaço tempo decorrentes de intervenções ou lógicas (re)formuladas por agentes econômicos e políticos, como forma de Modernização.

Como assinala Santos (2004a):

A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isto representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernização. No sistema “dominado”, aqui chamado subsistema, as possibilidades de inovação estão abertas, assim, às variáveis que foram objeto de modernização no sistema “dominante” (SANTOS, 2004b, p. 31).

Nesse movimento do pensamento, pode-se falar do processo de formação do espaço (metropolitano) de Belém como um evento, pois “os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação são sinônimos” (SANTOS, 2004b, p. 147), no qual vai

mudando (metamorfosando-se) as paisagens, as relações, as interações, as intencionalidades e paralelamente transformando as formas conteúdos.

Tal configuração, um tanto acentuada de transformações, pode muito bem ser visualizada em trabalhos de Moreira (1966) e Penteado (1968), na década de 1960; e no trabalho de Abelém (2018), na década de 1970 e 1980, e, revistado e ampliado em Abelém (2018), na década de 1990 e de 2000.

Então essa formação socioespacial isso constitui processos, que são:

[...] os fluxos, a dinâmica, as ações, históricas e presentes, que se originam, são destinadas, ou ocorrem no interior de cada forma. Assim, os processos são originados das formas, como também, os processos dão origem às formas, por exemplo: o processo de centralização origina os centros das cidades; o processo de descentralização originam as novas centralidades das cidades; o processo de coesão originam as áreas especializadas; o processo de segregação socioespacial gera as áreas sociais, como os condomínios horizontais e verticais, os conjuntos habitacionais e as favelas nas cidades (QUEIROZ, 2014, p. 156).

Esses fluxos, fixos e dinâmicas de expansão da área urbana de Belém podem ser lidos sob a periodização de Moreira (1966), buscando situar o leitor no contexto histórico-geográfico, de maneira que possa pensar as dinâmicas urbanas contemporâneas, relacionadas à produção da violência urbana e das desigualdades socioespaciais, enquanto processo geográfico-histórico, cujas determinações estão vinculadas a múltiplos tempos, temporalidades e espacialidades urbanas.

A esse respeito, Moreira (1966) propõe pensar a formação, estruturação e expansão urbana da cidade de Belém, a partir de três fases ou períodos, quais sejam: 1) A fase periférica ou ribeirinha (da fundação da cidade, no ano de 1616, até meados do século XVIII); 2) A fase da penetração (de meados do século XVIII até meados do XIX); e, 3) A fase de continentalização (de meados do século XIX, até a década de 1960).

Trindade Jr (1998) propõe uma quarta fase, denominada pelo mesmo de “Metropolização”, que compreende o período de 1970 aos anos de 1990, caracterizada pelo processo de dispersão do espaço metropolitano belenense. Tal dispersão da forma urbana está relacionada aos processos de desconcentração e reconcentração demográfica, econômica e espacial, bem como a relativa expansão de vetores da urbanização, que passaram a promover espacializações em direção aos eixos da BR-316 e Rodovia Augusto Montenegro (TRINDADE JR, 1998).

Nesse movimento do pensamento, pode-se falar do processo de formação do espaço metropolitano de Belém como um evento, no qual vai mudando as coisas, as relações, as interações, as intencionalidades e paralelamente transformando as formas conteúdos.

Nesse contexto, a construção da Avenida Augusto Montenegro constitui um dos motores importantes dessas transformações socioespaciais à medida que sua construção está vinculada ao processo de metropolização de Belém, sendo um dos eixos de expansão metropolitana. Destaca-se ainda a vinculação entre a referida via e a formação da periferia distante de Belém no contexto do processo de metropolização de Belém.

Tal processo constitui parte do momento em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do país - tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília - cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial (TRINDADE, JR, 1998a).

Essa integração foi desencadeada pelos militares, no qual a Amazônia foi incluída no projeto desenvolvimentista no âmbito nacional, como parte desse plano pode-se apontar a implantada a hidrelétrica de Tucuruí, Br-163, Br-230 grandes projetos de colonização, POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) e PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste), como implantando bases para o fortalecimento da narrativa de integração nacional e do modo de produção capitalista na região (RODRIGUES; LIMA, 2019).

Os projetos implantados na região Amazônica provocaram mudanças no espaço urbano, sobretudo, na década de 1980, quando ressoou a crise econômica mundial da década de 1970. Cabe destacar mesmo com tal crise ainda houve fortes migrações (e aumento da populacional) do meio rural para as cidades (PROST, 2006; CARDOSO, VENTURA NETO, 2013) (vide Tabela 6, o aumento populacional). E é nesse período que é marcado pelo intenso processo de metropolização de Belém.

**Tabela 6:** Evolução da expansão populacional em Belém comparado com o Brasil e o estado do Pará (de 1940 a 2000).

	1940	1950	1960	1968	1970	1980	1991	2000
<b>Belém</b>	206.331	254.949	399.222	563.996	633.374	934.330	1.244.690	1.280.614
<b>Pará</b>	944.644	1.142.846	1.550.935	1.929.000	2 048.000	3.506.592	4.950.060	6.192 307
<b>Brasil</b>	41.700.000	41.236.315	66.302.271	89 376000	95.305.000	121.113.084	146.825.475	169.799 170

**Fonte:** Elaborado com base em IBGE (1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

Como podemos verificar na tabela acima o intenso processo de crescimento populacional de Belém muito superior a média nacional, principalmente, a partir da década de 1970, tal processo pode ser explicado pelo três papais fundamentais exercidos pelos núcleos

urbanos destacados por Trindade Jr (1989, p. 50), quais sejam, “a tração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social”.

O contexto histórico e político da década de 1970 e principalmente da década de 1980 contribuíram significativamente para expropriação de populações, entre elas, comunidades e populações tradicionais, em virtude do estabelecimento de grandes projetos de infraestrutura (rodoviários, hidrelétricos, portuários, ferroviário) e de mineração.

Essas populações expropriadas e atraídas pelos grandes projetos passariam a ocupar espaços nas periferias das cidades, especialmente Belém. Expropriações e ocupações que essas que viriam a criar um clima de conflitos e provocar mudanças expressivas no espaço urbano amazônico

Essa integração nos permite não apenas ler, mas sobretudo verificar a relação entre as escalas diferentes (HARVEY, 2015), materializadas e costuradas com contexto histórico e político, isto é, nas particularidades e ligação com as universalidades (relação parte-todo), enquanto totalidade<sup>23</sup>. Portanto, estabelecendo articulações entre o plano regional, nacional ou global, em que a produção das diferenças espaciais também são produtos dessas relações interescares (HARVEY, 2005)<sup>24</sup>.

Desse modo, o período em questão é marcado por uma série de modificações, na escala do espaço mundial, relacionadas à mundialização do capital, ao avanço de um meio técnico científico-informacional (SANTOS, 1993), em que esses processos em articulação entre diversas escalas foram o motor para "desenvolvimento geográfico desigual" (HARVEY, 1989, SMITH, 1988).

Tal processo de desenvolvimentos desigual nas cidades só são possíveis por meio das políticas urbanas adotadas, no caso de Belém, esse processo se intensificou a partir da metropolização, isto é, à medida que realocou a população de baixa renda para a periferia distante. Com isso transformando as áreas de baixadas que historicamente vinha sendo ocupada por essa população, em áreas valorizadas do ponto de vista do capital imobiliário.

Como parte desse processo de produção de desigualdades, encontra-se a formação de assentamentos urbanos (CARDOSO, 2009; CARDOSO; PEREIRA; NEGRÃO, 2013) que

---

<sup>23</sup> “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2006, p. 74). Cabe destacar que “o todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização” (SANTOS, 2006, p. 77).

<sup>24</sup> O trabalho de Cardoso, Pereira e Negrão (2013) do qual mostra a relação entre a evolução da população urbana, ciclos econômicos e padrões de urbanização.

são marcados pela precariedade de serviços públicos e de infraestrutura, em que no contexto atual se destacam pela territorialização da violência e do crime.

É nesse sentido que recorreremos ao processo histórico de formação da via, sem a pretensão de aprofundar nessa historiografia, mas apontar marcos importantes que nos ajudam a ler o presente.

### 3.1. METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM: APROXIMAÇÕES - PRODUÇÃO DOS NOVOS ASSENTAMENTOS URBANOS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO.

Partindo da perspectiva do evento como transformador das relações e do espaço partimos para a leitura de que a construção da Avenida Augusto Montenegro constitui um grande evento e que não se desconecta de outros (como destacaremos a frente). “A conexão existente entre os objetos é dada pelos eventos, isto é, o tempo se fazendo empírico, para poder encontrar os objetos. Os eventos são todos filhos do mundo, seus intérpretes atentos, suas manifestações particulares” (SANTOS, 2008, p. 103).

Ainda segundo o referido autor, os eventos são permanentemente redistribuídos, pois é uma das prerrogativas que confirmam que o mundo encontra-se em movimento. Nesse sentido, o mundo está sempre se redistribuindo, regeografizando-se. Em cada momento, a unidade do mundo produz a diversidade dos lugares.

Desse movimento de regeografização pode-se apontar a construção da Avenida Augusto Montenegro que de ramal passou a ser uma das avenidas mais importante da metrópole a Augusto Montenegro tem sua origem ligada a um período importante da história do Brasil, início do século XX, quando o modelo de transporte adotado no país era o ferroviário. A Amazônia pouco inserida neste contexto precisava ser conectada internamente, principalmente Belém às suas áreas de influência (CRUZ, 1955). Destartes, o ramal do Pinheiro estabelece a base para o processo metropolização de Belém, que segundo Trindade Jr (1989) só se consolida duas décadas depois.

Nesse contexto, em 1906 houve a “inauguração do ramal da estrada de ferro Belém-Bragança, ou ramal do Pinheiro, que também permitiu a ligação de outros pequenos povoados com a capital do Estado” (COSTA, 2007, p. 62). Inauguração realizada pelo então Governador do estado do Pará, Augusto Montenegro. A EFB caracterizava-se por ser uma ferrovia de 16 km de extensão que começava no Entroncamento e se estendia até a Vila Pinheiro, hoje Icoaraci, um dos Distritos de Belém que estão localizados fora do núcleo urbano do município (*Op. cit.*, 1955).



**Figura 3:** Foto das moradias no bairro Velha Marambaia, em 1974.



**Fonte:** Pinto (2016, p. 84)

Os subúrbios imediato de Belém localizados nas proximidades da Rodovia 316 (vide Figura 4), apresentavam além das vivendas, algumas indústrias em construção ou em atividade, como por exemplo, a Cerveja do Pará, Óleo do Pará, Brasil Extrativista, indústria de tubos e telhas Brasilit, o que segundo Penteadó (1968) era o início da formação da zona industrial.

“A localização dessa área industrial não podia ser melhor: proximidade de Belém, com a qual é ligada asfaltada que penetrando no aglomerado urbano, é prolongada pela Av. Senador Lemos, que lhe garante fácil acesso à zona portuária” (PENTEADO, 1968, p. 370).

**Figura 4:** A imagem mostra um trecho da Rodovia 316, que compreende o município de Marituba.



**Fonte:** Penteadó (1968).

Embora a indústria fosse incipiente e desconcentrada, ela foi importante para o processo de metropolização de Belém, com o destaque para os eixos rodoviários, seja pelas funções industriais e comerciais, além do lazer especialmente, das famílias mais abastadas. Essa tendência é mais forte em direção a Ananindeua (margens da BR-316), e em Icoaraci pela estrada da base naval, onde predominam os usos militar e industrial, e menor no eixo Belém-Icoaraci pela rodovia Augusto Montenegro e Ananindeua (RODRIGUES, 1998).

Rodrigues (1998), destaca dois movimentos inseridos no processo de metropolização da cidade de Belém, o primeiro motivado pelo o estado local o qual desenvolveu estratégias políticas, com destaque para as políticas de habitação popular, as quais tinham como objetivo principal deslocar as populações que viviam nas áreas de baixadas para esses conjuntos, visando reestruturar essas áreas para valorizar o solo; e o segundo, destaca-se o papel da população de migrantes ou nativos.

Para Trindade Jr (1998), o processo de metropolização de Belém pode ser definido em dois momentos distintos vinculados a sua conformação: o primeiro momento relacionado à forma compacta, no segundo momento, a forma expressa a dispersão ou desconcentração.

No caso específico de Belém, a forma compacta do espaço metropolitano vem sendo substituída por uma forma dispersa de novos assentamentos urbanos, indicando um processo de reestruturação espacial. Em consequência, as baixadas, diferentemente do que ocorreu num primeiro momento do processo de metropolização, perdem a condição de espaços de assentamentos da população de baixo poder aquisitivo e sofrem um intenso processo de verticalização do solo, que, muitas vezes, se reflete na verticalidade do ambiente construído. Nesse sentido, a verticalização constitui-se outro elemento da metropolização, sendo, apenas uma face desse processo que configura a forma metropolitana (TRINDADE JR, 1998, p. 5).

Nesse sentido o autor destaca a outra face da metropolização, qual seja, a verticalização em direção aos eixos rodoviários que se consolidaram a partir da década de sessenta. Destaca ainda que o período que compreende a primeira fase da metropolização, uma parte expressiva da população estava concentrada nas áreas centrais da metrópole, essas áreas eram marcadas pela péssima infraestrutura. No segundo momento, verifica-se que essa população passou a ocupar a periferia distante, caracterizando o processo de periferização<sup>25</sup> ou dispersão.

Ainda segundo o referido autor, os novos assentamentos urbanos que surgem como parte desse movimento múltiplo e disjunto (LEFEBVRE, 1999) que é a metropolização do espaço urbanos de Belém encontram-se situados, em sua maioria, nos eixos da Rodovia 316 e

---

<sup>25</sup> O sentido do termo periferização “está relacionado ao processo de segregação socioespacial das frações sociais de baixa renda no espaço urbano. É uma dinâmica que expressa a espacialidade e a condição social desses agentes, independentemente da sua localização” (TRINDADE JR, 1998, p. 6)

da Avenida Augusto Montenegro. Para essa pesquisa, cabe focar os assentamentos urbanos que vão surgir ao longo da Avenida Augusto Montenegro.

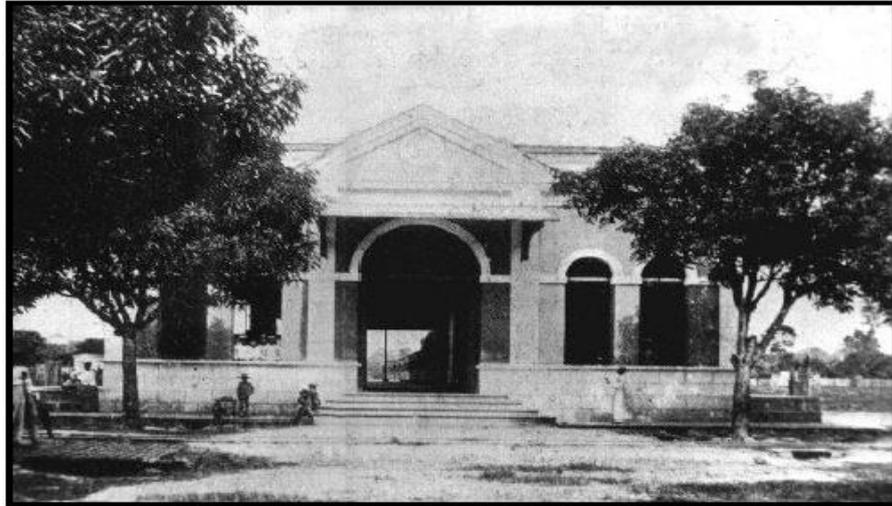
A referida Avenida foi inaugurada no dia 26 de junho de 1967, quando se comemorou o centenário de nascimento do homenageado, o Sr. Augusto Montenegro. Segundo Mendes (2014), logo quando surge a referida Avenida não havia consentimento se era uma artéria, uma rodovia ou uma avenida, no entanto, não existia nenhuma legislação e dispositivo Municipal ou Estadual que titule essa artéria de rodovia. Desse modo, definiu-se que a Augusto Montenegro é uma *AVENIDA* e não uma rodovia (MENDES, 2014). Ainda segundo Mendes

Os processos que contribuíram para o crescimento urbano de Belém e para a sua metropolização constituem-se em marcos para se entender a produção do espaço urbano ao longo do que é hoje a Avenida Augusto Montenegro, nas suas complexidades socioespaciais e econômicas. Recorre-se ao processo histórico de ocupação do espaço urbano no entorno dessa via, por ser um dos marcos ao entendimento de formação da Região Metropolitana de Belém (RMB), visto que a via é o contato da cidade principal com a segunda cidade mais importante da Metrópole (MENDES, 2014, p. 64).

A referida avenida tem sua origem ligada a um período importante da história do Brasil, início do século XX, quando o modelo de transporte adotado no país era o ferroviário. Nesse contexto, é pensada a abertura da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) e logo depois do Ramal do Pinheiro (Figura 5), em 1906, pelo então Governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro (MENDES, 2014).

A abertura do ramal ferroviário alterara de forma contundente a vida social e espacial de Belém, da Fazenda Pinheiro e de todo um “complexo agrícola” de pequenos sítios, hortas e granjas que existia no entorno onde fora implantada, visto que a circulação de produtos, de pessoas e de mercadorias de Belém para a Vila era realizada apenas pelo rio. Tudo o que se destinava à Vila Pinheiro era transportado em diversos tipos de embarcação, via porto, localizado no bairro da Cidade Velha, área central da cidade (MENDES, 2014, p. 66).

**Figura 5:** Ramal do Pinheiro, imagem do início do século XX.



**Fonte:** Mendes (2014).

Mendes (2014) aponta que o Ramal do Pinheiro alterou a dinâmica espacial da cidade de Belém, dentre as transformações apontadas por ele encontra-se o processo de circulação a qual deixa de ser exclusivamente, “circulação fluvial” tornando-se circulação “complexa”, com destaque para a ferrovia, alocando dinâmicas e valores ao solo com características rurais, novos contatos, fluxos e até mesmo fixos.

O Ramal do Pinheiro fixou uma grande importância à formação, ao contato e à circulação do núcleo central de Belém com a Vila e contribuiu para a atual conjuntura e importância de Icoaraci, como Distrito, com o maior contingente populacional, localizado fora da área central de Belém (MENDES, 2014, p. 67).

Do ponto de vista de Trindade Jr (1998), a construção da Avenida Augusto Montenegro firmou-se enquanto um marco do processo de dispersão urbana de Belém a qual passou a ser expressão fenomênica, a medida que tal dispersão insere-se em uma lógica geral, qual seja, a da redefinição das localizações, aja visto que esse processo induz a reestruturação urbana.

Nesse sentido a redefinição das localizações inicia com o processo de desapropriação dos moradores do bairro da Cremação, onde a partir dessa desapropriação essas famílias foram remanejadas para área suburbana do espaço metropolitano.

Varias famílias lutaram contra a desapropriação, mas foram convencidas a aceitar a proposta de remanejamentos, o Governo prometeu remanejar as famílias para um local próximo dali, porem nada aconteceu conforme a promessa, o que ocorreu de fato foi o remanejamento para uma área muito afastada, que se quer fazia parte da primeira légua matrimonial, o bairro do Benguí.

O início do processo mais intenso de ocupação das áreas suburbanas do espaço metropolitano de Belém, deu-se com a produção de conjuntos habitacionais voltados para atender a população de baixa renda, através da COHAB-PA. [...] O estímulo à criação das companhias de habitação como agentes do Sistema voltados a promover moradias para a demanda de baixa renda, fez surgir, através da Lei Estadual nº 3.282 de 13.4.1965, a companhia de habitação do Pará (COHAB-PA), voltadas para a coordenação e execução do plano de habitação no Estado do Pará. Segundo essa lei, (COHAB-PA) gozava dos benefícios de desapropriação por utilidade pública e ficava isenta do pagamento dos impostos estaduais. (TRINDADE. Jr, 1998a, p. 163)

Nesse sentido, Trindade Jr (1998a), compreende que a partir desse processo de remanejamento da população para além da primeira légua patrimonial modifica a importância das baixadas enquanto espaços de assentamento da população de baixa renda, e passa a se consolidar os novos espaços de assentamentos em Belém, “uma vez que a ocupação espontânea que aconteciam principalmente nas áreas de baixadas são direcionadas para as novas áreas” (TRINDADE. Jr, 1998a, p. 163).

Ainda segundo Trindade Jr (1998), esse processo sinaliza a tendência da desconcentração urbana, uma vez que nenhuma das obras da COHAB foram direcionadas para a primeira légua patrimonial. A maioria desses investimentos foram direcionando para o distrito de Icoaraci, Município de Ananindeua e para a área de transição do Val-de-Cães ao todo.

Foram instalados 21 conjuntos habitacionais de financiamento popular construídos pela COHAB ao longo da RMB em um recorte temporal que compreende os anos de (1968-1993) totalizando 20.274 unidades habitacionais, das quais 16. 230 foram destinadas a áreas de transição e expansão no sentido BR-316 e 4.044 unidades para a área de expansão no sentido Avenida Augusto Montenegro.

Dialogando com Santos (2004b) para pensar a formação e organização da Avenida Augusto Montenegro, por desdobramento da malha ferroviária constitui uma:

[...] combinação específica, formada em cada lugar, consiste em uma materialidade artificial, que pode então ser datada por intermédio das diversas técnicas: da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política, etc. Sendo um fenômeno histórico, pode-se identificar o momento de sua implantação, nas diversas escalas: local, nacional ou mundial (SANTOS, 2004b, p. 57).

Essa produção de “materialidade artificial”, de abertura do ramal ferroviário<sup>26</sup>, alterara de forma contundente a vida social e espacial de Belém, da Fazenda Pinheiro e de todo um

---

<sup>26</sup> Segundo Abreu (2016, p. 89): “Antes de se iniciarem os aforamentos das parcelas de terra dos bairros do Marco e Pedreira (a partir de 1869), foram concedidos e vendidos diversos lotes nas margens da Estrada de Bragança<sup>24</sup>, fora da 1ª Légua Patrimonial. Estas alienações de terras devolutas foram empreendidas pela Província do Pará, uma vez que estes terrenos localizavam-se fora do domínio da Câmara Municipal de Belém, onde somente a Coroa Imperial e a Província possuíam o direito de titular de terras”.

“complexo agrícola” de pequenos sítios, hortas e granjas que existia no entorno onde fora implantada; visto que a circulação de produtos, de pessoas e de mercadorias de Belém para a Vila era realizada apenas pelo rio.

Esses confrontos de materialidades artificiais e vida social e espacial de Belém acabam por convergir com a reflexão de Santos (2004b):

[...] em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. Já no viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos aqui o eixo das coexistências (SANTOS, 2004, p. 159).

Esses eventos chocam-se por dinâmica de transportes de mercadorias e pequenos produtos agrícolas da chamada Vila Pinheiro, transportado em diversos tipos de embarcação, via porto, localizado no bairro da Cidade Velha, área central da cidade de Belém (PETEADO, 1968; 1973).

O Ramal do Pinheiro fixou uma grande importância à formação, ao contato e à circulação do núcleo central de Belém com a Vila e contribuiu para a atual conjuntura e importância de Icoaraci<sup>27, 28</sup>, como Distrito, com o maior contingente populacional, localizado fora da área central de Belém.

Cruz (1955) ao tratar da conjuntura de abertura do Ramal do Pinheiro, revela que tendo suprimido do contrato inicial a cláusula que obrigava a construção do ramal para Salinas, o governador Augusto Montenegro autorizou a do PINHEIRO, atual ICOARACI, que ficou sob a responsabilidade do Banco Norte do Brasil. Para a inauguração, já estavam prontas a trafegar duas locomotivas para passageiros, tipo MOGUL, velocidade de 60 km/h; quatro carros de passageiros de 1ª classe; quatro carros de 2ª classe e um carro para bagagem. Seriam realizadas quatro viagens diárias.

Proporcionando o crescimento e um maior fluxo de pessoas e mercadorias de Belém à Icoaraci, a abertura da ferrovia se constituiu no ponto de partida ao crescimento e o desenvolvimento do fluxo de capitais, de mercadorias e de pessoas, atribuindo assim uma nova dinâmica no entorno da ferrovia.

<sup>27</sup> Vide em anexo divisão territorial e organização administrativa do município de Belém (1930-1990), elaborado por Costa (2007),

<sup>28</sup> Para Costa (2007, p. 60), Icoaraci; “Seu reconhecimento enquanto povoado foi realizado em 08 de outubro de 1869, quando o governo provincial do Pará, após a compra das fazendas Pinheiro e Livramento, deliberou sobre a sua divisão em lotes a serem aforados<sup>14</sup>, passando o então povoado a receber o nome de Santa Izabel do Pinheiro e, posteriormente, São João Batista. O povoado tinha a sua configuração espacial marcada pela abertura de dezesseis ruas dispostas na forma de um “tabuleiro de xadrez”, seguindo um modelo que, segundo Peteado (1968, p. 371), caracterizou a formação dos núcleos urbanos coloniais em toda a região bragantina”.

Surgem na influência da ferrovia três pequenos povoados que moldaram as características e as primeiras atividades desenvolvidas no local e depois foram o de extrema importância ao processo de ocupação e consolidação da dinâmica espacial no entorno da Avenida Augusto Montenegro. Sendo assim a produção de espaços de circulação, que são: “as hidrovias, ferrovias, rodovias, aerovias, infovias, avenidas e ruas” (QUEIROZ, 2014, p. 156)<sup>29</sup>.

O Ramal do Pinheiro alterou a dinâmica espacial da cidade de Belém, pois já surgiu transformando a “circulação fluvial” em uma circulação “complexa”. Circulação assentada na ferrovia, que contribuía nas mudanças das dinâmicas e valores ao solo (que possuía com características rurais) novos contatos, fluxos e até mesmo fixos, como a necessidade de implantar pequenos comércios no seu entorno, a fim de atender a demanda que surge da circulação nesse espaço.

Isso ocorreu, pois dialogando com Santos (2008):

Em uma zona pioneira, dotada de infra-estrutura incipiente, a ação do Estado pode ser fundamental. Ao Estado cabe criar fixos, precipuamente a serviço da produção ou do homem. Mas os fixos atraem e criam fluxos. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina sua viabilidade e direção. Os fluxos também criam fixos na órbita do subsistema de mercado, sobretudo quando os fixos de origem pública são insuficientes para atender à demanda. Mas, de um modo geral, os fixos necessários ao exercício das formas mais complexas de cooperação (estradas, por exemplo) são criados pelo Estado (SANTOS, 2008, p. 102).

Surgem, desse modo, os povoados que hoje constituem os bairros do Tenoné, da Campina de Icoaraci e do Coqueiro (PENTEADO, 1968). Os primeiros núcleos populacionais do entorno da ferrovia, apresentavam populações que habitavam modestas casas, com atividades voltadas principalmente às relações do meio rural.

As áreas representavam lugares de transição entre o núcleo central de Belém e a Vila. Hoje, esses espaços têm suas dinâmicas influenciadas pela Avenida, mas no passado, à medida que a Vila do Pinheiro era incorporada ao urbano de Belém, promovia a gradativa incorporação dos três povoados ao seu tecido urbano, modificando os usos do solo. A ferrovia também aparecia com essa finalidade de modificação dos usos.

Para Cardoso, Miranda e Rocha (2016, p. 141):

Esse espaço, que hoje corresponde à área de expansão de Belém, contou com um sistema de ruas mais limitado (baseado no eixo da estrada de ferro e atualmente da Av. Augusto Montenegro) e um tipo de espaço de sociabilidade muito diferente das praças e parques citados: a beira do igarapé. Em ambas as léguas as áreas de várzea

<sup>29</sup> “Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço” (SANTOS, 1994, p. 77).

foram ocupadas por migrantes com forte enraizamento nas práticas tradicionais com intensidades diferenciadas; as baixadas da primeira légua foram aterradas por moradores e sofreram adensamento progressivo desde os anos 1960, enquanto as áreas de várzea da segunda légua propiciaram um uso multifuncional das margens dos rios (espaços de produção de cerâmica, de lavagem de roupa, de pesca, horta, sociabilidade e lazer) por tempo mais longo, até serem incorporadas aos novos usos e tipologias de ocupação do solo praticados desde os anos 1970.

Entre os três povoados, com carentes habitações, o maior era o do Coqueiro, o qual apresentava de 1.500 a 2.000 habitantes (TRINDADE JR., 1998), a maioria deles era constituída por colonos nordestinos, que se instalaram nessa área na segunda metade do século XIX. Também nessas imediações se assentaram vários retiros, granjas e áreas de lazer, devido à existência de inúmeros igarapés e grandes áreas para desenvolverem atividades que necessitavam de extensos espaços, como as atividades agrícolas.

É no início do século XX que a Vila Pinheiro começa uma vocação mais comercial, no seu núcleo inicial, onde residiam as famílias mais tradicionais e com maior poder aquisitivo. A “vocação” era a atividade comercial de abastecimento de gêneros alimentícios e bens de consumo não duráveis, destinados à população local e a da área do entorno (MENDES, 2018).

Assim sendo, foi à época em que a Vila Pinheiro passou a ganhar maior expressão, ocorrendo à multiplicação do número de pequenos núcleos populacionais. Além do Tenoné e da Campina de Icoaraci, surgem os povoados: Águas Negras, Agulha, Brasília, Vila dos Inocentes, Tapanã, Maracacuera e Pratinha, todos com características rurais (DIAS, 2007, p. 111-2).

Esses núcleos começaram a se concentrar no entorno da Estrada de Ferro e quando transformados em bairros do Distrito de Icoaraci, constituem-se enquanto ponto chave à formação urbana no entorno da via aqui estudada. Ocorre que a Vila Pinheiro transformou-se em área de lazer e espaço de opção de segunda moradia às elites de Belém, além de um importante centro de comércio (DIAS, 2007), influenciados pela ferrovia.

Após o período de decadência e estagnação econômica, pelo qual passa a Amazônia e Belém, como Cidade primaz, de 1912 até por volta da década de 1950, temos a implantação de uma “política rodoviarista” realizada pelo Governo Federal, na administração de Juscelino Kubistchek.

Essa política de construção de rodovias primou pela abertura de estradas com o fechamento de ferrovias, como é o caso da Estrada de Ferro Belém-Bragança, sendo desativada para a construção da atual rodovia federal Br-010 (Belém-Brasília), no período de 1958 a 1960 (MENDES, 2018).

É a partir da década de [19]60, com a abertura da Belém-Brasília e com a extensão dos incentivos fiscais a projetos agropecuários, que vão se acentuar as tensões sociais com a corrida às terras da Amazônia,

agravadas ainda mais com novas estradas que passam a cortar a Região (Cuiabá-Santarém e Transamazônica, por exemplo, além de estradas estaduais ligando núcleos urbanos a esses eixos rodoviários), com os projetos de colonização e com as facilidades creditícias.

A propriedade da terra passa a ser questionada e invocada pelos grupos mais fortes assim como a necessidade de sua formalização jurídica. Surge então o que Santos (1979, p. 12) denomina reconceitualização regional da propriedade, que, para o homem rural, vai abalar seus conceitos e valores, pois “a posse, para ele, já constituía todo o direito necessário para deter a terra, nela morar e trabalhar”. generalização das práticas formais necessárias à legalização da propriedade, ditada por interesses dos mais fortes, vai expandir seus domínios sobre a terra em detrimento do caboclo local que não tem como fazer frente às despesas e à complicada estrutura judicial. “De fato, o que a lei positiva estabelece é que posse não provada e posse não tida” (p. 112) (ABELÉM, 2018, p. 40-1).

Na gestão de Ajax Cardoso d’Oliveira, na prefeitura de Belém, o presidente Ernesto Geisel inaugurou a Estrada Municipal “BL-17”, sendo batizada de Avenida Augusto Montenegro, em homenagem ao governador do Estado do Pará no período de 1901 a 1909, que mandou construir o ramal do Pinheiro, de acordo com o que estabeleceu a Lei nº 6.387/67, mencionada no início do capítulo. A Figura 6 mostra em visão panorâmica como ficou a via após a reforma.

**Figura 6:** Visão panorâmica da Avenida Augusto Montenegro em 1978.



**Fonte:** DIÁRIO DO PARÁ. Edição de 26/03/1978. Arquivo da Biblioteca Pública do Estado do Pará, Arthur Vianna- CENTUR.

A via deixou de ser uma ferrovia para se transformar em uma Avenida, com suas margens ocupadas, por uma população de características ainda rurais (DIJK; FIGUEIREDO, 1997). Os quase 15 km, duplicados de pista, levaram 03 anos para serem concluídos, 1975 a 1978.

Esse processo [também da Avenida Augusto Montenegro] compreende a fase inicial do planejamento regional (1930-1960), correspondendo à implantação do “Estado Novo” no governo de Getúlio Vargas, tendo um caráter muito mais discursivo do que ativo. Foi, porém, no governo de Juscelino Kubitschek, que surgiu a necessidade de unificar o mercado nacional, devido ao avanço da industrialização, que se efetivou com a implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília- Acre, acentuando o processo de migração para a região.

[Assim promover a] inserção do Brasil no capitalismo mundial, no período pós Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo passa a atuar no espaço global, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes importantes na produção do novo espaço (NASCIMENTO; BASTOS, 2014, p. 235).

Com a abertura e transformação da ferrovia em Avenida, levanta-se a ideia de pensar no surgimento de uma periodização interna na Amazônia, a partir da Metrópole, que leva em consideração outro *padrão de circulação*, com uma complexidade em volta do rio, da ferrovia e depois da rodovia.

Desse modo, alia-se a um padrão de organização em que a ferrovia ganha grande relevância para a circulação das pessoas, mercadorias e informações, bem como de abastecimento de alimento, pois nas suas margens se realizava a agricultura comercial, embora ainda pouco desenvolvida, o modo de vida agrário.

Isso modifica a importância do rio na circulação de mercadorias e de pessoas. O padrão modifica-se novamente com a implantação rodoviária, momento em que surge no entorno da Avenida, uma complexidade urbana na circulação de comércios, de serviços e de pessoas, o que formaram os futuros bairros, a partir das aglomerações. Portanto o padrão que vemos surgir é Rio-Ferrovia-Rodovia.

O projeto de criação da avenida foi financiado pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Prefeitura Municipal de Belém. O projeto custou cerca de Cr\$ 600 milhões de cruzados (valores da época). Segundo Mendes (2018) havia prós e contras na criação da via, pois muitos membros da elite belenense alegavam que seria um investimento em uma obra para ninguém utilizar, sendo contrários à construção.

De lado oposto a esse pensamento, a defesa da criação da Avenida pela prefeitura era a de que a mesma “ligaria a cidade de Belém ao seu principal Distrito, através de uma Avenida de ‘Classe Especial’, [...] sendo objetivo de tal construção, a perspectiva do desenvolvimento socioeconômico da cidade [...]” (DIÁRIO DO PARÁ, 1996).

Mostra-se então, que na década de 1970, já se criara uma expectativa da Avenida Augusto Montenegro, como um possível eixo de crescimento e um “sub-centro” de serviços e mercadorias. Quando concluída, terá satisfeito, com apreciável padrão, as necessidades

imediatas de grande fluxo de tráfego existente entre a Vila de Icoaraci e Belém, ao longo dos seus aproximados 18 km.

Com efeito, além da ligação da vila com a malha urbana belenense e conseqüentemente com a rede rodoviária estadual e municipal, a rodovia tinha o objetivo de promover o acesso rápido e seguro ao estádio estadual Alacid Nunes, o Mangueirão, e as diversas fábricas existentes em sua rota, bem como atenderia à demanda de transportes ao matadouro do Maguari, dada a localização deste próximo a Icoaraci (MENDES, 2014; 2018).

Além disso, o prolongamento do eixo da Rodovia Augusto Montenegro constituiria a diretriz da futura PA 150 em direção ao centro, de vital importância para a infraestrutura que atenderá ao complexo industrial que ora se instalará em Barcarena— fábricas de alumínio (MENSAGEM DA PREFEITURA À CÂMARA, 1975, p. 83).

Tal configuração e promessas apontavam que a avenida se tornaria um grande e intenso eixo de circulação de pessoas, mercadorias e produtos. Mas que se configura como via de/para expansão, tanto intracitadina das circulações e mobilidade urbana quanto regional e metropolitana; além de que já fora projetada dentro da área de expansão urbana de Belém, justamente com o intuito de articular as ligações regionais possíveis.

A partir desse eixo e de reorganização do espaço constituía-se uma forma “sutil” de “conversão da cidade ribeirinha pela metrópole, e a disseminação de “fórmulas” desenvolvidas em cidades globais que pudessem ser viáveis para o posicionamento de Belém na nova ordem mundial” (CARDOSO; MIRANDA; ROCHA, 2016, p. 142).

Assim, as principais transformações na Avenida iniciam-se a partir de 1978. Nessa década, há a consolidação dessa área, como área de expansão urbana, pois havia uma acentuada verticalização e uma estruturação do mercado imobiliário dentro da área central de Belém. Como resultante desse processo, ocorre uma ‘expurgação’ do pobre, o não ‘consumidor’, da área central para a periferia (ABELÉM, 1988; 2018).

Da mesma forma Dijk e Figueiredo (1997) afirmam que são os resultados do processo de segregar o pobre e o crescimento populacional da capital, os causadores do rompimento das fronteiras da 1ª Léguas Patrimonial e do Cinturão Institucional da cidade. A população direciona-se à Augusto Montenegro e à BR-316, que passam a se constituir como novos espaços de assentamentos da população de baixa renda, devido a existência de um contingente populacional, que não podia pagar para morar no centro, restando a essa população os espaços suburbanos e distantes, até mesmo rurais.

A Primeira Léguas Patrimonial constitui-se no marco inicial de ocupação da cidade, fundada em 12 de janeiro de 1616. Em 1º setembro de 1627, a Coroa Portuguesa cedeu com a

carta de Doação e Sesmarias, toda a área contida em um raio de 1 légua (6,6 km), a contar do Forte do Castelo. Esta área é conhecida como 1ª Léngua Patrimonial e seu limite corresponde, atualmente ao contorno definido pelas Av. Dr. Freitas e Perimetral (DIJK; FIGUEIREDO, 1997, p. 17).

Chama-se de Cinturão Institucional, as áreas de grande extensão dentro do perímetro urbano, de propriedade dos Ministérios da Marinha, Aeronáutica e Exército, Aero-clubes, Aeroporto de Val-de-Cães, Universidade Federal do Pará, Embrapa/CPATU, Santa Casa de Misericórdia do Pará, Eletronorte e outras, e que se localizam nas imediações dos limites da 1ª Léngua Patrimonial.

Nas décadas de 1970/80 várias indústrias foram implantadas nos terrenos ao longo da via, a exemplo: Companhia de Refrigerantes do Pará (filial da multinacional Coca Cola), Hiléia Alimentos Ltda., IBFAM (Indústria Brasileira de Fármacos da Amazônia) e a Estacon Engenharia Ltda. Algumas se consolidaram e, até hoje estão alojadas na via, outras por dívidas e/ou falência, tiveram seus terrenos ocupados de forma clandestina, como é o caso da IBFAM. Das empresas que ocupavam vastas glebas e faliram, a Estacon Engenharia S.A, é um exemplo da modificação do uso urbano, pois no terreno que a empresa ocupava, foi incorporado pelo setor imobiliário, para a construção de um condomínio fechado vertical, o Parque Jardins, em uma área de 64.200m<sup>2</sup>, no ano de 2009.

Revela-se, dessa maneira, a substituição das formas espaciais e das suas funções, coma produção de novos espaços. Galpões foram transformados em escolas, em lojas de departamentos, em almoxarifados, central de distribuição de materiais de construções e de gêneros alimentícios. Nesses espaços também foram implantadas instituições de ensino, como os Colégios Sophos e Impacto, um no quilômetro dois e o outro no quatro, respectivamente. No caso dos supermercados, o exemplo é o Atacadão Yamada, localizado no quilômetro 13, supermercado de atacados, de varejos e de produtos de departamentos, construído no local que antes era destinado à central de distribuição da mesma empresa (MENDES, 2018, p. 126).

Outros empreendimentos também usam seus vastos terrenos para construir as grandes superfícies comerciais de supermercados, hipercentres e lojas de departamentos, a exemplo: O Líder Augusto Montenegro, quilometro 8 (construído ao lado da central de distribuição da mesma Rede de supermercado). E a *status* construções com a proposta de construção de um condomínio em terreno de antigo sítio localizado no quilometro 13 (MENDES, 2018).

Uma importante forma de ocupação pretérita da Augusto Montenegro, que deve ser mencionada, são as inúmeras “ocupações espontâneas”, que surgem por causa das várias glebas livres ao longo da avenida, e também devido a realidade econômica e de crescimento populacional que passava Belém.

Nesse sentido, Alves (1997) destacou à época, que por causa dos problemas urbanos existentes na RMB, em particular, do difícil de acesso à moradia por pessoas de baixo poder aquisitivo. Belém teve um expressivo número de “invasões de terras”, intensificados nos anos de 1980 e na década de 1990.

A autora afirma que essas invasões refletem os problemas urbanos existentes nessa Metrópole. Afirma ainda que somente no eixo da Augusto Montenegro se concentraram 23,77% das ocupações de toda a Região Metropolitana, o que significava 53 “invasões”, de um total de 223. No mesmo período Belém foi intitulada de Capital das invasões (*Op. cit.*, 1997, p. 88). Sendo muitas dessas áreas vieram sendo ocupadas desde os anos 1960, em um processo de consolidação que hoje resulta em diversos bairros populares, internos ao centro metropolitano (CARDOSO, PEREIRA; NEGRÃO, 2013).

Além desses assentamentos, a Avenida era alvo das políticas públicas do governo estadual e federal para a resolução do problema de déficit habitacional no Estado. No total foram 29 Conjuntos Habitacionais Populares construídos, com mais de 14.812 unidades habitacionais ao longo da avenida (MENDES, 2018).

Essa política decorreu da atuação do IPASEP (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará) e da COHAB-PA (Companhia de Habitação do Estado) sob o financiamento do BNH (Banco Nacional da Habitação), do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e da CEF (Caixa Econômica Federal) (ABELÉM, 1988; TRINDADE JR., 1998; DIJK; FIGUEIREDO, 1997; MENDES, 2018).

Acerca dos conjuntos habitacionais populares que contribuíram para o processo de incorporação histórica da Avenida Augusto Montenegro ao tecido urbano da cidade, pode-se citar o Conjunto Nova Marambaia, edificado pela COHAB-PA no quilômetro 01 da via no ano de 1967, e conforme Trindade Jr (1993) aparecia como a “solução” por parte do governo à época, para a execução das obras de urbanização nas baixadas e nas áreas insalubres, como o caso das obras de saneamento no Igarapé das Almas, que se tornou depois a Avenida Visconde de Sousa Franco, na área central da Cidade.

Nesse entendimento Trindade Jr (1993) afirma que se desse continuidade à recuperação dessa área de baixada, uma das condições foi a do remanejamento da população favelada ali existente. A ideia constante no programa era de transferência das famílias (266) para um conjunto residencial construído pela COHAB-PA para o bairro da Marambaia, em local ainda não efetivamente habitado e que na época se constituía em periferia distante de Belém – no início da rodovia Augusto Montenegro, rodovia de acesso ao distrito de Icoaraci.

Os moradores resistiram no primeiro momento em transferir-se para o conjunto, alegando que “a distância em relação ao centro da cidade e também o tamanho das casas, muito pequenas, na opinião de algumas famílias” (*Op. cit.*, p. 129). Foram construídas 834 unidades habitacionais das 2.500 previstas para esse conjunto, e mesmo com esses empecilhos

a construção do Gleba-Marambaia, coloca-se como estratégia do Estado para expansão da malha urbana.

Trindade Jr.(1993), menciona ainda que:

[...] a instalação do conjunto residencial abria possibilidade de expansão da malha urbana na periferia distante, valorizando ainda mais as áreas centrais, como de fato veio a acontecer posteriormente. Utilizou-se, para isso, a própria ação dos agentes sociais excluídos que seriam os pioneiros na produção do novo espaço residencial, mas que nele não permaneceriam. Hoje, no conjunto “Nova Marambaia” (Gleba I) não conseguimos encontrar nem uma dezena das famílias que para lá foram remanejadas. A população que habita esse conjunto apresenta um poder aquisitivo bem diferente daquele apresentado pelos moradores da “Vila Sarará”.

Assinala-se ainda que esse conjunto residencial, o primeiro a ser construído na área de expansão de Belém – hoje não é tão distante do centro da cidade, quando comparado a outros, inclusive de classe média e alta, localizados na periferia distante [outros conjuntos habitacionais foram construídos ao longo da avenida Augusto Montenegro]- apresente-se praticamente urbanizado com infra-estrutura e serviços, inexistentes na época do remanejamento e que confirmam a valorização do espaço naquela área (TRINDADE JR., 1993, p. 132-3).

Esse processo inicial de ocupação ficou a cargo de a prefeitura e, deveria ser acompanhado de alocação de serviços como iluminação pública, sistema de esgoto e abastecimento de água, praças, transporte coletivo, comércio, posto de saúde, etc. a implantação desses foi demorada, fato que motivou muitas famílias a deixarem o conjunto. No entanto, é impossível negar a importância dessa construção para a ocupação da área de área periférica da cidade.

Outra importante intervenção habitacional à estruturação da Avenida foram os Conjuntos habitacionais Icoaraci I, II e III, também construídos pela COHAB-PA. Segundo o Diretor da Gestão de Projetos (GEPRO) da COHAB, os conjuntos Icoaraci I, II e II, surgem para sanar o problema do déficit habitacional em Belém. Diferente do Conjunto Marambaia, a construção das 1.550 habitações nos três conjuntos habitacionais em Icoaraci, eram destinados às pessoas que se inscreviam na Companhia, não era para atender as pessoas oriundas das desocupações como foi o Marambaia (MENDES, 2014; 2018).

O terreno com mais de 70.000 m<sup>2</sup>, foi desapropriado, e pertencia ao antigo Matadouro de Icoaraci. A estratégia segundo o Diretor, era alocar a população nesse ponto, quilômetro 14 da Augusto Montenegro, para integrar cada vez mais o Distrito de Icoaraci à Belém.

Então a partir de 1975, conforme ficavam prontas as unidades habitacionais, a COHAB chamava, por número crescente de inscrição, as pessoas inscritas para ocupar suas habitações. Eram pessoas de Belém e Ananindeua, pessoas com renda até um salário mínimo naquele período.

De tal modo, essas incorporações provocaram um expressivo crescimento populacional, que se configura em um adensamento da RMB. Estudando os diversos tipos de moradia no eixo de expansão de Belém (o da BR 316 e o da Augusto Montenegro), tem-se o que Trindade Jr. (1998a; 1998b) nomeou de “assentamentos espontâneos” as invasões de terras que Dijk e Figueiredo (1997) chamam de “tipologia da pobreza”. Já para os conjuntos habitacionais populares aquele autor chama de “assentamentos dirigidos”, por conta da conjuntura e política em que foram construídos. Após o primeiro momento de modificações na produção do espaço da avenida, ocorre uma intervenção estatal para a sua “recuperação”.

No transcorrer da pesquisa aqui exposta, identificou-se que a segunda intervenção do Estado para o melhoramento da avenida, ocorre depois de 18 anos de sua inauguração. Nesse momento o eixo viário já estava sendo ocupado intensamente. A complexidade urbana de seu entorno intensificou-se, há a abertura de uma ligação entre a rodovia Arthur Bernardes e a referida via, a Estrada do Tapanã, bem como a rodovia do Coqueiro, que liga a Augusto Montenegro com a BR-316 (MENDES, 2018).

Já na década de 1980 encontrava-se uma diversidade de construções, aparelhos e serviços nessa avenida, tais como comércios, indústrias, conjuntos populares, clubes recreativos, condomínios fechados, invasões, casas de *shows*, motéis, bares, restaurantes, etc. A maioria direcionada a uma população de baixa renda. Conviviam “Barracos, bandidos e buracos entre as indústrias e as mansões”, destacavam os jornais da época (DIÁRIO DO PARÁ, 1996).

No início da década de 1990, existiam dezesseis conjuntos habitacionais de classe popular, dez linhas de ônibus, que trafegavam com destino a Icoaraci e a outras localidades, cinquenta e três ocupações espontâneas (com ausência total de qualidade de vida e serviços públicos à reprodução digna da vida). Mesmo com essas características, ocorreu a incorporação de seis condomínios fechados horizontais (DIÁRIO DO PARÁ, 1996).

Juntamente com esse processo surgem outras formas de assentamentos que são ocupados pelos “pobres e privados dos direitos a cidade”, e que na realidade são frutos de totalidades produzidas e em produção, dos quais fazem parte desse processo os bairros da Cabanagem, Parque Verde e Benguí.

### 3.1. FORMAÇÃO DOS BAIRROS DA CABANAGEM, BENGUI E PARQUE VERDE: UM BREVE INTINERÁRIO.

Segundo Santos (1997) ao discorrer sobre a importância da formação econômica e social destaca que o estudo genético permite reconhecer, a partir de sua filiação, as

similaridades entre formação econômicas e sócias. Porém, “isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da F.E.S. [Formação Econômica e Social], a apreensão do particular como uma cisão do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS, 1977, p. 84).

Portanto, a especificidade de cada formação e a apreensão do particular é imprescindível para se compreender a totalidade em movimento. Dentro dessa linha de raciocínio perpassa entender a formação dos Bairros da Cabanagem, Benguí e Parque Verde. É lógico que a reflexão crítica não tem o objetivo de esgotar e/ou traduzir um complexidade em transformação. Contudo, realizarmos um movimento de “produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada” (SANTOS, 1977, p.83).

Segundo o levantamento realizado por Costa (2017c) a história do bairro Cabanagem se confunde com o legado da cooperativa beneficente Cristo Redentor, fundada por Paulo de Carvalho Cruz e Estella Helena Barcellar Cruz, em 1973.

No ano de 1968, a família chega à área que compreende o bairro da Cabanagem a qual faz do município de Belém, contudo naquele momento essa área fazia parte do município de Ananindeua-PA. A família se interessou pela referida área, e começou a pesquisar junto à prefeitura do município a situação do terreno. Segundo a prefeitura de Ananindeua a área pertencia a uma empresa chamada “PARÁ ELETRIC”, e encontrava-se em débito, podendo ser adquirida junto à mesma, segundo os Costa (2017a) a família negociou com a própria prefeitura a propriedades do terreno.

Em 1972, sensibilizados com a pobreza do entorno a família deu início ao processo de fundação da cooperativa beneficente Cristo Redentor, junto a prefeitura de Ananindeua, que autorizou a fundação da cooperativa beneficente Cristo Redentor. Assim a área passou a ser propriedade da instituição, porém a gestão ficou sob responsabilidade da família.

No ano seguinte da fundação da cooperativa teve início o projeto que tinha como objetivo atender a comunidade. Esse projeto contou com o apoio da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), passando a ofertar vagas nas escolas do estado.

Ainda conforme Costa (2017c), em 1987, o Cooperativo Beneficente Cristo Redentor já atendia uma demanda considerável de beneficiários. Outro fator relevante a mencionar consiste no aumento da demanda por moradia no entorno, as famílias que tinha a intenção de ocupar essa área foram motivadas pelo ainda mais ao saber que a mesma pertencia à empresa ERCI e que a referida empresa estava com dívidas públicas.

Em meados do ano de 1988, os moradores ocuparam efetivamente área, com o apoio do então governador do Estado do Pará, Hélio Gueiros no período 1987/1991 que desapropriou as terras da empresa ERCI. Inicialmente, a ocupação passou a ser chamada de Santa Maria, em alusão a fazenda que ali existiu; logo depois foi vendida para a empresa ERCI, a qual utilizava o espaço para depósito de resíduos asfálticos e retirada de areia. Essa área relativa à Santa Maria, hoje compreende o bairro da Grande Cabanagem.

A constituição como bairro (Cabanagem<sup>30</sup>), do ponto vista técnico administrativo, é consolidado com a nova Lei dos Bairros, a lei nº 7.806 de 30 de julho de 1996. A nova Lei dos Bairros, lei nº 7.806 de 30 de julho de 1996.

Para Santana e Proença (2019, s.p.<sup>31</sup>):

A atual Lei dos Bairros surgiu da necessidade de relacionar Gestão e Planejamento das novas áreas urbanas. Bairros institucionalizados são instrumentais para a definição das escalas de dimensão urbana, que nas cidades brasileiras é uma das formas mais populares de espacialização. Reconhecer isso na sua Legislação Urbanística faz de Belém um Município pioneiro.

A nova Lei dos Bairros, lei nº 7.806 de 30 de julho de 1996, que revogou a lei nº 7.245 de 24 de janeiro de 1984, teve como objetivo voltar-se à área de expansão da cidade, situada além da Primeira Léngua Patrimonial, integrando-a ao espaço formal da cidade, sob a forma de novos bairros, uma vez que, apesar de encontrar-se totalmente ocupada, por segmentos de população de baixa renda (caracterizados pelas ocupações espontâneas), por concentrações de alta renda, representadas por condomínios fechados, ou ainda por instituições públicas e grandes empresas, não era considerada nas ações de gestão pública.

Desta forma, a iniciativa elevou o número de bairros de 20 para 71<sup>32</sup>, posto que considerou também parte do território insular composto pelas ilhas de Mosqueiro e Outeiro. A nova lei, em princípio manteve os limites territoriais existentes nos bairros da Primeira Léngua Patrimonial, com exceções no bairro do Souza (que teve sua área subtraída para o surgimento do Curió-Utinga e da Castanheira), e no bairro da Sacramenta (que teve sua área acrescida com introdução da ocupação Malvinas).

A nova lei dos bairros condicionou suas definições aos limites municipais estipulados na Lei Estadual 5.778 15.12.93, aos Distritos Administrativos definidos na Lei 7.682 de 06.01.1984, e as normativas dispostas no Plano Diretor do Município de Belém e no Plano Diretor das Ilhas. Considerando prioritariamente, a tendência da expansão urbana e as demandas da população, realizou consulta as comunidades envolvidas e entidades da sociedade civil, como a CBB (Comissão dos Bairros de Belém) e FEMECAM (Federação Metropolitana dos Centros Comunitários e Associação de Moradores), essas atuando como parceiras na mobilização, coleta de dados e na própria definição dos limites dos bairros.

A partir da definição dos novos bairros de Belém, além do poder público municipal, outros agentes do espaço urbano passaram a considerar seus limites como referência, a exemplo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que ajustou os setores censitários aos bairros municipais.

<sup>30</sup> Denominação atribuída pela “ocupação espontânea da área”, em homenagem ao movimento revolucionário dos Cabanos no Pará.

<sup>31</sup> Sem paginação.

<sup>32</sup> A partir do dia 4 de abril de 2019, o Prefeito Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior, sanciona a Lei nº 9453, que cria o Bairro Antônio Lemos, altera a Lei nº 7.806, de 30 de julho de 1996, e dá outras providências: “Fica criado, no âmbito do Município de Belém, o Bairro Antônio Lemos, constituído de áreas desmembradas dos Bairros Maracacuera e Águas Negras, integrando o Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO”.

Para Couto e Frazão (2019):

Os bairros periféricos de Belém funcionam como espacialidades urbanas que operam de forma dinâmica na construção de identidades territoriais, associadas às diversas formas de reprodução social e cultural, as quais emergem como lógicas da vida cotidiana e das estratégias de sobrevivência da população.

A expansão periférica de Belém se deu por meio do processo desterritorializante, em que parte da população foi “expulsa” das áreas centrais do centro da cidade, tendo se deslocada para áreas mais periféricas. Os espaços periféricos da metrópole ou as áreas de baixadas tornaram-se também um lugar importante para as formas de reprodução social e de luta pelo direito à cidade em meio a um intenso processo de “exclusão social” ou “exclusão socioespacial”.

Sendo assim, é possível referir-se à problemática da habitação no Brasil, sobretudo nas metrópoles, onde esse problema se encontra no centro das questões urbanas. Em razão da exclusão de grande parte da população por parte do mercado imobiliário formal, a "solução" para esse déficit habitacional tem sido as formas alternativas de habitação, as quais nas políticas urbanas, prevalecem como uma lógica perversa de produção do espaço que é produtora da maior parte dos problemas sociais. Na Amazônia, a expansão urbana de Belém foi caracterizada pelo permanente e crescente descompasso entre o lento crescimento urbano e a rápida expansão de suas margens.

Para os mesmos autores:

Entre a década de 1980 e início da de 1990, Belém tornou-se conhecida como a “capital das invasões”, devido aos vários movimentos de ocupação da terra para a moradia que explodiram em torno da Rodovia Augusto Montenegro, a qual integra a Zonal Sul à Zona Norte, rumo ao Distrito de Icoarací. Do mesmo modo, vários movimentos de luta pelo direito à moradia ocorreram ao longo da rodovia BR-010, com abrangência até o município de Ananindeua, ao extremo norte da região metropolitana de Belém.

Em Belém, as ocupações populares na zona periférica do centro passaram a fazer parte da paisagem urbana da cidade, evidenciando um espaço marcado por conflitos de uso do solo. É nesse contexto que o bairro da Cabanagem surge. O nome do bairro é homenagem ao movimento popular da Cabanagem (1835 a 1840), instaurado na província do Grão-Pará (atual estado do Pará), cujo nome é atribuído em função da grande parte de seus integrantes terem sido moradores de cabanas em beira dos rios da região.

O bairro da Cabanagem surge em meados dos anos de 1988 com um rápido crescimento que alcançou, de acordo com o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, uma população de 27. 781 habitantes. Em princípio era chamado de Santa Maria pois a ocupação se deu em propriedade de uma antiga fazenda de mesmo nome. A ocupação definitiva da área se deu a partir da intervenção do então governador da época, Hélio da Mota Gueiros (1987-1991), que em cujo governo desapropriou um terreno de uma empresa que usava a área para fins de retirada de areia e depósito de resíduos asfálticos.

O bairro da Cabanagem é considerado um bairro popular periférico da área de expansão de Belém. A existência de ativismos sociais ali é essencial: são coletivos de bairros, centros comunitários, organizações da sociedade civil, rádios comunitárias, associações e outros tipos de organizações que contribuem para os movimentos de resistência de periferia que lutam pelo direito à cidade.

Os bairros do Benguí e Parque Verde, também objeto de estudo dessa pesquisa constituem parte do mesmo processo, qual seja, a dispersão e fragmentação socioespacial da cidade entre áreas que abrigam a população mais aquinhada e aquelas onde moram os menos favorecidos (TIRNDADE Jr.; BARBOSA, 2016).

Para Cardoso, Miranda e Rocha (2016):

Os pioneiros na ocupação formal na área de expansão foram os conjuntos habitacionais, que se instalaram próximos aos principais eixos viários e buscavam a disponibilidade de grandes terrenos baratos e mais adequados para urbanização (mais econômicos para a sua implantação por serem planos e firmes). No entanto, essa política gerou “vazios urbanos” entre a terra consolidada e os novos assentamentos que encareceram o custo da infraestrutura estendida até os conjuntos e depois compartilhada com assentamentos informais e empreendimentos imobiliários, sem a devida ampliação. Foi claro o caráter genérico e a prioridade dada aos aspectos quantitativos nas políticas urbanas e ações oficiais (CARDOSO; MIRANDA; ROCHA, 2016, p. 142-3).

Ainda para esses autores:

[A] comparação da produção formal e informal dos assentamentos na área de expansão evidencia a coexistência de diferentes racionalidades socioespaciais vinculadas à já citada matriz industrial (conjunto habitacional e condomínio fechado) e a uma matriz tradicional ou espontânea (loteamento e ocupações informais) (CARDOSO, MIRANDA; ROCHA, 2016, p. 143),

Segundo Cardoso, Miranda e Rocha (2016):

Os primeiros conjuntos construídos na área foram destinados aos servidores públicos de média e baixa renda, com projetos individuais (dos assentamentos) que não previam a articulação espacial das suas malhas com a cidade. A ausência histórica tanto de diretrizes para a ocupação quanto de controle do uso e ocupação do solo na região, levou à fragmentação da área e à formação de um mosaico de assentamentos desconexos. A partir dos anos 1980 a ocupação de terrenos adjacentes aos conjuntos habitacionais e de empreendimentos inconclusos permitiu a inserção de grupos (os excluídos) ao longo ou próximos à Av. Augusto Montenegro, sob uma nova lógica (p. 144).

O bairro do Bengui surge conexo a essa lógica pontuada por Cardoso, Miranda e Rocha. Esse bairro está localizado na área de expansão urbana de Belém, teve sua gênese de ocupação na década de 1960 e 1970. Inserido em meio ao processo de conturbadas ocupações coletivas de populações de baixa renda, em um dos eixos de expansão de Belém, sentido Avenida Augusto Montenegro, rumo aos distritos de Icoaraci, Outeiro, Val-de-Cans, Tenoné e Ilhas.

O Benguí situava-se ao longo da antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança, cujo topônimo do bairro surge a partir de uma parada de ônibus que ficava em frente à casa de uma família. Denominação reconhecida pela população do local, originada de uma parada de trem ali criada, juntando o prenome de dois filhos de imigrante.

A toponímia do bairro esta ligada a história contada pelos antigos moradores. Segundo um antigo morador entrevistado, a antiga estrada de ferro Belém-Bragança era controlada pelos ingleses e passava pelo antigo Ramal do Pinheiro, hoje onde se encontra a Avenida

Augusto Montenegro. Havia um inglês trabalhador da estrada de ferro que residia no Ramal do Pinheiro próximo a entrada onde hoje se localiza o bairro do Benguí.

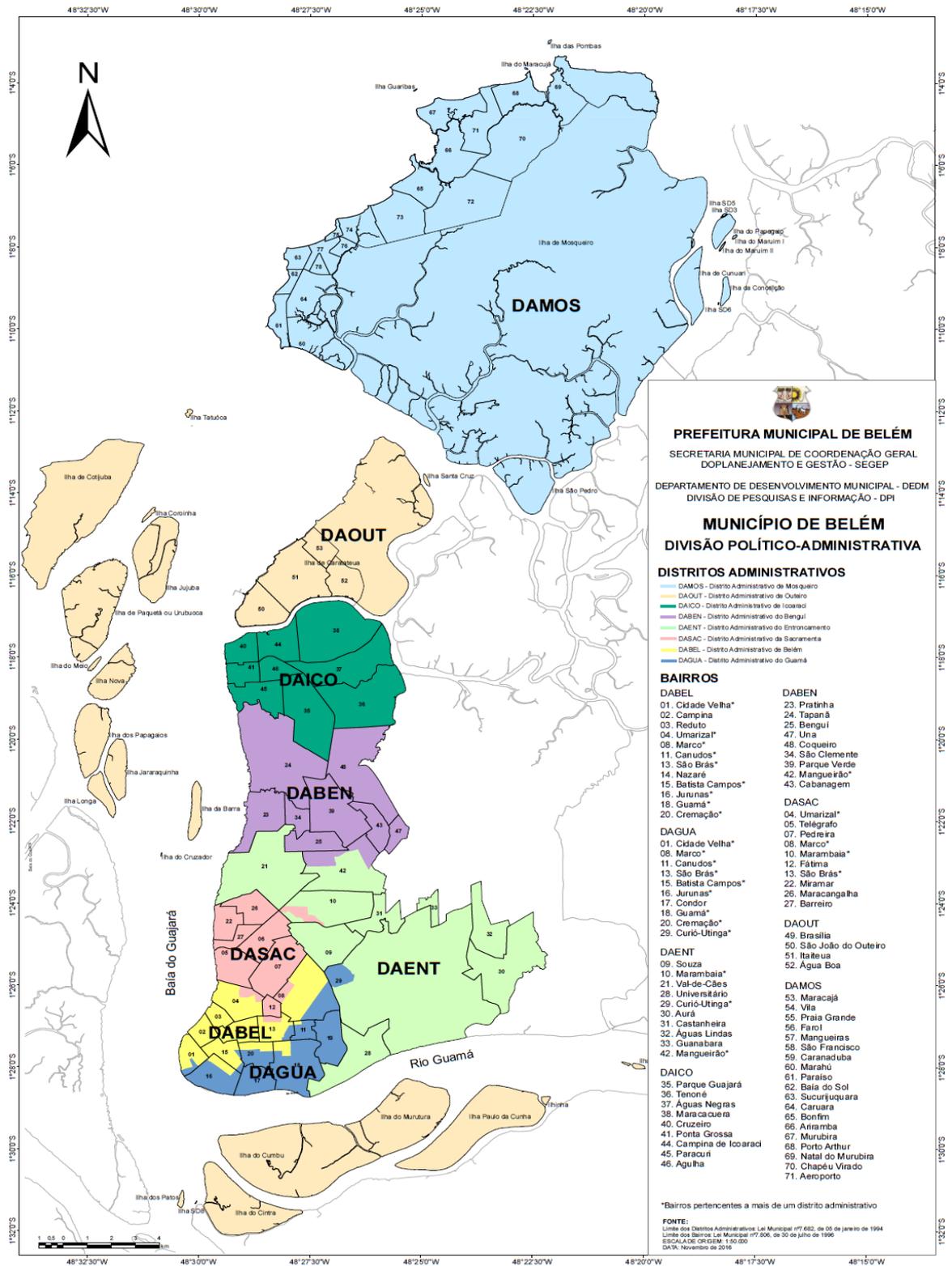
Nesse local fixou uma placa com os nomes dos seus dois filhos abreviado o Benjamim e o Guilherme: o **BEM GUI**, onde o maquinista que conduzia o trem deveria parar todos os dias para pegar os garotos para irem a escola em Castanhal. Em detrimento disso, o local ficou popularmente conhecido como **BENGUÌ**.

Do ponto de vista jurídico administrativo, a área objeto de regularização fundiária denominada “Benguí” compreende o DABEN (Distrito Administrativo do Bengui – integrando um dos sete Distritos<sup>33</sup> Administrativos de Belém, vide Mapa 3 a seguir). Embora o referido bairro tenha iniciado seu processo de formação na década de 1970, somente em 1996 foi reconhecido enquanto bairro, por meio da Lei 7.806, de 30 de julho de 1996. A área que compreende o bairro é envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Estrada da Pratinha com a Estrada do Yamada segue por esta até encontrar com a Estrada do Benguí.

---

<sup>33</sup> DABEN, DAOUT, DAICO, DASAC, DAENT, LABEL e DAGUA.

Mapa 3: Mapa da Divisão político-administrativo do município de Belém em Distritos.



Fonte: <http://anuario.belem.pa.gov.br/>

Desde sua origem, o bairro se destaca pela precária infraestrutura, saneamento, carência de habitação, falta de acesso a ônibus e violência; problemas ainda estão presentes até os dias de hoje. Diante de todos os problemas que a população enfrentava emerge um forte movimento de moradores do referido bairro com o intuito de protestar contra o descaso a qual viviam, surge como fruto desse movimento o “jornal Bengola”.

O jornal *O Bengola – A Voz do Benguí* foi um desses alternativos, que nasceu durante o processo de redemocratização do Brasil no bairro do Benguí, um dos mais populosos e violentos de Belém do Pará. Tinha por objetivo produzir pautas fora do contexto mercadológico midiático, denunciando o descaso do poder público nos setores de habitação, saúde, saneamento, transporte. Assuntos que eram divulgados de forma superficial ou desprezados pelos grandes jornais da época como *A Província do Pará*, já extinto; *Diário do Pará* e *O Liberal*. A linha editorial de *O Bengola* associava-se ao pensamento de comunicação alternativa que contribui para liberdade de expressão, para ampliação dos direitos do cidadão e para a transformação social de uma dada comunidade, em oposição, à ideologia neoliberal [...]Do embate entre lideranças de movimento popular, governo e latifundiários urbanos, aprimorou-se um aprendizado na cidade de organização e de resistência. As populações carentes investiram e lutaram em defesa de um pedaço de terra para morar (AMORIM et al, 2013, p. 2-5).

Ainda segundo Amorim et al (2013) ao entrevistar um dos responsáveis pela criação do jornal *O Bengola*, ressalta que as conquistas adquiridas para o bairro do Benguí, tais como luz elétrica, em substituição às lamparinas, água encanada, transporte público, com os ônibus Bagé e Cata Corno, e a construção da Escola Estadual Maria Luíza da Costa Rego, a única daquele período, contou com apoio de lideranças. Foram ações e reações que contribuíram para construir “formas particulares de comando e de uso do tempo, formas particulares de comando e de uso do espaço” (SANTOS, 2002, p. 22)

Contudo, a autora ressalta que as conquistas da população do bairro, entraram no processo de supressão a partir da implantação às margens da rodovia Augusto Montenegro, de condomínios residenciais com o auxílio de programas de habitação do governo e de empresas particulares, ou as duas coisas associadas; e, a construção de *shoppings*, redes de supermercados e faculdades particulares.

Essas transformações convergem com a reflexão de Santos (2006) que assinala sobre as ações e objetos no (produzindo) espaço:

Vivemos o tempo dos objetos, como quer Baudrillard (1970, p. 18), o que significa, diz ele, "que vivemos segundo o seu ritmo e sua incessante sucessão". É assim que o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações. A celeridade das mudanças deve-se, substancialmente, à multiplicidade de vetores que o percorrem, à rapidez de sua substituição, à novidade das forças que portam e à sua incidência sobre os objetos. Estes, mesmo recentes, são rapidamente trocados, revalorizados ou desvalorizados (SANTOS, 2006, p. 141).

Essas transformações que são materialidades e as relações sociais (SANTOS, 2002) representa a intensificação novamente das desigualdades, reforçando as disparidades socioeconômicas e injustiças espaciais ao direito a cidade, do qual o urbano torna-se canal de absorção de capital excedente e a “hegemonia liberal e a lógica de mercado neoliberal [e financeirizante da economia e do espaço] ou o modo dominante de legalidade e ação estatal” e os “direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito” (HARVEY, 2012, p. 73) tornam-se naturalizados.

Por conta desses empreendimentos, criou-se o bairro Parque Verde, localizado na fronteira com o Benguí, para estabelecer a separação, a fragmentação socioespacial, entre uma área desenvolvida e bastante valorizada e outra ignorada pelo poder público. Tudo como forma de valorizar áreas, reservar espaços, promover a especulação imobiliária e (re)definir o uso do solo segundo a taxa de retorno conforme seu “melhor e mais alto uso”, conforme Harvey (2012).

Essas transformações, ou, aliás, suas lógicas, golpearam duramente a forma urbana e a vida cotidiana. Na vida cotidiana, particularmente, com a renúncia a ações políticas coletivas (alimentada pelo intenso individualismo possessivo<sup>34</sup>) que antes se davam fechando estradas, ruas e realizando manifestações em órgãos públicos.

Mesmo com ações pontuais e não continuadas de movimentos sociais urbanos, ainda possuindo ou proclamando, uma articulação (precária) microlocal, um “particularismo militante” (HARVEY, 1998), do qual “o subúrbio o lócus dos seus principais descontentamentos” e não lutando para “significar o direito a comandar todo o processo urbano” (HARVEY, 2012).

Essas novas formas de ação de coletiva verifica-se em ações dos moradores do Benguí, que sempre tiveram uma tradição em resistir às desigualdades sociais, começaram atualmente a fazer protestos pela *internet* para recuperar o nome do bairro (AMORIM et al, 2013).

Uma das manifestações contra ao surgimento do bairro Parque Verde, encontra-se registrado no blog (Fonte: <http://nobengui.blogspot.com.br>, 2013). Na qual os manifestantes escreveram “NÓS QUEREMOS NOSSA PLACA DE VOLTA! BEM VINDO AO BENGU”’. Como podemos ver na figura 7 abaixo.

---

<sup>34</sup> Segundo Harvey (2012, p.81): “Este é um mundo no qual a ética neoliberal de intenso individualismo possessivo e a correlata renúncia política a formas de ação coletiva tornaram-se padrão para a socialização humana”.

**Figura 7:** Manifestação no Benguí contra a criação do Parque Verde.

## O BENGUI SEMPRE SERÁ O BENGUI!

NÓS QUEREMOS NOSSA PLACA DE VOLTA!

BEM - VINDO AO

# BENGUÍ!

Eles chegam, vão entrando, invadindo o espaço e mudando tudo! Não respeitam quem há anos mora aqui... quem nasceu aqui e sabe da sua história e não nega a sua origem. Os moradores estão revoltado com a discriminação que o shopping está impondo ao Bairro do Benguí. Se os empresários desconhecem a história de luta do Bairro, não sabe que conseguimos as poucas melhorias que temos a custa de muita luta, protestos, organização social. É bom que fiquem

sabendo. Pois o povo ficou feliz ao saber da construção do shopping, e muita gente aqui ainda é humilde financeiramente. Mas muita gente conseguiu ascender e tem poder de consumo. Entretanto não queremos ser discriminados. Se o shopping veio para dentro do Bairro, ele tem que admitir que está dentro do Bairro. Se não quer está no BENGUÍ, O shopping que se mude, mas não mude o nome do Bairro! Não se trata apenas de uma placa... ela retrata a história do Bairro. Poderiam até querer ter a audacia de mudar o nome de qualquer outra parte do Bairro, mas a Entrada do Benguí sempre será Benguí, pois o nome não surgiu à toa.... não se trata apenas de demarcação territorial, há toda uma história. A origem do nome do Bairro é contada pelos mais antigos como fazendo referência a estrada de ferro que saía de Belém, ia até Icoaraci e depois até Bragança, passando por Castanhal e Capanema e que era comandada por ingleses. Segundo contam, morava as margens da Augusto Montenegro, Bejamim e Guilherme, mais ou menos onde hoje é à entrada do bairro do Benguí. Nesse ponto o maquinista deveria parar todas as manhãs e apanha-los, estes que iam para a escola em Castanhal trataram de fazer uma placa escrito BEN GUI. A partir daí surgiu o nome do nosso Bairro. Queremos deixar claro para quem não conhece a história do Bairro, que apesar dos problemas de violência pelo qual o nosso Bairro é muito conhecido, também temos o histórico de organização social consolidado e não deixaremos que nos domine e que apaguem a nossa história!

**Fonte:** <http://nobengui.blogspot.com.br>, 2013.

Verifica-se com isso que a criação do bairro do Parque Verde se confunde com a história do Benguí na verdade, e que ainda hoje há uma crise de identidade nos moradores seja do Parque Verde ou Benguí.

Tem a questão da identidade, a partir da década de 70 toda essa região aqui era Benguí, tem o pessoal que mora no Parque Verde que se sente Benguí, mas em 1996 houve uma reforma administrativa que foi redefinido os bairros, então o Benguí ficou delimitado nessa região, em 1996 a lei municipal cria o Parque Verde, aí para nós isso tudo é Benguí. Aí o que fizeram, ao criar o Parque Verde tiraram a frente do Benguí para a Augusto Montenegro, toda essa área passa a ser Parque Verde. Isso tem um impacto muito grande no imaginário da população, porque a identidade é de Benguí, e agora eles dizem não, não são mais Benguí, começa a ter uma crise de identidade, principalmente a partir de 2009, pois nesse ano foi lançada a política do governo federal urbana de investir em habitação justamente para enfrentar a crise de 2008 nos EUA que abalou o mundo todo. O governo brasileiro cria o minha casa minha vida, incentiva a construção civil para poder gerar emprego e gerar um boom do mercado imobiliário. Se voltares em 1996, porque que a câmara de vereadores reorganizou a cidade criando novos bairros, criar novos bairros não é problema, a questão é porque que eles criam um bairro que retira a frente de outros da Augusto Montenegro, como foi o caso do Benguí e do bairro da Cabanagem que também foi redefinido dentro da mesma estratégia. Na verdade os vereadores atenderam uma demanda do mercado imobiliário, justamente para valorizar os imóveis, ao dizer que o imóvel esta localizado no Parque Verde torna o imóvel muito mais valorizado, diferente de dizer que se encontra no Benguí. Imagina vender um apartamento ao lado do shopping e dizer que é no Benguí, sendo que no imaginário popular era conhecido como um bairro popular onde se matava na década de 80 cinco pessoas por dia, a verdade muitos eram mortos em outro lugar mais era jogado aqui como desova, a população daqui sempre foi muito marginalizada, criminalizada. **(Presidente da associação de moradores do Benguí (AMOB). 15 de novembro de 2019).**

Essas ações coletivas, em espaços virtuais, insere contexto desse jogo de espelhos, da absorção de capital pelo desenvolvimento urbano; cujo reflexo expressam-se conflitos/conflitualidades ou coexistência conflituosas em torno da captura das terras (valiosas) por classes sociais que possuem sentido, significado e uso diferenciado da terra.

Cabe destacar que distrito administrativo do Benguí está imerso no vetor de expansão urbana de Belém que é a Avenida Augusto Montenegro. Hoje essa avenida é referência, sobretudo, em termos de mercado imobiliário, e que tem modificado esse eixo, de forma não planejada, do ponto de vista urbanístico, e calcado no plano diretor e no Estatuto das Cidades. Gerando uma nova forma de tecido urbano, com padrões e práticas espaciais de diferentes agentes transformadores do espaço ao longo do processo de ocupação e de diferentes tipologias de assentamentos habitacionais<sup>35</sup>

O histórico dos bairros periféricos da região Metropolitana se confunde com a construção dos conjuntos habitacionais em áreas rurais localizados na segunda légua patrimonial, muito afastada do centro urbano, constituíram-se interstícios que se tornaram objetos de “invasões” (TRINDADE JR, 1998a).

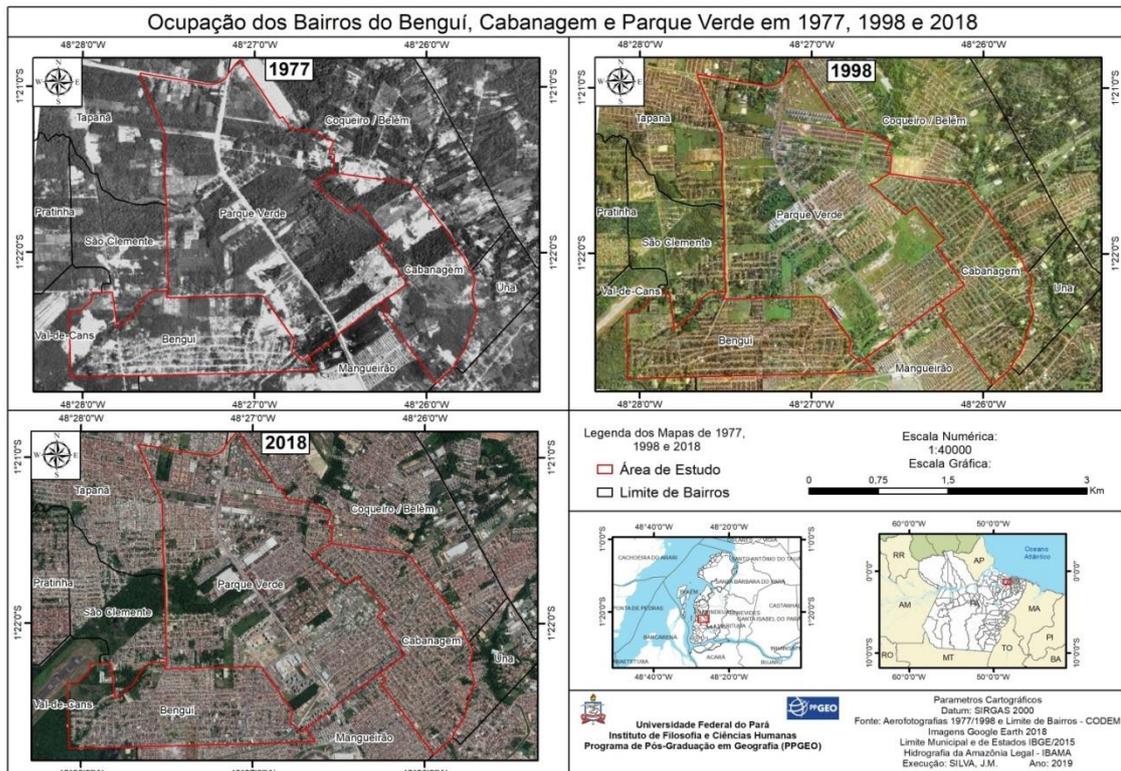
“Invasões” essas, que nos 1980 para os anos 1990, políticos incentivaram a regularização das ocupações, além de incentivar a política de valorização do solo urbano e regime de trocas. Com isso contribuiu para espécie de “Indústria das Invasões”, fenômeno que distorceu o processo de enfrentamento entre classes sociais, entre elites (especuladores e espoliadores) e classes trabalhadoras (BORGES, 1992).

Entre choques, conflitos/conflitualidades e regimes de trocas a área de expansão de Belém começa a se estruturar ao longo da Avenida Augusto Montenegro. Vários conjuntos habitacionais de grande porte, a partir da década de 1970 (cidades nova, Panorama XXI, rodovia do coqueiro, Satélite, Pedro Teixeira, etc.) foram rapidamente construídos e deixando marcas na paisagem, nas ações e nos objetos. Mas também, deixando outros resíduos da (modernidade) e do modo capitalista de produção estampados na forma, na paisagem (vide Mapa 4):

---

<sup>35</sup> A partir da década 1970 ganha destaque na produção do espaço metropolitano com o processo de verticalização, que se iniciou no bairro do Comércio e depois se espalhou para Nazaré, Batista Campos, Reduto e Umarizal, que formaram uma espécie de semicírculo em torno do núcleo central da cidade, que foi denominada de primeira légua patrimonial (TRINDADE JR, 1998a; 1998b). O que se observa com essas características é que, mesmo apresentando um embrionário processo de urbanização, o adensamento populacional em Belém, na década de 1960 a 1970, ocorreu de maneira mais restrita à primeira légua patrimonial. Até a década 1960, o centro de Belém já se mostrava consolidado. Os terrenos de terra firme ficaram concentrados nas mãos de pessoas de melhor poder aquisitivo (TRINDADE JR, 1998a; 1998b).

**Mapa 4:** Evolução temporal de ocupação dos Bairros do Bengui, Cabanagem e Parque, Verde, Belém.



Fonte: CODEM, 2002. Elaboração: Vieira; Execução, Juliana Maciel.

De forma genérica o processo de ocupação dos Bairros (conforme o mapa 4) configurou-se na espacialização de edificações e na densidade técnica, informacional e comunicacional. Mas houve a diminuição de áreas verdes e áreas públicas de esporte e lazer.

A década de 1990 é emblemática, já que se observam muitas áreas edificadas. Isso ocorreu, pois

A partir da década de 90, buscando espaços que pudessem assegurá-los da violência e do trânsito caótico, e ao mesmo tempo garantir uma qualidade ambiental e de vida, as classes sociais mais favorecidas, através da construção de condomínios residenciais de status, se espalharam para a Segunda Léngua patrimonial, à exemplo do Greenville I, II e Exclusive, Cidade Jardim I e II, e Montenegro Boulevard, garantindo aos agentes imobiliários possibilidades de adquirirem terrenos baratos e lucros altos após a construção de tais formas habitacionais (COSTA, 2017a, p. 29)

Há nesse momento uma concentração de classes sociais de alta renda, expressos em moradias, condomínios que se assemelham a bairros nobres e de elites socioeconômicos de “países desenvolvidos”. Condomínios de classes média alta, que contribuíram para uma nova configuração espacial e uma nova forma geográfica. “Formas geográficas [que] aparecem como uma condição da ação, meios de existência” (SANTOS, 2006, p. 48) dessas “classes de status”.

Porém, cabe enfatizar que

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, às formas - tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço (SANTOS, 2006, p. 69).

Nesse movimento dialético da sociedade concordamos com Santos (2006) quando aduz que:

A partir do momento em que eu crio objetos, os deposito num lugar e eles passam a se conformar a esse lugar, a dar, digamos assim, a cara do lugar, esses objetos impõem à sociedade ritmos, formas temporais do seu uso, das quais os homens não podem se furtar e que terminam, de alguma maneira, por dominá-los. Não naquele sentido a que Maffesoli se reportou, quando disse que os objetos deixaram de ser obedientes e passaram a nos comandar. Os objetos nos comandam de alguma maneira, mas esse comando dos objetos sobre o tempo consagra, no meu modo de ver, essa união entre o espaço e o tempo, tal como nós geógrafos o vemos, mas, evidentemente não o espaço e o tempo dos filósofos *tout court*. (SANTOS, 2002, p. 22).

Essas classes de status e a nova forma-conteúdo impresso no espaço houve deliberadamente corrida para aquisição de terras, nessa área de expansão urbana (que de valorização e especulação) que contribuíram para a desconcentração habitacional, de construtoras e agentes imobiliárias (ligados ao capital financeiro e bancos) para o eixo Augusto Montenegro.

Além de atrair agentes econômicos do setor de bens e serviços como faculdades, instituições de ensino básico particular (Grupo Sophos, colégio Pequeno Príncipe, Instituto de Educação Integrada Albert Einstein), cursos de idiomas (Wizard Idiomas, Aslan), redes de farmácia (Extrafama e Pague Menos), postos de gasolina, restaurantes, churrascarias (Rodeio, Pavan), hipermercados (Lider, Formosa, Nazaré), academias de musculação (New Life Fitness Club e Fit.Com Academia), shopping (Parque Shopping) e Bancos (Banco do Estado do Pará, Banco do Brasil). Quadro que faz o bairro possuir um dos metros quadrados mais caros de Belém, e possuir imóveis próximos de 2 milhões de reais<sup>36</sup>.

Paralelo a essa pujança e exuberância em termos de *menu* a “classe de status” há formas geográficas contrastantes: condições precárias das ocupações urbanas circunvizinhas (ocupações espontâneas e conjuntos populares). Além de outras que insurgem no período temporal mais recente, conforme Costa (2017a):

---

<sup>36</sup> Vide: <https://www.zapimoveis.com.br>

A partir de 2005, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha casa Minha Vida, O DABEN passa a apresentar novas formas de apropriação do espaço reafirmando a segregação socioespacial caracterizada pela coexistência de diferentes modos de vida convivendo no mesmo espaço construído. O crescimento imobiliário para terras especulativas e em boas condições ao longo da Augusto Montenegro, passa a implementar nas áreas de expansão urbana de Belém os condomínios fechados verticalizados como o Condomínio Chácaras Montenegro e Jardim Bela Vida I e II, dilatando a malha urbana e construindo uma estrutura, mesmo que incipiente para projetos futuros (p. 30).

A fragmentação territorial do distrito administrativo do Benguí, em bairros, e seu redesenho socioespacial (ações, objetos, funções, estruturas e formas) constitui um processo de mediação no tange de formação socioeconômica (histórica), ou, mais especificamente a formação socioespacial, já que.

Mais do que a formação socioeconômica é a formação socioespacial que exerce esse papel de mediação: este não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais. A utilização dos lugares pelas empresas, sobretudo as firmas gigantes, depende desses dois dados e não apenas de um deles. Formas e normas, pois, trabalham como um conjunto indissociável (SANTOS, 2006, p. 229).

Formas e normas que Santos (2016) se refere pautaram e pautam ações estatais, historicamente, que favoreceram o capital corporativo (e financeiro) e as classes superiores na moldagem dos processos urbanos (HARVEY, 2012) e no processo de reestruturação urbana e da cidade. Isso sustentando pelo um novo sistema de governança (pacto/contrato) que integra o Estado e os interesses corporativos, por meio do poder monetário, o compartilhamento público das receitas, financiamentos, empréstimos, legitimações sociais e uso da violência. “Isso quer dizer que, paralelamente a um tempo que é sucessão, temos um tempo dentro do tempo, um tempo contido no tempo, um tempo que é comandado, aí sim, pelo espaço” (SANTOS, 2002, p. 22).

### 3.2. REESTRUTURAÇÃO URBANA E DA CIDADE E SUA ARTICULAÇÃO COM A PRODUÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Pensar o processo de reestruturação e sua articulação com a produção do espaço faz-nos corroborar com o trabalho de Brenner (2013). Brenner resgata alguns termos seminais (que também reflexões densas e confirmativas desse recente cenário global), de Henri

Lefebvre, no *State, space, world: Selected essays* (LEFEBVRE, 2009 [1979]), da década de 1970, entre elas: *l'éclatement, l'irruption e l'implosion-explosion*<sup>37</sup>.

Lefebvre reflete sobre espaços, as geografias pretéritas do capitalismo e o papel-poder do Estado e sua capacidade de transformar as geografias urbanas; como também lança luz sobre o entendimento sobre a crescente generalização dos processos de urbanização nos espaços local, regional, nacional e, por fim, mundial.

[...] o uso que Lefebvre faz de termos como *l'irruption, l'éclatement e l'implosion-explosion* pode parecer um pouco caótico, impreciso e quiçá excessivamente apocalíptico. Todavia, mesmo que o discurso da teoria socioespacial tenha se tornado mais diferenciado e, em alguma medida, mais preciso, as ideias iniciais de Lefebvre ainda soam verdadeiras no que se refere à realidade subjacente do capitalismo moderno e tardio. O tecido do espaço social continua sendo recosturado mediante diversos processos de reestruturação [...]. Como reconheceu Lefebvre no limiar da década de 1970, o espaço está sempre sendo produzido e transformado sob o capitalismo; ele nunca é uma realidade fixa, estática ou pré-estabelecida (BRENNER, 2013, p. 199).

O espaço social continua sendo recosturado, fragmentado, integrado, pulverizado, reconstituído, dilatado e dispersado, mediante diversos processos de reestruturação(ões). Porém, cabe destacar que a “reestruturação adquirem formas territoriais, locais e escalares específicas e, se sim, quais são suas causas, contornos e ramificações” (BRENNER, 2013, p. 200). Porém o que seria o processo de reestruturação pensando no contexto de geografias urbanas e em movimento (?).

Para Soja (1987):

A reestruturação transmite a noção de uma ruptura com tendências seculares e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de destruição e tentativa de reconstrução, provenientes de certas deficiências ou debilidades na ordem estabelecida que impedem adaptações convencionais e requerem, por sua vez, significativa mudança estrutural [...]. A reestruturação origina-se na crise e em um conflito entre o velho e o novo, entre uma ordem preterida e uma ordem ‘projetada’. Esse processo não é mecânico ou automático, nem seus resultados são pré-determinados [...]. A reestruturação sugere fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, uma mescla complexa de continuidade e mudança (SOJA, 1987, p. 178).

<sup>37</sup> “Explosão” (*l'éclatement*) aparece frequentemente, nos escritos de Lefebvre desse período, denotando um profundo desarranjo não apenas das práticas, das instituições e das ideologias estabelecidas, mas também dos espaços nos quais e por meio dos quais essas últimas se constituem. Portanto, em paralelo à irrupção (*l'irruption*) associada aos movimentos de Maio de 68 em Paris (Lefebvre, 1969 [1968]), Lefebvre fala de uma série de explosões que estavam, segundo ele, reverberando por todo o capitalismo mundial nesse período – por exemplo, a explosão da cidade histórica, das grandes cidades, dos espaços metropolitanos, das regiões, das relações centro-periferia, dos espaços pretéritos, dos limites e das fronteiras; bem como da razão, da família, da nação, da economia e da história, do stalinismo e mesmo do marxismo. Em outro momento, Lefebvre lançou sua famosa proposição de que uma dinâmica simultânea de ‘implosão-explosão’ estava transformando as geografias urbanas estabelecidas em meio a uma crescente generalização dos processos de urbanização nos espaços local, regional, nacional e, por fim, mundial” (BRENNER, 2013, p. 199).

Em trabalhos posteriores de Soja (SOJA, 1993), no caso reeditado e ampliado de Soja (1987). Em Soja (1993), o conceito de reestruturação esta vinculado a uma ruptura com tendências seculares; em que tais rupturas modificam os arranjos e configurações espaciais, na vida política, social e econômica, provocando desconstruções e reconstituições, nas estruturas e nas ações.

Ainda segundo Soja (1993), a reestruturação não constitui elemento mecânico/automático. Ela deve ser entendida enquanto resultado de choques iminentes a circunstâncias contingentes e não contingentes; além de práticas sociais e espaciais preexistentes que tendem a desencadear intensas lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida sócio-material (SOJA, 1993).

Para o autor a reestruturação constitui um processo em que desencadeia transformações revolucionárias que se reverberam socioespacialmente, como também são capazes de deflagrar crises políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Isso ocorreria no momento contemporâneo, do qual a reestruturação do espaço constitui uma tendência voltado para a sobrevivência e reprodução do modo capitalista de produção (SOJA, 1993).

Outra perspectiva para pensar a reestruturação do espaço é apresentada por Lencioni (1998), para quem a compreensão a cerca da reestruturação socioespacial necessita acionar a noção de forma, função e conteúdo à construção de uma perspectiva de concepção de totalidade como totalidade dialética. Isso ocorreria devido à realidade apresentar-se como uma gama de complexidades que expressam contradições, tensões, descompassos, temporalidades e espacialidades que imprimem movimentos particulares à realidade social.

Lencioni (1998), aponta ainda que as estruturas não são fixas e nem estáveis, elas encontram-se em equilíbrio transitório, assim, a perda do equilíbrio pode ocorrer proporcionar a desestruturação-reestruturação, produzidas na base da própria estrutura. A partir dessa compreensão que a autora defende a tríade estruturação-desestruturação-reestruturação enquanto movimento dialético único.

No trabalho de Sposito (2007) o termo e a reflexão sobre reestruturação converge com de Soja, porém divide (materizando-se no espaço) a reestruturação: do urbano e da cidade. Segundo a qual:

Tenho chamado de estruturação ou reestruturação urbana as dinâmicas e processos atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas; como estruturação ou reestruturação da cidade, compreendo dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra-urbana. Assim, procuro articular duas escalas geográficas, distinguindo-as, mas objetivando considerar as múltiplas determinações que entre elas se estabelecem.

Se, desenvolvo a análise desse modo, adoto a idéia de que, no primeiro caso, estou me referindo a lógicas de estruturação que são mais do que estruturas espaciais e, no segundo caso, a morfologias urbanas que são mais que formas espaciais (SPOSITO, 2007, p. 2).

Ainda segundo Spósito (2007) houve uma mutação quando se faz comparativo da década de 1990 e principalmente 2000, com relação as décadas de 1970 e 1989, face processo de reestruturação urbana e da cidade:

Até os anos de 1970 e 1980, a circulação intra-urbana nessas cidades articulava-se em torno de um centro principal, compondo estruturas monocêntricas fortemente integradas a uma única área importante de concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. Nos últimos vinte anos, observou-se multiplicação de áreas de concentração dessas atividades (eixos comerciais, centros comerciais em bairros de bom poder aquisitivo e *shopping centers*), bem como verificou-se o fenômeno de diversificação delas, acompanhado de segmentação dos mercados consumidores, segundo diferentes padrões de consumo e maior ou menor facilidade para se locomover por automóvel (SPOSITO, 2007, p. 6)

Todas essas multiplicações de áreas de concentração (multicentralidade: referência à diversificação de padrões de bens e serviços) e sua “policentralidade”<sup>38</sup>. Constatação dessas mudanças na constituição das estruturas urbanas de cidades justificariam a adoção do conceito de reestruturação urbana e da cidade.

Tal compreensão advindas de materialidades socioespaciais que passa segundo Otero (2016) por uma forma de repensar o debate de centro e periferia e sua dialética que quase sempre é dual, quando se reflete os debates sobre cidades.

Otero (2016) ainda destaca que a periferia precisa ser repensada, pois as “novas periferias apresentam conteúdo social também novo, procuradas que são pelos estratos de mais alta renda” (OTERO, 2016, p. 165), conseqüentemente, a “formação de novos núcleos, com múltiplas forma de utilização, em pontos isolados” (REIS, 2006, p. 49).

Um exemplo mais recente são os investimentos imobiliários de alto padrão aquisitivo, no caso, os empreendimentos como o Alphaville<sup>39</sup>, em Belém. A área total é de 4.365.891 m<sup>2</sup>, com lotes a partir de 450 m<sup>2</sup> e ainda possuindo 130.448 m<sup>2</sup> de áreas verdes, por fim ainda, possuindo 34 lotes exclusivos para a instalação de comércios (Figura 8).

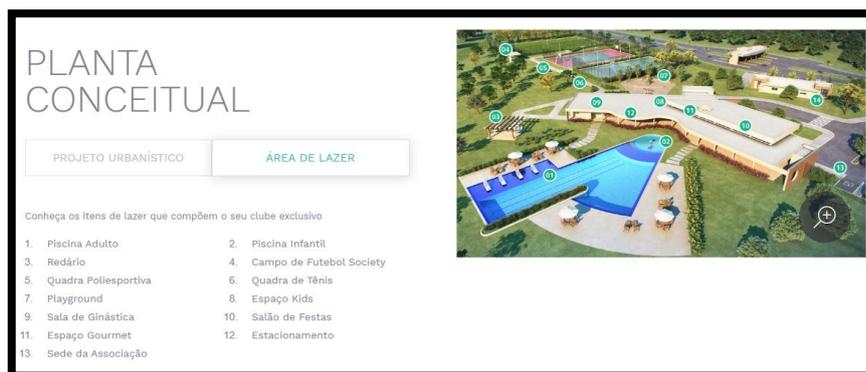
Cabe enfatizar que esse empreendimento está localizado em uma área afastada do centro da cidade, no distrito de Outeiro, que tem por característica ser área de moradia de

<sup>38</sup> Segundo Spósito (2007) a expressão poly(multi)centralidade é adotada por Lefebvre (LEFEBVRE, Henri. *La revolution urbana*. Madrid: Editorial Alianza, 1983) e a adaptamos para designar o aparecimento de novas áreas de concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços nas cidades. Que também pode ser dilatado como grandes dinâmicas e concentração (centralidades) econômicas.

<sup>39</sup> **Alphaville Urbanismo** possui 45 anos de atuação no Brasil. Atualmente está presente em 23 estados, além do Distrito Federal. Oferece diversos modelos de **Alphaville** - residencial de alto padrão com lotes médios de 400 m<sup>2</sup>. A empresa hoje é pertencente à Gafisa e aos fundos de investimento Pátria e Blackstone. Vide mais em: <https://www.alphavilleurbanismo.com.br/experiencia-alpha>

classes de renda mais baixa e também área de lazer popular. Assim novamente derrubando os debates estreitos de centro e periferia.

**Figura 8:** Planta conceitual do Alphaville Belém.



**Fonte:** <https://www.alphavilleurbanismo.com.br/residencial/alphaville-belem>

Portanto, o que se observa na escala intraurbana e da cidade seria a produção de escalas geográficas, isto é, papéis e atividades articuladas com as escalas regionais, nacional ou internacional (SPOSITO, 2007; SANFELICI, 2017). Porém, é lógico que haveria distinção em diversos contextos urbanos “que diferem entre si, do ponto de vista das suas formas de produção e, do ponto de vista das suas formas de apropriação e uso, bem como de seus conteúdos social e cultural” (SPOSITO, 2007, p. 10).

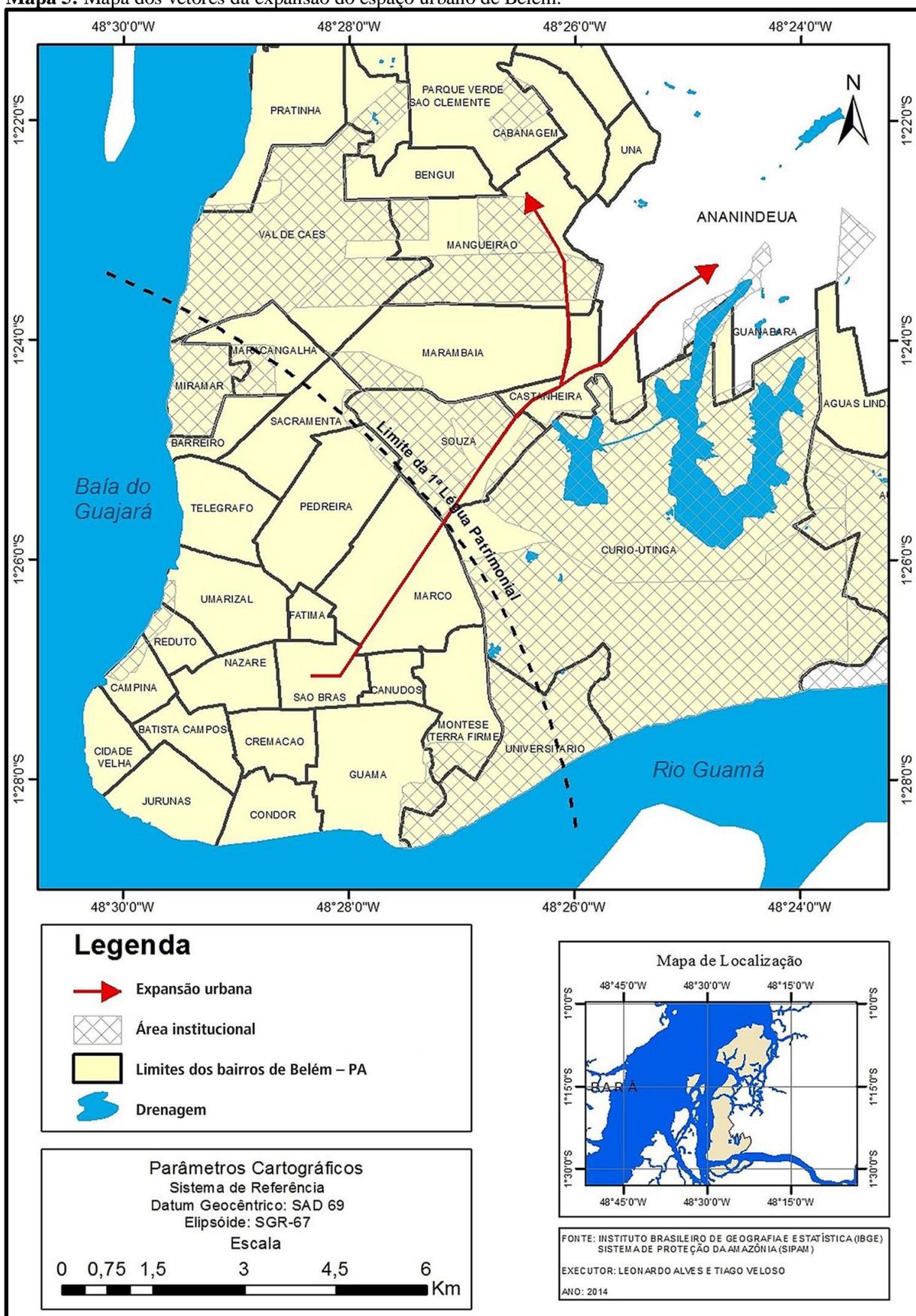
Contudo, imerso no processo de apropriação capitalista do espaço geográfico (CARLOS; LENCIONI, 2019), com forte ligação da reestruturação cidade com reestruturação urbana, via sobretudo, por “mudanças expressam um tipo de metamorfose socioespacial e constitui produto contemporâneo da metropolização do espaço” (SANTOS, 2019a, p. 90).

### No caso de Belém

Tal processo de reestruturação que vinha se configurando desde o final da década de 1980, recebe um movimento de aceleração em período bastante recente, notadamente o período entre 2004 – 2012, o que provocou uma intensificação de processos que tinham duração mais longa, com claros impactos nas formas espaciais, dentre elas a metrópole (SANTOS, 2019b, p. 90).

Porém, essa materialização contudente quando se pensa ou fecha-se, pelo menos momentaneamente o olhar, nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde, verifica-se uma reestruturação urbana, articulados com vetores da expansão do espaço urbano de Belém além do núcleo metropolitano, conforme Santos (2017) (vide Mapa 5).

**Mapa 5:** Mapa dos vetores da expansão do espaço urbano de Belém.



Fonte: Santos (2017)

Porém, é necessário identificar os rebatimentos e as lógicas particulares, isto é, as dinâmicas internas de cada metrópole (seja para entender urbano crescimento da cidade e todas sua reverberação na forma e conteúdo), e principalmente do intraurbano, no caso, com a reestruturação da cidade e os agentes potencializadores. Como enfatiza Correa (2011), a produção do espaço, seja o urbano, ou o intraurbano, não resulta da mão “invisível do mercado” ou de um ser abstrato/supraorgânico. Mas seria consequência de ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais.

Essa reestruturação da cidade por uma deixa uma espécie de marca espacial, pelas novas formas e expressões da produção do espaço urbano, sob o domínio dos agentes hegemônicos que estruturam e reestruturam áreas inteiras de cidades (SPOSITO, 2007). Possuindo os mercados e agentes imobiliários financeirizado como protagonistas (CARLOS, 2019; SANFELICI, 2019), na reestruturação urbana e da cidade (OTERO, 2016) e da reestruturação de áreas metropolitanas (SANFELICI, 2016).

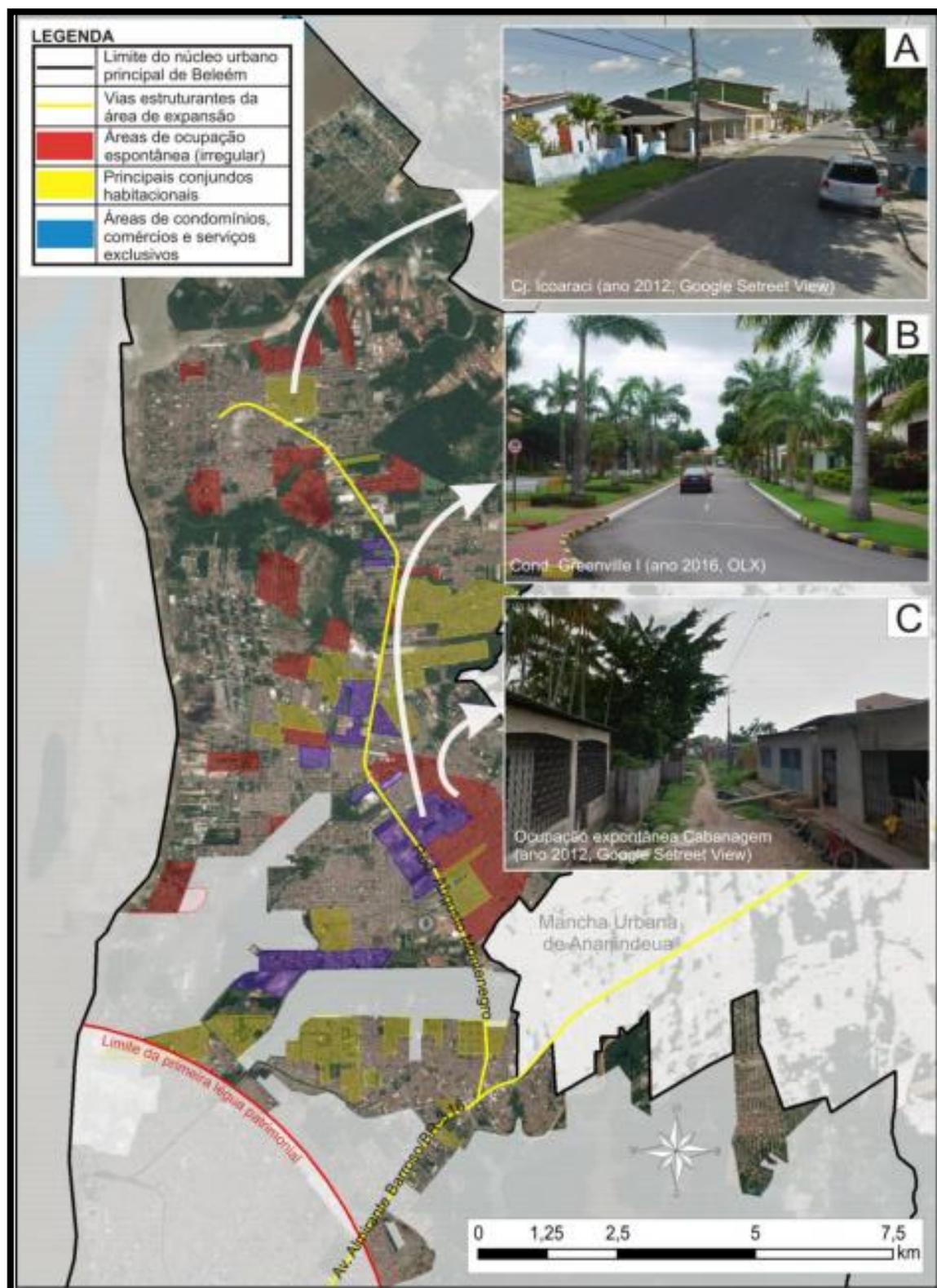
Assim,

[...] o ‘imobiliário’ e a ‘construção’ deixam de ser circuitos secundários e ramos anexos do capitalismo industrial e financeiro para passar ao primeiro plano, ainda que desigualmente (o que se refere à grande lei , bastante conhecida do desenvolvimento desigual) (LEFEBVRE, 2008, p. 126).

Esse cenário de agentes econômicos e novos empreendimentos habitacionais seja, de alto padrão ou populares vem reconfigurando a cidade, arenas e produtos produzidos, não só construindo novas centralidades e sobreposição de estruturas pretéritas, mas também fragmentação e segregação socioespacial (SPÓSITO, 2013). E vindo a “reboque”, a especulação fundiária, imobiliária e valorização imobiliária.

A expressão disso em Belém verifica-se na divisão entre áreas mais valorizadas e áreas menos valorizadas na área de expansão de Belém (Mapa 6). Como bem enfatiza Carlos (2017) é uma divisão espacial do trabalho, do qual classifica e parcela os espaços em uma hierarquia, integrando-os de maneira diferente à acumulação e impõe relações de dominação através do entrelaçamento de espaços dominados e dominantes.

**Mapa 6:** Ilustração da divisão entre áreas mais valorizadas e áreas menos valorizadas na área de expansão de Belém.



Fonte: Costa (2017b, p. 98)

A figura acima expressa um pouco da diferenciação do uso urbano e uma fração do espaço sendo recortado, costurado e fragmentado. Esse último, o fragmentado, que seria a fragmentação socioespacial, estimulador da ampliação desigualdade socioespacial (CATALÃO, 2013).

Para Santos (2019b):

Uma evidência da ocorrência desse fenômeno na produção do espaço da região metropolitana de Belém está expressa na tendência de ampliação de seu espaço metropolitano, impulsionado pela entrada efetiva de capitais associados às empresas do setor imobiliário com expressão nacional e internacional, provocando uma tendência à elevação dos preços do setor imobiliário<sup>9</sup>. Entre 2005 e 2011, portanto dentro do período associado ao crescimento econômico nacional, estão identificadas as empresas nacionais associadas ao capital financeiro que adentram o mercado imobiliário de Belém, apresentando algum tipo de associação com empresas locais (SANTOS, 2019b, p. 47):

Ainda para o mesmo autor o

[...] processo foi ao encontro das mudanças espaciais que estavam ocorrendo na malha urbano-metropolitana desde meados dos anos 1990, conforme destacado na primeira parte deste texto, ou seja, intensificando a ampliação da malha urbano-metropolitana, mas dessa vez não mais como expressão de dinâmicas regionais relacionadas às mudanças de políticas de desenvolvimento regional.

O que tem ocorrido é que a intensificação daquelas tendências pretéritas tem sido resultante da inserção do espaço metropolitano de Belém a um circuito urbano-imobiliário de acumulação, considerando que a configuração metropolitana até os anos 1990 e início dos anos 2000 já apresentava um conjunto de condições favoráveis, como a presença de empresas locais com terras adquiridas, prestígio dessas empresas junto ao poder público, necessidade de reforço de capital para receber as empresas de fora (SANTOS, 2019b p. 48):

Ainda refletindo sobre a figura 12 e as reflexões de Santos (2019b) é preciso destacar que está ocorrendo à produção de assentamentos precários em Belém, e, sobretudo, nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde. Aqui não nos referimos à reestruturação urbana e da cidade e a produção de assentamentos precários estamos referindo ao aumento em termos quantitativos mais da ampliação de assimetrias, violência urbana, diferenciação e desigualdade socioespacial intraurbana e em escala metropolitana. E logicamente estimulado pelo capital financeiro que aterrissa no solo Belemense: Gafisa/2005, Inpar/2007, Agra/PDG/2007, Cyrela/2009 e Direcional/2011.

Isso ocorre devido uma “hierarquia socioespacial” (CARLOS, 2017) que é especializada (e é espacial) sendo um status e nível de subordinação a uma sociedade de consumo, reproduzidor e amplificador de condições de privação, já que para fazer uso é necessário adquirir/comprar a mercadoria. Os mais dramáticos, ou, absurdos, no caso: segurança pública, moradia, lazer, espaços de esporte e saneamento básico.

Hierarquias espaciais sociais visualizados, por exemplo, pelo uso e consumo do espaço, em *shopping centers*, cinema, restaurantes, churrascarias, hipermercados e cursos de idiomas, por exemplo, literalmente ocorrer uma “separação social do consumo” (OTERO, 2016, p. 169), calcado em modelo neoliberal, Como enfatiza Zuluaga e Grisales Vargas (2020):

*En consecuencia, ciertas relaciones de produccion generan y requieren un tipo de espacio y, al mismo tiempo, unas condiciones geogrs cond y espaciales particulares generan y determinan un tipo de relaciones de produccion, un tipo de economia y unas formas de relaciones sociales (ZULUAGA; GRISALES VARGAS, p. 2020, 121).*

Comungamos com Carlos (2017) ao destacar que uma das piores consequências desse escala geográfica urbana sendo produzida é a redução do conteúdo do espaço e prática socioespacial, com deterioração e empobrecimento social. Isto é devido

A vida acompanha a privatização do mundo, sendo realizada hoje como uma fonte de privação de direitos diante da mercantilização em expansão, o que limita os usos do espaço. A expansão da propriedade privada da riqueza dilui os direitos de acesso à metrópole e à vida urbana. Como consequência, mediando as relações sociais, encontramos uma mercadoria que subordina a vida à sua lógica, reduzindo-a a formas abstratas. A cidadania restrita à esfera do consumo é um produto da reprodução dos níveis em que a desigualdade imanente ao capitalismo é substituída, fato que as resistências não deixam de apontar. Essa situação indica que a crise não se reduz a uma crise econômica, pois é, em primeiro lugar, um fenômeno social que contempla um conjunto de relações sociais. O status subordinado da sociedade como reproduzidor mecânico capital amplifica as condições de privação (CARLOS, 2017, p. 69).

Ainda para Carlos (2017) a violência com que as transformações resultantes da estruturação produtiva que se reproduzem nos diversos espaços avança em direção cotidiano e novas formas de alienação vem ocorrendo. Entre elas, os diversos meios e formas de tornar a vida instável: i) com a deterioração e a supressão seja da ideia seja da área concreta de espaços públicos e coletivos<sup>40</sup>; ii) a “política da diferença” (discriminação/exclusão socioespacial) de acessos ao urbano e à vida em sociedade; iii) o aumento da segregação e desigualdade socioespacial (com o processo de privação) uma vez que o espaço passa ser considerado e materializado como uma extensão do mundo como mercadoria.

---

<sup>40</sup> Segundo Carlos (2018, p. 4): o “espaço público – aquele da construção de uma história coletiva. A vida vai se constituindo, portanto, entre o limiar da casa e aquele da calçada e da rua, numa dialética entre o dentro e o fora. Isto porque o habitar cria e interliga um conjunto de ações em planos e escalas espaço-temporais [...]”. “O espaço público tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade em função da cultura, hábitos, costumes, que não pode ser negligenciado. Neste caminho é, substancialmente, troca, movimento que se relaciona à atividade plena do indivíduo pela relação com o outro e definidora de seus destinos. Lugar onde se realiza um tipo de troca de conteúdo social diferente daquela que dá conteúdo ao espaço privado – do oikos, dominado por relações hierárquicas definidas no seio da/pela família e das relações de parentesco – o espaço público expõe tensões, ambiguidades, conflitos mais agudos” (CARLOS, 2018, p. 5).

Isso é uma configuração expressa na sociedade, no espaço-tempo, das cidades:

a) enquanto lugar da concentração da riqueza (da mobiliária à imobiliária) com a generalização do mundo da mercadoria que torna o uso do espaço urbano cada vez mais dominado pelo valor de troca; b) como lugar de criação do cidadão enquanto consumidor e c) enquanto lugar de concentração de poder que acompanha a concentração da riqueza (CARLOS, 2018, p. 7).

Nesse sentido, poderíamos assim falar de um quinto momento do processo de metropolização de Belém, o qual compreende o momento atual, marcado pela consolidação e refuncionalização do espaço metropolitano. Essa refuncionalização diz respeito a mudanças na forma, na estrutura e ação, configurando uma verdadeira metamorfose socioespacial já anunciada por Lencioni (2017), essa transformação esta vinculada as novas formas de dominação que se fortalece no atual momento da globalização, os quais são determinados pela “sociedade urbana” enquanto tendência, impondo hábitos, comportamentos, pensamentos. Assim, inserido nesse atual momento, a cidade se torna cada vez mais segregada e desigual, de um lado encontra-se os “notáveis”, do outro lado, os pobres marginalizados relegados a espaços de extrema precariedade.

Todo esse processo instigando injustiças espaciais e produção espacial de assentamentos precários, violência urbana e a emergência de territorializações violentas, como serão discorridos no capítulo seguinte.

#### **CAPÍTULO 4 - DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL, TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA URBANA EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS AO LONGO DO EIXO DE EXPANSÃO METROPOLITANA.**

Retomando o pensamento de Carlos (2015), acerca das desigualdades socioespaciais verifica-se que para a referida autora, no plano da cidade as desigualdades socioespaciais revelam a gestação de uma sociedade urbana que vai impondo novos padrões e valores, em que tais padrões passam a produzir espaço-tempo diferentes e desiguais; fazendo com que a cidade seja produzida para uma parcela da sociedade que pode pagar pelo consumo do espaço. Para Carlos (2015), esse processo acirra as contradições socioespaciais, fazendo com que o processo de urbanização se realize de forma violenta e desigual.

Para Bassan (2001), as desigualdades constituem parte do processo de metropolização, o referido autor afirma que o processo de globalização/mundialização vem produzindo a metropolização do espaço o qual tem evoluído para a “expansão metropolitana”, que compreende o processo de expansão das metrópoles para além das áreas que apresentam maior assistência por parte do Estado.

Ainda segundo Bassan (2001), outra fase desse processo é fragmentação social e espacial. Em que a fragmentação do espaço urbano tornou-se mais expressiva com a metropolização. Afirma ainda que a segregação social expressa o processo de desigualdade social, e pode ser verificado na distribuição desigual dos serviços públicos.

Sob esse aspecto verifica-se que as metrópoles passam a ser cada vez mais lugar da produção das desigualdades onde a segregação torna-se uma marca forte nesses espaços. Para tanto, podemos apontar/sinalizar para o momento da consolidação e refuncionalização do espaço metropolitano. A qual consiste na refuncionalização/consolidação dos espaços e das relações engendrando profundas alterações na ação, na forma, e na estrutura, configurando uma verdadeira metamorfose socioespacial Lencioni (2017).

Do ponto de vista da ação, observa-se a aceitação das desigualdades e da violência com naturalidade em que a violência passa a ser lida de forma estigmatizante, como resultado da pobreza, quando na verdade a violência constitui resultado e produto da desigualdade; do ponto de vista da forma e da estrutura verifica-se a construção da cidade de forma desigual, marcada pela construção de empreendimentos imobiliários de alto padrão de consumo ao lado de assentamentos precários (como, por exemplo, o Condomínio Cidade Jardim) o que revela de forma muito forte as contradições socioespaciais, a precarização da vida e a perda da solidariedade orgânica.

Inserida nesse contexto, verifica-se que a principal marca das metrópoles tem sido as desigualdades sociais, a fragmentação socioespacial e a violência em todas as suas formas de manifestação. Em que a forma de violência que mais tem amedrontado os habitantes das cidades é aquela que resulta nos homicídios, por ser a parte visível de uma realidade complexa (PENNA, 2013).

Nesse sentido, observa-se que a sociedade é produtora de valores, gostos, crenças e espaços que está imersa ou se pauta na “exploração, hierarquia, exclusão e segmentação” (THERBORN, 2000, p.151). Portanto, aqui a leitura e a reflexão não é reduzir à desigualdade socioespacial a pobreza e a criminalidade (homicídios, por exemplo); muito menos ser uma construtora e/ou estimuladora de mais estigmatizações sociais (de classes sociais baixas) e sobre assentamentos precários. Que, aliás, tal compreensão de assentamento precário transborda a dimensão da palavra e imergi na dimensão da produção de espaço e na estrutura e na hierarquia social de poder, como já discorremos no capítulo anterior.

Porém, há de destacar com grande força, não de retórica, panfletária ou jornalística, e sim científica. Isto é, a desigualdade social, e suas irmãs inseparáveis epistemológicas e em forma de práxis, diferenciação e desigualdade socioespacial, possuem um base estrutural significativas de produção de assimetrias sociais e conflitos de classes e territoriais, como bem destaca Souza (2019).

Não há como negar, por exemplo, que a desigualdade aumentou no Brasil, nos últimos anos. Ao analisamos as informações do IG (2020), fica muito clara essa questão.

## 2. Desigualdade aumentou no Brasil em 2018, aponta IBGE

A renda dos mais pobres caiu mais de 3% e a dos mais ricos aumentou mais de 8%.

De toda a renda do país, 40% estão concentrados nas mãos de 10% da população.

Os 5% mais pobres ganharam 3% a menos. Já os mais ricos, que representam 1% da população, viram seus rendimentos crescer mais de 8%.

A renda dos mais ricos é 33,8 vezes maior que a média dos 50% mais pobres. Um recorde na série histórica do IBGE, que começou em 2012 (G1, 2020, s. p.).

[Cabe destacar que em 2017] o número de pobres aumentou pela terceira vez consecutiva. Houve crescimento de 11% em 2017, atingindo 7,2% da população brasileira, o que é equivalente a 15 milhões de pessoas. Esse grupo sobrevive com uma renda de até US\$ 1,90 por dia, ou seja, cerca de R\$ 7,3 diários, de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Mundial (BM). O levantamento divulgou, ainda, que três em cada dez brasileiros viviam com renda mensal menor do que um salário mínimo no ano passado, que era de R\$ 937.

Os 10% mais pobres do País viram suas rendas caírem 9% de 2016 para 2017. Os ganhos dessa população eram, em média, de R\$ 217,63 mensais em 2016, que passaram para R\$ 198,03 no ano passado. Enquanto isso, os ganhos das pessoas 10% mais ricas cresceram, atingindo R\$ 9.519,10 ao mês, em média (IG, 2020, s. p.).

A desigualdade é um fato objetivo<sup>41</sup>, portanto, não há relativização ou dimensão multifatorial interpretativa, como também aspectos plurais e diferentes naturezas. Mesmo que nos últimos anos as diversas cidades do Brasil tenham tido dinâmicas de crescimento e expansão urbanas diferenciadas assim como processo de reestruturação da cidade é inquestionável a produção de assentamentos precários e a sobreposição de casos de violência urbana, particularmente, de homicídios e de territorialidades de grupos de milicianos e narcotraficantes. E é essa discussão que teceremos a seguir.

#### 4.1. REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DOS ASSENTAMENETOS PRECÁRIOS LOCALIZADOS NOS BAIRROS DA CABANAGEM, BENGUÍ E PARQUE VERDE.

Segundo Sposito (2004) reestruturar não se restringe a novas atribuições que são dadas ao solo urbano, mas também á negação de usos do solo. Como bem destaca Carlos (2019) o processo de produção da cidade faz-se pela indução, que:

[...] incorpora à troca os espaços antes desocupados e que se encontram nas franjas da cidade (tornando-os intercambiáveis pelo desenvolvimento do mercado do solo urbano); generaliza a produção e o consumo de mercadorias para toda a sociedade; transforma o espaço social e político em espaço operacional e, nesse sentido, se transforma num dado e instrumento do planejamento sob a intervenção do Estado e, nessa condição, é tornado um elemento fundamental para manter as relações de dominação (CARLOS, 2019, p. 464).

Ainda dentro dessa perspectiva Sposito (2004) enfatiza a necessidade de pensar a estruturação urbana e a estruturação da cidade inserida no movimento dialético. Assim, o processo de estruturação da cidade é lido enquanto produto das articulações que se estabelecem em escalas espaciais por vezes regionais ou nacionais, mas que expressam sua materialidade na escala local.

Pensando o processo de reestruturação a partir da realidade de Belém Trindade Jr (1998a) compreende que tal processo configura-se enquanto estratégias diferenciadas de apropriação em relação à terra urbana e as redes de articulação locais de agentes produtores do urbano, que passam a revelar relações de poder mediadas pelo espaço, definindo territorialidades urbanas. Como bem afirma Carlos (2019):

---

<sup>41</sup> Para saber mais vide País Estagnado - Um Retrato das Desigualdades Brasileiras 2018. Relatório elaborado pela Oxfam Brasil (Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>). Organização da sociedade civil brasileira criada em 2014 e que compõe de uma rede global, a Oxfam, que tem 20 membros que atuam em cerca de 90 países no total, por meio de campanhas, programas e ajuda humanitária. Atua em três áreas temáticas: setor privado, desigualdades e direitos humanos; cidades: juventudes, gênero e raça; e justiça econômica. Entre suas estratégias de atuação estão o trabalho em parceria e aliança com outras organizações e setores da sociedade, o engajamento público, a realização de campanhas e a incidência com setores público e privado.

Nesse movimento, todos os espaços-tempos da vida foram subordinados a essa lógica, com transformações nas formas de viver o tempo e produzindo uma nova cidade que começa a expandir-se para além de seus limites e a espalhar-se em subúrbios (explosão da cidade). A implosão-explosão da cidade como momento crítico anuncia a importância do espaço na produção desse novo momento histórico de dominação.

[...] A construção da problemática urbana é, portanto, produto do movimento da reprodução do processo cíclico do capital que, ao se desenvolver, produz um espaço mais amplo e articulado, ultrapassando o lugar da indústria para tomar aos poucos toda a sociedade e os espaços da vida e fazendo explodir a cidade e com ela os referenciais nos quais a vida se sustentava, por meio do desenvolvimento do mundo da mercadoria, ampliando os problemas advindos da produção das coisas, isto é, a produção clássica de mercadorias. O que está posto é que o processo de produção capitalista se desenvolve em direção à reprodução, que não se restringe à reprodução do ciclo do capital como processo único de valorização do valor, pois, nesse momento da história, o capital se dirige ao espaço, produzindo-o como momento da produção no qual se produz o novo urbano. (CARLOS, 2019, p. 465).

No plano metropolitano de Belém, a reestruturação urbana é marcante; as áreas mais centrais, inclusive as baixadas, que já foram espaços de assentamentos para a população de baixa renda, são redefinidas em função dos interesses de agentes privados (empresas imobiliárias) que passam a produzir habitação para uma demanda solvável da população de Belém (TRINDADE JR, 1998a).

Dialogando com afirma Trindade Jr (1998) e principalmente Abelém (2018), definem-se novos espaços de assentamentos, culminando com o processo de desconcentração responsável pela realocação no urbano das camadas sociais de baixa renda (ABELÉM, 2018).

A análise aqui apresentada, entretanto, não se resume a simples demonstração dessa nova morfologia espacial. Sustentamos a ideia de que o padrão disperso dos assentamentos, existente atualmente, não só resulta da trama estabelecida entre os agentes produtores do urbano em Belém e das redes de articulações por eles configuradas, como também ratifica a correlação de forças que se estabelece entre os mesmos; correlação de forças esta que se expressa de diversas maneiras (TRINDADE JR, 1998a, p. 6).

Partindo da perspectiva apresentada compreende-se que o processo de reestruturação urbana e da cidade, constitui parte da estratégia do capital imobiliário, o qual passa a produzir as diferenciações socioespaciais na cidade, que se traduzem em desigualdades socioespaciais.

Nesse sentido, observa-se que a reestruturação urbana de Belém no contexto da metropolização constitui um recorte de tempo no qual as desigualdades passaram a se intensificar, à medida que as áreas centrais foram cada vez mais se diferenciando das áreas mais afastadas por meio da captação recursos, equipamentos urbanos e todos os tipos de serviços urbanos, agregando cada vez mais valor ao solo.

Desta forma, conforme Carlos (2015) as desigualdades socioespaciais são produtos de temporalidade urbanas desiguais, condição para reprodução do capital e meio para os fluxos de capital, isto pressupõe a realização de determinadas condições a partir das quais o capital pode se reproduzir.

As desigualdades socioespaciais, no plano da cidade, compõem elementos para pensar acerca da reprodução do espaço urbano, em que tal reprodução: “[...] torna visível os usos e as formas de apropriação do espaço que se associam, diretamente, às formas de propriedade privada do solo urbano apontando para uma hierarquização socioespacial como expressão da desigualdade” (CARLOS, 2015, p. 28). Tais desigualdades sinalizam a existência de uma “[...] sociedade de classe que diferencia seus membros a partir do lugar que ocupam tanto na produção quanto na distribuição da riqueza gerada” (CARLOS, 2007, p. 47).

Ainda sobre a distribuição da estrutura espacial, Rodrigues (2015) enfatiza que a localização dos objetos no espaço expressam as relações de produção, de renda, de consumo, de classe, a distribuição espacial, contribuindo para a formação de paisagens geográficas que são favoráveis à reprodução do capital (HARVEY, 2005, 2016).

Nesse sentido, a localização dos objetos deve ser lida como formas e conteúdos em que as “[...] formas espaciais dotadas de conteúdos urbanos se realizam como condição e resultado de ações, de relações e de um conjunto de estruturas (de produção, de renda, de consumo, de classes)” (RODRIGUES, 2014, p. 176).

Considerando o desafio de mostrar como a distribuição espacial constitui elemento para pensar a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais, a partir do uso da variável renda domiciliar. Em virtude da potencialidade dessa variável, enquanto elemento quantitativo é possível identificar tendências, repetições e circularidade (LEFEBVRE, 2006).

Assim, pode-se considerar que a desigualdade socioespacial vem se intensificando como produto da própria metropolização do espaço a qual induz a reestruturação da cidade, imposta pela urbanização capitalista e global.

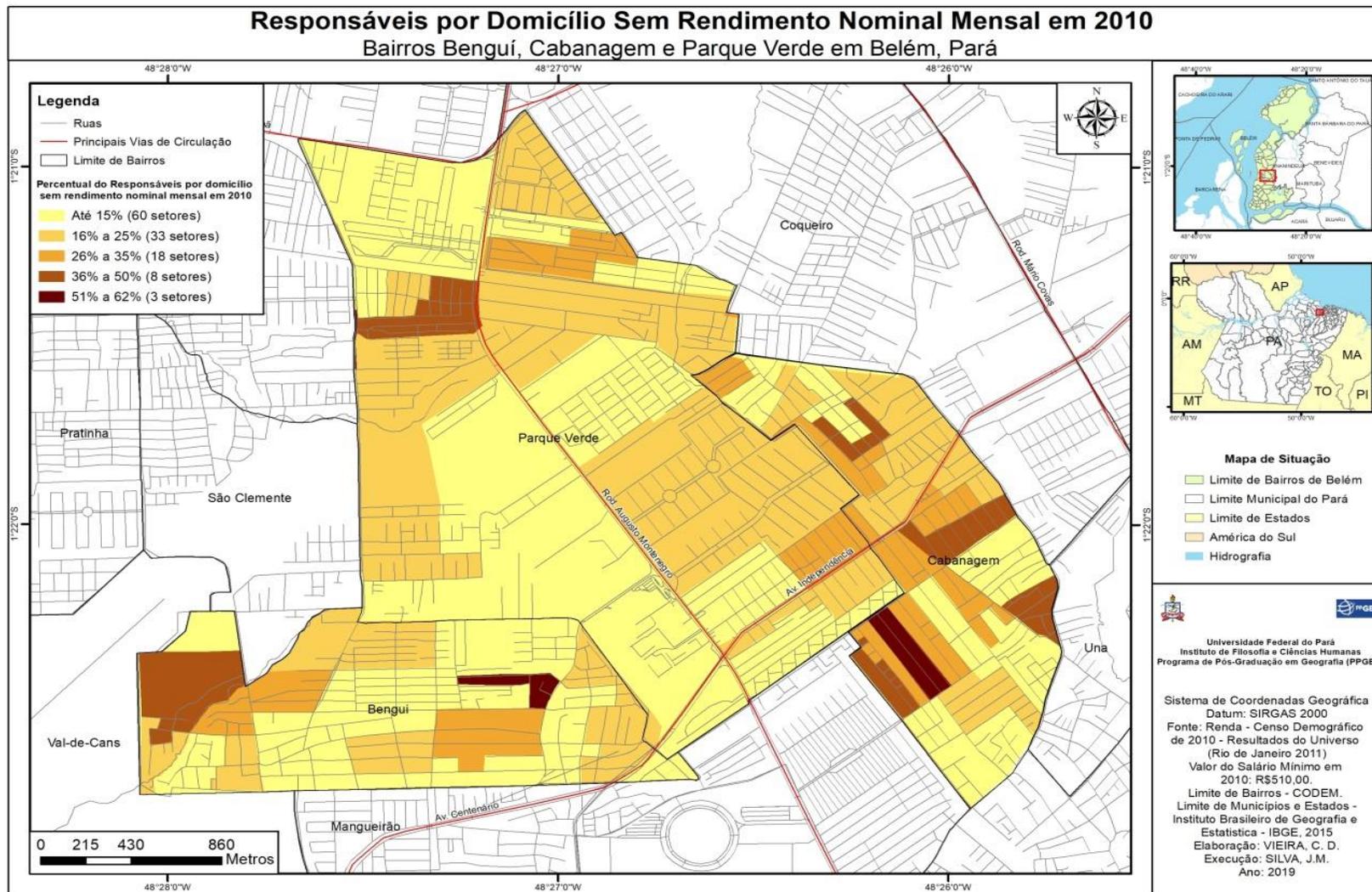
No caso de Belém, essas questões podem ser visualizadas ao analisarmos os assentamentos precários presentes em três bairros de Belém, quais sejam: Cabanagem, Benguí e Parque Verde. Dessa forma ao analisamos os bairros tomando como base as variável renda do responsável por domicílio é possível chegar as seguintes conclusões.

Nesse sentido, ao se realizar o mapeamento de renda nos respectivos bairros, estamos também mapeando a distribuição da estrutura espacial, a qual nos revela conteúdos socioespaciais (VIEIRA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2018). O mapeamento realizado

permitted to comprehend the relationship between spatial forms and social contents, in a way that we identified the class space homology, conceived by Soja (1993).

Assim, o mapeamento das rendas possibilita identificar e espacializar as desigualdades socioespaciais na metrópole Belenense. Além de permitir “visualizar” uma demarcação da desigualdade socioespacial de forma contundente, pois como enfatiza Soja (2005, p. 35): “[...] *thus becomes the actual and intentional practice of imposing and maintaining purposeful boundaries, demarcating and enclosing social life, circumscribing human subjectivity. It produces the specifically political organization of space*”.

Os mapas abaixo foram elaborados a partir da renda por domicílio, na escala dos setores censitários, devido ser o menor recorte de análise estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Mapa 7 abaixo permite interpretar contradições, que se realizam como tendências, orientação e virtualidade da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999).



**Mapa 7: Mapa do “responsável por domicílio sem rendimento nominal mensal”**  
Fonte: IBGE 2010. Elaboração: Vieira; Execução, Juliana Maciel.

O mapa anterior permite identificar os responsáveis por domicílio sem rendimento nominal mensal, os quais estão concentrados em alguns setores censitários localizados nos bairros da Cabanagem, Benguí e Parque Verde. Os três bairros contam com 122 setores segundo os dados do IBGE; desses 122 setores, 11 apresentam maior concentração de domicílios sem renda. Ainda se identificou que nesses 11 setores, 3 apresentam 62 % responsáveis por domicílio sem renda e 8 setores censitários dispõem de 50% de seus domicílios sem renda (cores mais intensas - vide mapa).

Ainda com relação ao mapa anterior, observamos durante os trabalhos de campo que os pontos identificados no mapa com maior percentual de domicílios sem rendimento coincidem com as áreas identificadas no mapa, no qual apresenta os piores indicadores de qualidade urbana, tais indicadores foram estabelecidos a partir da base de dados do IBGE (2010), qual seja:

Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral (Água); domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial (Esgoto); domicílios particulares permanentes com 1 banheiro de uso exclusivo dos moradores (1 Banheiro); domicílios particulares permanentes com lixo coletado (Lixo); domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora (Energia); domicílios particulares permanentes – Existe iluminação pública (Ilum. Pública); domicílios particulares permanentes – Existe pavimentação (Pavimentação); domicílios quitados ou em aquisição (Próprio/Aquisição).

Para o caso da cidade de Belém, o “pior” setor identificado apresenta 87,26 % dos chefes de família sem renda, e localiza-se na porção Leste do bairro de Águas Negras; o segundo pior setor apresenta 74,65 % dos domicílios sem renda, localizado ao Sudoeste do bairro no Paracurí; e o terceiro pior setor, apresenta 67,11% dos domicílios sem renda per capita, localizado na porção Nordeste do bairro Parque Guajará, no Benguí e Cabanagem. Áreas essas históricas, contemporaneamente com baixíssima intervenção estatal, via políticas públicas. Os demais setores sem renda estão distribuídos pela metrópole (VIEIRA, RODRIGUES; RODRIGUES, 2018).

Com relação a esse quadro da cidade cabe um comparativo rápido. Em um mapeamento de renda domiciliar, realizado a partir da realidade de Dourados, Mato Grosso do Sul (SOUZA; VIEIRA, 2017) verificou-se que os setores sem renda domiciliar encontram-se desprovidas de qualquer assistência ou políticas de transferência de renda por parte do

governo; essa verificação também se identifica nos setores/bairros sem rendimento domiciliar na cidade Belém.

No caso, voltando a Belém, há um total de 1.203 setores, que apresentam de 2% a 33,44% dos domicílios sem rendimentos. Identificou-se ainda 46 setores censitários onde nenhum dos domicílios apresentou renda. Considerando que Belém tem 1.252 setores censitários, e que apenas três desses setores concentram a maior quantidade de domicílios sem rendimento. É possível identificar onde está concentrado o maior número de famílias sem rendimento nominal mensal, a partir da geografia desses setores, como também as assimetrias socioespaciais e a desigualdade na periferia do estado capitalista (SOJA, 1980).

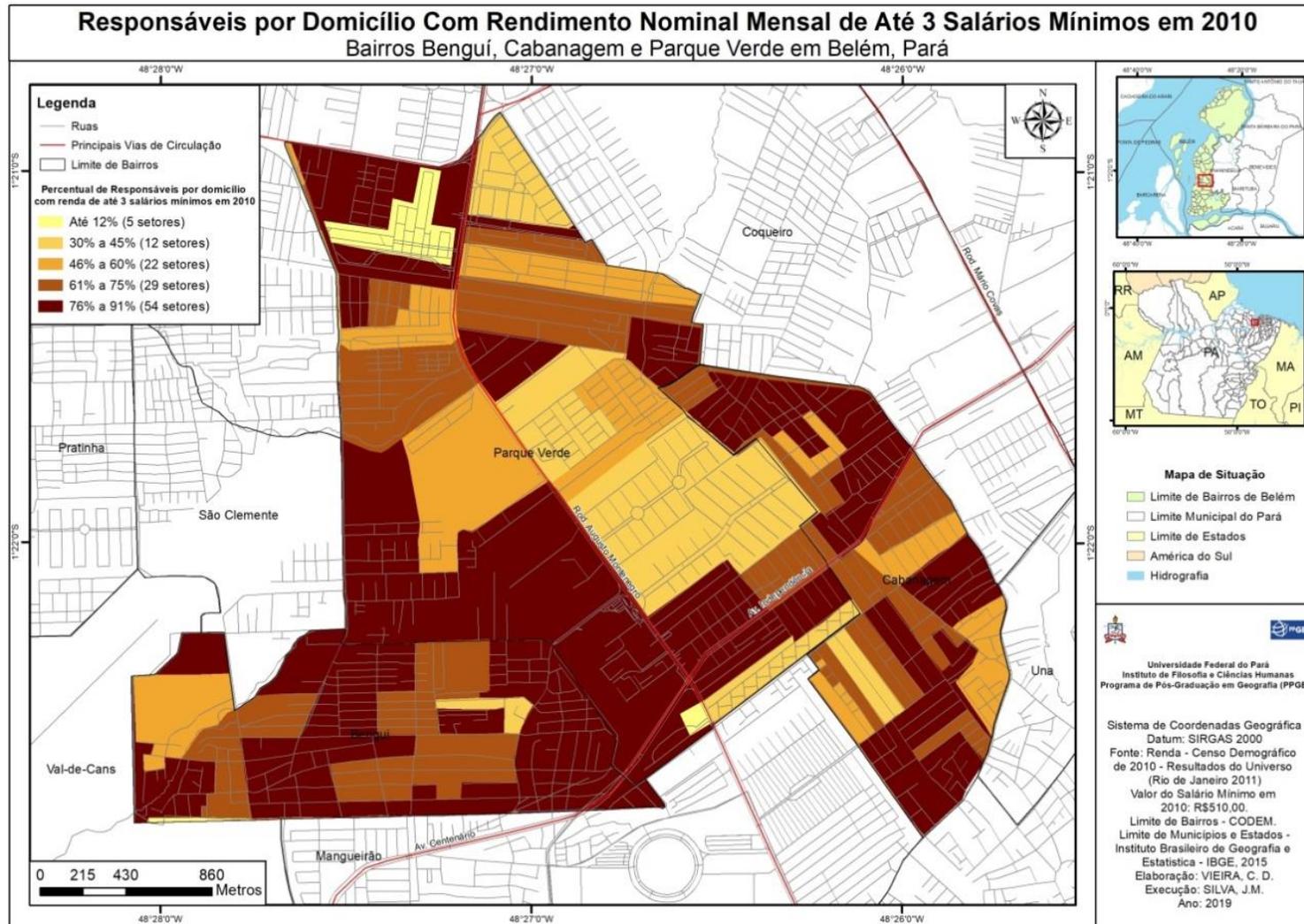
A partir da interpretação do mapa acima e de observações sistemáticas realizadas, constata-se um primeiro entendimento quanto à localização/expressão das desigualdades socioespaciais nos assentamentos precários em questão. Tal expressão reflete processos que se realizam enquanto relações de produção e relações de classe, quando a distribuição da estrutura espacial e social aprofunda contradições entre espaços integrados e espaços que se integram precariamente (HARVEY, 1993),.

Assim essas assimetrias e desigualdades não convergem com a perspectiva de Oliveira (2019), de que ao falar *Índice de pobreza crônica multidimensional*<sup>42</sup> desenvolvida pelo Banco Mundial acaba por reduzir a desigualdade e pobreza. Ao trazemos a realidade Belenense e os bairros analisados aqui - visualizamos chefes de família sem rendimento, assim como condições precárias de habitação e saneamento, como apresentaremos logo à frente.

Ainda com o intuito de compreender como se expressam as desigualdades socioespaciais nos assentamentos identificados nessa pesquisa, o Mapa 8 evidencia onde estão localizados o responsável por domicílio com rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos.

---

<sup>42</sup> Esse *de pobreza crônica multidimensional*: “O índice incorpora indicadores de renda monetária e não monetária e define que *pobreza crônica multidimensional* afeta famílias com renda abaixo da linha pobreza com três ou mais privações dentre as sete dimensões consideradas estratégicas, como: educação (adolescentes e jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, jovens de 18 a 24 anos no ensino superior e chefes de família com ensino fundamental completo), serviços de infraestrutura (tais como energia elétrica, água de qualidade e escoamento sanitário), habitação, bens de consumo (como geladeira ou freezer, máquina de lavar, celular e computador com internet), igualdade racial, saúde e renda. Campello (2017) analisa, a partir de dados da PNAD de 2002 a 2015, como, no Brasil, o acesso a direitos básicos melhorou e o hiato entre os 5% e os 20% mais pobres e o resto da população reduziu” (OLIVEIRA, 2019, p. 177).

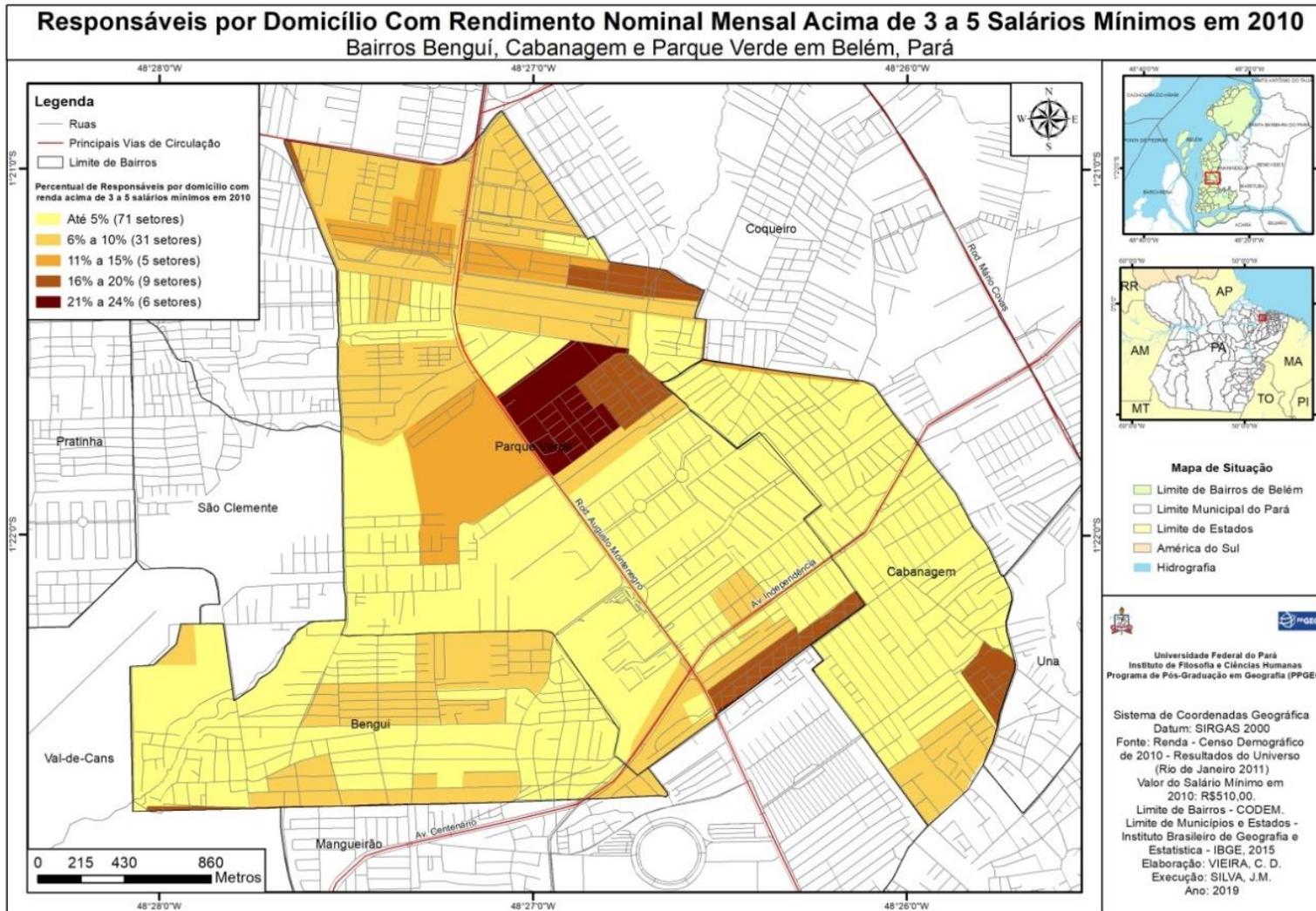


**Mapa 8: Mapa do “Responsável por domicílio com rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos”**  
 Fonte: IBGE 2010. Elaboração: Vieira; Execução, Juliana Maciel.

O Mapa 8 expressa a concentração das rendas na faixa de até 3 salários em algumas áreas dos bairros dessa pesquisa. Esse mapa permite compreender o processo de desigualdade socioespacial do qual essa pesquisa vem apontando. Ao analisar o mapa, os dados e as observações que foram levantadas nos trabalhos de campos, é possível apontar algumas tendências, tais como: a concentração dessa faixa de renda estão presente na maioria dos setores censitários que constituem os bairros; porém, as áreas identificadas como assentamentos precários há poucos setores com referida renda.

Outra tendência que constatamos é que a maioria dos setores com o percentual de cores claras estão localizados os condomínios residenciais, como: Greeville I e II, Greeville executive, Condomínio Montenegro Boulevard e Cidade Jardim.

Essa distribuição das rendas expressa a relação espaço classe apontada por Soja (1993); também permite compreender a divisão social do espaço enquanto resultado do processo de urbanização e de configurações inerentes ao processo de "desenvolvimento geográfico desigual" (HARVEY, 2004a). Ainda com o objetivo de pensar a distribuição das rendas, o mapa abaixo da faixa de renda que vai de 3 a 5 salários mínimos especializa e conformo o mosaico intraurbano desses bairros e do que constitui Belém.



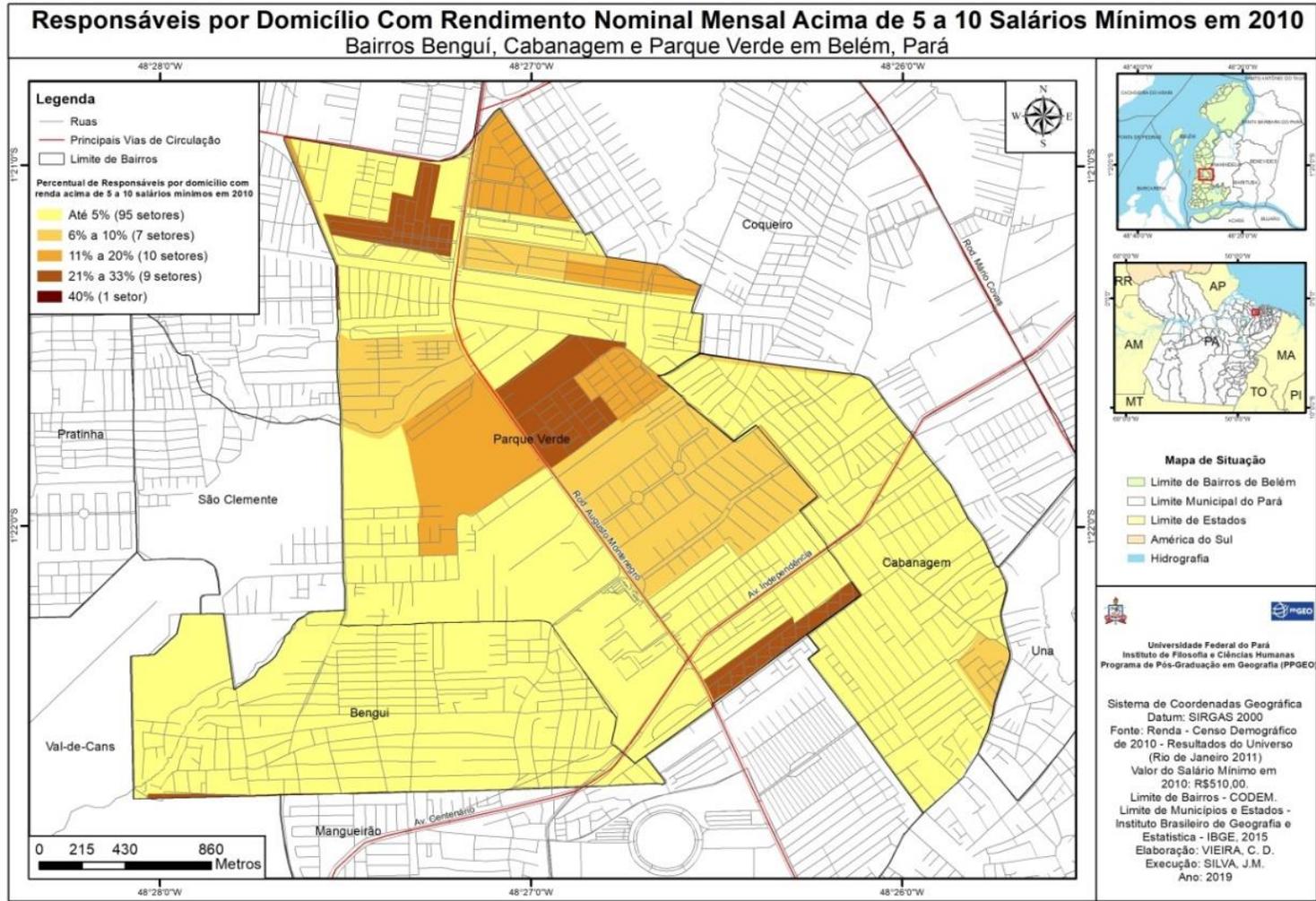
**Mapa 9:** Mapa do “responsável por domicílio com rendimento nominal mensal de 3 a 5 salários mínimos”.  
**Fonte:** IBGE 2010. **Elaboração:** Vieira; **Execução,** Juliana Maciel.

O Mapa 9 permite indentificar o percentual dessa faixa de renda distribuída pelos setores censitários. Observando e analisando superficialmente há uma redução considerável, chegando a 24% em apenas 6 setores e 5% em 71 setores. Contudo, a maioria desses setores estão localizados em alguns condomínios residenciais que se encontram ao longo da Avenida Augusto Montenegro. Cabe destacar que houve ainda a construção e “entregas” de condomínios recentes, que passam a compor a malha fragmentativa e de assimetrias sociais: Condomínio Chácaras Montenegro e Jardim Bela Vida I e II. Condomínios que inserem a partir de 2005, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida,

Essas faixas de renda distribuída pelos setores censitário configura uma organização e hierarquia espacial (CARLOS, 2017) e uma inserção

*A produção, tomada em sua plenitude, envolve a criação e caracteriza o ser humano. Esse ser produz e se produz. Não há somente produção de objetos, mas a produção de relações sociais e a produção do espaço e do tempo, produção de relações, produção e reprodução de si (a consciência) (Lefebvre, 1981, p. 45).*

Essa produção seria para Carlos (2019) uma práxis que contemplariam duplamente a determinação da atividade humana, que é ser produtora e criadora de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais). Ainda segundo a autora, o conceito de produção envolveria a produção material, a fabricação de coisas (a produção do mundo da mercadoria), e logicamente (como já destacamos) desigualdades socioespaciais e que ficam mais evidentes nos mapas a seguir, de: “responsável por domicílio com rendimento nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos”



**Mapa 10:** Mapa do “responsável por domicílio com rendimento nominal mensal de 5 a 10 salários mínimos”  
**Fonte:** IBGE 2010. Elaboração: Vieira; Execução, Juliana Maciel.

O mapa anterior permite verificar a tendência de maior concentração das rendas nas faixas de 5 a 10 salários mínimos nos condomínios residenciais que estão localizados no bairro do Parque Verde, como: Greeville I e II, Greeville executive, Condomínio Montenegro Boulevard e Cidade Jardim. Observa-se que em um único setor censitário 40 % dos domicílios concentram a faixa de renda mencionada acima.

Esses condomínios compõe o chamado “setor imobiliário“ (CARLOS, 2017; 2019) que vem promovendo a

“conquista do espaço”, isto é, o processo de reprodução do espaço aparece como estratégia de realização do capital financeiro na medida em que este passa a investir na produção imobiliária como aplicação de capital – na compra e venda de suas parcelas (na especulação *imobiliária*, nas grandes obras promovidas pelo Estado) (CARLOS, 2019, p. 474 ).

Todos esses condomínios mencionados estão localizados na Avenida Augusto Montenegro, que é a Avenida principal que dá acesso ao centro de Belém, Icoaraci, Ananindeua e a BR-316. E no percurso dessa avenida estão esses condomínios como também diversos supermercados, escolas particulares, cursos de idiomas, bancos, farmácias, shopping (Parque Shopping) e universidades particulares.

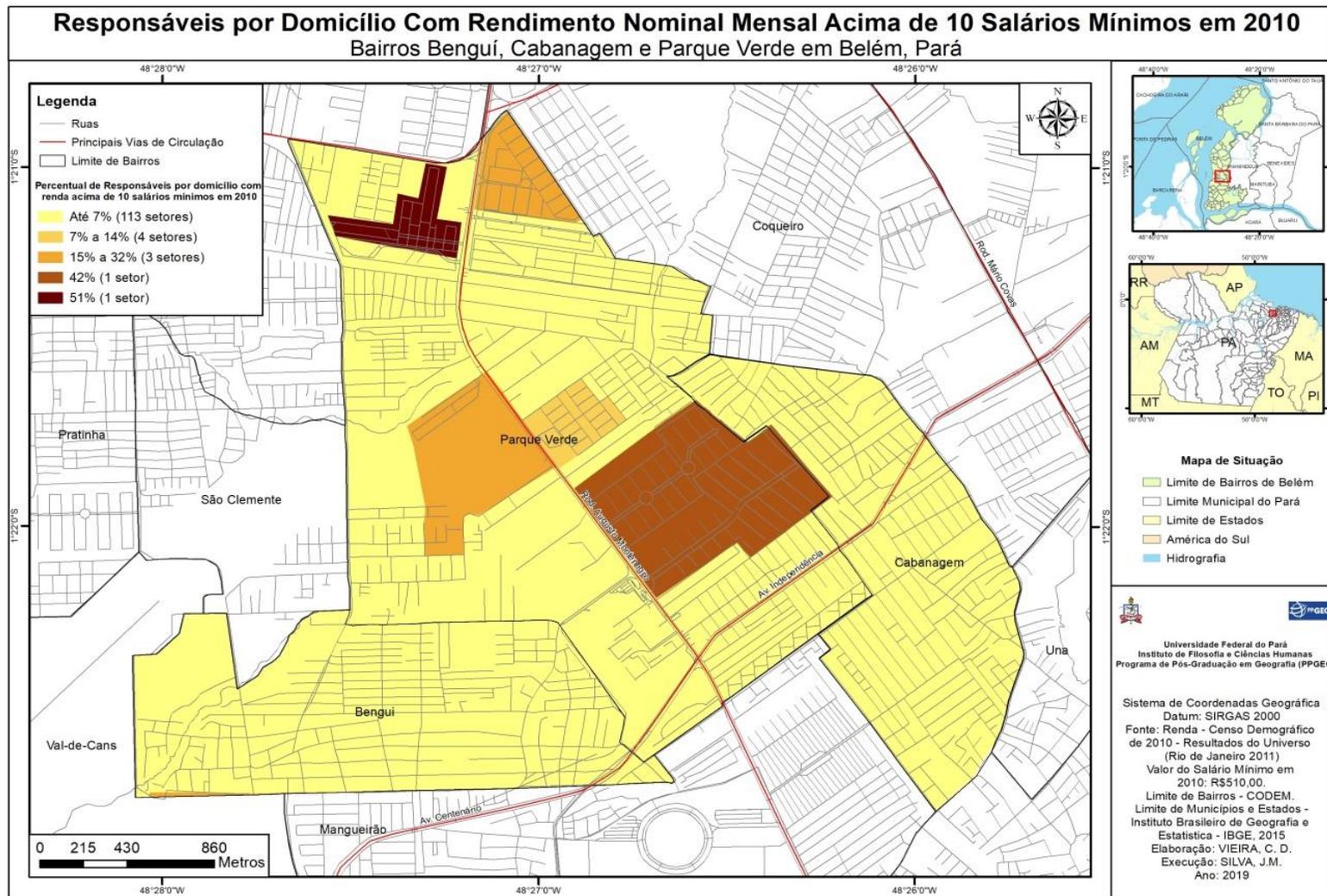
É importante ressaltar que todos esses serviços citados foram atraídos pelo processo de reestruturação da cidade, o que fez com que o “entorno” da Avenida Augusto Montenegro passasse a agregar cada vez mais valor ao solo. Contudo, esse processo de valorização ficou concentrado nas bordas da referida Avenida, tornando ainda maior o contraste dessa com o seu entorno quando comparado a paisagem (espaço geográfico) e os mapas de renda.

Essa característica é apontamento cabal de um processo de intensificação da fragmentação social, isto é:

[...] à intensificação de uma segmentação social, ou seja, as classes e os grupos sociais tornam-se tão antagônicos que passam a não mais se tolerar em convívio próximo e a instituir mecanismos de distinção social, sobretudo os de maior poder aquisitivo. Em muitos casos, criam-se comportamentos que cerceiam o direito do outro de manifestar sua diferença, o que promove a ampliação das desigualdades. Em alguns casos, a própria existência do outro e seu direito de permanência em determinados espaços são colocados em questão (CATALÃO, 2013, p. 90).

Isso permite apontar também, dialogando com Neil Smith, que a “[...] produção do espaço é crescentemente o meio pelo qual a diferença social é construída e reconstruída” (SMITH, 1992, p. 64). Assim, os domicílios com as maiores e menores rendas são frutos de diferenças sociais construídas e reconstruídas.

Segundo Carlos (2017), fica claro que o impacto das políticas públicas não incidem de forma uniforme sobre a paisagem, mas se torna mais evidente como a reorganização espacial da cidade é o fundamento e o mecanismo para a mobilização de estratégias de políticas neoliberais que promovem a valorização do solo de forma desigual. O Mapa 11 expressa de forma mais intensa a tendência que estamos apontando.



**Mapa 11:** Mapa do “responsável por domicílio com rendimento nominal mensal acima de 10 salários mínimos”.

**Fonte:** IBGE 2010. **Elaboração:** Vieira; **Execução,** Juliana Maciel.

Conforme apontamos no mapa anterior, a tendência da concentração de renda torna-se mais expressiva quanto mais se eleva a faixa de renda (concentrando-se em apenas 5 setores censitários do total de 122). Ainda com relação aos mapas, observa-se forte concentração de rendas em poucos setores censitários, principalmente aqueles onde estão localizados os condomínios residenciais, ao passo que os seus entornos são marcados por um elevado percentual de domicílios sem rendimento mensal.

Nesse sentido, compreende-se que as configurações socioespaciais dos referidos bairros, são produtos de temporalidades urbanas desiguais, em que o processo de diferenciação socioespacial vem se intensificando com a valorização do solo urbano mercantilização de relações sociais. Elevando assim o grau de complexidade das diferenciações socioespaciais, à medida que se transmitem em desigualdades, deste modo, os próprios espaços na cidade passam a diferenciar seus membros pelo consumo dos lugares, sob essa ótica o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso.

Para Carlos (2015):

Embora produzido de forma socializada, o espaço urbano enquanto trabalho social materializado, é apropriado de forma diferenciada pelo cidadão. Na sociedade capitalista, o acesso ao solo urbano é orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem nesta sociedade, produz um conjunto limitado de escolhas e condição de vida apoiados na existência da propriedade privada da riqueza social, que sob a forma do solo urbano, determina o acesso à vida urbana medida pelo preço-como expressão do seu valor (CARLOS, 2015, p. 28).

Em uma linha de pensamento semelhante, Sposito (2016), ressalta que o processo de diferenciação socioespacial pode ser redefinido de acordo com as dinâmicas de produção do espaço, que por sua vez está relacionado com as dinâmicas econômicas dos mais diversos agentes sociais.

No caso dos bairros estudados, constatamos que o processo de diferenciação se fez fortemente presente, e passou a se intensificar no contexto metropolitano, uma vez que as dinâmicas do capital imobiliário, por meio do processo de reestruturação da cidade acentuaram as diferenciações socioespaciais como uma condição da valorização de algumas áreas no âmbito destes bairros (principalmente o Bairro do Parque Verde). Como aponta Catalão (2015) os processos espaciais são originados e dinamizados por processos sociais tanto quanto os originam e dinamizam. Assim, a morfologia espacial é um componente que ratifica a estrutura social.

Ainda buscando revelar as desigualdades e as diferenciações socioespaciais nos assentamentos precários dessa pesquisa, optamos por uma leitura a partir da paisagem utilizando os registros fotográficos. Para isso é necessário reflexões que ultrapassem os

limites que a vista alcança, “a paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo por trás da forma pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia nos sugere” (SOUZA, 2015, p. 46). Deste modo, a paisagem necessita ser descortinada para que se possa identificar processos e lógicas distantes que sinalizem conteúdos espaciais que sejam contraditórios e desiguais.

Para Martine e Mcgranahan (2013) e Rolink (2015), esses conteúdos desiguais estão “impressos” nas periferias das grandes cidades brasileiras, africanas e asiáticas, na concentração de riquezas (em pessoas e escalas geográficas diferentes) e na distribuição de renda (BAUMAN, 2015), mas também impressos em outras escalas, como a do bairro, nessa escala.

Como bem aduz Lefebvre (1973):

[...] não é somente a sociedade inteira que se torna o lugar da re-produção (das relações de produção e não somente os meios de produção), mas o espaço inteiro. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, portanto fragmentado, esmigalhado, (só fragmentos de espaço se vende à clientela) o espaço torna-se a sede de poder (LEFEBVRE, 1973, p. 112).

As fotografias (Figuras 9 e 10, a seguir) retiradas durante um dos trabalhos de campo realizados, mostra ruas no bairro da Cabanagem. Essas ruas e bairros compõe um dos sete polígonos (áreas) identificados na cartografia (anteriores) enquanto assentamento precário. É importante destacar que o bairro da cabanagem não apresenta indicador de qualidade urbana regular e bom, sendo marcado pelos índices ruim e péssimo.

Durante o campo focamos nas áreas que apresentam péssima qualidade urbana (assentamentos precários). Nessas áreas verificamos que os indicadores acionados e especializados nos mapas são compatíveis com a realidade local; uma realidade que choca no primeiro contato, à medida que revela o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e a atuação precária por parte do Estado. As fotos a seguir permitem, a grosso modo, um olhar aproximado a cerca de um cotidiano e dificuldades de viver a cotidianidade (CARLOS, 2019) marcado por diferenciações e desigualdades socioespaciais nos assentamentos precários.

**Figura 9:** Foto do bairro da Cabanagem, Rua do Fio.



**Fonte:** Denise Vieira, registrado dia 10 de Dezembro de 2018.

**Figura 10:** Foto do bairro da Cabanagem, Rua Maracatiara.



**Fonte:** Denise Vieira, registrado dia 10 de Dezembro de 2018.

**Figura 11:** Foto do bairro da Cabanagem, Rua Açailândia.



**Fonte:** Denise Vieira, registrado dia 10 de dezembro de 2018.

**Figura 12:** Foto do bairro da Cabanagem, Alameda Santa Brígida.



**Fonte:** Denise Vieira, registrado dia 10 de Dezembro de 2018.

As fotos Figura 9 (Rua do fio), Figura 10 (Maracatiara) Figura 11 (Açailândia) e Figura 12 (Alameda Santa Brígida) constatamos um conjunto de precariedades, notadamente associadas a condições de infraestrutura urbana, como ausência de esgotamento sanitário, de asfaltamento, de água, precárias condições do arruamento e de drenagem; assim como o

déficit de saneamento básico, essas condições reveladas pelas fotografias é parte da realidade de todos os assentamentos precários identificados no bairro da Cabanagem.

Todas essas ruas sem nenhuma atenção de provisão de saneamento e na urbanização de assentamentos precários, apesar de alguns poucos investimentos em urbanização de assentamentos precários na região metropolitana de Belém, conforme Ponte et al (2014) e Pinheiro et al (2016). Porém, restritos a empreendimentos “em Belém (Riacho Doce, Liberdade, Pantanal, Fé em Deus, Pratinha e Taboquinha), uma em Ananindeua (Jardim Jader Barbalho), uma em Santa Isabel do Pará (Jardim das Garças) e uma em Castanhal (Jaderlândia III)” (PONTE et al, 2014, p. 87).

Todas essas áreas possuem condição de posse instável do solo ocupado, renda familiar baixa ou ausente, com nível de escolaridade na faixa do ensino fundamental e médio, taxas de dependência de jovens com relação à renda dos chefes de família. Algo que converge com o estudo de Cardoso (2009), Fernandes (2012), Ponte et al (2014), Pinheiro et al (2016). Assentamentos precários esses que são fruto parcial (histórico) de “conjuntos habitacionais dos anos 1960, 1970 e 1980 com frequência se tornaram assentamentos precários, pelo decaimento do parque imobiliário e deficiência de manutenção de infraestrutura” (PINHEIRO et al, 2016, p. 204).

Essas fotos traduzem muito bem o que Lefebvre dizia de que há (aqui inserimos como forma metafórica e real-concreto):

O esmigalhamento da cotidianidade, muito mais vasto que o do trabalho (que desaparece já no horizonte) dissimula a unificação pelo alto e a supressão das diferenças originais. Ora a verdade encontra-se no movimento de conjunto. É ela que propõe aos olhares este texto obscuro e legível: a cidade nova (LEFEBVRE, 1969a, p. 143).

Segundo Lucia (2010) os assentamentos precários caracterizam por serem: i) áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; ii) com precárias condições de moradia; iii) irregularidade fundiária; iv) ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; v) localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; vi) terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; vii) adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional; e, viii) a origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda pela luta por moradia.

Para Cardoso (2009) os assentamentos precários Belém são marcados pela forma de acesso à terra e à moradia, seja pela via do mercado, seja pela via das políticas públicas, sempre foram insuficientes, atendendo apenas parte das necessidades reais e através de

soluções habitacionais de baixa qualidade e com um escasso grau de integração à infraestrutura e aos equipamentos urbanos.

Além disso, é importante destacar que os assentamentos precários constituem expressão da desigualdade socioespacial, constituindo produto e processo do movimento múltiplo e disjunto, coeso a produção do espaço. Produção que se faz por meio de conflitos, indiferenças, segregação e a fragmentação (SPÓSITO, 2011) e também de “produção de espaços vernaculares” (CORREA, 2011).

Espaços vernaculares concebidos e efetivados por aqueles que “invadem” e/ou ocupam terras públicas e/ou privadas; isto é, por aqueles agentes sociais excluídos, do qual dão conteúdo simbólico e social aos loteamentos e moradias (CORREA, 2011). Porém, esses espaços vernaculares segundo Correa (2011) entram também em cena novos agentes, ligados à criminalidade e aos setores informais e formais da produção de moradias, portanto, geradores de tensão no consumo e na produção do espaço.

As fotos (figuras de 13 a 15) a seguir, são registros do trabalho de campo realizado nos assentamentos precários identificados no bairro do Benguí. Verificamos semelhanças com o bairro da Cabanagem no que concerne as insuficiências de serviços urbanos. Com muitos “perímetros” de difícil acesso, devido a péssima qualidade das ruas, a sensação de medo; esse último aspecto, pareceu-nos mais expressivo no bairro da Cabanagem.

Observamos que os locais onde identificamos no mapa enquanto assentamentos precários são de fato áreas que expressão pela própria paisagem. Como diz Santos (2006, p. 67): “A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais -concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”. Transtemporal já que é antiga as condições precárias: ruas estreitas, tomadas por buracos, lama, mato e péssima iluminação pública. Com diz um entrevistado com relação as contradições sociais: “Essa área próxima ao igarapé Val de Cães é de extrema pobreza, você fica assustado ao se deparar com a realidade” (**Entrevistado, diretor da Associação de Moradores do Benguí. 4 de Outubro de 2019**).

Tais bairros e as suas ruas conformam aquilo que Lefebvre dizia:

[...] cidade se estabelece com brutalidade extraordinária, a cidade é decidida de cima para baixo, os guindastes chegam e arrasam a cidade [...]. Há um espaço produzido a partir de 1960 na escala mundial com a aviação, auto-estradas, periferias, explosão das cidades históricas, conurbações que precisava ser compreendido (Lefebvre, 1969, p. 144).

Porém essa cidade se constrói, desfaz-se e refaz-se pelo ações políticas e sociais e espaciais seletivas que é estão estampada na paisagem, no espaço geográfico.

**Figura 13:** Foto do Benguí, Passagem São Benedito.



**Fonte:** Denise Vieira, registrado dia 10 de Novembro de 2018.

**Figura 14:** Foto do Benguí, Rua São Bento.



**Fonte:** Denise Vieira, registrado dia 10 de Novembro de 2018.

**Figura 15:** Foto do bairro Parque Verde, Rua Viela esquina com a Estrada Yamada.



**Fonte:** Denise Vieira, registrado dia 10 de Dezembro de 2018

**Figura 16:** Foto do Parque Verde, Alameda Mariana.



**Figura 17:** Foto do Parque Verde, Alameda Mariana.



**Figura 18:** Foto do Parque Verde, Alameda Mariana.



**Figura 19:** Foto do Parque Verde, Alameda Mariana.



**Fonte:** Denise Vieira, registrado dia 10 de Dezembro de 2018.

Já os assentamentos precários localizados nos bairros do Parque Verde revelam maior contraste interior e também quando comparamos com os assentamentos da Cabanagem e Benguí. Isso porque o bairro do Parque Verde é onde estão concentradas as maiores rendas por domicílios de Belém como mostra Vieira, Rodrigues e Rodrigues (2018). É sem dúvida uma profunda contradição, que Harvey (2016) dicorre da seguinte forma: “O termo ‘contradição’ acontece quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento” (HARVEY, 2016, p. 15).

Essa contradição se acentua quando fazemos um zoom e recorte no grande eixo técnico e econômico que é a Avenida Augusto Montenegro. Nesse eixo como já dissemos no capítulo 2 concentra-se muitos condomínios residenciais com rendas de chefe de família muito altas (como pontuado nos mapas nesse capítulo), Porém, quando nos aproximamos da Estrada da Yamada, observamos indicadores sociais, econômicos e estruturais que contrastam com a realidade desses condomínios. Padrão esse que aproxima com o trabalho de Vieira (2017), ao analisar o bairro da Batista Campos a área central apresenta alta concentração da renda, por outro lado, próximo aos limites de divisão do referido bairro concentra os piores indicadores sociais, econômicos e de infraestrutura.

Esses contrastes expressam processos de diferenciações e desigualdades socioespaciais e permite ainda identificar a relação entre o elemento espacial e o social, visto que, o processo de produção do espaço é indissociável de seu conteúdo social. Deste modo, tal processo se realiza impondo um novo na cidade, ou, como afirma Santos (2006): “objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico”.

Desse modo verifica-se que o processo de diferenciação e desigualdade socioespacial estão presentes tanto quando comparamos escalas diferentes quanto uma intraescala (por exemplo, de bairros ou de um mesmo bairro). Isso ocorreria dialogando com Santos (2006, p. 67) por que o “O espaço, [é] uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem”.

Tal dimensão “uno e múltipla” é observada nas contradições da produção do espaço urbano, como no Bairro do Parque Verde, como podemos ver nas fotos (Figura 20 e 21).

**Figura 20:** Foto do bairro Parque Verde, Rua Estrada Yamada.



Fonte: Denise Vieira, registrado dia 10 de Dezembro de 2018.

**Figura 21:** Condomínios horizontais fechados, Av. Augusto Montenegro



Fonte: Denise Vieira, registrado dia 10 de Dezembro de 2018.

As fotos acima (figura 20 e 21) revelam a contradição inserida na produção do espaço. O bairro do Parque Verde expressa fortemente essas contradições à medida que o bairro surge totalmente vinculado ao processo de especulação imobiliária, por meio da associação entre o

Estado e os agentes ligados ao capital imobiliário, as quais promoveram a fragmentação territorial, desmembrando o Benguí e criando o Parque Verde.

Ainda nessa mesma linha interpretativa a figuras acima (Figura 20 e 21) revelam profundas contradições que mostram dois extremos da produção do espaço urbano. Ao mesmo tempo que revela outros conteúdos, como a exclusão social, com a presença de sujeitos em condição de rua. Tal contradição torna-se cada vez mais presente, a medida o capital imobiliário promove iniciativas que ampliam a valorização do solo urbano e usos sociais do tecido urbano e cotidianidade, conseqüentemente, ampliando com isso o processo de desigualdade socioespacial.

Barbosa (2012) afirma que a desigualdade socioespacial reflete espacialmente por meio da má distribuição de renda, nas precárias condições de habitação e consumo de serviços básicos, como: água, energia, saneamento, coleta de lixo e saúde. Essa carência de estrutura de condições de existência da grande parcela da população brasileira pode ser explicada no seguinte comentário de Barbosa (2012, p. 19-20):

O Brasil, assim como o restante da periferia capitalista, não foi capaz de homogeneizar a estrutura social, mesmo naqueles casos em que o crescimento econômico se mostrou vigoroso. Para acentuar essa situação, o Estado, em vez de universalizar direitos sociais, atua como ferramenta para subsidiar a acumulação de capital [...]. Essa passagem mostra o baixo poder de disseminação social do sistema econômico vigente, não sendo capaz de contemplar todos os cidadãos da periferia. Além disso, o Estado também é falho na política de compensação social e, quando o faz, é negligente, a exemplo da política dos conjuntos habitacionais que, a priori, é projetada para as classes baixas, porém acabam sendo destinadas aos atores sociais de maior poder aquisitivo e, diga-se de passagem, a edificação é financiada, muitas das vezes, com o dinheiro do próprio trabalhador – fundo assistenciais do trabalho, como o PIS e o FGTS.

Daí, a construção do pensamento do referido autor considera que as formas de desigualdade, com particular atenção à espacial, refletem o modelo de estrutura social hierárquica, marcado pela precariedade, em virtude da pobreza, crescentemente concentrada nas áreas urbanas.

Barbosa et al (2011) ratificam o que já foi discutido por outros autores até aqui analisados, destacando que, em áreas que apresentam urbanização acelerada a alta concentração de moradores nas periferias, predominam a desigualdade socioespacial, ancorada, sobretudo, na má distribuição de renda. Ainda para os autores a exclusão, no caso a desigualdade pode ser violência, mais precisamente pela desigual distribuição de recursos (bens, serviços, oportunidades de emprego) e das inadequadas condições de moradia. Além de desprovidos de equipamentos urbanos, como bancos, farmácias, escolas, creches e estabelecimentos assistenciais à saúde.

Sendo assim

*“injusticia espacial” es una situación de desigualdad, opresión y dominación que sufren ciertos grupos y que se deriva de los privilegios que la planificación urbana concede a unos miembros de la sociedad en detrimento de otros; en consonancia con esto, un espacio injusto es un espacio urbano planificado conforme a criterios que les conceden privilegios a quienes detentan poder y quieren maximizar la renta [...] Las formas de ordenación del espacio se han convertido en una máquina de generación de desigualdades que actúa libremente, lo que lleva a la exclusión de un población pobre no solo de vivienda, sino, además, de servicios, infraestructura o lugares de trabajo, convirtiéndolos en la población menos favorecida dentro de la ciudad (ZULUAGA; GRISALES VARGAS, 2020, p. 128 )*

Podemos também visualizar a questão da desigualdade socioespacial por outros dois aspectos distintos, mas que se combinam: de um lado, o aumento do fluxo populacional em direção as metrópoles; e, por outro, poucos investimentos em equipamentos e serviços de consumo coletivo, como os serviços de saúde, praças, áreas de esporte e lazer, iluminação pública, transporte coletivo, previdência social e educação básica. Uma verdadeira seletividade espacial de uso e acessos como também de políticas públicas.

Todas essas caracterizações tecidas por nós anteriormente sobre os bairros (Bengui, Cabanagem e Parque Verde) se enquadram perfeitamente no Diagnóstico Habitacional do Estado do Pará, em seu Relatório Preliminar III (COHAB, 2009):

[...] todas as áreas que apresentam: precarização de infraestrutura (saneamento-água, esgoto, coleta e tratamento do lixo), no sistema de transporte coletivo, nas condições de habitabilidade; ocupação por seguimentos de trabalhadores, majoritariamente com renda entre zero e três salários mínimos; não tenham sido objeto de regularização fundiária (COHAB, 2009, p. 7).

Assim, observamos que diferenças existentes no interior dos bairros (Bengui, Cabanagem e Parque Verde) são frutos do próprio modelo de crescimento desigual adotado pelo Brasil e no mundo, pois com aduz Lefebvre (1986):

Essa é também a história do espaço e do tempo, “produtos” que não podemos definir nem como materiais nem como imateriais, mas antes como abstrações concretas que entram na prática. O espaço ao mesmo tempo em que a comunicação e a informação, sai da prática no modo de produção e reage sobre ela: espaço das estradas, dos meios de locomoção, mas também das megalópolis, das periferias mal delimitadas, das redes múltiplas que se ligam, dos fluxos de produtos, de capitais, de ganhos, de especulações sobre os terrenos, das atividades diversas, bancos e promotores que dominaram e exploraram o espaço assim produzido (LEFEBVRE, 1986, p. 160).

“O espaço assim produzido” que acabou por privilegiar determinados espaços para investir na infraestrutura urbana e social, em detrimento de outras áreas em que a população ficou excluída do processo de desenvolvimento, contribuindo para acentuar a pobreza e desigualdade sociais no país.

#### 4.2. TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA URBANA NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS LOCALIZADOS NOS BAIRROS DA CABANAGEM, BENGUÍ E PARQUE VERDE.

Conforme apontamos no capítulo anterior a perspectiva de violência que norteia a presente pesquisa, pauta-se na compreensão desta enquanto instrumento de privação de direitos para os sujeitos excluídos, ao passo que concede a outros privilégios. Dessa privação, Arendt (1994) entende que emana o ódio entre alguns sujeitos, esse sentimento de exclusão pode em determinada situação ser um elemento que contribui para manifestação da forma mais perversa de violência, que se traduz em um crime contra a vida, o homicídio.

É nesse aspecto que o território ganha sentido, pois conforme Melo (2012), a violência se concentra em uma porção do território, pois esta vinculada a diversas variáveis que são socioespaciais tais como: pobreza, miséria, carência de infraestrutura, ausência de saneamento e desigualdade.

Segundo Chagas (2014) as áreas periféricas são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, pois possui certas peculiaridades instigadoras, como a ilegalidade, a fragilidade de segurança pública e das instituições de controle público, associadas à escassez dos serviços públicos mínimos. E logicamente uma forte presença seletiva e precária, do Estado, na cidade, para cidade e para os bairros, dos quais são medidos pela concentração de um sistema de segurança pública e equipamentos urbanos próximos de moradias de classes sociais médias e altas. Portanto, sendo espaços que se produzem e reproduzem injustiças sociais, no caso injustiças espaciais. Como afirma Silva e Brito (2019):

[...] os vazios de poder deixados pelo Estado corroboram para a territorialização de agentes do crime que vêm deixando os moradores que vivem nesses aglomerados mais susceptíveis à violência em um ambiente em que o medo do crime faz-se cada vez maior (SILVA; BRITO, 2019, p. 165).

Ainda como destaca Silva e Dantas (2019) para identificar as relações de poder que se instauram e se estruturam nesses locais é preciso considerar os fatos que ocorrem no espaço, isto é, é aceitar este como sendo “[...] mais do que um simples receptáculo das ações humanas, pois os fenômenos não apenas sobre ele ocorrem, mas também são por ele produzidos” (SANTOS, 1987, p. 16).

Observa-se que a atuação precária por conta do poder público constitui fator preponderante que proporciona o surgimento do território controlado por grupos criminosos, uma vez que as atuações desses grupos são precisamente nas áreas que apresentam os piores indicadores sociais. São inquestionavelmente (novos) agentes modeladores do espaço, produzindo seu próprio espaço de poder (CORREA, 1989).

Para Silva e Brito (2019) partindo da concepção relacional, o território pode ser também ser compreendido como lugar de todas as relações, de cenas do poder, campo de praxis, ou seja, é uma produção. Portanto, “toda prática espacial (...) induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

Como constatamos nos três bairros da pesquisa, as áreas dominadas pela criminalidade são aquelas identificadas enquanto assentamentos precários, as quais constituem espaços no interior dos bairros que apresentam os piores indicadores sociais e de infraestrutura, o que revela uma das formas mais precárias de atuação do Estado. Portanto, sem o

[...] direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos da vida e empregos de tempo que permitam o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc. [...] pode construir o caminho que conduz ao direito à cidade aponta para a proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (LEFEBVRE, 1968a, p. 139).

Segundo o relato dos moradores entrevistados, são nessas áreas que concentram maior territorialidade dos grupos criminosos, sendo de alto controle desses agentes que por sua vez, estabelecem entre si uma divisão territorial do trabalho. O que nos lembra Souza (2012), ao estudar as quadrilhas que operam no varejo no Rio de Janeiro, mostrando que logisticamente essas quadrilhas estão em espaços socialmente segregados, como por exemplo, nas favelas, os quais apresentam hierarquias e divisão do trabalho bem estruturada.

Pinheiro et al (2016) faz a seguinte consideração com relação a isso:

O isolamento relativo desses assentamentos de *ocupações de conversão de terra rural em urbana*, ou de *ocupações de conversão de uso do solo*, apresenta ainda tendência à formação de lideranças locais (em geral relacionadas à luta pela moradia) e relações de poder internas à população da ocupação recente. Surgem, por outro lado, poderes também internos, com a atuação do refino e tráfico de drogas e de articulações com outras atividades, como os agrupamentos de milícias urbanas informais, as chamadas *gangues* de jovens, e de quadrilhas especializadas em roubos e em sequestros, além dos *bunkers* de falsificação e distribuição de produtos de consumo, como CDs, DVDs e outros.<sup>12</sup> Sem qualquer intenção de imputar a estas ocupações um caráter de criminalidade, deve ser assinalada a coexistência da contravenção com a formação de núcleos urbano-rurais mais isolados e segregados, o que acentua neles a dimensão de exclusão social (PINHEIRO et al, 2016, p. 213).

Assim, verifica-se a partir desses “agentes de criminalidade” que não há mais vazios de poder, onde o Estado atua de forma precária. Portanto, esses agentes passam a exercer poder para controlar a população, já que o poder não é uma coisa, e sim um exercício (RAFFESTIN, 1996).

Essa relação de poder, no caso, de exercício, Arendt ((1985, p. 24) afirma:

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder Jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece. Na linguagem comum [...] Temos que decidir se, e em que sentido, pode o ‘poder’ se distinguir da ‘força’, para que possamos averiguar como o fato do uso da força, de acordo com a lei, modifica a qualidade da mesma força apresentando-nos um quadro inteiramente diferente das relações humanas”, uma vez que “a força, pelo simples fato de ser qualificada, cessa de ser força (ARENDDT, 1985, p. 24).

Essa relação de poder estabelecida pelo tráfico se apresenta de duas maneiras, a partir de um grupo de moradores entrevistados no bairro da Cabanagem. Um dos grupos de moradores revelam que esses “agentes de criminalidade” acabam promovendo maior sensação de insegurança e vulnerabilidade, devido o controle territorial e padrões de relações dentro de ruas e becos. Porém, outro grupo de moradores destaca a questão de segurança em virtude da péssima atuação do Estado. Isso pode ser visualizado nas entrevistas:

*Alguns lugares são bem violentos, outros lugares nem tanto, que são áreas próximas a ruas asfaltadas e lugares de grande circulação, já nos lugares que não tem asfalto nem luz elétrica, são bem difíceis de transitar em alguns horários (Entrevistado, morador do Bairro da Cabanagem. 11 de Setembro de 2019).*

*O estado não tá nem aí para gente, e aqui os traficantes não permitem assaltos, isso nos deixam seguros, pelo menos assim a gente se sente seguro aqui, agora vocês que estão aqui nos entrevistando tem que ter muito cuidado para não pegar um tiro (Entrevistado, morador do Bairro da Cabanagem. 11 de Setembro de 2019).*

A fotografia a seguir representa bem a fala do morador quando destaca que destaca a questão de segurança em virtude da péssima atuação do Estado e relações/padrões sociais são expressos em ordens, por exemplo, em não roubar no local (vide Figura 22 e 23).

**Figura 22:** Passagem Santa Brígida, Bairro da Cabanagem.



**Fonte:** Trabalho de campo, 2018.

**Figura 23:** Passagem Rua Amazônia, Bairro da Cabanagem.



**Fonte:** Trabalho de campo (Cleison, 2018).

Nesse sentido é um tipo de territorialidade, isto é, “[...] um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos (...) por seus ocupantes ou pelos que os definem” (RAFFESTIN, 1993, p. 159).

O tráfico de drogas e a territorialidade por ele estabelecida suscita em uma parcela significativa dos moradores a sensação de medo, pois os deixa mais vulneráveis a violência,

“afetando direta ou indiretamente os indivíduos, por consequência altera também seu cotidiano, suas práticas e relações, bem como aquela determinada organização espacial à qual estão inseridos” (SILVA; BRITO, 2019, p. 166).

Mesmo com a determinação de organização e padrão social ocorre uma violência pela imposição que acaba por impor comportamentos e práticas espaciais, naturalizadas lógicas e interpretando como segurança como elemento de proteção e segurança social. Essa perspectiva é destacada por (SILVA, 2018, p. 128) ao estudar a criminalidade e a violência no Distrito de Icoaraci, Belém.

[..] a atividade como o tráfico de drogas acaba se tornando uma “faca de dois gumes”, já que ao mesmo tempo em que com a sua existência há o aumento dos homicídios e dos roubos para custear as drogas (onde tais roubos não necessariamente precisam ocorrer no mesmo bairro de venda de drogas), também em algumas áreas é verificado uma espécie de “paz armada” por parte dos traficantes que fazem o controle dos locais de venda e de sua proximidade evitando os pequenos roubos a fim de assegurarem a clientela de maior poder aquisitivo e também para se manter longe dos holofotes da polícia.

Observamos que no bairro na Cabanagem essa territorialidade relacionada ao tráfico é muito mais evidente quando comparamos com os outros bairros da pesquisa, Benguí e Parque Verde. Pode significar uma divisão territorial do trabalho e das funções dessas territorialidades, devido possuírem hierarquia e uma divisão do social e territorial do trabalho e uma função de ser distribuidora e outros bairros consumidores (por exemplo, Benguí e Parque Verde). São “relações que se estabelecem no território por grupos de indivíduos se manifestam em uma relação de poder, onde o poder se torna parte inseparável do território” (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

A frase presente nas fotografias acima, esta espalhada por todo o bairro da Cabanagem, mostrando a extensão do poder exercido pelos agentes territoriais que controlam o tráfico no bairro. Nesse contexto, observam-se que o território é indispensável para esses agentes, sendo este o palco onde as relações de poder se realizam. Já que o território seria luta social, enquanto conquista pelo espaço, em que tal luta envolve sempre interesses concretos, materiais, funcionais, simbólicos e de poder (HAESBAERT, 2014).

Notamos nos trabalhos de campo que o bairro é tomado por precariedades que são notadamente expressas na paisagem. Apenas 4 ruas do bairro são asfaltadas, ruas muito estreitas, com muita lama, matagais, buracos e precárias sistema saneamento e iluminação pública. Dessa constatação da maior “conteúdo de precariedades”, leva-nos a compressão de que há uma relação direta entre a atuação precária do Estado e o maior controle do território por outros agentes territoriais.

Em que essa atuação precária esta diretamente relacionada ao processo de desigualdade socioespacial ao qual estamos apontando nessa pesquisa. Dessa forma, embora o tráfico de drogas na cabanagem apareça como um dos principais fatores responsáveis pelo grande numero de homicídios, não se pode perder de vista que essa atividade criminosa constitui parte de um único processo, que é o da produção de desigualdades.

Além disso, essa dinâmica apresenta-se uma articulação com a amplificação da precariedade de assentamentos precários, já que o território segundo Raffestin (1993) estabelece-se por meio de uma relação de força e também de uma relação que devem ser mantida, com padrões e práticas espaciais confortáveis para fluidez e normalidade de territorialidades.

Como nos mostra Raffestin (1993):

É preciso compreender o poder pela multiplicidade das relações de forças que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à uma unidimensionalidade e à transcendência, ou seja, o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares. Então, seria inútil procurar o poder, na sua existência original, em um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiaria formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de forças que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre gerando instabilidade. (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

Além da constatação já apontada da relação entre precariedade/desigualdade (nos assentamentos precários) e maior controle territorial, notamos também que os homicídios constituem um indicador que expressa à desigualdade socioespacial, que por sua vez, é manifestação da forma mais perversa de violência, a qual se traduz em um crime contra a vida.

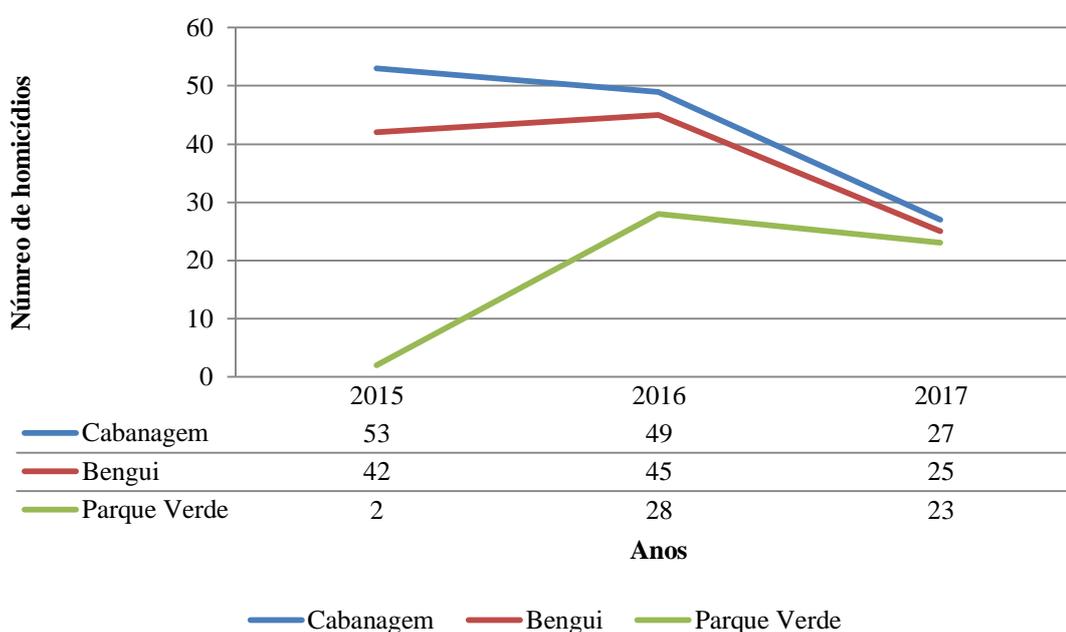
Violência que se encontra homogeneizada (invisibilizando diversos segmentos sociais) nas estatísticas estatais (Gráfico 1), principalmente de grupos vulneráveis, pois como bem destaca Oliveira (2019) negros, indígenas e mulheres (e também comunidades LGBTQs) são mais vulneráveis a desigualdades e violências. Cabe destacar que os casos de homicídios no Brasil os jovens negros, pobres, do sexo masculino é que estão como maior parcela vitimada (RAMOS, 2014).

Como destaca Vieira, Rodrigues e Rodrigues (2018) os fluxos e as dinâmicas econômicas capitalistas conseguem incorporar o discurso das diferenças entre homens e mulheres, brancos e negros; no entanto, há um processo de manipulação ao evocar essas diferenças, pois camuflam as desigualdades, seja de renda ou direitos sociais e políticos, assim como impactos diferenciados, pois, conforme Harvey (2016), mulheres e negros (e

incluímos ainda LGBTs) são mais vulneráveis e testemunhas dos processos urbanos danosos e contraditórios.

Assim todas as variáveis, quais sejam, violência, desigualdade e homicídios apresentam uma dimensão territorial, que no caso de crimes há tendências de concentração dos crimes de homicídios em dada porção do território (VIEIRA; BARROS; CHAGAS, 2019), como evidencia a tabela abaixo bem como os mapas presentes na pesquisa.

**Gráfico 1:** Número de homicídios por bairros: Cabanagem, Benguí e Parque Verde – 2015 a 2017.



**Fonte:** Elaborado pela autora conforme os dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal SIAC/SEGUP.

**Tabela 7:** Número de homicídios e os meios utilizados nos Cabanagem, Benguí e Parque Verde – somatório de 2015 a 2017.

Bairros	Arma de Fogo	Outros
Cabanagem	142	5
Benguí	103	12
Parque Verde	71	4

**Fonte:** Elaborado pela autora conforme os dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal SIAC/SEGUP.

O gráfico e a tabela acima mostram a territorialização da violência muito mais presente no bairro da Cabanagem, por apresentar maior número de homicídios e presença de armas de fogo. Segundo Costa (2017c), o tráfico de drogas mostra a possível relação na oscilação no número de homicídios, mostrando-se vinculadas as disputas territoriais. Conforme aponta o delegado responsável pela Cabanagem.

O bairro apresenta em sua própria estrutura uma possibilidade para o crime, até mesmo uma pessoa de bem que mora lá e queira colocar uma banca para vender uma coxinha ou qualquer outro tipo de lanche, não vai conseguir, pelo fato de as ruas serem tomadas por lama, lixo e mato. O bairro é todo propício ao tráfico, é que faz as pessoas ganharem dinheiro (**Delegado da Cabanagem. 13 de Novembro**).

Ou como diz Lefebvre (1999, p. 15): “(...) poderia, portanto, ser definido como lugar da expressão dos conflitos, invertendo a separação dos lugares onde a expressão desaparece, onde reina o silêncio, onde se estabelecem os signos da separação”.

Tais configurações nada mais são de que uma manifestação particularizada em conformidade com as especificidades do espaço urbano e das relações sociais que nele tem seu palco de processos sociais menos ou mais gerais que se originam e operam na escala local. Assim sendo de extrema importância a compreensão da territorialização do comércio de entorpecentes, por exemplo, assentamentos precários, como no caso, no bairro da Cabanagem.

Como afirma Costa (2017c):

O tráfico de drogas tem encontrado um espaço “fértil” para se territorializar, sendo essa a situação predominante no bairro da Cabanagem em Belém, onde a deficiência do Poder Público na aplicação de políticas sociais associadas às condições socioeconômicas precárias da população favorece o crescimento de insegurança e da ocorrência elevada nas taxas de criminalidade na área. Podemos dizer que tráfico no bairro está atrelado a algumas especificidades como os espaços de difícil acesso, com mostrado nas imagens abaixo, que se tornam propícios para a proliferação de consumo e comércio de drogas ilícitas, pois não são de conhecimento dos agentes públicos suas particularidades, aumentando desta forma o número de lugares que servem de esconderijo para os traficantes e outros criminosos. É válido ressaltar que esses espaços são favoráveis para a garantia de fuga, ocupando posição privilegiada, que garante antecipação frente às ações dos agentes de segurança (COSTA, 2017, p. 50).

Ao que constatamos a maior incidência de homicídios no bairro da Cabanagem e estão concentrados nos assentamentos precários, pode minimamente inferir lutas, conflitos e as determinações sociais (recrutamento de jovens para compor essa territorialidade), advém da produção e reprodução do espaço; e culminam em ações e disputas microterritoriais de poder ligados a criminalidade.

Isso é apontamento inicial sobre o elevado número de homicídios, que se dá pela disputa territorial para a comercialização de entorpecentes, como ressalta Costa (2017c, p. 55):

Os homicídios presenciados entre os criminosos por disputas de pontos de venda de entorpecentes demonstram a competição por mercado consumidor e território de influência e atuação. As atividades que são executadas têm suas funções predeterminadas, dentro de uma estrutura hierárquica da lógica do tráfico, evidenciando que as administrações dos traficantes buscam uma definição de tarefas entre seus membros, desta forma a uma definição da hierarquia e do poder decisório. Desta forma, torna-se de fundamental importância a análise das disputas territoriais, pois, encontrando-se uma série de territorialidades, dentre elas a do tráfico de drogas, com raio de ação bem definido pelos mesmos, que também lutam por áreas

de influência e que neste visam à hegemonia pelo controle de tráfico criando, portanto, tensões a nível local, contribuindo para o aumento da espacialização dos homicídios. É neste sentido que se tornou perceptível o número crescente de homicídios, que estão relacionados à expansão territorial das facções e vinculados à distribuição do tráfico de varejo.

A notoriedade adquirida pelos traficantes locais se dá por meios coercitivos empregados no controle do tráfico de drogas e os próprios homicídios que estão relacionados com o controle do território. Havendo uma divisão territorial: de recrutamento de jovens, de quem vai distribuir a droga fora do bairro, quem controlará o “varejo bocas”, quem é o “olheiro” (que exerce a atividade de segurança) e quem é o dono da boca e seus “patrões”. Além de um processo diversificação de práticas como já visualizadas em algumas capitais, como Brasília, do qual há Grupos de *Whatsapp* que realizam pedidos delivery de maconha (com pagamento em cartão de crédito e débito), ou, no caso de flanelinhas e garotas de programa que são aliciadas a trabalharem na venda de drogas<sup>43</sup>.

Com isso há a dinamização das transações referentes ao tráfico de drogas de pontos distintos, traficando e operando em escalas distintas em função dos locais de venda de entorpecentes. Porém, próximo de locais de relativo poder aquisitivo adquirido e de assentamentos precários; para assim haja uma articulação fácil entre vários outros bairros: sendo portanto, centro-centralidades de distribuição, controle e consumo (COSTA, 2017c).

Ainda segundo Costa (2017c) o crescente número de homicídios no bairro da Cabanagem constitui estratégia de expansão territorial das facções vinculada a distribuição do varejo dentro do território no sentido da lógica de domínio, isso pode ser apontado como elemento que contribui para a fragmentação do território formando vários locais de venda de entorpecentes. Nesse contexto as ferramentas utilizadas são os próprios homicídios como forma conquista de novos territórios e/ou impor respeito a não violação de limites territoriais imaginários. Como também em casos de denúncias e roubos nos locais.

Outro ponto importante que as entrevistas juntamente com os dados da SEGUP nos ajudam a identificar é quanto a faixa etária tanto das vítimas quanto dos agentes que comandam o tráfico, em sua maioria são jovens entre 15 e 24 anos de idade. Quadro que converge com já dissemos anteriormente, e certamente sendo negros e pobres.

É importante ressaltar que esse perfil identificado se generaliza por todo território brasileiro, como mostra Beato (2012) e Ramos (2014) e

Beato (2012, p. 86) discorre que os:

---

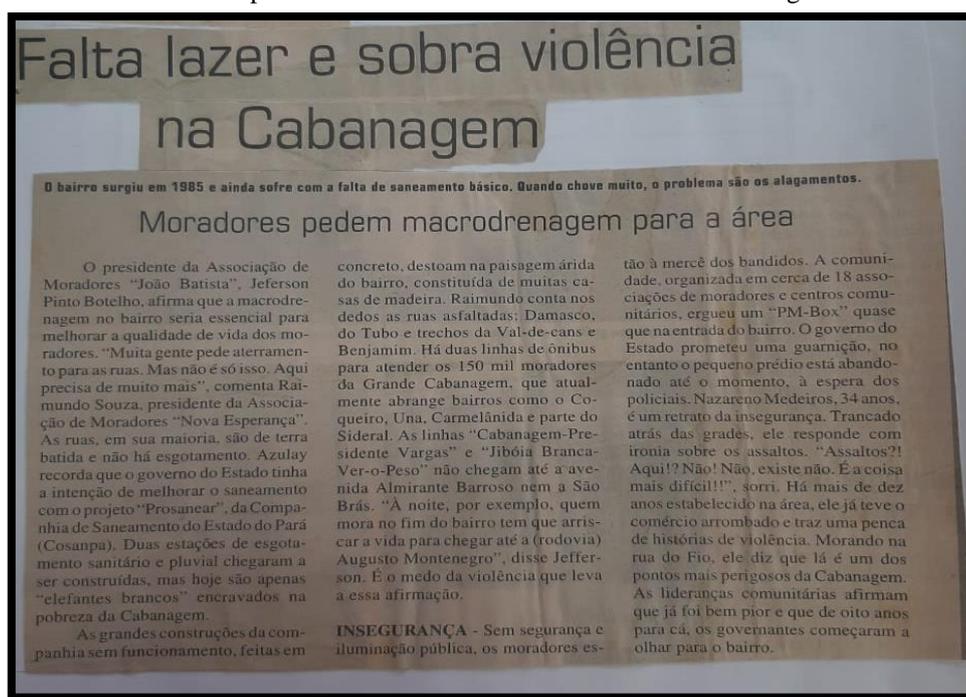
<sup>43</sup> Vide sobre isso em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/fazemos-qualquer-negocio-maconha-agora-e-vendida-no-debito-e-ate-no-credito-no-whatsapp/amp>.

[...] grupos de jovens mais vulneráveis à violência, seja como agressor, seja como vítima, são os jovens. Não por acaso, muito do crescimento da violência no Brasil tem a ver com a crescente participação de jovens entre 15 e 24 anos de idade em atividades criminosas.

Outro ponto identificado também está diretamente relacionada à atuação precária do Estado que além da precária e insuficiente infraestrutura não oferece nenhuma forma de lazer e entretenimento para a população. É uma expressão das “contradições evidenciam que a reprodução da vida é também apropriação concreta do espaço, não somente vivência das privações ou das possibilidades contidas no interior da lógica da mercadoria” (PÁDUA, 2019, p. 481).

Mesmo com olhar estigmatizante e muitas vezes preconceituoso das mídias classista, o par problemas de infraestrutura e violência, justapõe-se e/ou sobrepõe-se Como se pode observar no fragmento da matéria do jornal local.

**Figura 24:** Manchete acerca dos problemas de infraestrutura e violência na Cabanagem.



**Fonte:** Jornal Diário do Pará, Belém-PA.

A manchete acima trata dos mais diversos problemas que o bairro da Cabanagem vem sofrendo desde sua formação até os dias de hoje. É rápido itinerário pela e paisagem a produção espaço, que perpassar pela precária infraestrutura e ausência em algumas áreas de saneamento básico, segurança pública, creches, serviços de saúde. Além da presença da violência.

Como já dissemos em itinerário, por meio de perspectiva transtemporal (SANTOS, 2006), do qual ocorrem mudança e permanências, na forma e conteúdo, porém repetições de

práticas espaciais, como destacado em discursos repetitivos de agente do poder estatal (Vide Figura 25).

**Figura 25:** Manchete sobre execuções na Cabanagem.



**Fonte:** O liberal, 2 de Janeiro de 2019.

A Figura 25 relata um dos problemas da violência e a ligação entre milícia e a série de execuções que ocorreu no dia 2 de Janeiro de 2019.

O governador Helder Barbalho afirmou esta manhã que as **cinco mortes ocorridas na Cabanagem, no final da tarde desta terça**, possivelmente ligadas à **morte do cabo da Polícia Militar, Davi Ortega Lira Monteiro, executado com nove tiros no dia 31 de dezembro**, também na área da Cabanagem, teriam relação com a ação de milícias na Grande Belém (O Liberal, 2 de Janeiro de 2019)..

Nessa reportagem ainda há um grande destaque na fala Governo do Estado do Pará, Helder Barbalho:

“Quero deixar muito claro, e disse isso ao delegado geral da Polícia Civil [Alberto Teixeira] e ao secretário de Estado de Segurança Pública [Ualame Machado]: nós não iremos tolerar que estas práticas continuem em nosso Estado”, disse o governador. “Se alguém imagina que fazer justiça é se comportar como bandido, se assemelha a bandido. E nós temos a Polícia Militar do Estado, a Polícia Civil do Estado, os órgãos de segurança para estes, legitimamente, promoverem a Justiça neste Estado (O liberal, 2 de Janeiro de 2019)..”

A fala do atual Governador remete a chacina no ano de 2019, em que o Bairro da Cabanagem passou por uma onda de homicídios em um único dia, com um total de cinco as vítimas. O crime chocou a população que já iniciou o ano com muito medo por conta das mortes.

A fala do Governo permeia (a construção da) uma narrativa de Cidade Ilegal (MARICATO, 1995) O que faz nós concordarmos com a reflexão de Alvarez et al (2017) de que:

A cidade ilegal (Maricato, 1995) é um fato real, palpável, materialmente estampada, com código e relações sociais particulares, não obstante, apresenta-se virtualmente, ou é ignorada diariamente. Neste sentido, a cidade ilegal, segundo a ordem hegemônica, é uma representação espacial da ilegalidade de seus criadores (ALVAREZ et al, 2017, p. 318).

O governo não discute ou discorre sobre soluções com aquilo pontuando por Harvey (2011, p. 157):

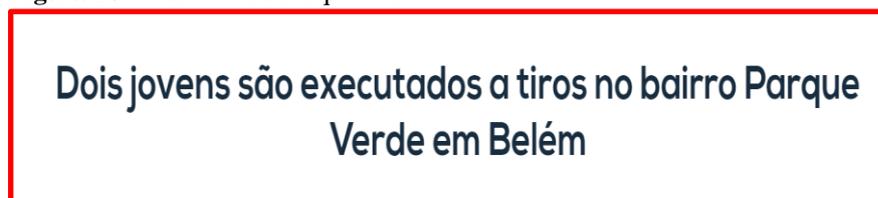
O significado mais profundo que as pessoas atribuem a sua relação com a terra, lugar, casa e práticas da habitação está perpetuamente em desacordo com os comercialismos crassos dos mercados de terras e propriedades (p. 157). Os clamores do publicitário são usados para convencer a população de que o novo desenvolvimento suburbano promete uma relação mais saudável com a natureza, uma forma mais satisfatória de sociabilidade e de vida diária, novas tecnologias de vida e uma localização brilhante para o desenvolvimento futuro (p. 158).

Com isso o policiamento, repressão e militarização da questão urbana e combate a criminalidade (SOUZA, 2012). Sem dúvida isso constitui novos arranjos institucionais (do Estado), do qual esses “arranjos institucionais são concebidos e declaram uma autonomia (relativa) das associações humanas e seu controle exclusivo sobre, pelo menos, algumas atividades no território sob seu comando” (HARVEY, 2011, p. 158). Além de não intervenção por parte do Estado para “constituição de uma organização estruturante, que este possa conduzir a um desenvolvimento espacial com justiça social” (ALVAREZ, 2017, p. 319).

Essa chacina constitui claramente a participação, no bairro da Cabanagem, de diversos sujeitos ou unidades territoriais que buscam estabelecer controle sobre o território, sendo que dois tipos de agentes territoriais que se destacam são: traficantes e milicianos. O primeiro que se apropria da atuação precária do Estado onde diversos grupos de traficantes, territorializados nas “bocas”, passam a disputar territórios com grupos rivais.

O segundo são os que criminosos que se sentem justiceiros e agem ilegalmente executando os agentes envolvidos na criminalidade ou cobrando propinas para entregarem a bocas a agentes da polícia. “[Eles são] associações territoriais frequentemente leva-as a competir umas com as outras. Essa concorrência muitas vezes fortalece a lealdade afetiva e as semelhanças de propósitos entre os que vivem no território, mas também acentua as exclusões e diferenças” (HARVEY, 2011, p. 159).

Por outro lado, quando analisamos os homicídios no bairro do Parque Verde verificamos que são bem reduzidos se comparados ao Benguí e Cabanagem e como afirma os policiais que entrevistamos: os homicídios pouco tem relação com a milícia o que há suspeita de atuação da milícia ainda estão sendo investigados e sim com disputas territoriais (Figura 26 e 27).

**Figura 26:** Violência no Parque Verde.

Fonte: Roma News, 14 de Abril de 2019, Belém-PA

**Figura 27:** Violência no Parque Verde.

Fonte: G1Pará 20 de Maio de 2019- Belém-PA.

As manchetes anteriores constituem elemento importante para a pesquisa à medida que revelam que a violência faz parte da realidade desses bairros, ainda que seja mais presente na Cabanagem, não deixa de ser um problema presente nos demais. Porém, é preciso destacar o caso do bairro Parque Verde, que em relação à Cabanagem e Benguí percebemos que os índices de homicídio são bem menores.

Ainda com relação ao Parque Verde, segundo os policiais entrevistados, os homicídios nesse bairro em grande medida estão relacionados com a criminalidade na Cabanagem e Benguí. Em sua maioria ocorrem nas áreas que fazem limites com esses bairros, principalmente próximo o Benguí, uma vez que como já ressaltado no capítulo anterior o Parque Verde surge a partir da desintegração do Benguí; o que, aliás, faz com que muitos moradores não se identifiquem enquanto moradores do Parque Verde e sim do Benguí.

Portanto sendo um espaço desenhado por territorialidades e fragmentações espaciais urbanas com

[...] contornos incertos, atravessadas por conflitos e campos de tensão espalhados por todos os lados, mas que se configuram em torno dos pontos de fricção postos pelas tendências de uma crescente mercantilização de espaços, lugares, vidas e forma de vida, no seu entrecruzamento com formas de controle e a lógica militarizada de gestão de espaços e territórios urbanos (TELES, 2015, p. 16).

Essas territorialidades possuem certa descontinuidade e continuidade. Isso porque, do ponto de vista da estrutura urbana poderíamos até mesmo falar do Parque Verde, nas proximidades da Avenida Augusto Montenegro apresenta boa infraestrutura, com a presença de condomínios de alto padrão, que por sua vez concentram as maiores rendas em Belém. Porém, o Parque Verde localiza-se nas proximidades da Estrada Yamada já apresenta muito

mais semelhança com o Benguí, tomado por precariedades quanto à infraestrutura, saneamento e a moradia e também a violência (Figura 28).

**Figura 28:** Violência no Benguí.



**Fonte:** DOL 09 Agosto de 2018.

A matéria de jornal acima trata dos homicídios que ocorreram no bairro do Benguí no dia 09 de Janeiro de 2018:

“Todo carro de cor prata que entra aqui, agora, a gente já pensa que vai morrer alguém”, afirma uma moradora que preferiu o anonimato (Mauro Ângelo/Diário do Pará). Quando a reportagem entrou na alameda, muitos moradores olhavam desconfiados para a equipe. Pelas janelas, pelas grades, pela porta entreaberta. Algumas tentativas de conversa com os moradores foram feitas, mas nenhuma apresentou resultados.

Uma estudante que passava pela via conversou enquanto caminhava. Sem se identificar, ela afirmou categoricamente que estava com medo. “Só saí de casa porque foi preciso. Ninguém aqui se sente seguro”, frisou. “Acredito que ninguém aqui vai falar com vocês (reportagem) está todo mundo muito apavorado”, reforçou a moça (DOL, 09 Agosto de 2018.).

Ainda segundo a mesma reportagem (e “sentida” na pesquisa de campo)

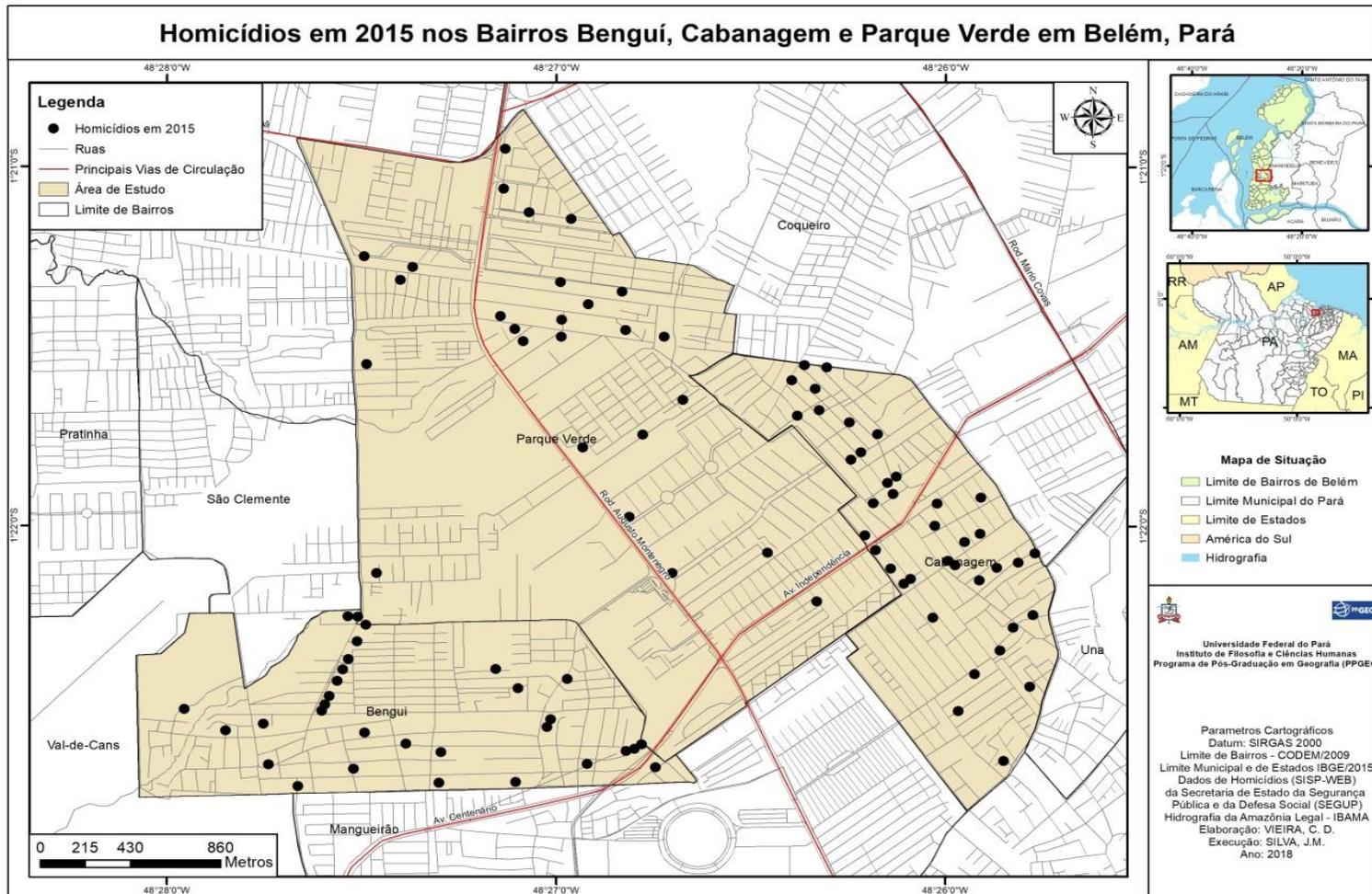
Na área da Cabanagem, o silêncio também predominou. Hoje, nem sobre os problemas da falta de saneamento no bairro a comunidade quis comentar. “Moço, a gente está com medo de represálias”, descreveu uma dona de casa ao ser questionada sobre o assassinato que tinha acontecido no dia anterior.

“Todo carro de cor prata que entra aqui, agora, a gente já pensa que vai morrer alguém. E ninguém sabe se a vítima será uma pessoa de bem ou se será algum bandido”. A reportagem ainda tentou contato com os familiares de algumas das vítimas da chacina, mas elas não quiseram dar entrevistas (Denilson D’Almeida/Diário do Pará).

Ainda sobre os homicídios no bairro do Benguí, podemos concluir que suas ocorrências apresentam relação direta com o tráfico de drogas e também nexos com os vários ilegalismos incrustados na vida urbana e ampliação em termos precariedades de assentamentos precários, isto é, “os modos pelos quais processos socioespaciais da chamada cidade-mercado se territorializam em contextos situados, que são também contextos contraditórios, dinâmicos e conflitivos” (TELES, 2015, p. 19).

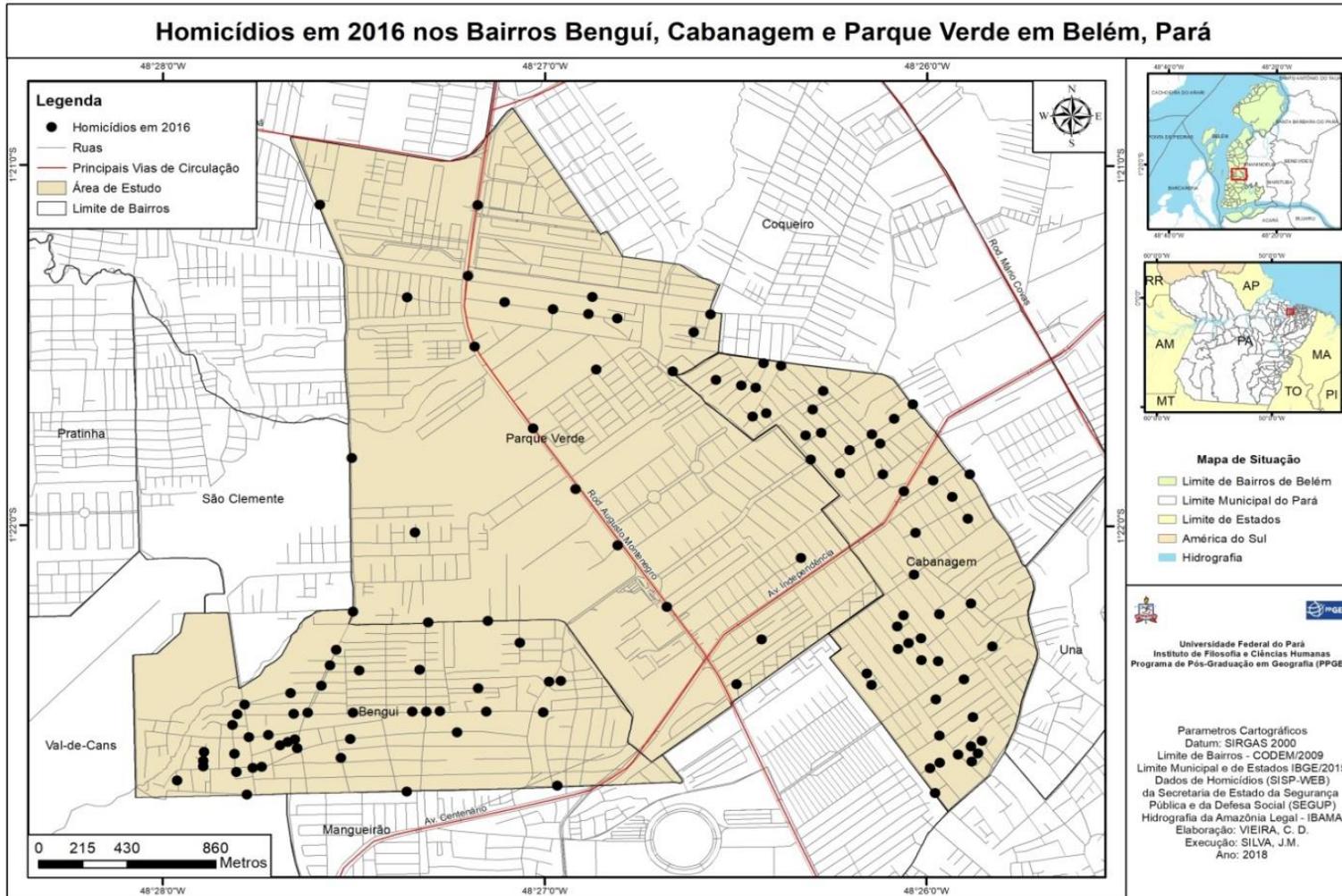
Os mapas abaixo trazem a dimensão espacial do crime nos três bairros a partir dos locais de ocorrência dos homicídios (entre os anos de 2015 a 2017). Pode-se perceber que há diferenças entre os recortes temporais de cada mapa, pois os mesmos são analisados de acordo

com a dinâmica do período em questão e como as dispersão do tráfico de drogas (e dispersão urbana no eixo Av. Augusto Montenegro), possuindo ligação (especializando) dos homicídios.

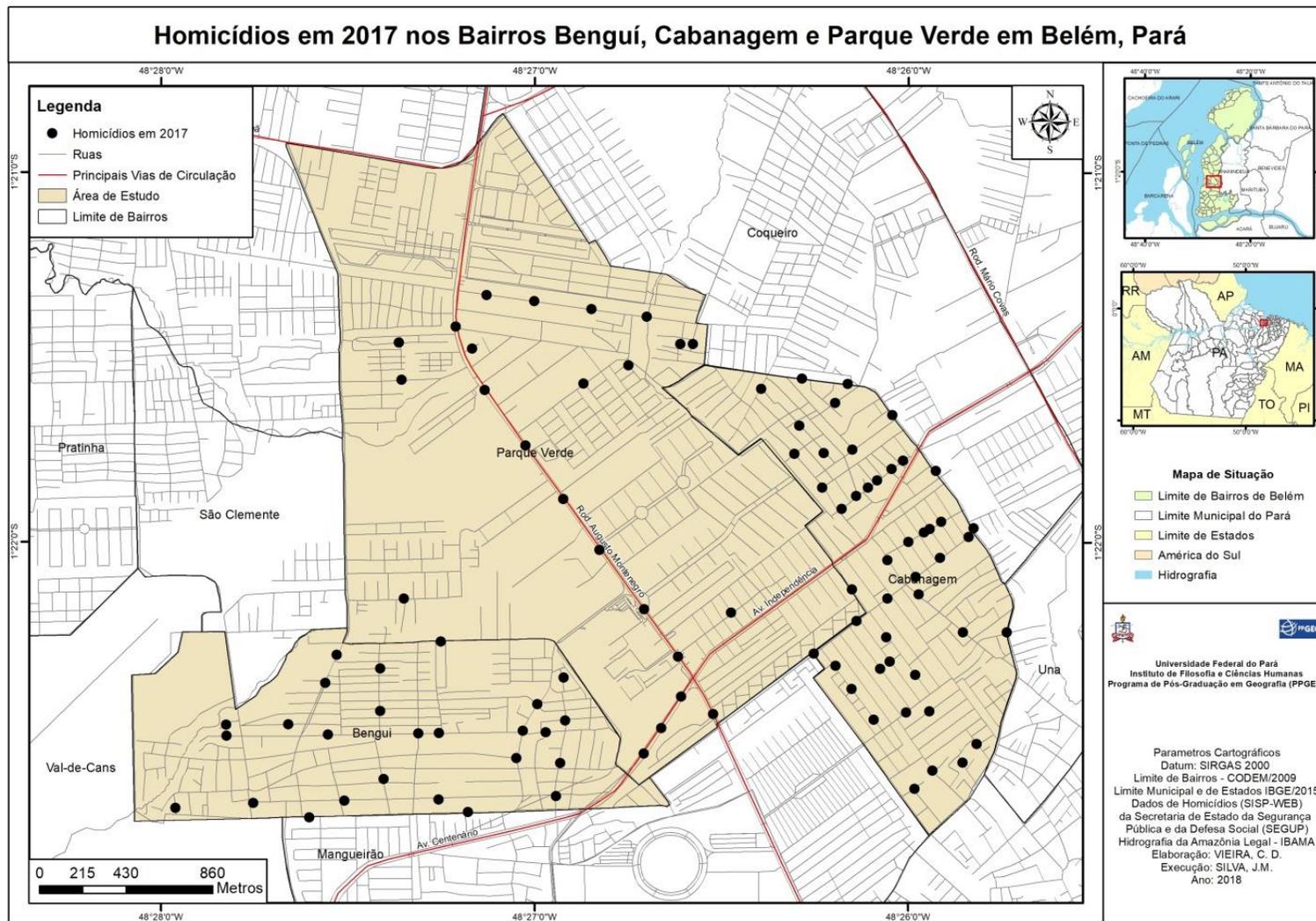


**Mapa 12:** Mapa dos homicídios em 2015 nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque verde

**Fonte:** SEGUP/PA, 2018. Elaboração: Vieira; Execução: Juliana Maciel.



**Mapa 13:** Mapa dos homicídios em 2016 nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde.  
**Fonte:** SEGUP/PA, 2018. **Elaboração:** Vieira; **Execução:** Juliana Maciel.



**Mapa 14:** Mapa dos homicídios em 2017 nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque verde

**Fonte:** SEGUP/PA, 2018. Elaboração: Vieira; Execução: Juliana Maciel.

A partir da leitura dos mapas observamos que a concentração dos homicídios está nas áreas que concentram os piores indicadores de infraestrutura e saneamento. No bairro do Parque Verde, os homicídios estão concentrados nas bordas próximo ao bairro do Coqueiro, Benguí e Tapanã. Portanto, não sendo uma questão de psicoesfera do medo, como vem ocorrendo em algumas cidades segundo o trabalho de Melgaço (2010), de imaginação e/ou sensação, de projeção e paranóico<sup>44</sup>.

Outro ponto de concentração está na Avenida Augusto Montenegro, segundo os relatos da polícia os homicídios registrados na referida Avenida são pelo fato desta constituir uma via de fuga. A unidade técnica (a avenida) sendo a composição da fluidez da criminalidade, portanto, há outro uso territorial para além do hegemônico: dos grandes fluxos técnicos, informacionais, comunicacionais e econômicos.

Contudo, há também rotas de fluidez das drogas e crimes que podem ser verificadas nas ocorrências registradas no bairro da Cabanagem. Entre as todas estão: Rodovia Independência, Ruas Damasco, São Paulo e Passagem Santo Inácio; e, nas vias que fazem fronteira como as Ruas Benjamin, Avenida Brasil e Passagens Val-de-cães, que são as únicas vias asfaltadas, que facilita por sua vez fugas ou uma cartografia de fugas territoriais.

Os conflitos entre os grupos rivais existentes no bairro encontram um espaço com condições favoráveis a territorialização e contradições sociais, sendo essa a situação predominante no bairro da Cabanagem e Benguí onde a atuação do poder do Estado é precária em todos os sentidos. Essa perspectiva se alinha a que fala Teles (2015, p. 11):

[...] contradição entre a cidade como valor de uso e a cidade como valor de troca, a tensão entre espaços públicos cosmopolitas e os enclaves excludentes dos lugares de comércio, consumo e negócios; entre o direito à cidade e o direito funcionalizado por estratégias de governo das populações.

[Além de promover] nexos entre a produção e a expansão dos mercados, as formas de controle e dispositivos de poder, e a situação de conflito renovada que se espalha por todos os espaços.

Esses homicídios e essas territorialização passam compor uma cartografia de poder e violência em assentamentos precários, com precarização ainda mais de tais assentamentos. Sendo outra forma para estabilidade segundo os “chefes de crimes”, isto é, uma forma e lógica subversiva, de negações às privações programadas, concebidas nos planos do político-institucional e do econômico.

---

<sup>44</sup> Porém, cabe enfatizar que não estamos como objetivo de “induzir e reduzir a experiência a práticas espaciais a padrões discursivos normalizadores” (SILVA; DANTAS, 2019, p. 54) e naturalizar tais situações e sim apresentá-los.

Com relação ao bairro da Cabanagem Costa (2017a) ressalta que as áreas de limite podem está relacionados a conflitos entre traficantes, exemplo disso são as esquinas de grande fluxo de pessoas e veículos, principalmente, na confluência localizada no início da Rua Benjamin, Avenida Brasil e Rodovia independência. Nessas áreas de fluxos há uma grande movimentação e vários pontos de mototaxistas que na sua maioria são “clandestinos”, sendo alguns destes envolvidos com tráficos e crimes.

Para Chagas (2014) os diversos grupos de traficantes estão territorializados nas “bocas”, passam a disputar territórios com grupos rivais, essa disputa acontece na microescala de poder disputam ruas, quarteirões, esquinas. Tais “insurgências no nível da vida concreta despontam cotidianamente nos espaços da privação, no interior do processo de segregação socioespacial” (PADUA, 2019, p. 481) e intensifica ainda mais diferenciações e desigualdades socioespaciais (SPOSITO, 2007; 2011; CARLOS, 2007; 2014; 2017).

Já as ocorrências de homicídios que se concentraram no interior do bairro da Cabanagem (vide mapas), concentram-se próximas das Ruas São Paulo, Benjamin e Passagens Val-de-cães e Santo Inácio. Essas vias são passivas de áreas de influência por localizarem-se perto a passagens e becos de difícil acesso, o que facilita a ação criminosa seja ela de consumo ou a venda de entorpecentes, roubos, furtos e homicídios (COSTA, 2017).

Percebemos ao analisarmos as ocorrências de homicídios no bairro da Cabanagem e Benguí (vide mapas) têm na sua maioria relação com o tráfico de drogas, pois as vias e locais de crimes de homicídio constituem espaço de disputa para o comércio de entorpecentes. Sendo assim esse padrão significaria dialogando com Viera, Barros e Chagas (2019, p. 3): “a criminalidade como um conteúdo da violência”.

Há nesse caso unifuncionalidade do território, ressaltando o valor de troca, tendo aqui no caso, a comercialização de drogas, com uma espécie de “dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014, p. 57). Poder quanto até o uso/troca, já que a droga possui um custo elevado. Assim o tráfico concentra-se em uma clientela com certo poder aquisitivo, por exemplo, classes média e alta; que seriam os principais consumidores.

Nesse sentido, podemos apontar que as disputas territoriais assumem papel central entre as motivações no crime de homicídios principalmente na Cabanagem e Benguí. Aqui logico analisando objetivamente e rápida, já que há cidadanias mutiladas (SANTOS, 1996) advindas de uma urbanização do espaço que promove desenvolvimento desiguais e perversos e por políticas seletivas e de incentivo a mercantilização do solo e das relações sociais.

Assim abrindo espaços para produção de espaços vernaculares, em assentamentos precários; ou, as vezes os assentamentos sendo os próprios espaços vernaculares promovido por agentes hegemônicos, ligados, por exemplo, ao tráfico de drogas, como assinalemos. Espaços que se tornam território, estruturado enquanto zonas de controle e tensão, os quais estão concentrados em áreas de difícil acesso no interior do bairro e que representam a “certeza de impunidade” e de outro “Estado” minimamente capaz de prover (uma aparente ou controversa) segurança.

Neste contexto, os assentamentos precários são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, principalmente, com a: i) ausência de segurança pública; ii) a ausência das instituições de controle público; iii) fácil e barata fixação da organização da criminalidade no local e suas articulações e ações no espaço intraurbano e interurbano (CHAGAS, 2014); e, iv) a baixa ou nenhuma fonte de renda de muitos jovens o que acaba favorecendo aliciamento de jovens.

Para Pedrazzine (2014, p. 94) a violência urbana constitui relação com o processo de globalização a qual aprofunda as desigualdades socioespaciais.

A violência urbana está ligada, dessa maneira, aos atos associados ao modo de vida urbano contemporâneo, que, em traços gerais, pode ser identificado com espaços urbanos organizados para o interações entre violência e cidades. consumo e para a livre acumulação capitalista, influenciados pelos processos de globalização, marcados por profundas desigualdades sociais, caracterizados pela proliferação de enclaves e pela erosão dos espaços públicos.

Para Bassand (2001) no âmbito do espaço metropolitano (e também intraurbano) essa produção desigual do espaço apresenta maiores impactos como, por exemplo, o recredenciamento da violência e da criminalidade. Ainda para o autor Bassand (2001, p. 38): “nós entendemos que a metropolização implica uma configuração de contradições, de conflito, de violência, certamente em diferentes graus” e com diferentes magnitudes efeitos e absolvições nos seios da sociedade, da cidade, dos bairros, nas ruas, nos sujeitos e nos indivíduos.

#### 4.3. VIOLÊNCIA URBANA, DESIGUALDADE E CRIMINALIDADE: ANÁLISE A PARTIR DOS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS NOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NOS BAIROS DA CABANAGEM, BENGUÍ E PARQUE VERDE.

Verificamos então, que há apontamento de articulação entres desigualdades socioespaciais (em assentamentos precários) e a expansão da violência urbana. Tendo como fio condutor a precarização de condições urbanas (direito a cidade). Portanto, não caindo em

dimensão muitas vezes determinista (e acrítica) da vida social, mesmo havendo sobreposição entre violência (casos de homicídio) e pobreza, como destacado em estudos seminais no Brasil, por exemplo, de Cano (1996), Szwarcwald et al (1999), Santos et al (2001), Beato et al.(2001)<sup>45</sup> e Macedo et al (2001). Isso por que “a violência tem raízes em determinações múltiplas e interrelacionadas, que atravessam objetos de diferentes disciplinas e setores da sociedade” (DRUMMOND JUNIOR, 1999, p. 64).

Assim não é a pobreza que é uma das principais impulsionadoras de diversos tipos de violências, e sim as desigualdades. Tal afirmação pauta-se em Cardia e Schiffer (2002) quando enfatiza que uma das estratégias ou fatores de proteção, além incentivo a forma de capital social, é o acesso a direitos – em particular, o direito à saúde, à educação, à cultura e ao lazer.

Em trabalho de Macedo et al (2001) há uma convergência a falar que: “A violência como fenômeno complexo, multifacetário e resultante de múltiplas determinações articula-se intimamente com processos sociais que se assentam, em última análise, numa estrutura social desigual e injusta” (p. 516).

Mas como já dissemos violência (urbana) não se reduz à criminalidade, porém faremos um recorte específico para interpretar os índices de homicídios nos assentamentos precários nos bairros da Cabanagem, Benguí e Parque Verde.

Para Alvarenga (2004) a criminalidade (tipo de violência) está vinculada a um conjunto de crimes característicos de um determinado tempo e lugar que atingir pessoas, grupos e/ou instituições. Tal perspectiva converge com o campo da saúde, como qualquer ação intencional realizada por indivíduo, grupo ou classe dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais (MACEDO et al, 2001).

Segundo Beato (2012), a criminalidade possui, sobretudo, uma natureza, a racionalidade econômica capitalista. Sendo essa capaz de provocar: a privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização. Porém, ainda há construções sociais calcada na moral, isto é, em forma legalista moralista cimentada pela racional capitalista (e estatal) de que: “O baixo grau de integração moral é que produz o fenômeno do crime. Conseqüentemente, a punição do crime é necessária para o restabelecimento dos valores morais da sociedade” (BEATO, 2012, p. 144).

---

<sup>45</sup> No estudo de Szwarcwald et al (1999) ao pesquisar os municípios do estado do Rio de Janeiro, não foi encontrada associação entre homicídio e concentração de renda. No entanto, para as regiões administrativas da cidade do Rio de Janeiro, os dois indicadores de desigualdade de renda foram fortemente correlacionados. As taxas mais altas de homicídios foram encontradas precisamente no setor da cidade com maior concentração de moradores de favelas e maior grau de desigualdade de renda.

É importante também resgatar a perspectiva do sociólogo Durkheim (2007), para quem, o crime é um fato social e não patológico; e, que por ser social está presente em todas as sociedades. O que mudaria segundo o mesmo autor seria as tipificações e a qualificações que são estabelecidas nas diversas constituições.

Cabe destacar, que a criminalidade ocorre com maior ou menor grau/incidência em uma dada porção do território (CHAGAS, 2014; VEIERA; BARROS; CHAGAS, 2019), no caso, um território zonal (HAESBAERT, 2014) (possuindo é lógico, articulações interescares) onde as condições precariedades territoriais (HAESBAERT, 2004) são favoráveis a um tipo de crime específico, ou no caso, uma expressão da violência (suicídio, homicídio, tortura, sequestro) (FRANÇO, 1990).

Para Franco (1990, p. 3) a mortalidade por violência:

*Como causa de muerte en los registros oficiales se considera como violencia a los eventos que aparecen bajo la categoría general de causas externas y que de acuerdo con la Clasificación Internacional de Enfermedades (CIE-9), incluye: - Todos los accidentes (E800-E949); - Suicidio (E950-E959); - Homicidio (E960-E969); - Lesiones en las que se ignora si fueron accidental o intencionalmente inflingidas (E980-E989); - Lesiones por intervenciones legales y operaciones de guerra (E970-E978, E990-E999) (FRANCO, 1990, p. 3).*

Os locais que apresentam as maiores incidências de crimes (como destacamos no início dessa secção) são também marcados pela violência que se materializa pelo consumo desigual do espaço urbano, seja por meio do processo de segregação socioespacial, seja pelo acesso a infraestrutura e saneamento que se distribuem desigualmente no espaço urbano.

Juntamente a esse processo surgem os “territórios da violência”, em que é a primeira manifestação de violência, que consistiria no abandono ou insuficiência do poder estatal em oferecer condições urbanas e justiça espacial face recentemente a processos de urbanização planetária e urbanização de territórios e desproteção social, atributo do modelo neoliberal, já como afirma Sampaio (2012) o processo de urbanização se configura pela violência em si: por privatizar espaços, expulsar pessoas e mercadorizar relações e práticas espaciais.

Uma expressão da violência, o homicídio<sup>46</sup>, que para Silva (2014):

Os homicídios se configuram como um problema para vários setores da sociedade entre eles, a saúde, a segurança pública, as instituições judiciais e prisionais. Ocupando lugar de destaque entre as causas básicas de morte, constitui-se em um problema de saúde pública de elevada magnitude. O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes define o homicídio intencional como os atos em que o autor, por suas ações, pretende causar ferimentos graves ou a morte. Este conceito exclui os óbitos relacionados a conflitos

<sup>46</sup> Segundo Santos, Testa e Weiss (2018) quase meio milhão de pessoas em todo o mundo perderam a vida como resultado de homicídio intencional em 2012 e projeções recentes sugerem que as mortes resultantes de homicídios devem se tornar uma das 20 principais causas de morte no mundo até 2030.

ocasionados por imprudência ou negligência ou os assassinatos considerados justificáveis pela lei penal, tais como as mortes cometidas por agentes da lei no cumprimento de seu dever ou em autodefesa. Assim, o homicídio é, portanto, a morte ilegal e intencional causada a uma pessoa por outro indivíduo. Acresce ainda que todos os atos de homicídio envolvem o uso da força mal dirigida contra uma pessoa (SILVA, 2014, p. 25).

Essa compreensão de homicídios converge com o trabalho de Souza (1994). Aliás, trabalho de Souza que é referência até hoje na temática sobre violência no Brasil, no caso de homicídios. Quando destaca o fenômeno da violência no Brasil na década de 1980:

A década de [19]80 apresentou-se, para o Brasil, como um período histórico no qual ocorreram várias transformações sócio-econômicas e políticas. Sob o aspecto político, algumas mudanças foram positivas, como a queda do regime militar ditatorial e a aquisição de uma maior liberdade de expressão, organização e direitos democráticos. Do ponto de vista social e econômico, intensificou-se a desigualdade entre as camadas sociais mais extremas, aumentou o número de despossuídos (pobres e indigentes), ao mesmo tempo que os ricos conseguiram acumular uma parcela ainda maior da riqueza produzida. Em termos de desenvolvimento econômico (Saboia, 1993), a concentração de renda no Brasil, hoje, é a segunda maior do mundo. Para mais da metade de sua população, apenas se socializou a miséria (p. 45).

Em termos de saúde pública, observou-se, no Brasil, a intensificação das mortes por **causas externas de lesões e envenenamentos**, ou simplesmente **causas violentas** (grupo constituído por todos os acidentes, inclusive os de trânsito, suicídios, homicídios e outras violências [...]) (SOUZA, 1994, p. 45).

Ainda para Souza (1994, p. 47):

[...] em termos absolutos ocorreram 168.518 homicídios no Brasil entre 1980 e 1988. Destes, 153.046, ou 90,9% (excluídos 175 óbitos de sexo ignorado), foram de homens, e apenas 15.297 (9,1%) de mulheres. Isto significa uma frequência 10 vezes maior de assassinatos no sexo masculino. O total de homicídios representa 19,8% dos 850.307 óbitos por todas as causas violentas ocorridos na década.

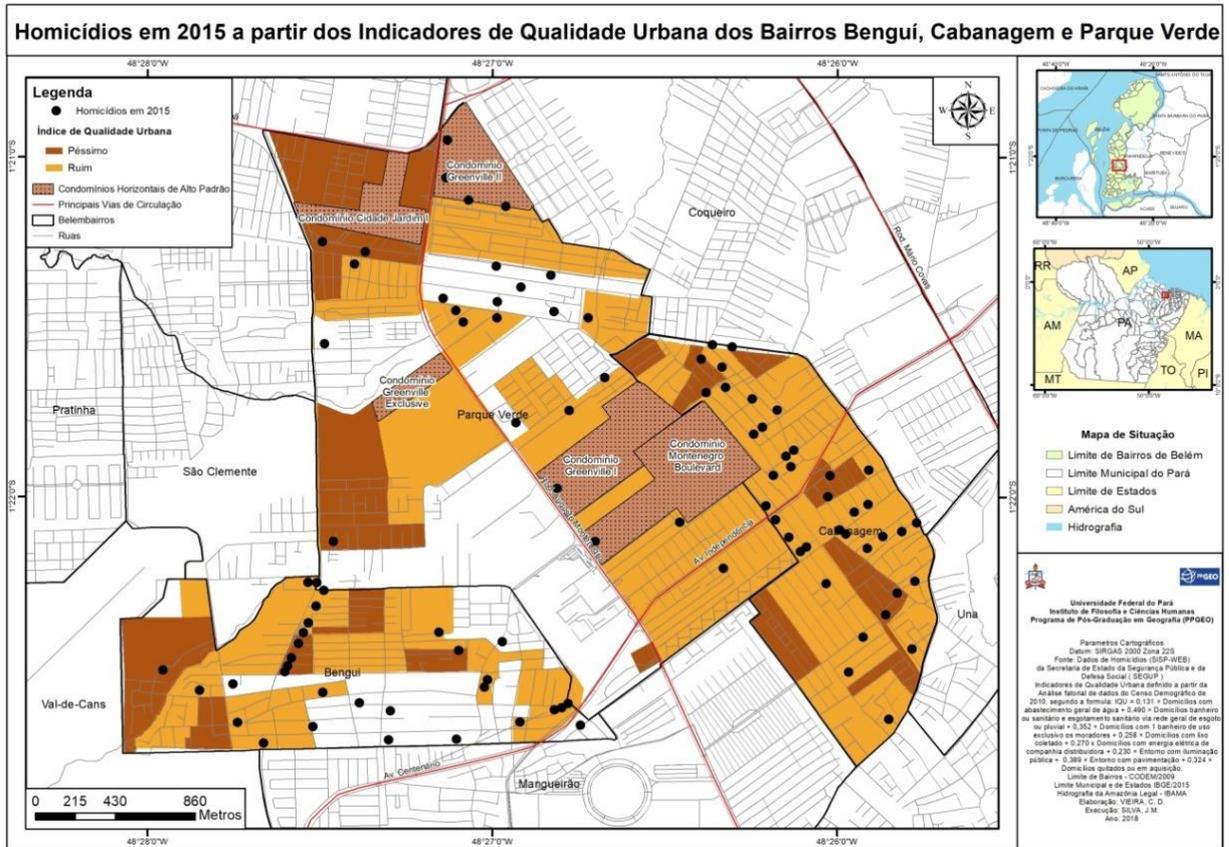
Em termos de taxas, quando se comparam os anos inicial e final do período investigado, nota-se que, em relação à população total, houve um crescimento de 1,44 vezes, ou 44%, nas taxas, que passaram de 11,69 para 16,86 por 100.000 habitantes. No sexo masculino, as taxas cresceram de 21,20 para 31,13, ou seja, 1,47 vezes (47%). No que se refere ao sexo feminino, o crescimento foi de 1,28 vezes (28%).

Em relação ao sexo, os homens apresentaram um índice crescente de mortalidade por causas violentas ao longo do período. Deste modo, a população masculina, que em 1980 morria nove vezes mais que a feminina, passou, em 1988, a morrer numa razão de 11 homens para cada mulher.

Esse dado momento do escrito de Souza (1994) como também temporal da pesquisa (1980 a 1988) há uma análise que sobrepõe com áreas com péssimas ou ruins indicadores de qualidade urbana e violência urbana. Algo que é “repetitivo” em termos espaciais em grandes áreas metropolitanas, já que segundo Souza se “inter-relacionam sinergeticamente com a violência estrutural das extremas desigualdades e com as mudanças de valores e visão das novas gerações em relação às elites, à pobreza, à riqueza, aos bens de consumo e à própria felicidade” (SOUZA, 1994, p. 59).

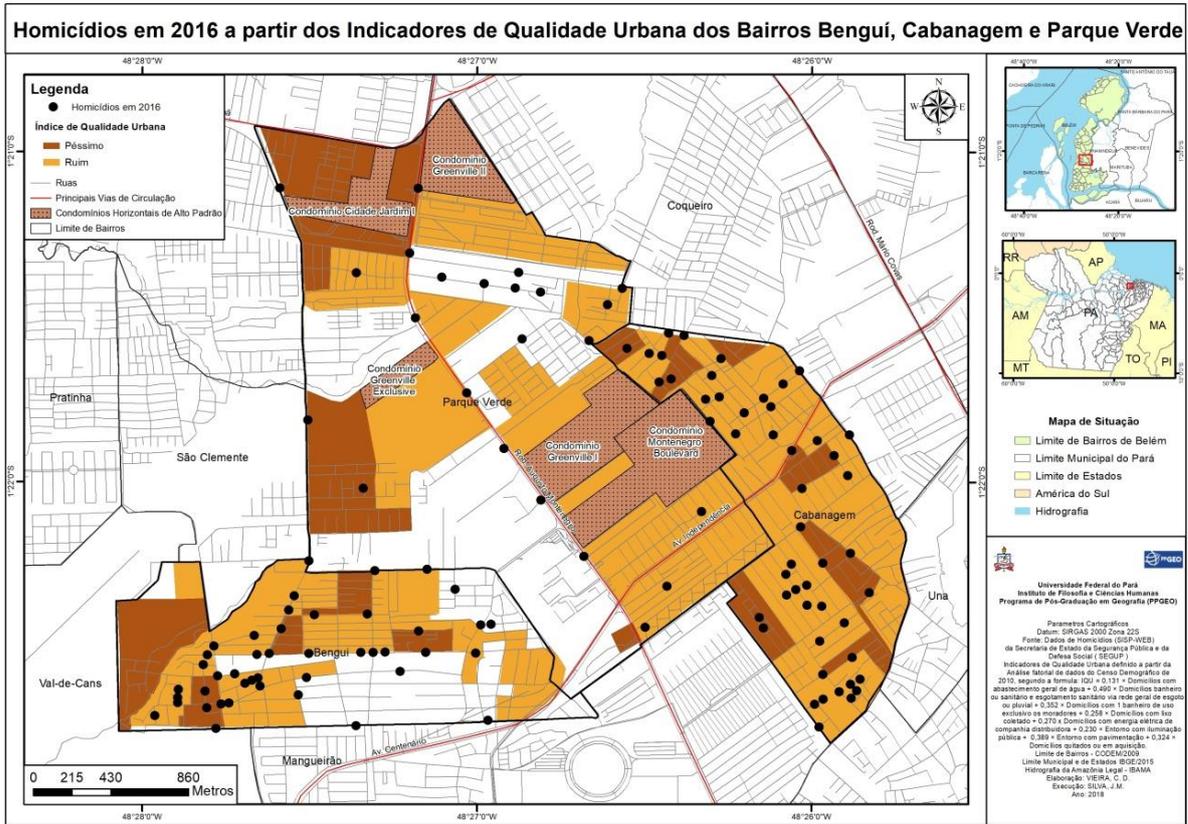
Tais sobreposições e desigualdades socioespaciais é “visualizado” nos assentamentos precários, nos bairros do Bengui, Cabanagem e Parque verde. Nos mapas abaixo, relativo os anos de 2015 a 2017:

**Mapa 15:** Mapa da localização dos indicadores de qualidade urbana e dos homicídios (2015)



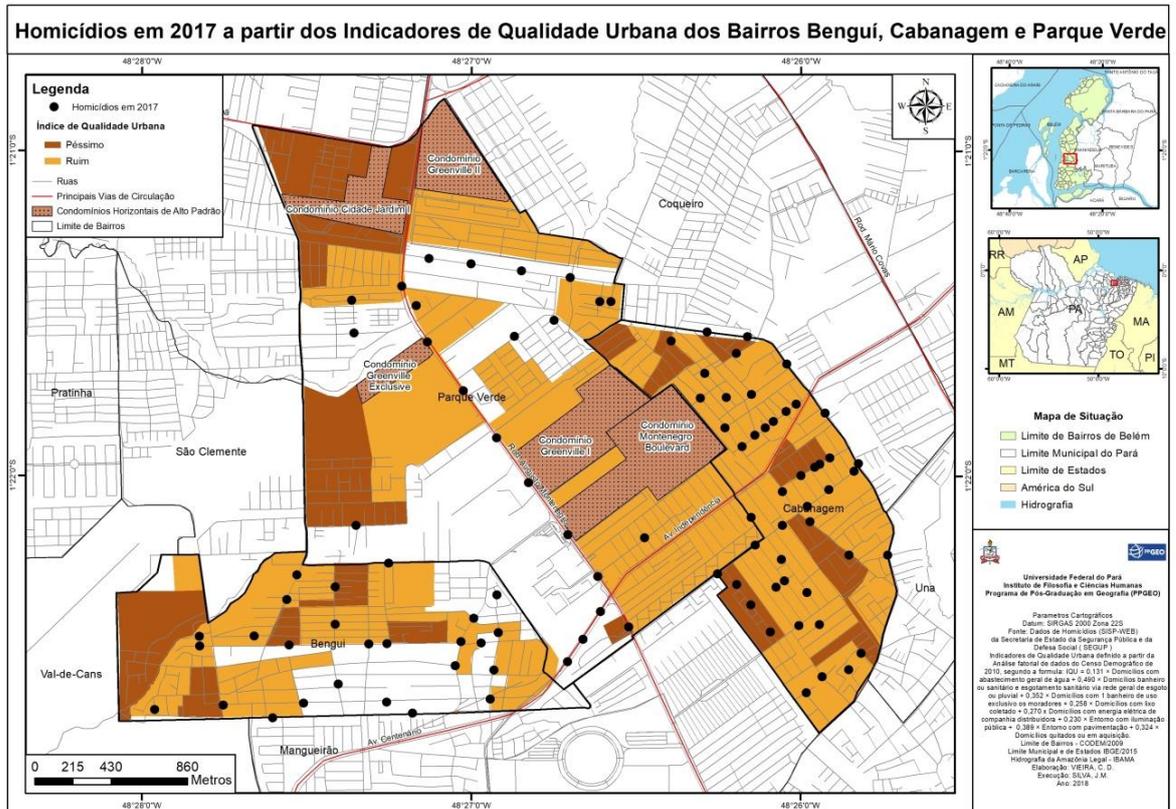
Fonte: IBGE 2010 e SEGP/PA 2018. Elaboração: Vieira; Execução: Juliana Maciel.

Mapa 16: Mapa da localização dos indicadores de qualidade urbana e dos homicídios (2016)



Fonte: IBGE 2010 e SEGUP/PA 2018. Elaboração: Vieira; Execução: Juliana Maciel.

Mapa 17: Mapa da localização dos indicadores de qualidade urbana e dos homicídios (2017)



Fonte: IBGE 2010 e SEGUP/PA 2018. Elaboração: Vieira; Execução: Juliana Maciel.

A partir da análise dos mapas, observa-se que os pontos de homicídios estão concentrados nas áreas que apresentam índice de qualidade de urbana péssimo e ruim, dos quais classificamos enquanto assentamentos precários dessa pesquisa.

Associação que é colada a partir da cola, no caso de variáveis macroeconômicas neoliberais (de privatização do espaço) e financeirização da vida<sup>47</sup> (CARLOS, 2017; 2018; SANFELICI, 2013; ROLNIK, 2015; FIX, 2011) e como também de uma formação socioespacial (histórica) de precarização e exclusão de acesso a terra e habitação na região de Belém e nos respectivos bairros. E alicerçada mais recentemente: “fonte de rendimentos contínuos oriundos da produção e do consumo do ambiente construído urbano. [foram criados] [...] instrumentos financeiros que permitam ao investidor obter uma fatia dos rendimentos gerados no âmbito dos negócios imobiliários urbanos” (SANFELICI, 2013, p. 34).

Como bem destaca Silva (2014):

Na medida em que os países centraram seus modelos de desenvolvimento na economia, em detrimento das necessidades humanas, ocasionaram dificuldades de acesso das suas populações a serviços básicos como saúde, educação, segurança e mercado de trabalho formal o que acarretou o empobrecimento das massas populacionais, exclusão social e do consumo equitativo de bens materiais e culturais que resultaram e aprofundaram as desigualdades sociais. Nesse sentido torna-se importante refletir que o contexto de globalização trouxe consigo repercussões para as condições de vida e de saúde das populações taxas de homicídios e a criminalidade, deterioração territorial, laços de comunicação frágeis, pobreza, entre outros (SILVA, 2014, p. 33).

Sendo, portanto um fenômeno ou uma reconfiguração escalar, que para Sanfelici (2013), seria a metamorfose dos termos que definem a produção do espaço metropolitano no Brasil. Produção do espaço pautado na presença de nexos financeiros, com o recrudescimento do processo de fragmentação socioespacial, hierarquia espacial, contradições e privações de usos coletivos do espaço e direito a cidade. Uma violência sistêmica que experimentando as regiões metropolitanas brasileira, com o aumento da precarização da condição urbana.

Os mapas (figuras), bem como a fala do delegado da cabanagem permitem compreender um pouco melhor a sobreposição entre a precariedade (em termos de desigual) e os homicídios:

---

<sup>47</sup> “A crescente dominância de agentes, mercados, práticas, métricas e narrativas financeiros, nas múltiplas escalas, o que tem gerado uma transformação estrutural das economias, das corporações (incluindo instituições financeiras), dos Estados e das famílias”/ *the increasing dominance of financial actors, markets, practices, measurements and narratives, at various scales, resulting in a structural transformation of economies, firms (including financial institutions), states and households* (AALBERS, 2015, p. 214).

O bairro da Cabanagem é ideal para o crime, tem toda uma logística que favorece todos os tipos de crime, por diversos fatores, como falta de asfalto nas ruas, buracos e muita lama, esse primeiro fator impossibilita até mesmo que algum morador possa colocar uma banca para vender um tacaca, bolo, ou qualquer outro tipo de comida, como alguém vai vender algo para ter uma renda no meio de um monte lama? Outro ponto, a droga é a única forma de renda no bairro; terceiro fator, a blindagem do bairro, ninguém nunca sabe, ninguém nunca viu nada, então fica impossível investigar, ninguém quer se comprometer, até mesmo os parentes das vítimas de homicídios que já presenciaram o assassinato de algum parente não tem coragem de dizer nada que nos dê uma pista sobre o crime, então esses fatores favorecem em todos os sentidos a territorialidade do crime nesse bairro. **Delegado da Cabanagem. 8 de novembro de 2017).**

A fala do delegado enfatiza uma das questões que levantamos na pesquisa que seria compreender quais os elementos de desigualdades e diferenciação socioespaciais que vem ou não reverberando em violência urbana em assentamentos precários. Mostrando que a falta de infraestrutura, saneamento e a precarização, de modo geral, dos serviços urbanos, os quais são ainda mais ausentes nas áreas de assentamentos precários como identificamos na cartografia e no trabalho de campo.

Para Santos, Testa e Weiss (2018, p. 2):

Existe a hipótese de que a desigualdade econômica aumenta o homicídio através de vários mecanismos teóricos, incluindo frustração decorrente de oportunidades bloqueadas atingir metas culturalmente definidas (LaFree, 1999), redução do controle social resultante da erosão da confiança entre os membros de uma sociedade e uma menor qualidade da comunidade vida e relações sociais (Wilkinson 2004) e participação em subculturas desviantes (por exemplo, Cloward e Ohlin 1960). A privação absoluta representa a fração de uma população incapaz de pagar suas necessidades essenciais e muitas vezes é operacionalizado usando taxas de pobreza (Pridemore 2002), medidas baseadas no consumo (Deaton 2005) ou medidas substitutivas, como mortalidade infantil.

O trabalho de Santos, Testa e Weiss (2018) apresentam resultados que indicam a relação entre desigualdade e homicídio, isto é, as desigualdades (privações econômicas) é um dos elementos mais fortes das taxas de homicídios, criando condições impulsionadoras face a péssima distribuição de recursos e oportunidades em toda a estrutura social ou também em virtude de oportunidades distribuídas de maneira desigual.

Tais situações cria uma semiabertura de uma janela ou de uma porta, no que tange a territorialidades criminosas ligadas principalmente ao tráfico de drogas, constituindo uma espécie de “territórios da violência”. Ao usarmos o termo territórios da violência estamos na realidade nos referindo ações e práticas que se hegemonomizam em uma área ou superfície, por meio de relações de poder e hierarquia e se dispersam com facilidade em virtude de poucos investimentos sociais do Estado e por serem territórios zonas com baixíssima capilaridade em termos de segurança pública.

Nesse sentido a violência nessas áreas emerge primeiro por meio da negação aos direitos dessas pessoas que habitam os bairros, e em segundo lugar a violência constitui-se pela materialização do domínio de traficantes como, por exemplo, onde as mortes em grande medida são mecanismo de punição que serve para controlar a população, ou, mais especificamente.

[...] dispositivos autoritários e revanchistas, que operam mais fortemente os sentimentos sociais de aprovação das práticas violentas, legitimando tanto o aliciamento de jovens para uma vida à margem da lei, quanto as ações extremistas “em nome da lei e da ordem”, do que as operações de extermínio, ou de “limpeza social”, são os mais terríveis exemplos (CARVALHO, 1995, p. 3)

Nos bairros três bairros os homicídios se concentram nas áreas de assentamentos precários ou nas ruas que são principais (vide Figuras). Os homicídios registrados nas vias principais ocorreram durante as tentativas de fuga, o que explica a ocorrência de vários homicídios ao longo da Avenida Augusto Montenegro.

A partir desse primeiro contato com os assentamentos precários, constatamos uma série de precariedades, são espaços de difícil acesso devido à territorialidade do crime, que em grande medida está vinculada ao tráfico de drogas. São “espaços segregados”, que apresentam péssimas condições de infraestrutura, dominados pelo medo e ao mesmo tempo pela sensação de segurança que os traficantes garantem aos moradores locais. São também espaços que expressam a produção desigual do espaço e faces da violência urbana, que se manifesta no próprio conteúdo e em sua forma mais explícita e cruel de violência a qual se materializa em homicídios.

Na Cabanagem esses crimes estão concentrados principalmente, em algumas ruas, quais sejam: Rua Benjamim, Rua do Fio, Rua Santo Antônio, Rua Damasco, Rua Maracatiara, Avenida Brasil, Rua São Paulo, Rua Fé em Deus, Rua São João. No Benguí identificamos que os crimes se concentram na Rua Benfica, Passagem São Miguel, passagem São benedito. No Parque Verde, a maioria se concentra na Avenida Independência e Avenida Augusto Montenegro, por serem rotas de fuga.

Para o delegado da seccional do Parque Verde essas localizações dos homicídios podem ser explicadas por outros fatores como proximidade com o Benguí, por exemplo, além de outros fatores, tais como:

Bem como eu falei para você grande parte de é remanescente do bairro do Benguí, uma parte era Benguí mesmo e a outra a gente pode dizer que era Sideral, mas que virou Parque Verde por conta da criação dos condomínios grandes os Greenvilles, Cidades Jardim talvez tenha mudado a nomenclatura por isso, ai o que acontece, nessa áreas do Parque Verde tem sim umas ruas que tem incidência maior, mas justamente porque, por que o trafico é muito forte nessa área, por exemplo, atrás do

Greenville I que se mistura entre Benguí e Parque Verde, nessa área tem muita incidência, por que o tráfico é muito forte lá, existe uma disputa muito forte entre os traficantes e também a morte de usuários, de pequenos boqueiros que vendem e não repassa o dinheiro para o traficante. No ano passado 50 % dos homicídios, onde essas vítimas já tinha passagem pela polícia e as que não tinha não quer dizer que não tivesse envolvimento com o tráfico, a maioria dos homicídios estão relacionados ao tráfico de drogas, pela dificuldade de investigar, as pessoas não querem falar com medo, os comerciantes não querem fornecer as câmeras, as vezes o cara que morreu não tem passagem pela polícia, mas a gente tem informação que ele estava traficando, as vezes não temos colocar no papel. Posso até te afirmar que dos 46 registros que tiveram, a autoria 90% deles a gente sabe quem é, porque a gente vai conversa com as pessoas que não se dispõe a colocar no papel, mas informalmente porem sem colocar no papel fica difícil, não tem como indiciar, então nossa dificuldade é essa porque as pessoas não querem vir para a delegacia. **(Delegado do Parque Verde. 20 Novembro).**

Partindo da fala do delegado acima, destaca-se a criminalidade estão vinculados, sobretudo, ao tráfico como uma das principais motivações das mortes. Assim, a partir de uma leitura Lefebvriana, buscamos olhar os espaços como uma síntese dialética entre a forma, função e estrutura sem estabelecer linearidade entre esses três elementos. Sendo que a lógica dialética a forma pode escamotear a realidade, dissimulando um projeto de mundo que se apresenta enquanto tendência, que é a tendência da produção desigual do espaço (CARLOS, 2019).

Nesse sentido, compreendemos que os assentamentos precários, constituem parte dessa lógica apontada acima, tendo em vista que nosso esforço é compreender a particularidade vinculada à totalidade. Essa mesma lógica que produz espaços diferentes e desiguais produz também a segregação socioespacial.

Por outro lado, quando pensamos esses espaços sob a perspectiva do espaço vivido, nota-se a complexidade diluída no cotidiano que em grande medida são esquecidas, negadas e excluídas, pois se cria uma imagem que generaliza todo o espaço, impossibilitando enxergar a multiplicidade das relações e dos sujeitos.

Além disso, o espaço é percebido, de maneira diferente pelos diversos sujeitos, desse modo, a percepção de medo dos moradores não é a mesma que suscita no imaginário de outros cidadãos que residem em bairros distantes. Daí a necessidade de acionar a tríade de Lefebvre (2006), para pensar o espaço, sem reduzi-lo a uma única dimensão.

Nesse movimento do pensamento, compreendemos a violência urbana como produto, meio e condição do processo de desigualdade socioespacial a qual expressa fortemente seus conteúdos em conformação com a forma metropolitana. Nesse processo dialético entre forma e conteúdo, verifica-se a insurgência de espaços vernaculares/assentamentos precários, os quais se tornam espaços de sobrevivência para os “ninguéns”, de Eduardo Galeano. Mas por outro lado tornam-se espaços dominados por atividades vinculadas a criminalidade, sendo ao

mesmo tempo território entanto uma plataforma para oportunidade, e como um abrigo para segurança (GOTTMANN, 2012).

É importante ressaltar ainda que esses assentamentos precários constituem-se produto do processo de produção do espaço urbano e refletem a distribuição desigual dos serviços urbanos. Para Bassand (2001) no âmbito do espaço metropolitano essa produção desigual do espaço apresenta maiores impactos como, por exemplo, o recrudescimento da violência e da criminalidade “nós entendemos que a metropolização implica uma configuração de contradições, de conflito, de violência, certamente em diferentes graus” (BASSAND, 2001, p. 38).

Desse modo, consideramos que o processo de produção do espaço produz áreas que se tornam funcionais para a territorialização da criminalidade, e potencializa a insurgência de diversos tipos de crime. Nessa leitura, a violência se revela pela própria produção do espaço, à medida que o espaço passa a ser produzido de forma desigual, favorecendo uma parcela da população com todos os tipos de serviços urbanos enquanto outra a parcela carecem de condições básicas de saneamento e infraestrutura urbana.

A esse respeito, Carlos (2014; 2015) entende a metrópole como lugar de expressão dos conflitos, afrontamentos, confrontações; produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos, que produz a sociabilidade na cidade. Na dimensão do cotidiano, a vida, encontra-se subsumida à lógica da acumulação e da normatização, e ainda sinaliza processos de apropriação desigual do espaço urbano, que são expressões dos paradoxos da modernidade.

Deste paradoxo anunciado pela modernidade encontra-se a materialização de processos que se realizam de maneira diferente e desigual, e se expressam em conformação com a lógica de acumulação desigual do espaço urbano, anunciando com isso o processo de produção de desigualdade socioespacial (CARLOS, 2015) em que a violência urbana passa a ser produto desse movimento múltiplo e contraditório e banhados de injustiças espaciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade e o mundo na última década passaram por rápidos e acelerados processos de transformações no plano tecnológico, econômico e geopolítico. Houve a intensificação na hiperfludez de trocas de informações e comunicações; como também uma explosão de fluxos de dinheiro e valores e a criação de outras formas globais de apropriação privada de espaços e territórios, por meio da finaceirização do espaço e natureza, coma a produção de infraestruturas e projetos imobiliários.

Diante desse cenário podemos afirmar que há ligações diretas da fragmentação social e cultural com a mundialização da economia e formas desiguais e expropriativas de uso do espaço. Como também vem contribuindo para uma espécie de mundialização da violência, uma globalização enquanto perversidade, com suas formas fragmentárias, seletivas, desiguais e espoliativas.

Tal forma de mundialização é marcada pelas desigualdades sociais e pelos processos de exclusão e segregação social, por exemplo, os jovens vivenciam de forma intensa as dificuldades de inclusão social e por privações no acesso a bens materiais e culturais.

Além disso, ausências de políticas públicas (já que há um receituário neoliberal) ou políticas públicas ineficazes para assegurar condições urbanas mais dignas e humanas, principalmente a jovens e as populações em geral que moram em áreas (assentamentos precários), cuja violência em si já seria sistêmica e expressaria na forma histórica e processual e estampada no espaço geográfico, enquanto “precariedade social”. Tal precariedade é que faz apontar para “produção de assentamentos precários”, não em termos de quantidades, mas pela intensificação de conteúdos precários, privações sociais e negação de direito coletivo, universal e humano de apropriação do espaço.

Algumas dessas reflexões são apresentadas no percurso dessa dissertação permitiram-nos apreender alguns elementos a cerca da produção da cidade e do urbano amazônico, particularmente debruçando-se sobre uma face da metrópole belenense, face essa que compreende um dos eixos de expansão metropolitana, no sentido Avenida Augusto Montenegro, mais precisamente a área que compreende os assentamentos precários localizados nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde. Procuramos pensar ainda, essa face da metrópole como parte e todo e processo de reestruturação urbana e da cidade.

Para se moldurar esse percurso analítico “concebemos” a realidade objetiva em sua totalidade, como também considerando (nexos entre) conflitos e contradições; por fim, desvela a natureza e seus contornos históricos, suas conexões e relações, em uma espécie de

movimento que nasce e corporifica-se em um espaço-tempo presente e de ações em espaço-tempo recente (integridade da relação entre o todo e a parte).

Dessa maneira, buscamos fazer uma leitura do nosso objeto de estudo pensando-o enquanto parte da universalidade do processo de urbanização, em que as desigualdades e diferenciações socioespaciais bem como a violência e a criminalidade constituem produto, condição e meio da própria reprodução do espaço urbano, isto é, uma tendência.

Enquanto tendência entende-se o processo de metropolização do espaço, intensificou as desigualdades e diferenciações socioespaciais as quais transformaram profundamente o território, engendrando a metamorfose no espaço (habitado, sobretudo) tendo em vista as profundas alterações seja na forma, na estrutura ou na natureza do mesmo.

Além de produzir a fragmentação do espaço de acordo com os interesses dos agentes hegemônicos. A metropolização produz a segregação e vem polarizando os espaços fazendo com que alguns sejam para a classe média enquanto carece de todos os tipos de serviços urbanos; como resultados disso se amplia as desigualdades socioespaciais fazendo com que alguns espaços sejam tomados pela violência e sejam reprodutor de condições desumanas.

Desse modo, as desigualdades socioespaciais, enquanto processos sociais e geográficos, realizam-se como produto, condição e meio do modo capitalista de produção. Contudo, a compreensão das desigualdades não se limita à mera localização da pobreza e da riqueza, ou mesmo das maiores e menores rendas, mas está conexas a processos complexos, a lógicas territoriais (HARVEY, 2016) e lógicas distantes (LEFEBVRE, 1995).

Assim, aos resultados da análise dos indicadores e do trabalho de campos seriam a uma tradução sintética e dialética, isto é, uma perspectiva de ler a realidade que se expressa ou tende a expressar o "desenvolvimento geográfico desigual" e de "urbanização do capital" (HARVEY, 2005; HARVEY, 2004a).

O espaço nesse sentido passa a diferenciar seus membros (HARVEY, 1992), por meio da apropriação desigual da cidade ou dos bairros, no qual há a valorização do solo urbano e o direito a cidade, via por exemplo, empreendimentos do capital imobiliário. Provocando assim valorização de, em detrimento de outras, o que sinaliza fortes contradições no plano do urbano, uma vez que a cidade e/ou o bairro, passa a ser fundamentada no valor de troca, negando/contrariando o "direito a cidade" (LEFEBVRE, 2001) e justiça social/espacial (HARVEY, 1992; 1993; SOJA, 1993).

Os elementos desenvolvidos ao longo desta dissertação permitem, portanto, identificar e caracterizar as desigualdades socioespaciais, ou mais especificamente sua "expressão" (processo). Além disso, no plano de pesquisa, aponta uma possibilidade analítica para refletir

e contribuir para análises de dinâmicas espaciais que relacione à produção da cidade, do urbano metropolitano e do bairro, e as espacialidades urbanas diferentes, desiguais e hierarquizadas e as contradições no interior dos assentamentos precários.

Como observado em Lencioni (2003) e Carlos (2013; 2015) o processo de metropolização do espaço, associado à produção capitalista, impõe a transformação dos espaços na cidade, aprofunda as desigualdades a fragmentação socioespacial. Dessa fragmentação emerge espaços na cidade em que a precariedade de serviços urbanos são latentes, e, a medida que o poder público deixa de atuar nesses espaços criminalidade cria condições políticas de poder para dominar espaços; e, contribuem ainda mais para segregação e a perda de vínculos territoriais coletivos, pelo medo da violência, no caso, de mortes ou ameaças de morte,

Além disso, é importante destacar que os assentamentos precários constituem expressão da desigualdade socioespacial a qual é produto e processo do movimento múltiplo e disjunto, coeso a produção do espaço, além de reverberar em conflitos, indiferenças, segregação e a fragmentação (SPÓSITO, 2011) e “produção de espaços vernaculares” (CORREA, 2011).

Esse aspecto da violência enquanto coação ocorre de forma diferente em cada porção do território, assim cada território impõe suas regras, signos, códigos que demonstram relações de poder entre aqueles diretamente envolvidos em uma rede vinculados a criminalidade e aqueles que têm o território enquanto abrigo.

Essa relação de poder pode ser mais expressiva dependendo do recorte territorial, pois ela normatiza o território, criando com isso uma barreira de acesso. Barreira essas que verificamos no bairro da Cabanagem, devido à expressiva territorialização do tráfico de drogas, que cria uma dinâmica no bairro e dificulta à entrada de pessoas de fora do bairro, pois as “regras” são explícitas, o que provoca um processo de isolamento do bairro pelo medo da violência.

Já os bairros do Bengui e Parque Verde, apresentam áreas de intensas disputas territoriais pela comercialização de drogas, mostrando que nesses bairros não o estabelecimento claro do território, fazendo com que diversos grupos rivalizem buscando o controle do território.

No entanto, para além das diferenças acerca do território identificadas nesses bairros é importante ressaltar que nos três os indicadores socioeconômicos e sociais expressam uma elevação nos índices de violência, principalmente na camada mais jovem da população, que são as principais vítimas da violência.

Carlos (2017) realiza uma reflexão que concordamos. Ao apresentarmos ou dialogarmos teoricamente e empiricamente com diversas situações (espaciais) e centralidade da análise da noção de "produção espacial (desigual)" nos obriga a pensar em profundidade sobre a complexidade do que é real. Portanto, fazem-nos minimamente pensar a sociedade em movimentos/momentos, enfocando seu real e sua reprodução futura. Mas para isso destaca que a luta por um espaço plural, justo e humano para sociedade, com relação à materialização da vida, inclui a construção de sonhos presentes e permanentes.

As reflexões apresentadas no percurso dessa dissertação permitiram-nos apreender alguns elementos a cerca da produção da cidade e do urbano amazônico, particularmente debruçando-se sobre uma face da metrópole belenense, face essa que compreende o um dos eixos de expansão metropolitana, no sentido Avenida Augusto Montenegro, mais precisamente a área que compreende os assentamentos precários localizados nos bairros do Benguí, Cabanagem e Parque Verde.

Refletindo a partir do que estamos apontando como o quinto momento do processo de metropolização de Belém, o qual compreende o momento atual, marcado pela consolidação e refuncionalização do espaço metropolitano. Essa refuncionalização diz respeito a mudanças na forma, na estrutura e ação, configurando uma verdadeira metamorfose socioespacial já anunciada por Lencione (2017), essa transformação esta vinculada as novas formas de dominação que se fortalece no atual momento da globalização, os quais são determinados pela “sociedade urbana” enquanto tendência, impondo hábitos, comportamentos, pensamentos.

Assim, inserido nesse atual momento, a cidade se torna cada vez mais segregada e desigual, de um lado encontra-se os “notáveis”, do outro lado, os pobres marginalizados relegados a espaços de extrema precariedade. Procuramos pensar ainda, essa face da metrópole como parte e todo, um todo que está em constante totalização.

Dessa maneira, buscamos fazer uma leitura do nosso objeto de estudo pensando-o enquanto parte da universalidade do processo de urbanização, em que as desigualdades e diferenciações socioespaciais bem como a violência e a criminalidade constituem produto condição e meio da própria reprodução do espaço urbano ais quais se realizariam como tendência desse processo.

Enquanto tendência entende-se o processo de metropolização do espaço, intensifica as desigualdades e diferenciações socioespaciais as quais transformam profundamente o território, engendrando a metamorfose no espaço tendo em vista as profundas alterações, seja na forma, na estrutura ou na natureza do mesmo Lencioni (2017).

Além de produzir a fragmentação do espaço de acordo com os interesses dos agentes hegemônicos. A metropolização produz a segregação, polariza os espaços fazendo com que alguns sejam para a classe média enquanto carece de todos os tipos de serviços urbanos, como resultados disso amplia-se as desigualdades socioespaciais fazendo com que alguns espaços sejam tomados pela violência e sejam reprodutor de condições desumanas.

A metrópole em sua hegemonia, juntamente com o processo acelerado de metropolização, não tem como seguirem seus cursos sem exercer uma violência contra o território, contra a natureza urbana e contra seus habitantes. A violência exercida por alguns dos habitantes, então, nesse âmbito, seria o resultado da própria violência da urbanização, da sociedade hierárquica urbana, da produção desigual do espaço, da economia desigual e segregada.

Os elementos desenvolvidos ao longo desta dissertação permitem, portanto, identificar e caracterizar as desigualdades socioespaciais, ou mais especificamente sua “expressão” (processo). Além disso, no plano de pesquisa, aponta uma possibilidade analítica para refletir e contribuir para análises de dinâmicas espaciais que relacione à produção da cidade, do urbano metropolitano e do bairro, e as espacialidades urbanas diferentes, desiguais e hierarquizada e as contradições no interior de um bairro.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Wellington de Pinho et al. Violência urbana em uma metrópole amazônica: a produção do espaço e dos aglomerados de execução no município de Marituba/para (2011-2013). **Revista Geográfica de América Central**, n. 59, p. 309-33, 2017.

ARENDDT, Hanna. **Da violência**. Brasília: Editora da UNB, 1985.

ALMEIDA, Leidiene. S.. **Território, poder e violência urbana: agentes territoriais e os crimes violentos letais em Macapá**. 2017. 126f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2a ed., Belo Horizonte, UFMG, 2010.

ABREU, Paula Vanessa Luz de. **A Morfologia do plano de expansão da cidade de Belém e a estrutura fundiária do município no século XIX**. 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Belém, 2016.

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?**. 2. ed. Belém: NAEA, 2018.

BARBOSA, Estevão J. S. De colônia agrícola a periferia de Belém: um ensaio de geografia histórica sobre a ilha de Caratateu. In: SILVA, João Marcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da; CHAGAS, Clay Anderson Nunes; BARBOSA, Estêvão José da Silva (Orgs). **Percursos Geográficos: Pesquisa e extensão no distrito de Outeiro, Belém - Pará (2008 - 2011)**. Belém: GAPTA/UFPA, 2012. p. 26-58.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília: MC, 2010.

BRITO, Lilian Simone Amorim ; COSTA, Lea Maria Gomes . Expansão urbana e segregação socioespacial em Belém. In: SILVA, João Marcio Palheta da; SILVA, Christian Nunes da; CHAGAS, Clay Anderson Nunes (Orgs). (Org.). **Geografia na Amazônia Paraense: análises do espaço geográfico**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014, v. 1, p. 331-352.

BEATO, C. et al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil de 1995 a 1999. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 5, p. 1163-1171, 2001.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalamento e a questão urbana. **Geosp**, n, 33, p. 198-220, 2013.

CARDIA, N.; SCHIFFER, S. Violência e desigualdade social. **Ciência e Cultura**. v. 54, n. 1, p. 25-31, 2002.

CANO, I. **Análise territorial da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CARVALHO, Maria Alice R. Cidade escassa e violência urbana. **Série Estudos**, n.91, p. 1-10, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização. **Revista Território**. Rio de Janeiro, 2003.

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. 24.

CARLOS, A. F. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. a producción contradictoria del espaciourbano y luchas por derechos. **Revista Cidades**, v. 11, n. 19, p. 130-163, 2014.

CARLOS, A. F. A. A produção do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. The Urban Tragedy. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Org.). **The city as a commodity**. São Paulo: FFLCH Edições, 2017. p. 47-73.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 100, p.1-16, 2018

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LENCIONI, Sandra. Apropriação capitalista do espaço geográfico. In: LIMONAD, Ester (Org.). **ETC: espaço, tempo e crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p. 309-315.

CATALÃO, I. F. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba**. Presidente Prudente. 190 f. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

CATALÃO, Igor F.; MAGRINI, Maria Angélica; LINDO, Paula. Urbanização, (contra)desenvolvimento e direito à cidade. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 199-213, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial **GEOUSP (Online)**, v. 23, n. 3, p. 458 - 477, 2019.

COHAB-PA – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. Diagnóstico habitacional do estado do Pará. In: **Plano de habitação de interesse social (PEHIS) do estado do Pará**. Belém: Cohab-PA, 2009. CD-ROM. (Relatório).

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

CORREA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

CORREIA, R. L. Diferenciação sócio-espacial escala e práticas espaciais. *Revista Cidades*, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira; FRAZÃO, Wellington. Democracia e a Cabanagem. *Revista Periferias*, v. 2, n. 2, p. 1-5, 2018.

CARDOSO, Welson de Sousa. **Adensamento Sócioespacial nos Assentamentos Precários em Belém/PA**: indicadores sócioespaciais urbanos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: Dinâmica urbana e metropolização. *Revista Território*. Rio de Janeiro, 2003.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: CHAGAS, Clay Anderson Nunes; SILVA, Marcelle Peres da; VIEIRA, Denise Carla de Melo (Orgs.). **Geografia da Violência**: produção do espaço, território e segurança pública. Belém: Gapta, 2018. p., p. 11-32.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; PEREIRA, Glaydson de Jesus Cordovil; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. Urbanização e estratégias de desenvolvimento no Pará: da ocupação ribeirinha aos Assentamentos Precários”. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 2, p. 255-279, 2013.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; MIRANDA, Thales Barros; ROCHA, Patrick da Costa. Da degradação à elitização: processos de exclusão social e ambiental em Belém. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 2, n. 7, p. 139 - 166, 2016.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. *Cadernos Metrôpole*, v. 15, n. 29, p. 55-75, 2013.

COSTA, Lea. **Icoaraci**: formação socioespacial, tentativas de afirmação e de emancipação territorial, Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

COSTA, Suellen Cristina Vidal. **Urbanização desordenada e qualidade ambiental nas grandes metrópoles brasileiras**: um estudo de caso sobre a perda da cobertura vegetal no Distrito Administrativo do Bengui (DABEN) em Belém/Pa. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, Belém, 2017a.

COSTA, Tiago Barreto de Andrade. **Fundamentos da análise geográfica da difusão espacial das mortes por agressão no espaço urbano de Belém-PA (2000-2012)**. 261f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017b.

COSTA, Antonio Cleison de Souza. Abordagem de espaço e território: uma análise dos dados de homicídios e sua relação com o tráfico de drogas no bairro da Cabanagem Belém-PA, no período de 2013 a 2015. 68 p. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)- Universidade da Amazônia 2017c.

DAVANZO, A. M. Q; PIRES, M.C.S; NEGREIRO, R; SANTOS, M. M. S. Metropolização da rede urbana. In: HENRIQUE, R. M. O.; FURTADO, B. a (Orgs). *Dinâmica Urbano-regional: rede urbana e suas interfaces*. Brasília: Ipea, 2011, p. 97- 107.

DRUMMOND JUNIOR, M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. **Saúde e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 63-81, 1999.

FARIA, Rivaldo Mauro; SAVIAN, Paloma; VARGAS, Dinara de. Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 234 - 250, 2019.

FAVERO, L.P; BELFIORE, P.; SILVA, F.L; CHAN, B.L. **Análise de Dados, Modelagem Multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

FERNANDES, José Clodoaldo M. L. **Assentamentos precários e dispersão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belém**. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2012.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Econômico) -. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

FRANCO, S. A. La violencia: un problema de salud publica que se agrava en la región. **Bol. Epidemiol OPS**, v. 10, n. 2, p. 1-7, 1990.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville, VA: University of Virginia Press, 1973.

HAIR Jr., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. **CAMPO - TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Edição especial do XXI ENGA - 2012, p. 1-17, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, v. 2, n. 23 p. 35-52, 2004.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo , 2011.

HARVEY, David. O problema da globalização. **Revista Novos Rumos**, v. 13, n. 28, p. 8-16, 1998.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p.73-89, 2012.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. Social justice, postmodernism and the city. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 16, p. 588-601, 1992.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. London: Edward Arnold, 1993.

HARVEY, D. Cities or urbanization?. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, v. 1, n. 1-2, p.38-61, 1996.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

HARVEY, D. L'urbanisation du capital. **Actuel Marx**, v. 1, n. 35, p. 41-70, 2004b.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004c.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. La dialéctica. **Territorios**, v. 39, p. 245-272, 2018.

**HARVEY, David**. Anti-Capitalist Chronicles: The Geopolitics of Capitalism. **Disponível em:** <[https://www.democracyatwork.info/acc\\_geopolitics\\_of\\_capitalism\\_pt2](https://www.democracyatwork.info/acc_geopolitics_of_capitalism_pt2)>. **Acesso em: 31 dez. 2019a.**

HARVEY, David. Realization Crises and the Transformation of Daily Life. **Space and Culture**, v. 22, n. 2, p. 126–141, 2019b.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. London: Edward Arnold, 1993.

HARVEY, D. Cities or urbanization?. **City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action**, v. 1, n. 1-2, p.38-61, 1996.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

HARVEY, D. L'urbanisation du capital. **Actuel Marx**, v. 1, n. 35, p. 41-70, 2004b.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

**IG. No Brasil, desigualdade para de cair após 15 anos e número de pobres cresce 11%**. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2018-11-26/desigualdade-social-no-brasil.html>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Brasília: IBGE, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico -1991**. Rio de Janeiro: IBGE,1991. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil -1980**. Rio de Janeiro: IBGE,1970. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Belém: IBGE, 2010.

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. P. 35-44.

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de geografia Norte Grande**, n. 39, p. 7-20, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **La survie du capitalisme**. Paris: Anthropos, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **O fim da história**. Lisboa: Don Quixote, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clés pour le monde moderne**. Paris: Messidor/Sociales, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Portugal: Editora Ulisseia, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. State, space, world: Selected essays. BRENNER, Neil; ELDEN, S.(org). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LEFEBVRE, H. **Lógica forma e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LEFEBVRE, H. La notion de totalité dans les sciences sociales. Paris: PUF, **Cahier Internationaux de Sociologie**, v. 28, p.55-77, 1955.

MACEDO, A. C. et al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saude Publica**, v. 35, n. 6, p. 515-522, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade Desigualdade e Violência**. São Paulo, 1995. Disponível em:

<[http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MASSEY Doreen. **Globalização: O que significa para a geografia?** Boletim Campineiro de Geografia, V. 7, n. 1, 2017.

MERRIFIELD, A. The Urban Question under Planetary Urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n 3, p. 909–922, 2013.

MARTINS, Lucas Moraes. O significado político do Homo Sacer na filosofia de Giorgio Agamben. **InterSciencePlace - Revista Científica Internacional**, v. 11, n. 2, p. 23-41, 2016.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Interações entre violência e cidades: em busca de uma definição de violência urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, , n.36, v.1, p.83-98, 2014.

MASSEY Doreen. **Globalização: O que significa para a geografia?** Boletim Campineiro de Geografia, V. 7, n. 1, 2017.

MERRIFIELD, A. The Urban Question under Planetary Urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n 3, p. 909–922, 2013.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. **Obras reunidas de Ediorfe Moreira**. Belém: CEJUP, 1966. v.1.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. **Obras reunidas de Ediorfe Moreira**. Belém: CEJUP, 1966. v.2.

NASCIMENTO, E. Urbanização, globalização e exclusão social: reflexões a partir do caso brasileiro. **Revista Geografica de America Central**, v. 57, p. 43-67, 2016.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana: da psicofera do medo à tecnofera da segurança**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MENDES, Luiz Augusto Soares. Elementos para uma geografia-histórica da Avenida Augusto Montenegro em Belém do Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, v. 05, n. 02, p. 118-139, 2018.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro; BASTOS, Ana Paula Vidal. Formação socioespacial da Amazônia e sua condição atual de desenvolvimento: uma leitura a partir de múltiplas escalas dentro de uma perspectiva histórica. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 31, n. 3, p. 230-242, 2014.

NASCIMENTO, E. Urbanização, globalização e exclusão social: reflexões a partir do caso brasileiro. **Revista Geografica de America Central**, v. 57, p. 43-67, 2016.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Desigualdade no início do século XXI: o Brasil na contramão mundial? **Argumentum**, v. 11, n. 3, p. 171-185, 2019.

OTERO, Estevam Vanale. Reestruturação urbana em cidades médias paulistas: a cidade como negócio. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016 FAU-USP, 2016.

PINHEIRO, Andrea. C. L.; XIMENES, Juliano; PINHEIRO, Patricia Q. F.; LIMA, Alexandre Martins de. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: Maria da Piedade Moraes; Cleandro Krause; Vicente Correia Lima Neto. (Org.). **Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: IPEA, 2016. p. 189-245.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará: estudo de geografia urbana**. Belém: UFPA, 1968.

PENTEADO, A. R. **O sistema portuário de Belém**. Belém: UFPA, 1973.

PÁDUA, Rafael F. O habitar como horizonte utópico. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 478-493, 2019,

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?**, v. 9, n. 1, p. 154-161, 2014.

REMÉDIOS, Marco Antônio. R. R. **Criminalidade e Urbanização: Estudo das relações espaciais e multivariada dos crimes de tráfico de drogas e homicídio**. 2013. 85f. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos), Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Orgs.). **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2018.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades Socioespaciais - A luta pelo direito à Cidade. **Revista Cidades**, v. 4, p. 73-88, 2007.

RODRIGUES, J. C. **Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará**. Presidente Prudente. 2015 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

ROLNIK, Raquel **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. **Ciência Geográfica**, AGB - Seção Bauru, Edição Especial, 1997. p. 31- 43.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record. 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005 – ISSN 1515- 3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. Ed. USP, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo** – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 3ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

SANTOS, Milton. O Tempo nas Cidades. **Ciência e Cultura**, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. A. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**, v, 6, n. 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Editora Record. 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005 – ISSN 1515- 3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

SHARMA, S. **Applied Multivariate Techniques**. Hoboken: John Wiley e Sons, 1996.

SAMPAIO, Renata Alves **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização**: apontamentos para uma inversão analítica a partir da geografia urbana. 2011. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2011

SAMPAIO, R. A. ; CARLOS, Ana Fani . A violência do processo de urbanização. In: In: CARLOS, Ana Fani (Org.) **Crise Urbana**. 1ªed.São Paulo: Editora Contexto, 2015, v. , p. 55-84.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Geografias e genealogias do planejamento urbano em Belém: elementos da modernidade e produção de desigualdades. **Caderno de Geografia**, v.28, n.55, p. 980-1005 2018.

SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate. **EURE**, v. 39, n. 118, p. 27-46, 2013.

SANTOS, Mateus Rennó; TESTA, Alexander; WEISS, Douglas B. Where Poverty Matters: Examining the Cross-National Relationship between Economic Deprivation and Homicide. **The British Journal of Criminology**, v. 58, n. 2, p. 372–393, 2018.

SANTOS, S. M. et al. Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 5, p. 1141-1151, 2001.

SANFELICI, Daniel. The centralization of capital in the property sector and the restructuring of metropolitan areas. **Mercator**, v. 15, n. 2, p.7-21, 2016.

SANFELICI, Daniel. Scales of accumulation in the production of cities. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Org.). **The city as a commodity**. São Paulo: FFLCH Edições, 2017, v. , p. 144-172.

SANTANA, Elaine; PROENÇA, Vanja Bordallo. **Lei dos Bairros**. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/txt\\_lei\\_bairros.htm](http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/txt_lei_bairros.htm). Acesso em: 29 dez. 2019.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus. **Cadernos Metrôpole (PUCSP)**, v. 19, p. 865-890, 2017.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Suburbanização condominial como aspecto da metropolização regional: tendências recentes da região metropolitana de Belém. In: RIBEIRO, W. O. (Org.); SANTOS, T. V. (Org.); COUTO, A. C. (Org.). **Amazônia: Fronteiras, grandes projetos e movimentos sociais**. Belém: EDUEPA, 2019a. p. 89-117.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Elementos da metropolização na periferia urbano-regional: Belém e a particularidade da metropolização amazônica. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 21, n. 3, p. 33-58, 2019b.

SANTOS, Tiago Veloso dos. Geografias e genealogias do planejamento urbano em Belém: elementos da modernidade e produção de desigualdades. **Caderno de Geografia**, v.28, n.55, p. 980-1005 2018.

SANTANA, Elaine; PROENÇA, Vanja Bordallo. **Lei dos Bairros**. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/txt\\_lei\\_bairros.htm](http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/txt_lei_bairros.htm). Acesso em: 29 dez. 2019.

SILVA, Marcelo Werner da, A Geografia e o estudo do passado, *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], v, 1 | 2012. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/246> ;

Saint clair assentamento urbanos e reestruturção metropolitana GEOUSP (falta o ano)

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO,

Maria Encarnação B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CATELAN, Marcio José. Hierarchy and heterarchy in Brazil's urban network. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 5, n. 2, p. 556-574, 2014.

SPOSITO, M. E B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p.123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, p. 1-14, 2007.

SILVA, Juliana Guimarães e. **Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a consequência fatal da violência**. 141 f. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Edinilsa. R. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 1980. **Cadernos de Saude Publica**, v. 10, p. 45–60. 1994.

SZWARCWALD, C. L. et al. Income inequality and homicide rates in Rio de Janeiro, Brazil. **Am J Public Health**, v. 89, n. 6, p. 845- 850, 1999.

SOJA, E. The socio-spatial dialectic. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, p. 207-225, 1980.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOJA, E. W.; HADJIMICHALIS, C. Between geographical materialism and spatial fetishism: some obseriations on the development of marxist spatial analysis. **Antipode**, v. 11, n. 3, p. 3-11, 1979.

SOJA, Edward W. Economic restructuring and the internationalization of Los Angeles. In: SMITH, M. P.; FEAGIN, J. R. (Org.). **The capitalist city**. Cambridge, MA: Clackwell, 1987. p.178-198.

SOJA, E. The socio-spatial dialectic. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, p. 207-225, 1980.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SHARMA, S. **Applied Multivariate Techniques**. Hoboken: John Wiley e Sons, 1996.

SILVA, Marcelle Peres. **Faces da Metr pole: desigualdades socioespaciais e violência no Distrito de Icoaraci, Belém - Pará**. 2018. Disserta o (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Gradua o em Geografia, Belém, 2018.

SILVA, E. D.; BRITO, M. C. C.; MORAIS, H. A. A violência no bairro Nossa Senhora da Apresentação em Natal/RN. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 8, n. 1, p. 160-174, 2019.

SILVA, Emilly Domingos da; DANTAS, Eugênia Maria. Território, violência e medo: evidências no Bairro de Felipe Camarão, Natal/RN. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 8, n. 2, p. 52-65, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Militarização da questão urbana. **Lutas Sociais**, n.29, p.117-129, 2012.

SOUZA, Maria Adelia. Desigualdades socioespaciais e a constituição dos lugares na cidade: O Territorial versus o setorial e suas contradições lidando cotidianamente com conflitos socioespaciais. In: ALVES, Flamarion Dutra et al. (Org.). **A dimensão política do espaço. Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas: UNIFAL, 2019. p. 9-37.

TRINDADE JR, Saint. C. **A cidade dispersa: Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1998a.

TRINDADE JR., Saint Clair C. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de belém. **Geosp**, v. 4, n.1, p. 39-52, 1998b.

TRINDADE JR, Saint Clair.; SANTOS, Thiago. V.. Para além da cidade: entre fragmentações e permeabilidades, os desafios do planejamento e da gestão urbana no espaço metropolitano de Belém. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 4, p.20-50, 2010.

TRINDADE JR., Saint Clair C. Espacialidades e temporalidades na dinâmica das formações urbanas. **CIDADES**, v. 1, n. 2, p. 241-258, 2004.

TELES, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, v. 46, n. 1, , p. 15-41, 2015.

THERBORN, G. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, v.3, n. 6, p.122-169, 2000.

VIEIRA, Denise C. M. ; RODRIGUES, Jondison C. ; RODRIGUES, Jovenildo C. . Mapeamento e análise de desigualdades socioespaciais: abordagem interpretativa a partir da cidade de Belém, Pará. **GEOSABERES Revista de Estudos Geoducacionais**, v. 9, n. 17, p. 1-21, 2018.

VILAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1998.

VIEIRA, Denise Carla de Melo; BARROS, Alexandre Patrício Silva; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Produção do espaço, território e violência: uma análise dos homicídios na 4ª e 5ª AISP, Belém-Pará. **InterEspaço**, v. 5, n. 17 p. 01-17, 2019.

VIEIRA, D. C. M.; SANTOS, C. S. ; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Violência Urbana, geoprocessamento e homicídios nos bairros do Jurunas e Umarizal, Belém-PA. In: CHAGAS, Clay Anderson Nunes; SILVA, Marcelle Peres da; VIEIRA, Denise Carla de Melo (Orgs.). **Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública**. Belém: Gapta, 2018. p. 87-112.

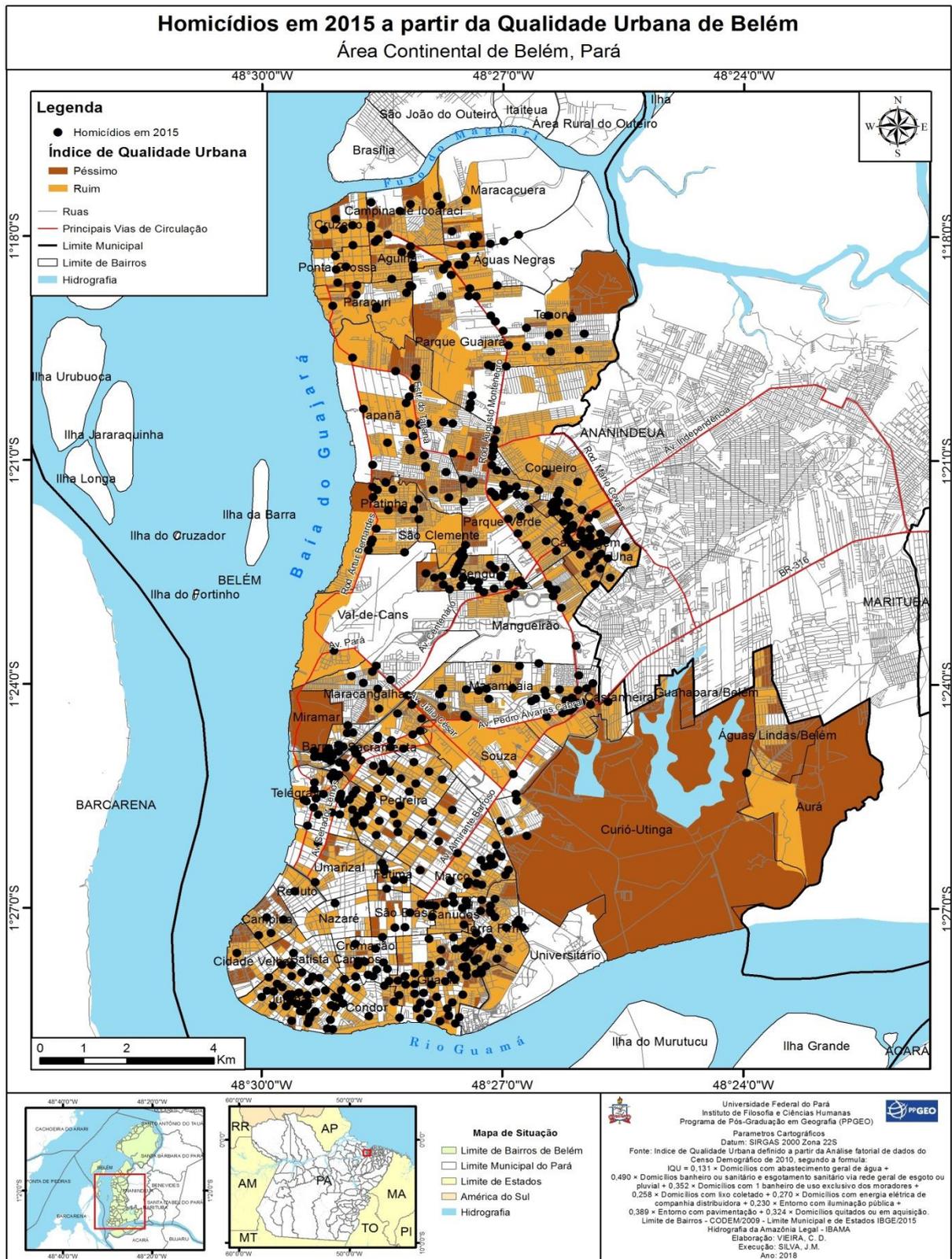
VILAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1998.

XIMENES, Juliano; BRANDAO, A. J. D. N. ; SOUZA, E. S. ; RODRIGUES, R. M. . Urbanização de assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: problemas de desenho e infraestrutura urbana. In: ZUQUIM, Maria de Lurdes; D'OTTAVIANO, Camila (Org.). **Práticas recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina**. São Paulo: FAU-USP, 2014, v. 1, p. 73-105.

ZULUAGA, Lina María; GRISALES VARGAS, Adolfo. La (in)justicia espacial y la producción social de los asentamientos informales en Colombia Cuadernos de Geografía: **Revista Colombiana de Geografía**, v. 29, n.1, p. 118-132, 2020.

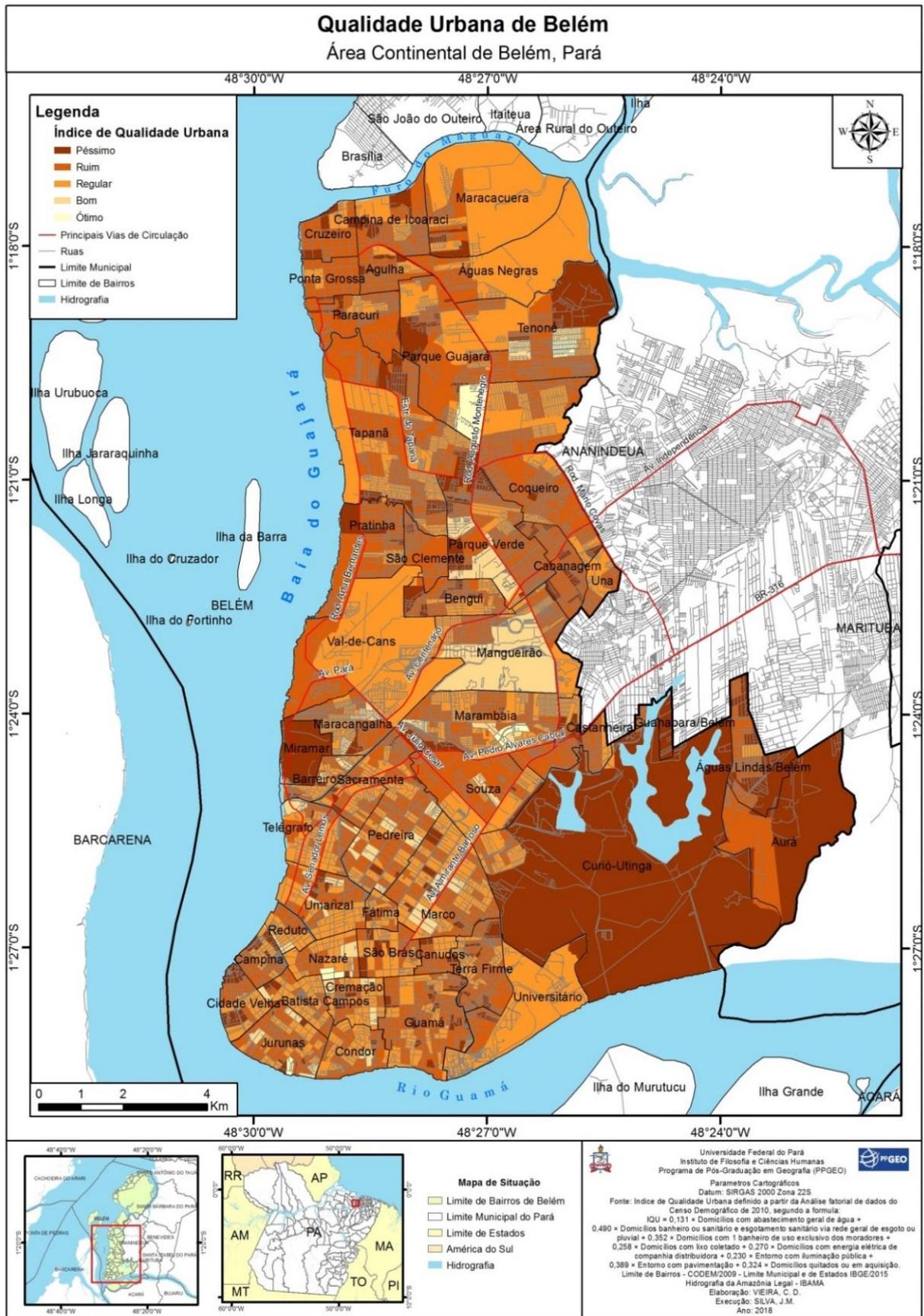
#### **ANEXOS**

**Mapa 18:** Homicídios em 2015 a partir dos indicadores de qualidade urbana de Belém-PA.



Fonte: IBGE 2010 e SEGUP/PA 2018. Elaboração: Vieira; Execução: Juliana Maciel.

Mapa 19: Mapa da área continental de Belém com os indicadores de qualidade urbana.



Fonte: IBGE 2010 e SEGUP/PA 2018. Elaboração: Vieira; Execução: Juliana Maciel.